

ARQUITETURA URBANISMO E PAISAGISMO

CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS E PROJETAIS

organizadores:

Fabiana Aquino de Moraes Rêgo
Andreia Jane Leandro Camara
Andreia Mesquita Santos Marques
Adriana Silva Santana Mendonça
Cintia Maria De Aguiar Morais
Marcia de Carvalho Neves Fernandes

2023


Pascal
Editora

volume 2

Fabiana Aquino de Moraes Rêgo
Andreia Jane Leandro Camara
Andreia Mesquita Santos Marques
Adriana Silva Santana Mendonça
Cintia Maria De Aguiar Morais
Marcia de Carvalho Neves Fernandes
(Organizadores)

**ARQUITETURA, URBANISMO
E PAISAGISMO:
CONTRIBUIÇÕES CONCEITUAIS E PROJETUAIS
VOLUME 2**

EDITORA PASCAL

2023

2023 - Copyright© da Editora Pascal

Editor Chefe: Prof. Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho

Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro

Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira

Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

Dr. José Ribamar Neres Costa

Dr. Will Ribamar Mendes Almeida

Dr. Saulo José Figueredo Mendes

Dr. Fabio Antonio da Silva Arruda

M.Sc. André Leonardo Demaison Medeiros Maia

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

O48c

Coletânea Arquitetura, urbanismo e paisagismo: contribuições conceituais e projetuais / Fabiana Aquino de Moraes Rêgo et al. (Orgs). São Luís - Editora Pascal, 2023.

171 f. : il. (Estudos em engenharia e inovação; v. 5)

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-6068-017-3

D.O.I.: 10.29327/5329125

1. Urbanismo. 2. Arquitetura. 3. Paisagismo. 4. Pesquisa científica. I. Rêgo, Fabiana Aquino de Moraes. II. Camara, Andreia Jane Leandro. III. Marques, Andreia Mesquita Santos. IV. Mendonça, Adriana Silva Santana. V. Morais, Cintia Maria de Aguiar. VI. Fernandes, Marcia de Carvalho Neves.

CDU: 71 :72.01/05+001.891 ;167

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2023

www.editorapascal.com.br

APRESENTAÇÃO

Atualmente, o desenvolvimento das cidades permeia conceitos voltados para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e do meio ambiente e relaciona os aspectos econômicos, culturais, sociais e ambientais na sua área de influência. Para tanto, se faz necessário políticas públicas e ações em diversas áreas, principalmente, dentro do escopo conhecido como responsabilidade social.

Este livro traz, através de propostas de projetos de arquitetura, que vão além da parte teórica e prática, uma compilação de ideias e conhecimentos sobre o assunto e propõe uma reflexão atual e permanente.

Para se tornar um bom profissional de arquitetura deve-se conhecer os fundamentos de projeto arquitetônico e urbanístico e sua análise de viabilidade, considerando os fatores de custo, de durabilidade, de manutenção e de especificações, bem como os regulamentos legais, de modo a satisfazer as exigências culturais, econômicas, estéticas, técnicas, ambientais e de acessibilidade dos usuários.

Além disso, é preciso questionar e fazer críticas, muitas vezes sobre pensamentos predefinidos que nós mesmos temos sobre alguns assuntos com o objetivo de melhorar a qualidade de vida, a eficiência da operação urbana, serviços, gestão política e administração pública.

As cidades são frutos das relações humanas refletidas na organização de espaços coletivos, que devem possuir uma infraestrutura adequada para que seus habitantes e turistas vivam e convivam harmoniosamente por meio da conciliação de interesses públicos e privados.

Este livro colabora com a apresentação de temas diversos que premeiam entre a arquitetura, o urbanismo e o paisagismo voltados para população em geral com viés sociais, econômicos e ambientais através de capítulos que incentivam a pesquisa e estudos nessas áreas.

Andreia Jane Leandro Camara

Mestre em Meio Ambiente, especialista em Magistério Superior e Cidades Inteligentes e Inovação, professora do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Estadual do Maranhão, Faculdade Estácio e Faculdade Anhanguera São Luís.

ORGANIZADORES

Fabiana Aquino de Moraes Rêgo

Possui pós-graduação em “Diseño y Arquitectura de Interiores” (Carga horária: 500h) pela Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid da Universidad Politécnica de Madrid (2006). Graduação em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário do Maranhão (2005) e graduação em Desenho Industrial pela Universidade Federal do Maranhão (2003). Adquiriu experiência profissional na área de arquitetura, interiores e museografia, com ênfase na gestão de produção, desenvolvimento técnico e coordenação de projetos museográficos em empresa especializada durante os 7 anos que morou em Madri - Espanha (2006-2012). Atualmente é proprietária do escritório Fabiana Moraes Rêgo Arquitetura e Interiores desde 2013.

Andreia Jane Leandro Camara

Professora Mestre em Meio Ambiente (2019) e Mestre em Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para a Inovação (2021), Especialista em Magistério Superior (2002) e Cidades Inteligentes: Tecnologia e Inovação (2021), graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (2000). Tem experiência em Docência Superior Lecionando disciplinas como: Atelier de Projeto II, IV e V, Desenho Arquitetônico, Conforto Ambiental Térmico e Projeto de Urbanismo II e III nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e Engenharia Civil da Faculdade Pitágoras. Disciplinas de Projeto II e IV, Conforto Ambiental, Luminotécnica e Ergonomia, Teoria e Crítica da Arquitetura e Interiores Residenciais nos cursos de Arquitetura e Urbanismo e no curso de Design da Faculdade Estácio. E disciplina de Desenho a mão Livre na Universidade Estadual do Maranhão. Tem experiência como Arquiteta e Urbanista em elaboração de projeto, construção, reforma e ambientação residencial e comercial. Tem experiência em Inovação com Patente Depositada, Marcas Registradas e Registros de Desenhos Industriais já concedidos pelo INPI.

Andreia Mesquita Santos Marques

Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (UEMA - 2008) e Mestre em Cultura e Sociedade (PGCult) pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), com tema de dissertação “PLANEJAMENTO URBANO E MEIO-AMBIENTE: os moradores e a dinâmica urbana do município de Barreirinhas - MA”. Atuante como arquiteta autônoma desde 2008, na iniciativa privada e na gestão pública em 2013 e 2014; e na docência desde 2013, sendo no ensino superior desde 2014. Atualmente, além da docência, atua na área de design de mobiliário através da marca Punkidea, com produtos de fabricação própria.

Adriana Silva Santana Mendonça

Mestre em Desenvolvimento Socioespacial e Regional pelo PPDSR - UEMA. Graduada em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão. Pesquisadora da UEMA, com ênfase nos seguintes temas: paisagem urbana, planejamento urbano, desenvolvimento socioespacial. Realizou intercâmbio de 3 meses no âmbito do estágio internacional apoiado pela FAPEMA (Internacional Internship program) no Boston Planning e Development Agency - BPDA, The City of Boston (Massachusetts, USA).

ORGANIZADORES

Cintia Maria de Aguiar Morais

Arquiteta e Urbanista, Mestre em Meio Ambiente e Desenvolvimento Regional pela UNIDERP, Especialista em Geoprocessamento aplicado ao Cadastro Multifinalitário e em Cidades Inteligentes: Inovação e Tecnologia. Possui nove anos de experiência no serviço público municipal na área de planejamento urbano trabalhando no Instituto da Cidade. Possui oito anos de experiência na docência do ensino superior, atuando nos cursos de Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Design nas faculdades Maurício de Nassau, Pitágoras e Estácio. Atualmente ocupa o cargo de Superintendente de Planejamento Urbano da Assessoria de Cidades Inteligentes na Secretaria Municipal de Inovação, Sustentabilidade e Projetos Especiais - SEMISPE/Prefeitura de São Luís - MA, e é professora universitária nos cursos de Arquitetura e Urbanismo da Faculdade Anhanguera/São Luís. Possui habilidade nos softwares AutoCAD, Revit, PowerBI, QGis e ArcGis, além do pacote Office.

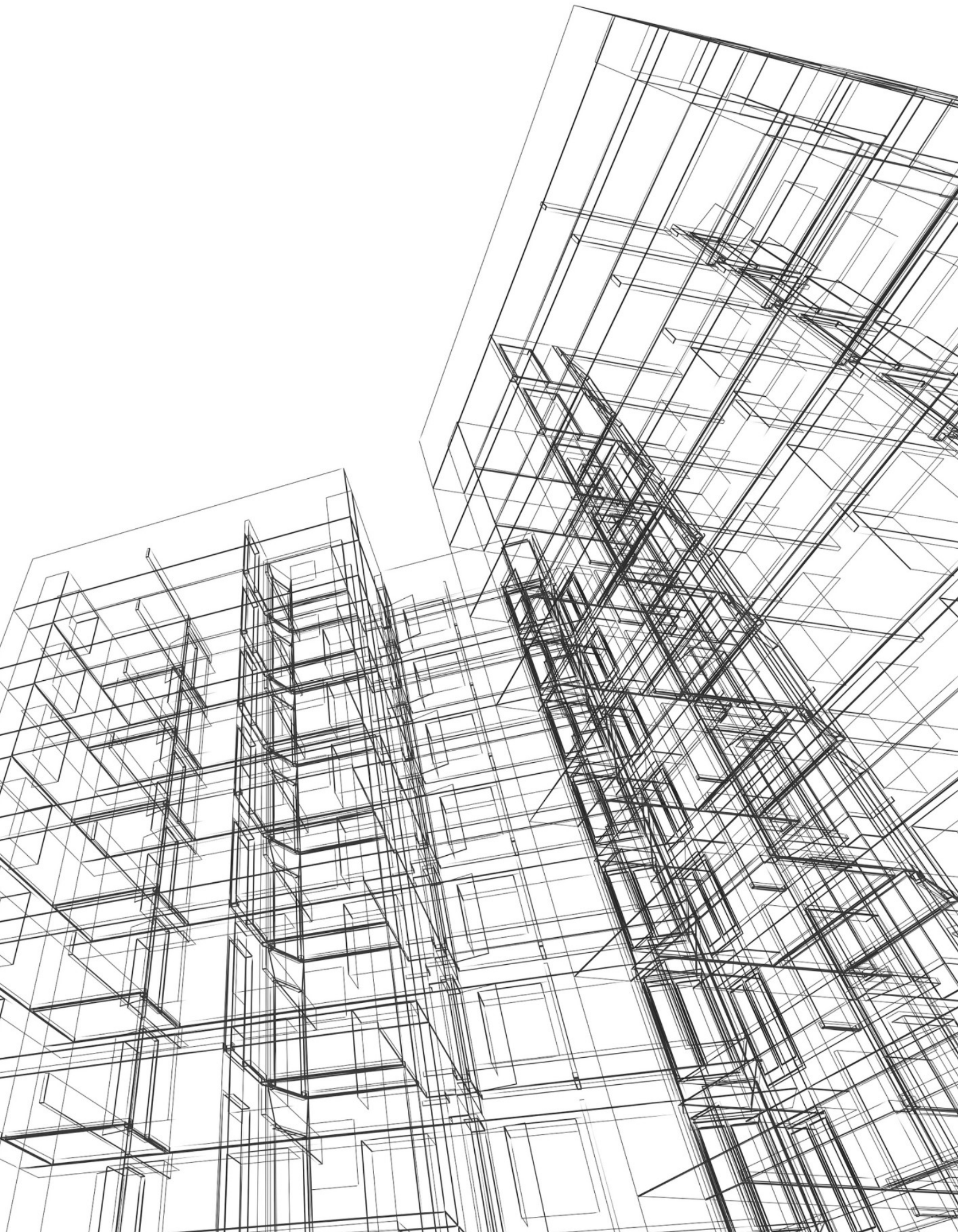
Marcia de Carvalho Neves Fernandes

Possui graduação em arquitetura e urbanismo pela Universidade Estadual do Maranhão (2004) e mestrado em Geotecnia pela Universidade de São Paulo (2010). Atualmente é professora do curso arquitetura da Faculdade Anhanguera, professor arquiteto da Universidade Ceuma e gestor do Núcleo de Infraestrutura Cultural - SECRETARIA DE ESTADO DA CULTURA DO MARANHÃO. Tem experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, com ênfase em Projeto de Arquitetura e Urbanismo, atuando principalmente no seguinte tema: arquitetura.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	10
RESIDENCIAL BELLA VITA: ESTUDO PRELIMINAR DE UM CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS EM SÃO LUÍS/MA	
<i>Ilná Aragão Furtado Cunha</i>	
<i>Cíntia Maria de Aguiar Moraes</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
CAPÍTULO 2.....	26
O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA	
<i>Karoline Mayara Barbosa Martins Moraes</i>	
<i>Cíntia Maria de Aguiar Moraes</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
CAPÍTULO 3.....	41
CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO A MORADORES DE RUA	
<i>Aline Cristina Pinheiro</i>	
<i>Cíntia Maria de Aguiar Moraes</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
CAPÍTULO 4	58
ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM CONFLITO COM A LEI	
<i>Jonathan Rocha Guimarães</i>	
<i>Cíntia Maria de Aguiar Moraes</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
CAPÍTULO 5.....	76
CENTRO CULTURAL E ESPORTE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS	
<i>Antonio Gabriel Barroso Sousa</i>	
<i>Cíntia Maria de Aguiar Moraes</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
CAPÍTULO 6.....	92
TINY HOUSE: MODELO DE HABITAÇÃO MÍNIMA EM SÃO LUÍS	
<i>Paula Isabele Rocha da Silva</i>	
<i>Nairama Pereira Barriga</i>	
<i>Andréia Mesquita Santos Marques</i>	

CAPÍTULO 7.....	110
CAPS: O PODER DA NEUROARQUITETURA EM FAVOR DA SAÚDE MENTAL	
<i>Pedro Henrique Muniz Neves</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
<i>Cintia Maria de Aguiar Moraes</i>	
CAPÍTULO 8	126
PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE UM PARQUE URBANO EDUCATIVO: ARQUITETURA LÚDICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA CIDADE	
<i>Priscilla Souza Lima</i>	
<i>Andreia Jane Leandro Camara</i>	
<i>Cintia Maria de Aguiar Moraes</i>	
CAPÍTULO 9.....	141
CRECHE ESCOLA ESTRELA DA MANHÃ: A ARQUITETURA COMO VIÉS, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE	
<i>Danyela de Souza Licar Gomes</i>	
<i>Andreia Mesquita Santos Marques</i>	
<i>Nairama Pereira Barriga Feitosa</i>	
CAPÍTULO 10.....	156
PROPOSTA DE VIABILIDADE PARA PROJETO DE REVITALIZAÇÃO URBANA: PARQUE ÁREA VERDE EM SÃO LUÍS – MA	
<i>Robson Raphael Gomes Gonçalves</i>	
<i>Andreia Mesquita Santos Marques</i>	
<i>Nairama Pereira Barriga Feitosa</i>	



capítulo 1

**RESIDENCIAL BELLA VITA: ESTUDO PRELIMINAR DE UM
CONDOMÍNIO RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS EM SÃO LUÍS/MA**
*RESIDENTIAL BELLAVITA: PRELIMINARY STUDY OF A RESIDENTIAL CONDOMINIUM
FOR THE ELDERLY IN SÃO LUÍS/MA*

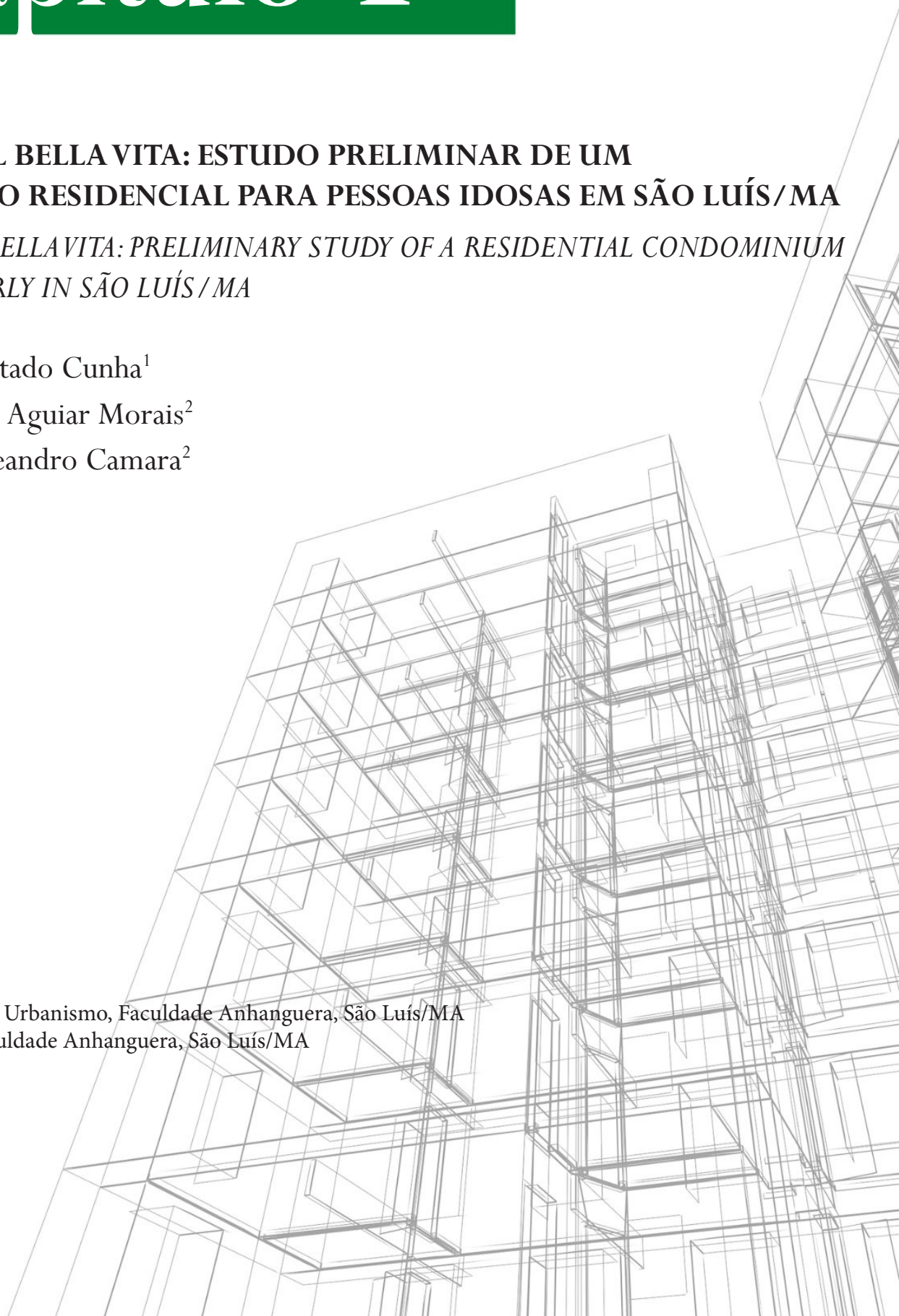
Ilná Aragão Furtado Cunha¹

Cíntia Maria de Aguiar Moraes²

Andreia Jane Leandro Camara²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

Com o aumento da expectativa de vida, o envelhecimento da população brasileira e todas as mudanças que ocorreram e estão previstas para acontecerem na estrutura populacional do país, é notório o quanto é relevante estudar o modo como as pessoas estão envelhecendo, assim como atentar-se para a qualidade de moradia desta população. Pessoas idosas precisam se sentir parte da sociedade a qual estão inseridas, suas moradias precisam ser um ambiente seguro, acessível e confortável, promovendo maior autonomia e independência possível. O objetivo deste trabalho é um Estudo Preliminar Arquitetônico e Urbanístico de um Condomínio Residencial para Pessoas Idosas. A pesquisa, inicialmente de caráter bibliográfico, se deu a partir de estudos sobre envelhecimento populacional, princípios de Desenho Universal e Acessibilidade, bem como pela busca de empreendimentos similares já consolidados no Brasil, em seguida, é exposta a proposta de estudo preliminar arquitetônico e urbanístico que busca proporcionar a esse público mais longevo, uma moradia que assegure qualidade de vida a seus moradores. Portanto, as perspectivas futuras apontam para que esse tipo de projeto faça com que os moradores desta modalidade habitacional convivam com pessoas de mesma faixa etária, exerçam atividades em conjunto e compartilhem experiências, de modo a reconquistarem sua autonomia.

Palavras-chave: Envelhecimento, Pessoas Idosas, Condomínio Residencial, Acessibilidade.

Abstract

With the increase in life expectancy, the aging of the Brazilian population and all the changes that have occurred and are expected to occur in the country's population structure, it is notorious how important it is to study how people are aging, as well as to pay attention to the housing quality of this population. Elderly people need to feel part of the society in which they are inserted, their homes need to be a safe, accessible and comfortable environment, promoting greater autonomy and independence as possible. The objective of this work is a Preliminary Architectural and Urbanistic Study of a Residential Condominium for Elderly People. The research, initially has a bibliographic nature, was based on studies on population aging, principles of Universal Design and Accessibility, as well as the search for similar projects already consolidated in Brazil, then the proposal for a preliminary architectural and urban study is exposed. which seeks to provide this longer-lived public with housing that ensures quality of life for its residents. Therefore, future prospects point to this type of project allowing residents of this type of housing to live with people of the same age group, carry out activities together and share experiences, in order to regain their autonomy.

Keywords: Aging, Elderly People, Residential Condominium, Accessibility.



1. INTRODUÇÃO

Dados emitidos pelo IBGE (2020), mostram que a longevidade do povo brasileiro ganhou pontos. Em 2010 a população 60+ correspondia a 10% da sociedade brasileira, ao projetar os dados coletados para o ano de 2060, esta população cresce, passando a ser de 28%, frente a população infantil que equivalerá a 14% da população total, resultando, assim, no fenômeno denominado *inversão da pirâmide etária* nacional. (IBGE, 2020)

Com o aumento dessa população, torna-se necessária a criação de espaços que permitam a inclusão da pessoa idosa na sociedade de maneira mais consistente, sem barreiras arquitetônicas, garantindo maior independência e minimizando riscos de acidentes. Para isso, devem ser considerados e aplicados os conceitos de Desenho Universal e Acessibilidade. Espaços pensados para idosos devem passar por mudanças objetivas, relacionadas a adaptações concretas nos ambientes que promovam maior segurança e autonomia; quanto a mudanças subjetivas, que provoquem sensações de alegria e bem-estar no usuário. O arquiteto deve unir forma e função de modo a proporcionar ambientes com conforto, segurança, estética e acessibilidade (CASSOL, 2014).

Dentre as modalidades habitacionais que beneficiam as pessoas idosas, condomínios para idosos são a novidade no Brasil. Se constituem como meio de garantir uma moradia confortável, acessível e segura, além de propiciar vida em comunidade, independência e envelhecimento saudável e ativo. Quando convivem em grupo, participam de oficinas e aprendem em conjunto, idosos compartilham experiências e conseguem resgatar sua autonomia, desenvolvem meios de viver dentro de um parâmetro considerado saudável e alcançam qualidade de vida. Tal qualidade de vida influencia principalmente no bem-estar e autoestima da pessoa idosa (BENEDETTI; MAZO; BORGES, 2013).

Frente a essas mudanças no corpo populacional e necessidades apresentadas, foi identificada a necessidade de criação de um Condomínio Residencial para Pessoa Idosa em São Luís/MA. Tal projeto visa garantir que o usuário se sinta independente, seguro e integrado à comunidade.

2. ENVELHECIMENTO

Vários autores tentaram conceituar o envelhecimento humano, mas foi Paschoal (1996) quem apresentou 6 esferas deste processo: Esfera Biológica, fator intrínseco ao desenvolvimento humano, iniciado desde a concepção do indivíduo; Social, sofre influência do meio cultural, varia com o decorrer das gerações, assim como, é afetado pela condição de vida e trabalho na sociedade na qual se insere; Intelectual, quando o indivíduo passa a sofrer lapsos de memória, atenção, orientação e concentração; Econômica, quando o indivíduo se aposenta e não é mais uma pessoa economicamente ativa; Funcional, quando o indivíduo passa a depender de terceiros para cumprir atividades do dia a dia e de necessidades básicas; Cronológica, quando alcança a idade que o enquadra como idoso (PASCHOAL, 1996 apud DORNELES; VIELMA; ELY, 2020).

Dardengo e Mafra (2018) concluíram que o envelhecimento é um aspecto biológico, próprio a vida, que ocorre de diversas formas, de acordo ao modo de vida das pessoas, segue com mudanças morfológicas e funcionais. Já a velhice vem como um momento específico dentro do envelhecimento, onde há uma redução do funcionamento de funções orgânicas, e deve considerar aspectos históricos, culturais e psicossociais, portanto este

conceito deve ultrapassar a esfera cronológica, pois deve considerar os diversos momentos históricos das sociedades frente aos aspectos sociais, econômicos, culturais e políticos, determinantes na compreensão da velhice e do processo de envelhecimento.

Contudo, O Estatuto da Pessoa Idosa usa a esfera cronológica para definir o idoso, considerando pessoa idosa aquela que possui 60 anos ou mais, sendo está a esfera considerada neste trabalho. (BRASIL, 2003).

2.1 Inversão da Pirâmide Etária

A população pertencente a esta faixa etária está em acelerado crescimento, apresentando 9% da população mundial. É estimado que até 2050, 16% da população terá mais de 65 anos, e que o número de pessoas com 80 anos ou mais triplique, passando de 143 milhões em 2019 para 426 milhões em 2050 (ONU, 2019).

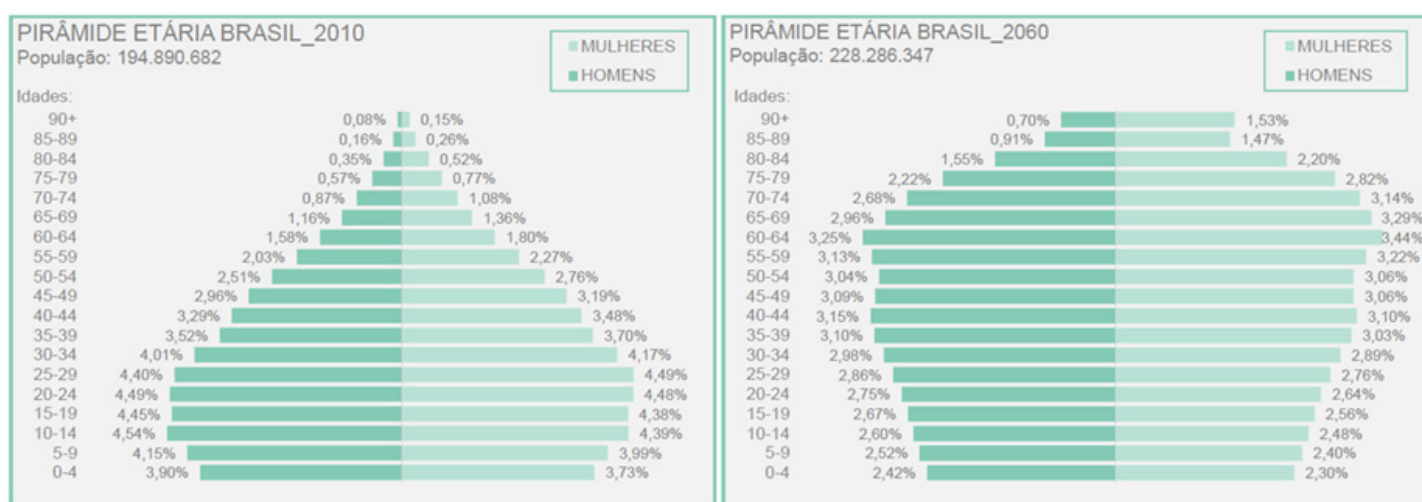


Figura 1. Pirâmides Etárias_Brasil_2010 x 2060

Fonte: IBGE, adaptado pela autora. 2020

Diante da Figura 1 acima, é possível observar que em 2010, a população total brasileira era de, aproximadamente, 194 milhões de pessoas, deste número, cerca de 10% pertenceu a faixa etária 60+. Numa projeção da pirâmide etária de 2060, com uma população estimada de mais de 224 milhões de pessoas, é visível uma inversão da pirâmide etária, a mesma faixa idosa supracitada constituirá 28% da população brasileira, enquanto a infantil representará 14% da população (IBGE, 2020).

Já no Maranhão (Figura 2) o mesmo efeito tende a ocorrer. É possível observar que a base da pirâmide (população mais jovem) tende a sofrer um estreitamento, enquanto o topo da pirâmide (população mais velha) propende a ampliar, refletindo um aumento da população idosa em relação a população jovem, nas próximas décadas. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2060, espera-se que a população idosa maranhense alcance a marca de 28% (IBGE, 2020).

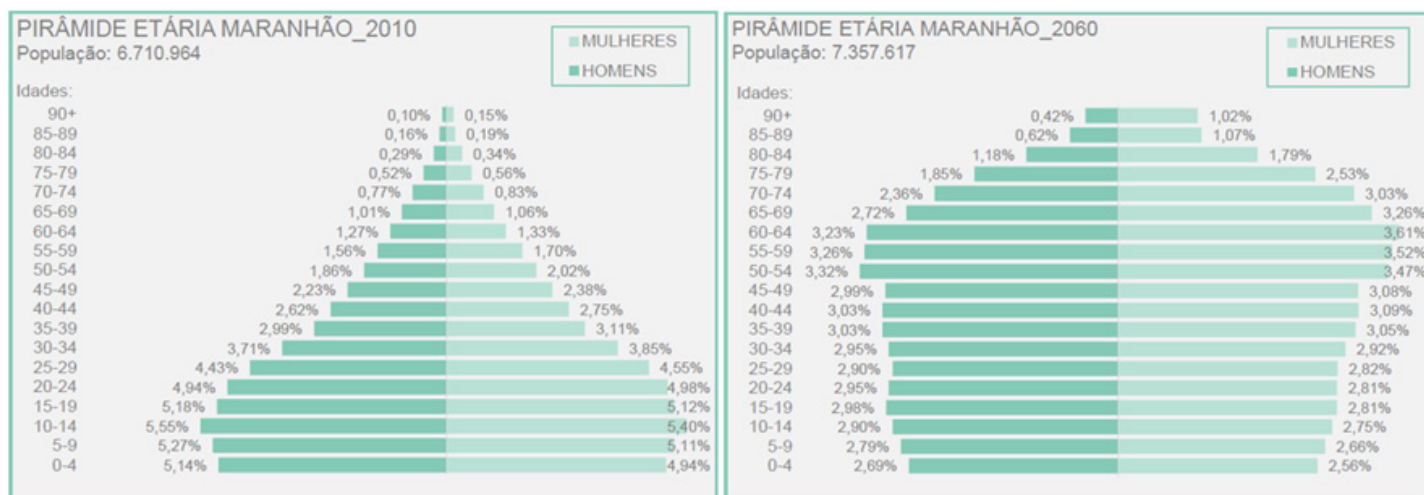


Figura 2. Pirâmides Etárias_Maranhão_2010 x 2060

Fonte: IBGE, adaptado pela autora. 2020

Em particular, São Luís, território objeto de estudo deste trabalho, segundo a Prefeitura Municipal de São Luís (2021), em 2010 a população idosa Ludovicense representava mais de 3% da população total. E, é importante destacar, que em 2007, após uma pesquisa em 5.435 municípios do país, foi constatado que São Luís liderou o ranking de pessoas acima de 100 anos de idade. Assim, em função da tendência global, nacional e regional, infere-se que o mesmo fenômeno de inversão da pirâmide etária também ocorrerá no Município (IBGE, 2007).

2.2 Desenho Universal e Acessibilidade

No século XX, devido o avanço da medicina, a sociedade norte americana ganhou pontos de expectativa de vida, além de um aumento da população idosa, fato que acabou refletindo nas legislações dos Estados Unidos, nas décadas de 1970 a 1990, embasando a criação de leis que garantissem o mínimo de acessibilidade nos espaços. Desta forma, os arquitetos perceberam que, já que estavam fazendo melhorias nos ambientes para pessoas com deficiência, poderiam pensar nos demais usuários, e assimilaram que os ambientes se tornaram mais interessantes, seguros e vendáveis (FEITOSA; RIGHI. 2016).

Entretanto, segundo Cambiaghi (2011), o primeiro a usar o termo “*Universal Design*” ou Desenho Universal foi o arquiteto Ronald L. Mace, que atribuía ao DU a responsabilidade pela criação de ambientes e produtos que poderiam ser usados pelo maior número de pessoas possível. Isto posto, pesquisadores da Universidade do Estado da Carolina aprofundaram suas pesquisas e propuseram sete princípios do Desenho Universal que deveriam ser considerados em todos os projetos arquitetônicos, urbanísticos e de design, assim como auxiliar consumidores na avaliação de seus produtos e construções. Os sete princípios são: *Igualitário*: espaços e objetos que podem ser utilizados por pessoas com diferentes capacidades; *Adaptável*: Produtos e Espaços que atendem a pessoas com diferentes habilidades e preferências; *Óbvio*: Produtos e Espaços de uso intuitivo e de fácil entendimento, podendo ser utilizados por pessoas com diferentes habilidades de linguagem, conhecimento e experiência; *Conhecido*: Projetos que transmitam a informação necessária atendendo pessoas com dificuldade de visão e audição, ou até pessoas estrangeiras; *Seguro*: Projetos que minimizam riscos e possíveis consequências de acidentes; *Sem Esforço*: Produtos e Espaços que sejam utilizados de forma eficiente e com o mínimo de fadiga; *Abrangente*: Projetos que permitam aproximação, acesso, alcance e manipulação, independente de as-

pectos antropométricos dos usuários, postura ou mobilidade.

Dessa forma, a acessibilidade foi ganhando espaço e importância nos projetos arquitetônicos e urbanísticos. Hoje a principal norma que rege preceitos de acessibilidade no Brasil é a NBR 9050 – Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos, criada em 1983, com última atualização em 2020.

“Esta Norma visa proporcionar a utilização de maneira autônoma, independente e segura do ambiente, edificações, mobiliário, equipamentos urbanos e elementos à maior quantidade possível de pessoas, independentemente de idade, estatura ou limitação de mobilidade ou percepção” (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2020).

Para Cambiaghi (2011), não basta apenas seguir as normas técnicas, é necessário “pensar acessível” desde a concepção de um projeto utilizável por todos, para que seja possível garantir qualidade e conforto. Por isso, este projeto terá como base os princípios de Desenho Universal, a NBR 9050:2020, além de outras legislações aqui citadas.

3. REFERENCIAL EMPÍRICO

3.1 Condomínio Residencial Cidade Madura

Através da Companhia Estadual de Habitação Popular (CEHAP) e da Secretaria de Estado de Desenvolvimento (SEDH), o estado da Paraíba criou e desenvolveu o Projeto de Condomínio Residencial Cidade Madura, em João Pessoa. O Cidade Madura de João Pessoa teve sua construção iniciada em 2011, e foi entregue em 2014. A destinação do projeto foi pensada para idosos que recebem até cinco salários mínimos, que sejam independentes e morem só ou com um companheiro. Os moradores são nomeados mediante um sorteio (CEHAP, 2014).

O Cidade Madura foi um projeto estudado como uma forma de assegurar os direitos sociais e estimular relações comunitárias, além de favorecer a dignidade e a autonomia dos idosos (MIGUEL; MAFRA; 2019).

Neste contexto, o empreendimento é contemplado com uma extensa área comum, constituída por praça, horta comunitária, academia ao ar livre, núcleo de saúde com consultório médico e de fisioterapia, centro de vivência, pista de caminhada, além de um salão para atividades físicas, visando proporcionar mais interação social e assistência para os moradores. O condomínio compreende 40 casas de 54m² geminadas, dispõe de terraço, sala de estar/jantar, cozinha, área de serviço, banheiro e quarto. Dentre os ambientes, somente o banheiro é adaptado para pessoas com deficiência (PCD), os demais não são adaptados para acesso de cadeira de rodas, pois não possuem dimensões mínimas para a circulação e giro delas. Contudo, o condomínio Cidade Madura é um espaço que garante, além de proteção e inclusão, que os idosos moradores continuem ativos, e assim minquem o preconceito que os classifica como incapazes dentro da sociedade (ARAÚJO; SOARES. 2020)

3.2 Conjunto Habitacional Pari 1 – Vila dos Idosos Armando Amadeu

Em 2007, a Superintendência de Habitação Popular/HABI, em conjunto com a Companhia Metropolitana de Habitação de São Paulo (COHAB), lançou o Conjunto Habitacional Pari 1 – Vila dos Idosos Armando Amadeu, conhecida como Vila dos Idosos. Os moradores

selecionados eram residentes da região central de São Paulo, oriundos de áreas de risco de deslizamentos, enchentes, assim como provenientes de áreas de intervenção da prefeitura (DEUS, 2010).

O empreendimento comporta alguns usos que promovem interação entre os moradores, sendo eles: 03 salas para TV e jogos, 04 salas de uso múltiplo, salão comunitário com cozinha e sanitários, quadra de bocha, área verde e horta comunitária, tais itens foram organizados em um prédio de quatro pavimentos, 8.290m² de área construída, implantado num terreno de 7.270m², próximo ao centro de São Paulo (VIGLIECCA, 2007).

A Vila dos Idosos, como é chamada, possui 145 unidades habitacionais distribuídas em 4 pavimentos, sendo 88 unidades habitacionais tipo quitinetes de 29m² e 57 unidades habitacionais tipo apartamentos com um dormitório, de 43m². Destas 145 unidades, 25 encontram-se no pavimento térreo e são adaptadas para PCD (BEDOLINI, 2014).

4. PROPOSTA ARQUITETÔNICA: RESIDENCIAL BELLA VITA

4.1 Terreno

Quando se trata de um empreendimento residencial para idosos é indispensável que esteja localizado numa área pacífica, o entorno deve possuir hospitais ou UPA's, assim como outros equipamentos urbanos comerciais e de serviços importantes, é bom também que a vizinhança seja majoritariamente residencial, de modo a proporcionar interação dos condôminos com a comunidade.

O terreno do empreendimento em questão está localizado no bairro Parque Atlântico em São Luís/MA, o entorno abrange, em sua maioria, área residencial, mas também possui empreendimentos comerciais, educacionais e serviços públicos, com praia e praças nas proximidades, conforme o Mapa de Usos da Figura 3. As UPA's mais próximas ficam a 4 e 5km de distância do terreno, já o hospital mais próximo fica a 6km. Quanto a topografia do terreno, possui um desnível pequeno de 7 metros. Já a respeito das dimensões, o terreno possui 9.676,08m² de área, com testada voltada para o leste, confrontando com a Rua Palmeirândia, a fachada sul confronta com terrenos de terceiros, a fachada oeste confronta com a Rua Carutapera, em sua maior parte, e com terrenos de terceiros, já a fachada voltada para o norte confronta-se com terrenos de terceiros e parte da Rua Palmeirândia.

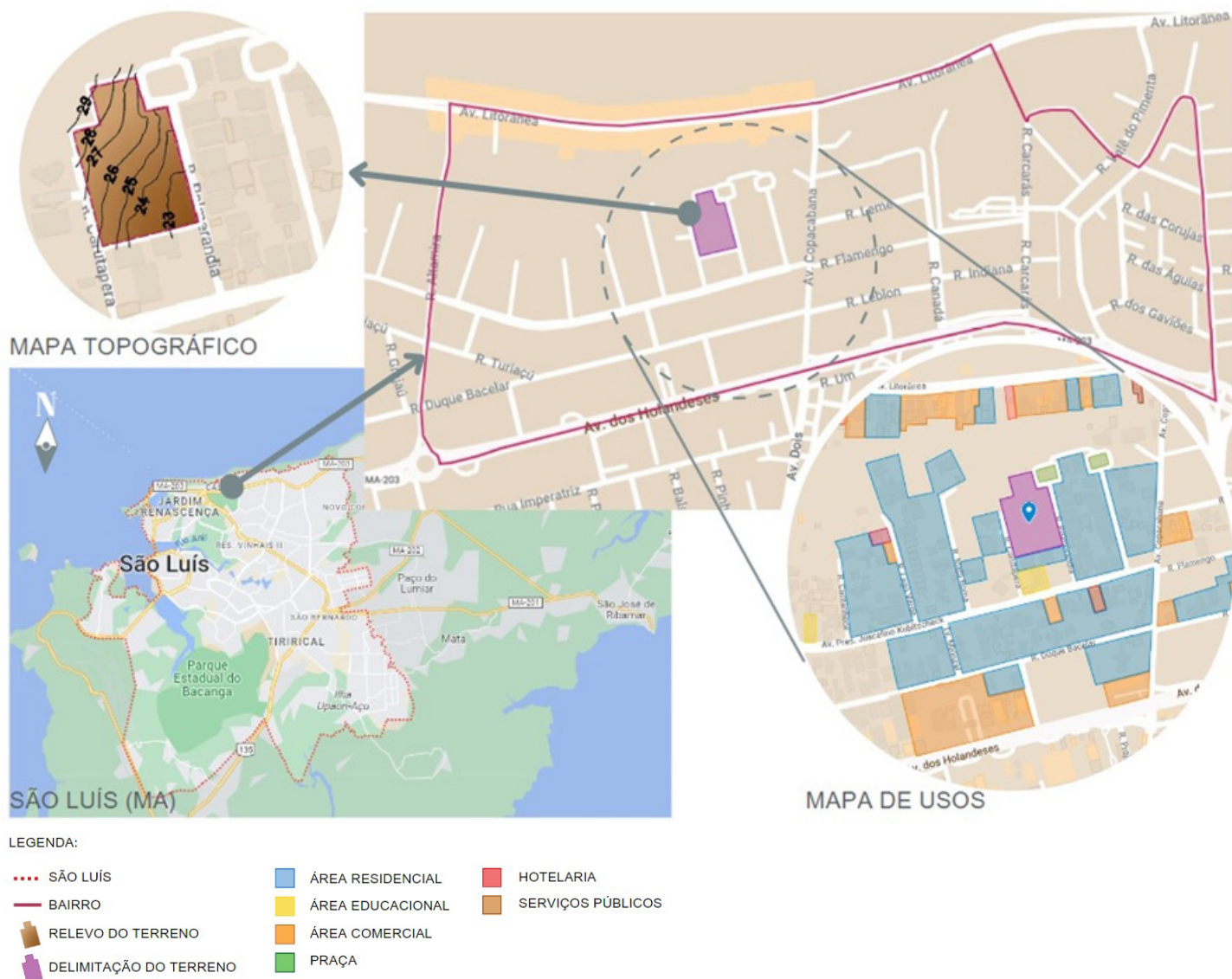


Figura 3. Mapas do Terreno

Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela autora. 2023

Com a orientação da Rosa dos Ventos, é possível perceber que o Sol nasce no Leste e se põe no Oeste, assim como a predominância dos ventos provenientes da direção Nordeste, desta forma, ao analisar o Mapa Bioclimático (Figura 4), é possível definir as aberturas dos ambientes para melhor aproveitar ventilação e iluminação naturais, assim como determinar a disposição dos cômodos, priorizando os que devem receber maior ventilação e incidência solar em detrimento de outros. São Luís pertence a Zona Bioclimática 8, portanto as construções devem possuir aberturas grandes e totalmente sombreadas, além do uso de paredes e coberturas leves e refletoras (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS, 2005).

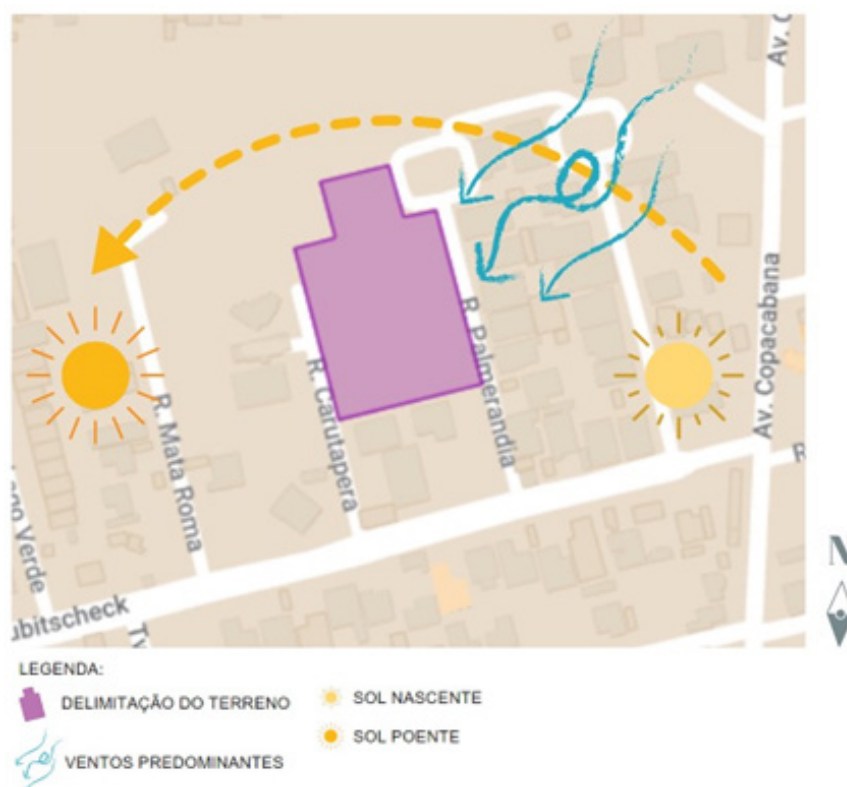


Figura 4. Mapa Bioclimático

Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela autora. 2023

De acordo com a Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de São Luís (1992), o terreno está inserido na Zona Residencial 8 – ZR8, portanto possui as seguintes diretrizes projetuais (Tabela 1):

Zona Residencial - ZR8	
ATME (Área Total Máx. Edificada)	100%
ALML (Área Livre Mín. do Lote)	50%
Área Mín. do Lote	800m ²
Gabarito	3 Pav.
Testada Mínima	20m
Afastamento Frontal	5m
Afastamento Lateral Principal	1,50m
Afastamento Lat. Secundária	1,50m
Afastamento Fundos	1,50m

Tabela 1. Índices Urbanísticos – ZR8

Fonte: SÃO LUÍS, adaptado pela autora. 1992

4.2 Conceito e Partido

O Residencial *Bella Vita* propõe resgatar a autonomia de seus moradores, assim como promover qualidade de vida e bem-estar, através de ambientes seguros, acessíveis e que incentivam a prática de atividades em grupo. Para isso, tem como partido arquitetônico a acessibilidade de seus espaços e a inserção de variados ambientes de uso comum. A arquitetura adotada brinda com características das casas de veraneio mediterrâneas, com o emprego de cores vivas, arcos abaulados, gradis e pedras.

4.3 Estudo de Manchas e Programa de Necessidades

O empreendimento divide-se em 3 Setores: Setor de Habitação, Setor de Serviços e Setor de Vivência. O Setor de Habitação corresponde a 2 tipos de Unidades Habitacionais (Tipo “A” e Tipo “B”), que diferem em metragem e disposição de cômodos; já o Setor de Serviços abriga Guarita, Lixeira, Administração e Casa de Saúde; por último, o Setor de Vivência, que acomoda a Casa de Vivência, Casa de Festas, Área de Lazer, Praças e Horta/Pomar. A setorização, pré-dimensionamento e divisão de cômodos e áreas de cada setor são apresentados na Figura 5 e na Tabela 2, que se complementam, abaixo.



Figura 5 - Mapas do Terreno

Fonte: GOOGLE MAPS, adaptado pela autora, 2023

PROGRAMA DE NECESSIDADES							
SETOR	ÁREA/CÔMODO	ÁREA M²	SETOR	ÁREA/CÔMODO	ÁREA M²		
HABITAÇÃO	UNIDADE HAB. TIPO "A"	1 SALA DE ESTAR/JANTAR	20,73	VIVÊNCIA	1 SALA AUDIOVISUAL	110,86	
		1 COZINHA	10,19		1 ATELIÊ	42,00	
		1 QUARTO	14,20		1 Á. DE ATIVID. DINÂMICAS EM GRUPO	65,24	
		1 BANHEIRO	6,30		1 D.M.L.	2,25	
		1 LAVANDERIA	10,2		1 W.C P.C.D. FEMININO	4,10	
		1 VARANDA	5,25		1 W.C P.C.D. MASCULINO	4,10	
		1 GARAGEM	16,00		1 CIRCULAÇÃO	21,15	
		JARDIM/ÁREA LIVRE	63,89				
	UNIDADE HAB. TIPO "B"	1 SALA DE ESTAR/JANTAR	20,73		CASA DE FESTAS E BANHEIROS LAZER	1 SALÃO DE FESTAS	107,84
		1 COZINHA	10,58			1 LAVABO FEMININO	3,07
		1 QUARTO	14,2			1 LAVABO MASCULINO	3,07
		1 BANHEIRO	6,3			1 D.M.L. E DEPÓSITO	4,04
		1 LAVANDERIA	8,25			1 VESTIÁRIO FEMININO	15,09
		1 VARANDA	5,13			1 VESTIÁRIO MASCULINO	15,09
1 GARAGEM	16,44	1 W.C. P.C.D. FEMININO	5,76				
JARDIM/ÁREA LIVRE	64,41	1 W.C. P.C.D. MASCULINO	5,76				
SERVIÇOS	ADMINISTRAÇÃO E CASA DE SAÚDE	SALA DO SÍNDICO	8,00	ÁREA DE LAZER	1 PISCINA	53,60	
		COPA DOS FUNCIONÁRIOS	22,75		1 CHUVEIRO	2,40	
		SALA DE DESCANSO DOS FUNCIONÁRIOS	13,95		1 ÁREA DE GINÁSTICA AO AR LIVRE	90,95	
		W.C. P.C.D.	7,00	2 QUIOSQUES P/ CHURRASCO	18,95		
		VESTIÁRIO FEMININO	9,00	PRAÇA	1 LAGO ARTIFICIAL	164,80	
		VESTIÁRIO MASCULINO	9,00		4 LOUNGES	9,00	
		SALA DE ESPERA/RECEPÇÃO	20,91		1 REDÁRIO	16,12	
		CONSULTÓRIO MULTIDISCIPLINAR	10,04		1 DECK PARA ATIVIDADES HOLÍSTICAS	66,00	
		SALA DE PRIMEIROS SOCORROS	8,09	PRAÇA DE BOAS VINDAS	85,00		
		SALA DE FISIOTERAPIA	32,22	HORTA E POMAR	91,60		
	W.C. P.C.D. FEMININO	4,10					
	W.C. P.C.D. MASCULINO	4,10					
	D.M.L.	3,41					
	LIXEIRA	8,45					
	GUARITA	GUARITA E MONITORAMENTO	9,28				
		GAIOLA ACESSO PEDESTRES	5,10				
		BANHEIRO	2,52				

Tabela 2. Programa de Necessidades

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

4.3 Implantação: Edificações e Áreas de Uso Comum

O Residencial Bella Vita está implantado (Apêndice I) num terreno de 9.676,08m² de área, com área construída total de 2.621,24m² e 7.054,84m² de área livre (desta, 2.668,44m² são considerados permeáveis). Pensando em promover atividades em grupo diversas, o empreendimento compreende as seguintes edificações e áreas de uso comum: Administração (01) com sala do síndico, copa e sala de descanso para funcionários; Casa de Saúde com consultório multidisciplinar, sala de primeiros socorros e sala de fisioterapia (01); Casa de Vivência (02) com sala audiovisual, ateliê e área de atividades dinâmicas em grupo; Guarita (03) com sala de monitoramento e banheiro; Lixeira (04) com divisão para coleta seletiva; Quiosques (05) com churrasqueira; Praça de Boas Vindas (06) com espelho d'água e cascata; Casa de Festas (07) com salão de festas e área gourmet; Piscina (08); Academia ao ar livre (09); Lounges cobertos com mesa para jogos (10); Lounges cobertos com jogo de sofás (11); Redário (12); Deck para atividades holísticas (13); Lago artificial (14); Pomar e Horta (15).

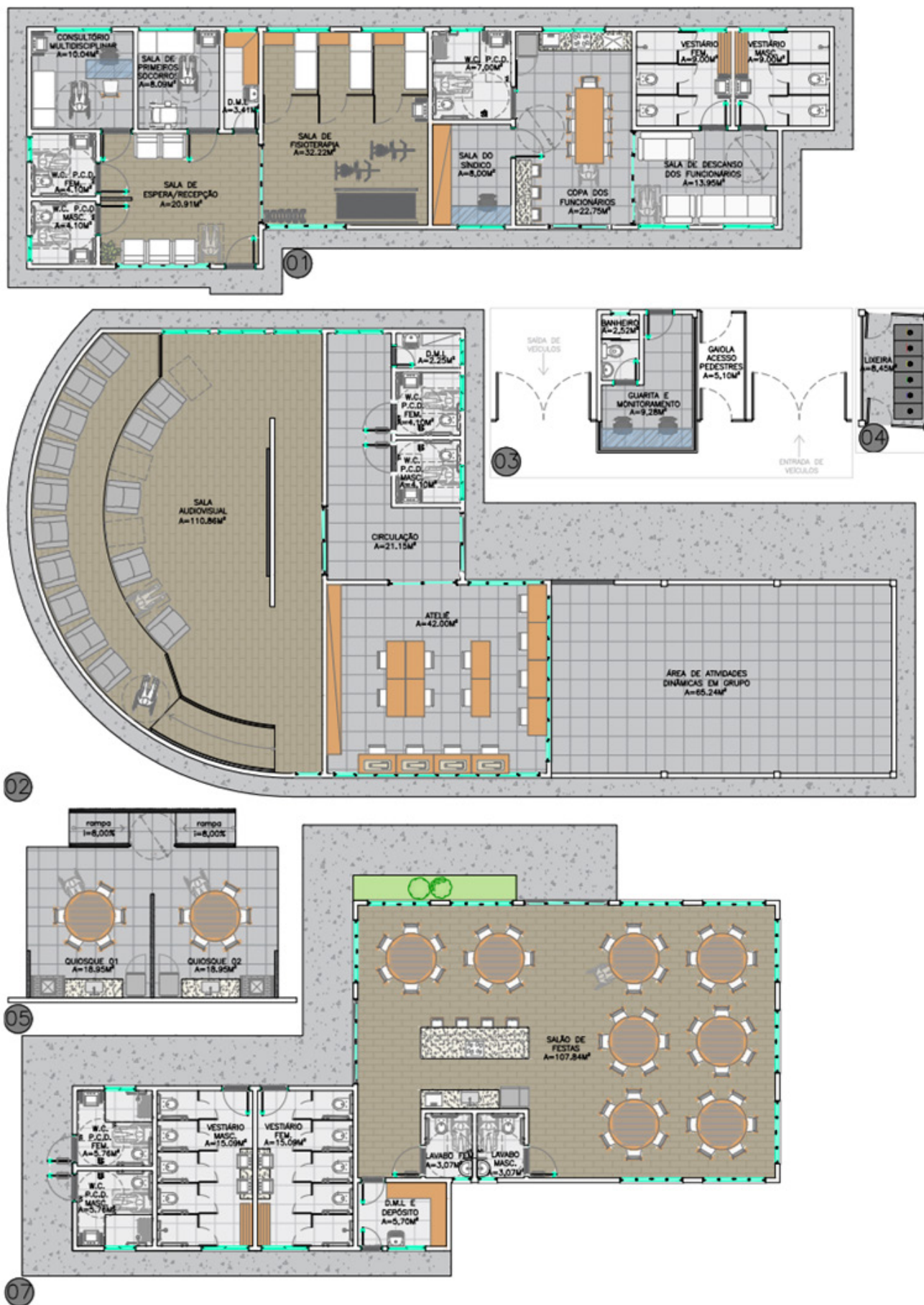


Figura 6. Plantas de Layout: 1. Administração e Casa de Saúde; 2. Casa de Vivência; 3. Guarita; 4. Lixeira; 5. Quiosques; 7. Casa de Festas. Sem Escala.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

4.4 Unidades Habitacionais

O Residencial Bella Vita possui 2 tipos de unidades habitacionais: 17 casas Tipo A com 78,71m² e 06 casas Tipo B com 80,47m² de área construída, que diferem entre si pelas áreas e disposição dos ambientes para melhor aproveitamento da ventilação e iluminação naturais, mas contam com os mesmos cômodos: sala de estar/jantar, quarto, cozinha, banheiro adaptado para pessoas com deficiência e usuária de cadeira de rodas, lavanderia, varanda e garagem, além de área livre gramada. Permite livre acesso à pessoas com cadeiras de rodas, possui móveis com cantos arredondados (para evitar que o morador se machuque em quinas), fogão tipo cooktop por indução (para diminuir o risco de acidentes com fogo), rampas com inclinação de até 8% nos acessos, revestimentos de pisos com material antiderrapante (nas áreas internas) e do tipo EXT (nas áreas externas), os layouts dos quartos possibilitam a adição de uma cama de solteiro extra (mesmo quando o quarto já é ocupado por uma cama de casal), caso o morador necessite de profissional cuidador noturno (Figura 7).



Figura 7. Unidades Habitacionais Tipo A e Tipo B, respectivamente. Sem Escala.

Fonte: Elaborado pela autora, 2023

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A velhice é um estágio da vida inerente ao desenvolvimento humano, pessoas envelhecem desde o nascimento, porém, cada indivíduo entra nesse estágio em idade diferente e adquire limitações no desempenho de atividades também em momentos diferentes.

Assim, para elucidar as considerações finais deste trabalho, resgatou-se a problemática do envelhecimento da população e a necessidade de proporcionar a esse público mais longo, uma moradia mais confortável, segura e acessível. Para atingir este propósito, a presente pesquisa resultou na elaboração de uma proposta de estudo preliminar arquitetônico e urbanístico de um condomínio residencial para pessoas idosas em São Luís/MA, contou com os dados encontrados em bibliografias acerca do envelhecimento populacional, dos princípios de Desenho Universal e Acessibilidade, dos estudos sobre os efeitos causados por esta modalidade habitacional nos seus moradores e das análises de projetos similares já consolidados no país, tornando possível, então, a compreensão das necessidades deste público. Além do encontrado no levantamento bibliográfico, foram considerados condicionantes legais e urbanísticas, estudo bioclimático, estudo de machas e elaboração de um programa de necessidades que contemplasse os pré-requisitos estipulados.

Observou-se que o desenvolvimento de condomínios adequados as necessidades de pessoas idosas, colaboram para que seus moradores tenham uma vida mais saudável, com bem-estar e autoestima. Idosos que convivem com pessoas de mesma faixa etária, exercendo atividades em conjunto e compartilhando experiências, conseguem reconquistar sua autonomia, vivem de modo mais saudável e alcançam qualidade de vida.

Ademais, até o presente momento, é desconhecida a existência de um Condomínio Residencial para pessoas idosas no município de São Luís/MA. Portanto, é reconhecida a relevância desta proposta e o intento de inspirar mais pesquisas acerca do tema.

Referências

ARAÚJO, N; SOARES, I. Programa Cidade Madura x NBR 9050: um estudo de caso na Unidade de João Pessoa. In: VIII ENCONTRO NACIONAL DE ERGONOMIA DO AMBIENTE CONSTRUÍDO E DO IX SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ACESSIBILIDADE INTEGRAL, n. 1, 2020, São Paulo/SP. **Anais do VIII Encontro Nacional de Ergonomia do Ambiente Construído e do IX Seminário Brasileiro de Acessibilidade Integral**. São Paulo/SP: Blücher, p. 317 – 327. 2020.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: Acessibilidade a Edificações, Mobiliários, Espaços e Equipamentos Urbanos. Apresentação. Rio de Janeiro, 2020.

_____. **NBR 15.220-3**: Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

BEDOLINI, A. **A Vila dos Idosos de Héctor Vigliecca: Uma Reflexão Sobre o “Fazer Arquitetura”**. In: III ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, 2014, São Paulo/SP.

BENEDETTI, T; MAZO, G; BORGES, L. Condições de Saúde e Nível de Atividade Física em Idosos Participantes e Não Participantes de Grupos de Convivência de Florianópolis. **Revista Ciências e Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro/RJ, vol. 17, n. 8, 2012. P. 2087 – 2093.

BRASIL. Lei nº 10.741, de 01 de outubro de 2003. Estatuto do Idoso. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília/DF, 01 de outubro de 2003.

CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal**: Métodos e Técnicas para Arquitetos e Urbanistas. 2ª ed. São Paulo: Editora Senac. São Paulo, 2011. p 1-285.

CASSOL, B. Arquitetura Para Ambientes Geriátricos. **Disciplinarum Scientia: Artes, Letras e Comunicação**. Santa Maria/RS, vol. 14, n. 1, p. 17 – 26, 2013.



- CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular da Paraíba. **Programa Cidade Madura**. João Pessoa/PB. 2014.
- DARDENGO, C; MAFRA, S. Os Conceitos de Velhice e Envelhecimento ao Longo do Tempo: Contradição ou Adaptação. **Revista de Ciências Humanas**, Viçosa/MG, vol. 18, n. 2, p. 149-167, jul./dez. 2018.
- DEUS, S. Um Modelo de Moradia para Idosos: O Caso da Vila dos Idosos do Pari – São Paulo (SP). **Revista Kairos – Gerontologia**. São Paulo/SP, n. 8, p. 195 – 213, nov. 2010.
- FEITOSA, L; RIGHI, R. Acessibilidade Arquitetônica e Desenho Universal no Mundo e Brasil. **Revista Nacional de Gerenciamento de Cidades**. São Paulo/SP, vol. 04, n. 28, p. 15 – 31, dez. 2016.
- GOOGLE. **Google Maps**. Disponível em: < <https://www.google.com.br/maps/@-2.4861138,-44.2478119,17.9z>>. Acesso em: 25, abr. 2023.
- IBGE. **Agência IBGE – Notícias**. IBGE Encontra 11,4 mil Pessoas com 100 Anos ou Mais de Idade nos Municípios em que fez Contagem. 21, dez. 2007. Brasília/DF.
- _____. **Projeções da População do Brasil e Unidades da Federação por sexo e idade: 2010-2060**. Brasília/DF, 2020.
- MIGUEL, E; MAFRA, S. O Condomínio Cidade Madura: Um Estudo de Caso de uma Nova Maneira de Morar da Pessoa Idosa Brasileira. **Revista Kairós – Gerontologia**. São Paulo/SP, vol. 22, n. 3, p. 211 – 226, 12, mai. 2019.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **População Mundial Deve Chegar a 9,7 Bilhões de Pessoas em 2050, Diz Relatório da ONU**. Brasília. 2019.
- _____. **Plano de Ação Internacional Contra o Envelhecimento**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2003.
- PASCHOAL, S. Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada *apud* DORNELES, V; VIELMO, G; ELY, V. Envelhecimento e Arquitetura: As Necessidades Espaciais dos Idosos em Espaços Abertos. **PIXO – Revista de Arquitetura, Cidade e Contemporaneidade**, Pelotas/RS, vol.4, n.13, p. 149-167, mar./jun./2020.
- PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO LUÍS. Lei nº 3.253, de 29 de dezembro de 1992. **Lei de Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano**. Diário Oficial do Município de São Luís, n. 88, São Luís/MA, 15, abr. 1993.
- _____. **Perfil Socioeconômico de São Luís**. Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento. São Luís/MA, 2021.
- VIGLIECCA E ASSOCIADOS. **Vila dos Idosos**. 2007. Disponível em: < <http://www.vigliecca.com.br/pt-BR/projects/elderly-housing>>. Acesso em: 11, mai. 2022.

APÊNDICE I



Apêndice I. Implantação Esquemática do Residencial Bella Vita. Sem Escala.
Fonte: Elaborado pela autora, 2023

capítulo 2

O PROCESSO DE REQUALIFICAÇÃO URBANA DA PRAÇA DA JUVENTUDE NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA

THE PROCESS OF URBAN REQUALIFICATION OF PRAÇA DA JUVENTUDE IN THE MUNICIPALITY OF SÃO JOSÉ DE RIBAMAR/MA

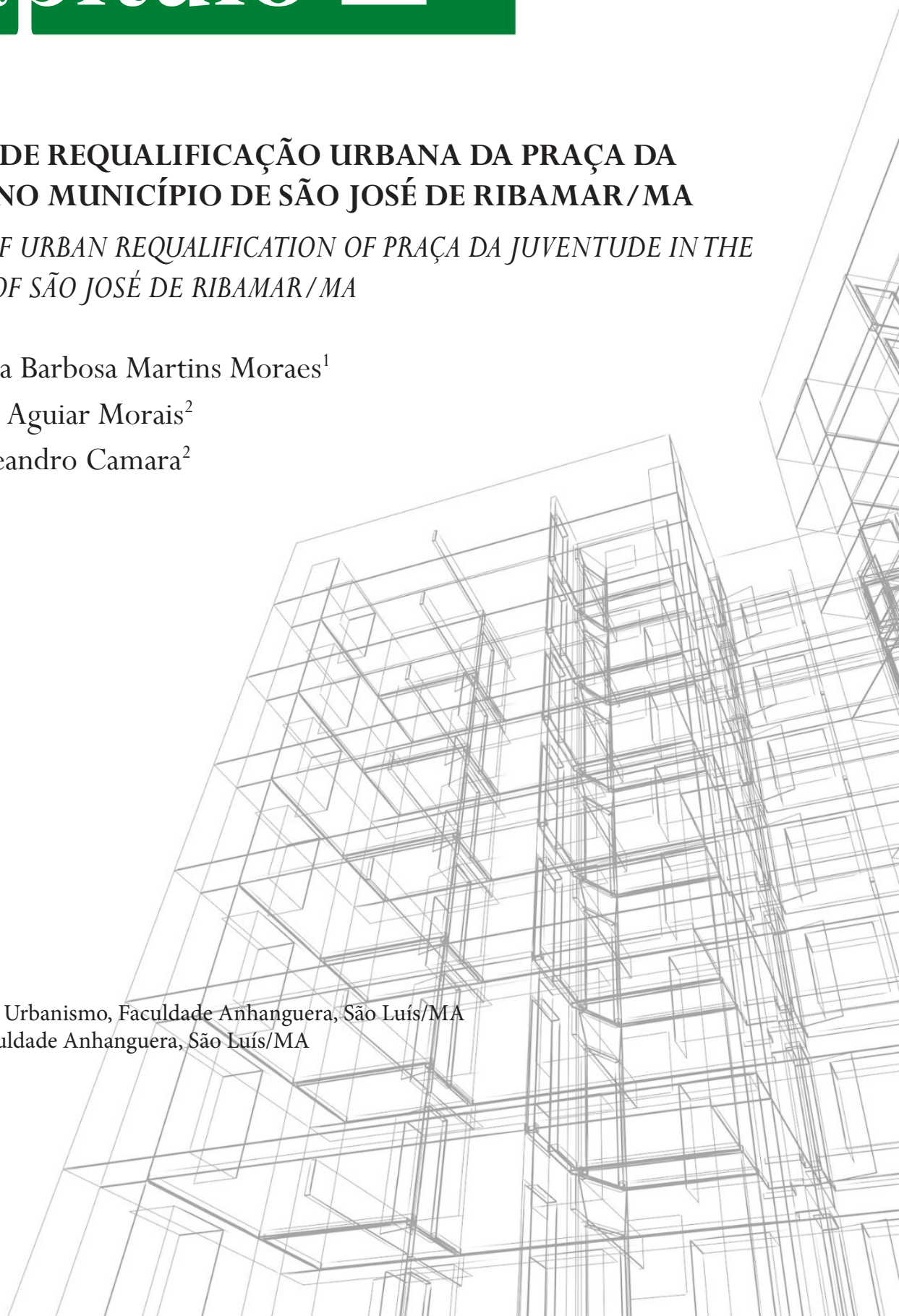
Karoline Mayara Barbosa Martins Moraes¹

Cíntia Maria de Aguiar Moraes²

Andreia Jane Leandro Camara²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

O contexto histórico e social da criação das praças está diretamente ligado ao surgimento das primeiras cidades e seu processo de estruturação. Historicamente as praças passaram por mudanças, e seu conceito foi ampliado até se tornar o que compreendemos hoje como um espaço urbano, livre de edificação e que busca além de valorizar o meio ambiente, ser um local de socialização, integração e lazer dos indivíduos que ali estão. Baseado nessa concepção, o presente estudo levanta alguns problemas que diariamente observamos nas praças da nossa cidade, como o descaso com o bem público e a sua falta de manutenção. Desse modo, será proposto um projeto de requalificação da Praça da Juventude, localizada no Jardim Araçagy III, no Município de São José de Ribamar; tendo em vista que o local não está cumprindo a sua finalidade e necessita de cuidados emergenciais. O trabalho foi realizado através de levantamento bibliográfico sobre reforma, revitalização e requalificação urbana de praças, além de levantamento dos problemas in loco e questionário sobre as principais necessidades dos usuários que utilizam essa área e sua finalidade.

Palavras-chave: Praça, Convívio social, Requalificação Urbana.

Abstract

The historical and social context of the creation of squares is directly linked to the emergence of the first cities and their structuring process. Historically, the squares have undergone changes, and their concept has been expanded to become what we understand today as an urban space, free of buildings and which seeks, in addition to valuing the environment, to be a place of socialization, integration and leisure for the individuals who live there. Based on this conception, the present study raises some problems that we observe daily in the squares of our cities, such as the neglect of the public good and its lack of maintenance. In this way, a project will be proposed for the requalification of the Praça da Juventude, located in Jardim Araçagy III, in the Municipality of São José de Ribamar; given that the site is not fulfilling its purpose and needs emergency care. The work was carried out through a bibliographic survey on topics such as reform, revitalization and urban requalification of squares, in addition to an analysis of the problems observed in the place.

Keywords: Square, Social interaction, Urban Requalification.

1. INTRODUÇÃO

O tempo hoje tem se tornado o bem mais precioso do mundo dinâmico no qual vivemos. A rotina diária, principalmente das pessoas que vivem em ambientes urbanos, torna-se um quebra-cabeça entre o tempo que há disponível e a qualidade de vida do indivíduo, o que ocasiona a preferência por situações e atividades práticas e curtas, deixando a saúde mental e física em segundo plano. Um espaço arborizado e com opção de convívio social muitas vezes se torna um local de fuga em meio ao dia a dia cheio e agitado. Desse modo, as praças surgem como um elemento indispensável no contexto urbano que, se desempenharem os papéis, para os quais foram instituídas, farão a diferença no meio do qual fazem parte.

O cenário urbano que será o objeto de estudo deste trabalho está localizado em uma área limítrofe, entres os municípios de São Luís e São José de Ribamar, ambos localizados no estado do Maranhão. O terreno encontra-se no bairro Jardim Araçagy III, que inicialmente fazia parte do zoneamento de São Luís, mas baseado nos estudos dos condicionantes urbanísticos e técnicos, passou a compor o município em questão.

O objetivo geral deste trabalho é propor um projeto de reforma e reurbanização na Praça da Juventude que seja eficaz. Não se busca necessariamente apenas uma construção ou reforma do local, mas almeja-se um levantamento sobre as necessidades da população daquele entorno, a fim de propor um produto final baseado nas dificuldades apresentadas pelos moradores, e elaborar de forma conjunta um espaço de uso coletivo, agradável e sustentável, tendo em vista que este é o conceito/partido adotado, a sustentabilidade e a funcionalidade.

O presente estudo foi realizado com base em pesquisas metodológicas, bibliográficas e documentais. Buscou-se a observação do referido local, o levantamento das normas e diretrizes que se encontra na lei de uso e ocupação do solo de São José de Ribamar (lei complementar nº 09 de 08 de novembro de 2007), além de leis que permeiam o processo de estruturação de uma praça de uso público, como, por exemplo, as normas de acessibilidade.

Foram realizadas também conversas e preenchimento de questionários com uma amostragem de 30 pessoas, dentre elas as que residem no entorno do local e outras que utilizam a praça para determinados fins, como lazer ou como fonte de renda, já que existem alguns vendedores ambulantes no local.

O objetivo deste levantamento (a partir de um estudo de caso) é a realização de um projeto que contemple os principais pontos trazidos pelos moradores como necessários, afinal estes serão os principais frequentadores do local, e assim propor um ambiente desejado e que seja de uso coletivo.

2. CONCEITO DE PRAÇA

As praças de forma conceitual têm uma definição ampla, que pode variar de acordo com a concepção e carga cultural de cada indivíduo, sendo compreendidas como qualquer espaço urbano livre com ou sem edificação que pode propiciar convivência, socialização e/ou recreação.

O crescimento e a formação das cidades têm um contexto histórico, quase sempre de forma não planejada, que na sua grande maioria acompanha o processo natural de urbanização do meio onde se encontra. A história do “nascimento” das primeiras cidades está

intrinsecamente ligada ao processo de desorganização urbana, já que por não terem um padrão ou um parâmetro a seguirem, começaram a se estabelecer mediante os valores e necessidades individuais de cada morador.

Para Benevolo (1993), a cidade é um local de estabelecimento aparelhado, diferenciado e ao mesmo tempo privilegiado, sede de uma autoridade. Ela nasce de uma aldeia, mas não é apenas uma aldeia que cresceu; ela é formada de vários outros serviços que lá são executados por diferentes sujeitos. Nasce dos excedentes produzidos e do contraste social de dominantes e subalternos.

De acordo com Rigotti, (1965 apud DE ANGELIS *et al*, 2005, p. 2) “as praças são locais onde as pessoas se reúnem para fins comerciais, políticos, sociais ou religiosos, ou ainda, onde se desenvolvem atividades de entretenimento.”

Já Spirn (1995 apud DE ANGELIS *et al*, 2005, p. 2), define praça como: “lugares para ver e ser visto, para comprar e fazer negócios, para passear e fazer política”. Já Zuliane (1995 apud DE ANGELIS *et al*, 2005, p. 2), por sua vez, “entende a praça como o lugar privilegiado e tradicional de trocas, ponto de convergências de ruas e teatro de todas as forças sociais, eixo de cada movimento”. Já Robba e Macedo (2002 apud DE ANGELIS *et al*, 2005, p. 2) partem do entendimento que: “mesmo havendo divergências entre os autores, todos concordam em conceituá-la como um espaço público e urbano, celebrada como um espaço de convivência e lazer dos habitantes urbanos.”

De acordo com Goitia (1992 apud SPENGLER, 1992), “o que distingue a cidade da aldeia não é a extensão, nem o tamanho, mas a presença de uma alma da cidade, (...) a coleção de casas aldeã, cada uma com a sua própria história, converte-se num. E este conjunto vive, respira, cresce, adquire um rosto peculiar, uma forma e uma história internas”.

Para Lima (2008), independentemente de ser praça, jardim, canteiro, parques ou qualquer outra denominação, esses “espaços verdes” são de fundamental importância, atuando diretamente na melhoria da qualidade ambiental, pois permitem melhor circulação de ar, insolação e drenagem, além de servir como referenciais cênicos da cidade.

Desse modo, os conceitos e configurações das praças passaram por alterações, seja na sua forma, perspectiva e às vezes até mesmo no seu uso; porém tudo para atender o objetivo final, que é a satisfação e o bem-estar humano.

2.1 As Praças Brasileiras

No Brasil, com a colonização e a forte influência da cultura católico-romana, as praças tiveram um viés mais voltado para reuniões sacras ou litúrgicas. Com o passar dos anos, os vazios que existiam na frente das igrejas se tornaram locais de encontros pós missa, e começaram a se identificar como praças religiosas, às vezes recebendo até mesmo o nome das igrejas de que estavam mais próximas. Sendo assim, pode compreender-se que as praças estavam sempre presentes na composição da paisagem tradicional urbana brasileira, durante todo o seu processo de formação.

De acordo com Caldeira (2007), no que tange às praças brasileiras, possuem papéis e morfologias diferenciadas; possuem em sua gênese, o caráter coletivo, lugar de manifestações, de cultos e interação social. O autor expõe que esses espaços – as praças – no solo brasileiro constituíam duas formas distintas: a primeira era nas aldeias e assentamentos indígenas, e a segunda era nas vilas e cidades que foram implantadas no âmbito urbano. Esse conceito ia se entrelaçando entre a cultura dos povos que até então aqui habitavam, bem como a dos seus colonizadores portugueses.

Outra característica marcante nas praças brasileiras é a presença de símbolos ligados à escravidão e ao poder do estado, como o pelourinho; este foi criado como um mecanismo de estabelecer controle e um espaço onde eram realizadas punições públicas.

Pode-se dizer que durante o processo de formação das vilas e cidades, mais especificamente no séc. XVIII e início do XIX, a praça brasileira foi gradativamente assumindo novas particularidades e funcionalidades, muitas vezes com alteração de sua topografia geométrica. Iniciam-se intervenções paisagísticas e de embelezamento desses espaços que já estavam em desuso e abandonados, consolidando a ideia de praça formal, regular e funcional, ou seja, que tenha um significado no seu entorno para as pessoas que a usufruem. A praça agora passou a ser pensada como um espaço estruturado, onde haja funções distintas, valorizando a paisagem verde, os passeios, lazer e contemplação.

2.2 A Requalificação de Espaços Públicos

O planejamento de uma cidade tem que ser pensado sempre levando em consideração os espaços urbanos e os elementos fundamentais que os compõem, como os bairros, praças e parques. Esses espaços, em especial as praças, são configurados como prioritários, já que impactam positivamente na vida da população, pois são locais que geram vínculos sociais e onde são desenvolvidas atividades como as práticas de exercícios físicos, e outras que, além de desenvolver o senso em comunidade e pertencimento, aproximam os indivíduos do meio ambiente e dão saúde mental, uma vez que esses locais geram a sensação de paz.

Os espaços que muitas vezes eram para o uso coletivo e de lazer, com a rotina urbana e frenética das cidades passam a apresentar deteriorações. Estas que podem ser causadas pela falta de manutenção dos órgãos de gestão pública, por fatores externos, (sol, chuva, salitre) e outras vezes pelo mau uso da própria população. Deste modo, por esses locais não terem atividades e uso constante da população, começam a se tornar ambientes que podem propiciar práticas e situações ilícitas e/ou ações duvidosas, que causam ainda mais insegurança nos moradores.

Baseado nesse panorama e com esses subsídios, propunha-se um planejamento urbano com foco em dar novamente “vida” para aquele lugar, ou torná-lo no mínimo útil para os cidadãos o utilizarem. Nesta perspectiva, destaca-se aqui a requalificação urbana para espaços de lazer como processo que pretende transformar a cidade e valorizar aspectos humanos e naturais, considerados cruciais para a construção e a percepção do lugar, bem como para a consolidação da dinamização social e econômica (SILVA, 2011).

Por meio da requalificação urbana, a paisagem vai sendo mudada e reutilizada para atender necessidades específicas de cada local, oferecendo à área uma nova utilidade, criando oportunidades sociais, econômicas e ambientais, e promovendo uma imagem melhor para a cidade ou parte dela (BEZERRA; CHAVES, 2014).

A requalificação de uma praça busca propor uma alteração através de medidas de dinamização social, econômica, cultural e paisagística; a fim de promover o estabelecimento de novos padrões de organização e utilização daquele espaço em questão, e a melhoria das condições dos equipamentos de infraestrutura. Sendo assim, para que um determinado espaço seja requalificado, é necessário um estudo qualificado sobre os objetivos e a função para a qual se deseja requalificar tal espaço, seja ele uma praça de um bairro ou uma área urbana de grande importância.

Em São Luís (MA) temos alguns exemplos atualizados sobre requalificação de praça.

A Praça da Misericórdia, localizada no centro da cidade, é uma das mais antigas da cidade e tem seu desenho original preservado e tombado a nível estadual. Esta praça é conhecida pelo famoso comércio de flores e diversos quiosques (NATUREZA URBANA, 2018).

Os projetos partem de um conceito em comum, que contempla aspectos relevantes em relação aos problemas levantados na fase de diagnóstico, buscando a adoção de soluções, técnicas e materiais resistentes, responsáveis e viáveis ambiental e financeiramente; integração do projeto às premissas de valorização cultural e paisagística, educação ambiental e criação de espaços de convívio e lazer; ordenação espacial e paisagística; novas construções que se relacionam com o entorno; e versatilidade da proposta permitindo que as soluções sejam replicadas em outras praças de São Luís.



Figuras 1 e 2. Praça da Misericórdia

Fonte: Google Imagens

3. ANÁLISE DO CONTEXTO URBANO E CONDICIONANTES

De acordo com pesquisas, o processo de construção do bairro do Cohatrac teve seu início em meados do ano de 1974 com algumas unidades habitacionais estruturalmente padronizadas (casas de 1 pavimento com sala, 2 quartos, cozinha, 1 banheiro e quintal). O primeiro conjunto a ser entregue foi o Cohatrac I, com o passar dos anos outros bairros vieram, como o Cohatrac II, III e IV. Segundo Oliveira (1996 apud ANUNCIAÇÃO, 2003), o Cohatrac surgiu em 1978, contendo 875 unidades habitacionais, com uma população estimada em aproximadamente 2.625 habitantes.

A princípio o Cohatrac pertencia ao município de São José de Ribamar, mas foi anexado à São Luís em 1985, devido à relação direta que possuía com a cidade. O decreto lei que regula essa anexação é o de nº 4662 de 02/09/1985, que retira os conjuntos residenciais dos Cohatracs I, II, III e IV e o Parque (Jardim) Primavera da jurisdição de São José de Ribamar e os repassa para o município de São Luís. No entanto, alguns bairros que posteriormente foram se configurando passaram a pertencer ao município de São José de Ribamar devido à sua localização, como é o caso do Jardim Araçagy III.

O processo de construção do Cohatrac, assim como o da maioria dos bairros de São Luís e municípios vizinhos como São José de Ribamar, está atrelado a inúmeras falhas no trabalho de conservação ambiental. Nas imediações do bairro havia uma vasta área verde de preservação ambiental permanente, além de várias margens de rios e riachos; com o crescimento populacional e de habitação sem os devidos cuidados, os cursos de águas foram extintos e/ou sendo contaminados por despejo dos efluentes domésticos.



Figura 3. Mapa de localização do terreno.

Fonte: Google Maps

3.1 A Praça da Juventude

A praça que será o objeto de estudo situa-se entre as ruas do Jardim Araçagy III. Como mencionado anteriormente este já faz parte do município de São José de Ribamar, por isso contará com as diretrizes relacionadas à referida localidade.

Embora a Praça da Juventude seja um local limítrofe entre os dois municípios mais importantes da Ilha, ela sempre foi de certo modo “esquecida” pelos órgãos públicos. Por muitos anos esteve abandonada e totalmente em desuso, se tornando um local propício para situações ilícitas e por vezes favorecendo a criminalidade. Os moradores mais antigos no bairro informam que durante muitos anos a divergência sobre quem seria responsável pela área era tamanha, que chegavam a serem feitas duas cobranças do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana – IPTU (um de São José de Ribamar e o outro de São Luís).

No entanto, após muitas denúncias referentes às ruas, asfaltamento e falta de manutenção, em especial na Praça da Juventude, a Prefeitura de São José de Ribamar iniciou a reforma na praça por volta do ano de 2008. Porém, mesmo após a intervenção, não houve um acompanhamento das autoridades no que se refere à sua manutenção; desse modo, tudo foi se deteriorando até chegar à realidade observada nas Figuras 4 e 5.

Observa-se que os mobiliários urbanos, como praça, lixeiras, postes, etc. estão em péssimo estado de conservação, além de sofrer a ação dos agentes climáticos e biológicos, sendo ainda desgastados por vândalos, piorando a situação em que se encontram. A quadra poliesportiva está em completo abandono, sem portões e telhados; a estrutura encontra-se cheia de rachaduras e se tornou um perigo para quem ainda frequenta o local.



Figura 4. Praça da Juventude
Fonte: Elaborado pela autora (2023)



Figura 5. Praça da Juventude
Fonte: Elaborado pela autora (2023)

3.2 Topografia e Entorno

O terreno objeto deste estudo é definido como uma área livre, com bastante vegetação nativa, árvores de grande porte e poucas edificações, situado em uma área de 5.871,829 m² e com limites entre a rua vinte e cinco (norte), rua dezessete (sul), rua vinte oito (oeste) e rua trinta e um (leste), pertencente ao bairro do Jardim Araçagy III – Cohatrac, município de São José de Ribamar.

O entorno da praça é caracterizado pelo predomínio quase que unânime do uso residencial, com casas, em sua grande maioria, de um pavimento e com a mesma área de lote, diferenciando-se apenas daquelas que situadas nas esquinas das ruas, que possuem os terrenos maiores.

Atualmente é um local utilizado pela população para a prática de algumas atividades, porém muitas delas limitadas por conta da estrutura precária. Há uma quadra de futebol de campo e uma quadra poliesportiva, praticamente sem uso devido à cobertura que cedeu ou foi arrancada pelas chuvas. Na área da praça também há uma estrutura privada com um bar, que, de acordo com os moradores e proprietários, tem o direito legal e documentado junto à prefeitura de estabelecer-se naquele espaço. Por fim, há uma estrutura construída com o objetivo de os moradores desenvolverem atividades e oficinas, mas atualmente abriga a APAE de São José de Ribamar.

No que se refere aos condicionantes viários da área, o bairro conta com algumas linhas de ônibus que fazem esse tráfego urbano; no entanto, ao redor ou próximo à praça,

só trafega uma única linha de ônibus – Alvorada Ipase – alvo de muitas reclamações dos moradores quanto à demora. Embora fique dentro do bairro Jardim Araçagy III, Praça da Juventude tem vários acessos por bairros circunvizinhos, como Cohatrac V, Itaguara e a MA 202 (Estrada da Maioba).

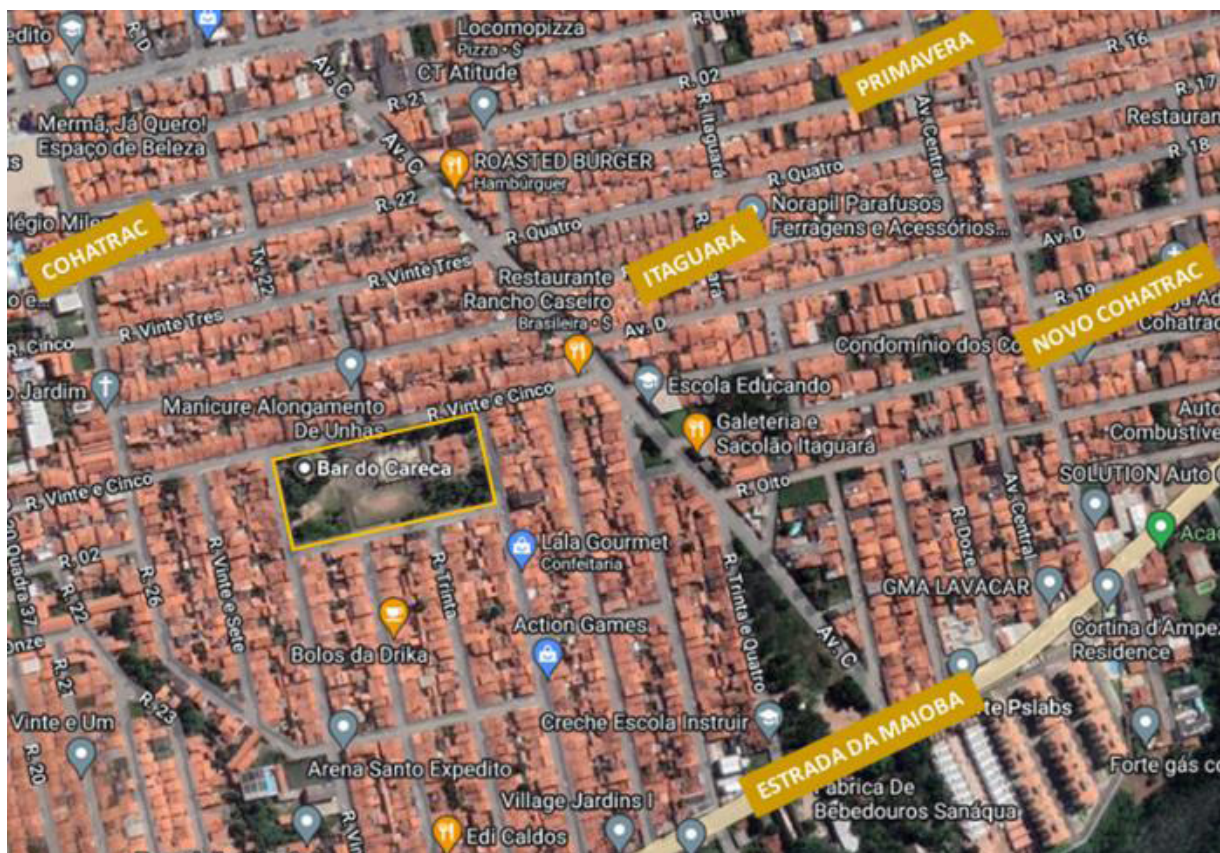


Figura 6. Bairros no entorno da Praça da Juventude

Fonte: Google Maps (2023)

3.3 Estudo Bioclimático e Estudo de Manchas

Logo a seguir, na Figura 9, podemos observar os condicionantes físicos e ambientais que exercem influência sobre a determinada área do estudo.

O estudo de manchas do local segue as diretrizes estabelecidas na análise bioclimática, alocando as áreas de maior permanência, como academia, playground e alguns mobiliários, em um espaço onde fiquem mais privilegiadas e não sejam prejudicadas pelas condições climáticas. As quadras que já estão no local não sofreram alterações na sua localização, apenas adequações e melhorias em sua estrutura.

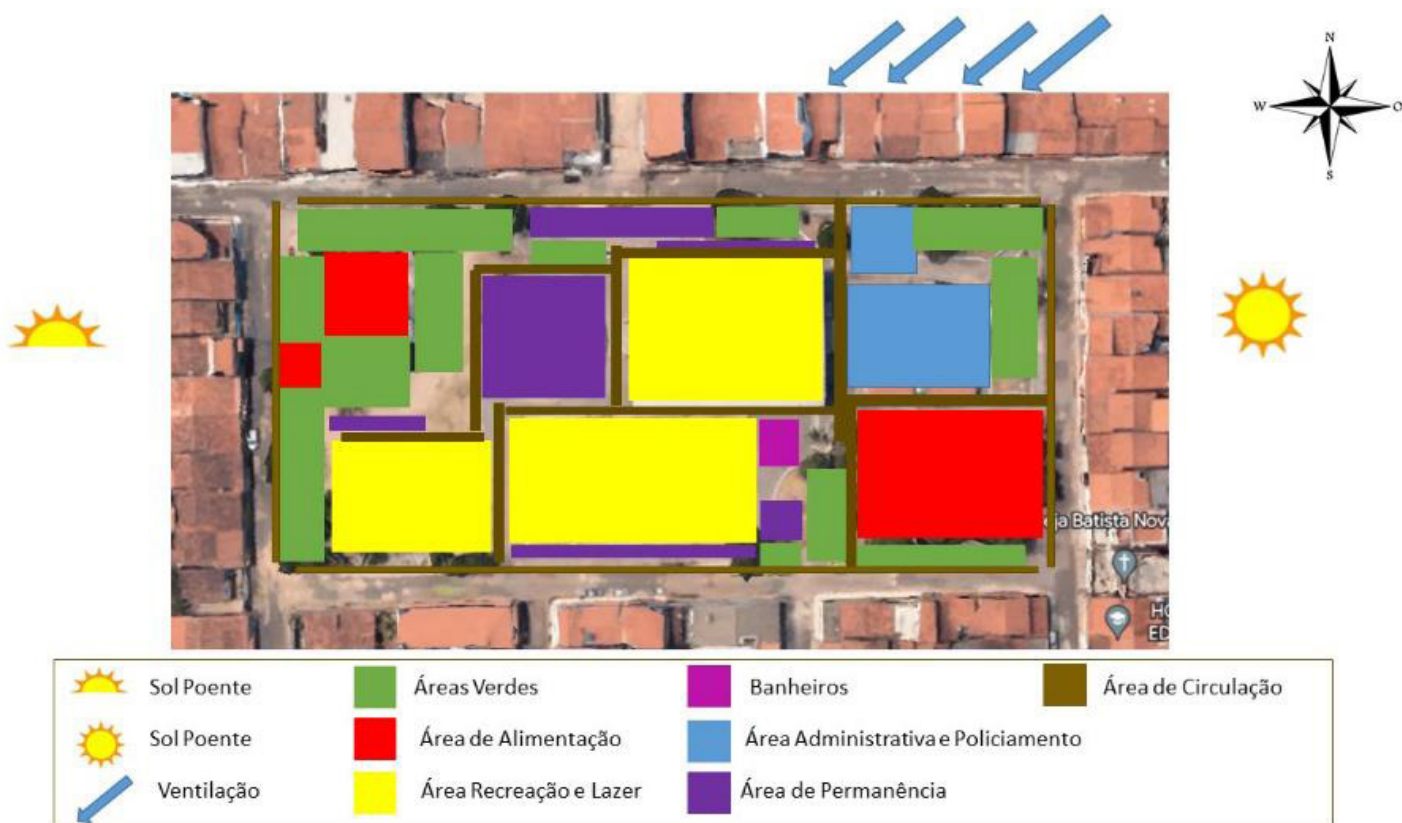


Figura 7. Estudo bioclimático e manchas

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

3.4 Condicionantes Legais

Como já citado anteriormente, a praça na qual iremos desenvolver o projeto está localizada no município de São José de Ribamar, desse modo utilizaremos as condicionantes legais do referido município para dar suporte à elaboração, como a Lei Complementar nº 09 de 08 de novembro de 2007, que dispõe sobre o zoneamento, parcelamento, uso e ocupação do solo do município de São José de Ribamar no Estado do Maranhão.

Com base na referida lei de zoneamento, a Praça da Juventude encontra-se localizada na ZDS 2 (Zona de Desenvolvimento Social 2); desse modo, segue os índices estabelecidos na Tabela 1.

SIGLA	ZONA	Área Mínima do Lote (m ²)	Testada Mínima (m)	ATME (%)	ALML (%)	Afast. Frontal (m)	Gabarito Máximo (unid.)
ZC	Zona Central	525	15	140	30	03	02
ZR 1	Zona Residencial 1	800	15	180	40	03	03
ZR 2	Zona Residencial 2	1.000	20	360	40	06	06
ZR 3	Zona Residencial 3	800	20	180	40	05	03
ZR 4	Zona Residencial 4	1.000	20	180	40	05	03
ZR 5	Zona Residencial 5	525	15	120	40	05	02
ZR 6	Zona Residencial 6	1000	20	80	60	05	02
ZR 7	Zona Residencial 7	525	15	100	50	05	02
ZR 8	Zona Residencial 8	1000	20	120	60	05	02
ZR 9	Zona Residencial 9	800	20	140	30	03	02
ZR 10	Zona Residencial 10	525	15	120	30	03	02
ZDS 1	Zona de Desenvolvimento Social 1	240	12	180	30	03	03
ZDS 2	Zona de Desenvolvimento Social 2	240	12	210	30	03	03
ZDS 3	Zona de Desenvolvimento Social 3	240	12	210	30	03	03
ZDS 4	Zona de Desenvolvimento Social 4	240	12	210	30	03	03
ZITC 1	Zona de Interesse Turístico e Cultural 1	525	15	210	30	03	03
ZITC 2	Zona de Interesse Turístico e Cultural 2	525	15	210	30	03	03
ZIPA 1	Zona Industrial de Produção de Alimentos 1	800	20	100	50	10	02

Tabela 1, Índices Urbanísticos

Fonte: Lei Complementar N° 9 de 8 de novembro de 2007/MA

Gabarito	Lateral Principal (m)	Lateral Secundária (m)	Fundos (m)
3	1,50	1,50	2,00
2	1,50	1,00	1,00
1	1,00	1,00	1,00

Tabela 2. Índices de Afastamentos Mínimos Laterais e de Fundo da ZDS.

Fonte: Lei Complementar N° 9 de 8 de novembro de 2007/MA

3.5 Programa de Necessidades

O presente estudo busca prioritariamente desenvolver um projeto que possa melhor atender o público daquela área. Por essa razão foi desenvolvido um questionário que busca identificar as principais queixas e necessidades que os moradores julgam como necessárias. Partindo do entendimento de que um bom projeto é pensado e desenvolvido ouvindo os principais sujeitos envolvidos (que neste caso são os moradores), foram estabelecidos alguns espaços, tais como uma área de recreação infantil, área para a prática de esportes, área verde, banheiros de uso público e uma área destinada a lanches.

Setor	Ambiente	Descrição	Quant.	Área
Administrativo	Fiscalização e Outros	Policiamento e APAE (que já existe no local)	2	476.63 m ²
Social	Área de Permanência	Ambiente de convivência	x	1.187 m ²
Alimentação	Quiosques e Lanchonetes	Ambiente para venda de comidas	5	346.4 m ²

Recreação/Lazer	Academia e Playgroud	Ambiente para se exercitar e para recreação	2	874.03m ²
Áreas Verdes	Vegetação/ Jardins Baixo e Canteiros	Ambientes Naturais	x	1.723 m ²
Banheiros	Uso Público em Geral	Masculino/Feminino/PCD	3	108.90 m ²
Circulação	Ciclovias e Calçadas	Local de Passagem	x	1.157 m ²
Total				5.305 m²

Tabela 3. Programa de Necessidades

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

4. PROPOSTA DE INTERVENÇÃO

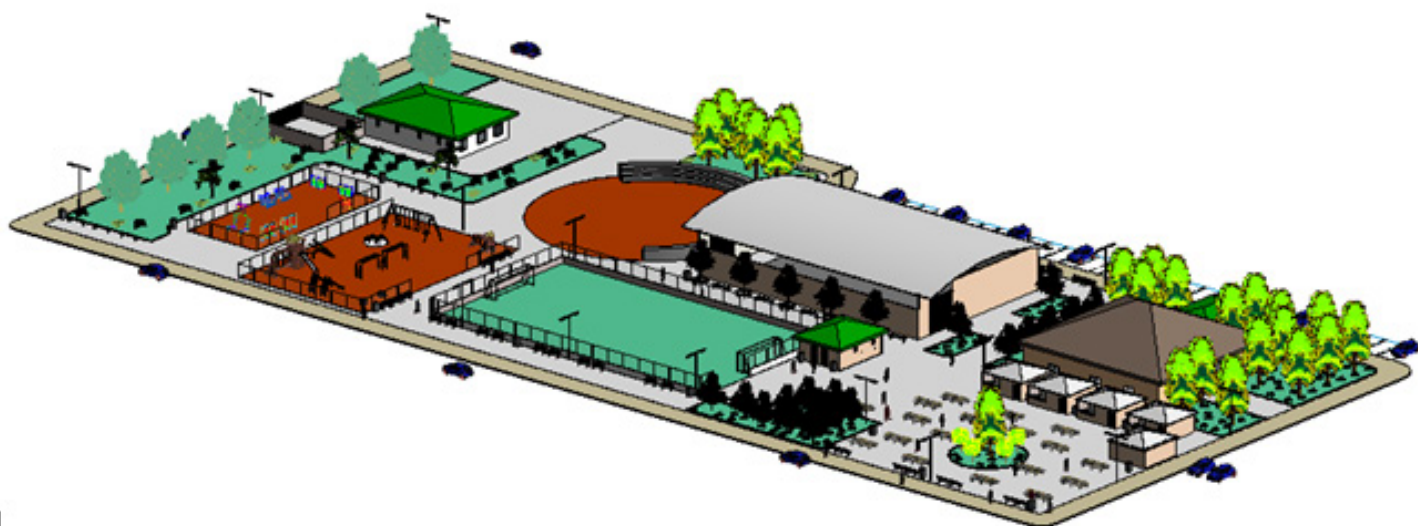


Figura 8: Planta Baixa

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

O Projeto de requalificação urbana da Praça da Juventude no Município de São José de Ribamar/MA foi elaborado pensando no usufruto da comunidade e nas queixas e inquietações dos moradores. Desta forma, propõe-se a criação de uma área de lazer para crianças, com espaços para brinquedos infantis, de preferência em madeira e plástico, o que facilita a conservação e manutenção (Figura 10). Pensou-se também em uma área para a prática de atividades de ginástica, ou seja, uma academia ao ar livre, levando em consideração que essa atividade é muito comum entre os moradores da região, mesmo com todas as precariedades (Figura 9).



Figura 9. Academia

Fonte: Elaborado pela autora (2023)



Figura 10. Playground

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A intenção é fazer com que a praça seja mais frequentada, para isso idealizou-se uma área com maior convívio social, daí a proposta de um local com espaço para lanches com quiosques e mesas, uma vez que isso deixa o ambiente mais atrativo para estar com amigos e familiares (Figura 11). Outro ponto proposto nesse projeto foram os banheiros de uso público e adaptados, já que no local, embora haja uma quadra de esportes e o fluxo de pessoas seja intenso, não há nenhum sanitário (Figura 12).



Figura 11. Área de lanches e quiosques

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

A requalificação propõe também a reforma e manutenção dos espaços e ambientes que estão deteriorados, como as quadras, canteiros, as áreas verdes e alguns mobiliários.

Os mobiliários pensados para compor a praça foram propostos baseados nos já existentes, como o caso dos bancos de concreto. Além disso, serão realocadas algumas vegetações que estão de forma soltas e sem uso na praça, dando uma nova identidade visual e reafirmando o conceito e partido estabelecido neste projeto que é o de uma área verde com uso social e comercial, tudo pensado e discutido com a comunidade, através da associação de moradores do bairro.



Figura 12. Banheiros públicos

Fonte: Elaborado pela autora (2023)



Figura 13. Estacionamento

Fonte: Elaborado pela autora (2023)

5. CONCLUSÕES

No decorrer deste trabalho foi observado como os diversos ambientes podem interferir na vida das pessoas. Espaços como praças têm valor cultural, social e afetivo na vida da comunidade que o permeia. Desse modo, com base em estudos e levantamentos no bairro Jardim Araçagy III, foi identificada uma praça que tem todos estes aspectos, porém atualmente se encontra em situação de desuso parcial ou total.

Este trabalho é um estudo preliminar de um projeto para requalificação da Praça da

Juventude que se encontra no Município de São José de Ribamar/MA. A praça traz uma representatividade cultural marcante no bairro onde está localizada, pois se tornou um espaço de encontro e lazer dos moradores que ali residem. No entanto, com a degradação e a falta de manutenção pelos órgãos competentes, o ambiente ficou pouco utilizado e muitas vezes se tornou um espaço inseguro, de acordo com os moradores.

A requalificação, principalmente no contexto urbano, consiste num conjunto de ações e medidas que procurem promover a vida dos espaços urbanos em que atuam, passando pela promoção da regeneração das casas e dos edifícios, a promoção do emprego, a arquitetura dos acessos e espaços da zona urbana e, em traços gerais, a imagem exterior e interior dela. Por essa razão, foi proposto, com base nas principais queixas dos moradores (através do questionário aplicado), um local atrativo e que pudesse atender os diversos públicos que ali frequentam: crianças, idosos, jovens e profissionais liberais.

Foi proposto um espaço para lanchonetes e quiosques, assim como banheiros públicos, academia ao ar livre, brinquedos infantis e a construção de um espaço para posto base de policiamento. Além disso, serão reformados os ambientes que já existem, como as duas quadras de esportes, e reestabelecidas as áreas verdes, preservando todas as árvores presentes na região.

Referências

ANUNCIAÇÃO, Ada Maria Chagas. **Segmentos socioespaciais urbanos do Cohatrac**: gênese e dinâmica da unidade do Novo Cohatrac. São Luís – MA. Monografia (Licenciada em Geografia), Universidade Federal do Maranhão, 2003.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro: ABNT, 2015.

DE ANGELIS, Bruno Luiz Domingues *et al.* Praças: História, Usos e Funções. **Coleção Fundamentum 015**. Maringá: EDUEM, 2005.

BENEVOLO, Leandro. **História da Cidade**. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1993.

BEZERRA, A. M. M.; CHAVES, C. R. C. Revitalização urbana: entendendo o processo de requalificação da paisagem. **Revista do CEDS** – Periódico do Centro de Estudos em Desenvolvimento Sustentável da UNDB, n. 01, 2014.

CALDEIRA, Júnia Marques. **A Praça Brasileira: trajetória de espaço urbano – origem e modernidade**, 2007. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

GOITIA, F.C. **Breve história do urbanismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1992.

LIMA, Ana Maria Liner Pereira *et al.* Problemas de utilização na conceituação de termos como espaços livres, áreas verdes e correlatos. *In* 2º Congresso Brasileiro Sobre Arborização Urbana, 1994, Anais [...] São Luís. p. 539-550. Disponível em: <https://www.erambiental.com.br/var/userfiles/arquivos69/documentos/12925/Lima-EtAl-AreasVerdes-1994.pdf>. Acesso em: 13 maio 2023.

Requalificação Urbana de Praças – São Luís/Maranhão: Acupuntura do Centro Histórico. **Natureza Urbana**, São Luís, 2018. Disponível em: <https://naturezaurbana.net/projetos/pracas-em-sao-luis/>. Acesso em: 16 jun. 2023.

SÃO JOSÉ DE RIBAMAR. Lei Complementar nº 09 de 08 De novembro de 2007. Dispõe sobre o Zoneamento, Parcelamento, Uso e Ocupação do solo do Município De São José De Ribamar, no Estado Do Maranhão, e dá outras providências. Disponível em: https://antigo.mdr.gov.br/images/stories/ArquivosSNPU/RedeAvaliacao/SaoJoseRibamar_ZoneamentoMA.pdf. Acesso em 16 jun. 2023.

capítulo 3

CENTRO DE ACOLHIMENTO E APOIO A MORADORES DE RUA

HOMELESS RECEPTION AND SUPPORT CENTRE

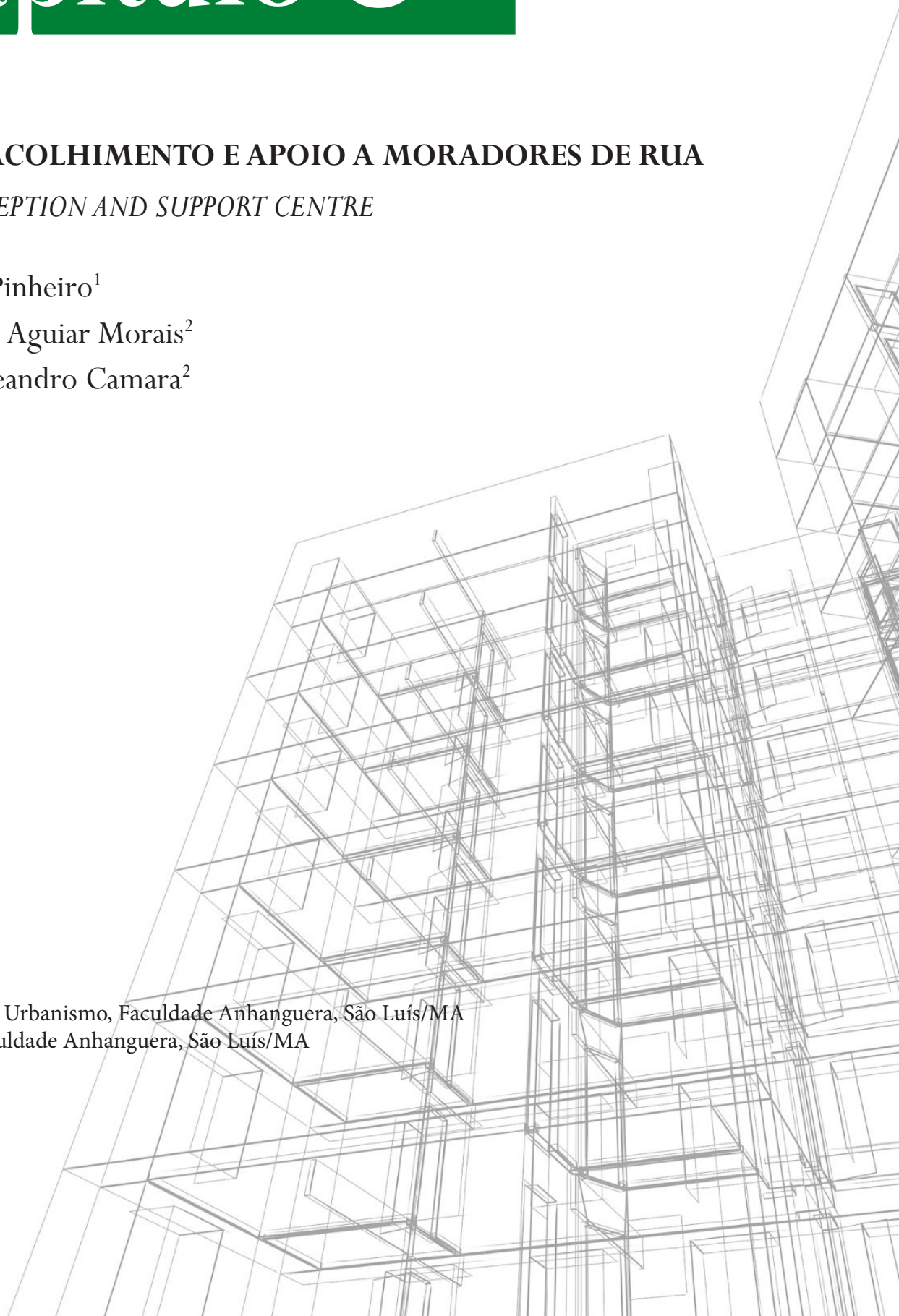
Aline Cristina Pinheiro¹

Cíntia Maria de Aguiar Morais²

Andreia Jane Leandro Camara²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

O grande aumento de moradores de rua acontece desde mudanças decorrentes do sistema capitalista, como a diminuição de empregos, a presença de trabalhadores aptos, mas sem espaço no mercado e a oferta de trabalho precário e informal, sentida para o aumento da população em situação de rua, além disso, a pobreza também é um fator que favoreceu a expansão desse problema social. Diante disso, esta população, são forçadas a utilizar temporariamente ou permanentemente os espaços públicos como abrigo e meio de subsistência. Essa realidade reflete a exclusão social daqueles que precisam ter acesso às necessidades básicas de sobrevivência. Em São Luís - MA há poucos serviços de atendimento para essa população, portanto, propõe-se um estudo para criar um centro de acolhimento temporário que vise atender as necessidades básicas, como saúde, educação, moradia e qualificação profissional. Para isso a pesquisa exploratória através de revisão bibliográfica, pesquisas em trabalhos e publicações acadêmicas, revista ou sites especializados embasando o projeto com a finalidade de identificar e entender os motivos que podem levar a utilizar o espaço urbano como moradia, por fim espera-se que este trabalho contribua para que os órgãos competentes intensifiquem seus esforços, fornecendo abrigos com serviços de qualidade, auxiliando na formulação de diretrizes para projetos futuros de centros de acolhimento e inspirando a criação de espaços que favoreçam a reinserção social dessas pessoas, respeitando a marginalização e promoção da igualdade e da dignidade humana.

Palavras-Chaves: Acolhimento, Situação de rua, Reintrodução na sociedade.

Abstract

The large increase in homeless people is due to changes resulting from the capitalist system, such as the reduction of jobs, the presence of able workers, but without space in the market and the offer of precarious and informal work, felt for the increase of the population in situation of street, in addition, poverty is also a factor that favored the expansion of this social problem. Therefore, this population is forced to temporarily or permanently use public spaces as shelter and means of subsistence. This reality reflects the social exclusion of those who need access to basic survival needs. In São Luís - MA there are few care services for this population, therefore, a study is proposed to create a temporary shelter center that aims to meet basic needs, such as health, education, housing and professional qualification. For this, exploratory research through bibliographical review, research in works and academic publications, magazine or specialized sites supporting the project in order to identify and understand the reasons that may lead to the use of urban space as housing, finally it is expected that this work contributes to the competent bodies to intensify their efforts, providing shelters with quality services, assisting in the formulation of guidelines for future projects of reception centers and inspiring the creation of spaces that favor the social reintegration of these people, respecting marginalization and promoting equality and human dignity.

Keywords: Reception, Street situation, Reintroduction in society.

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo geral desenvolver um anteprojeto de um centro de acolhimento para moradores de rua, dessa forma tem como finalidade de identificar e entender a população de rua e quais os motivos que podem levar a utilizar o espaço urbano como moradia, o crescimento do número de pessoas em situação de rua é um desafio enfrentado por muitas cidades ao redor do mundo, incluindo São Luís. A falta de moradia adequada e de acesso a serviços básicos coloca esses indivíduos em uma situação vulnerável, afetando sua saúde física, mental e social. Nesse contexto, surge a necessidade de criar um centro de acolhimento e apoio aos moradores de rua, visando oferecer um ambiente seguro, acolhedor e que promova a reintegração social dessas pessoas. Diante das informações apresentadas será usada uma pesquisa exploratória definida por métodos descritivos ao decorrer do desenvolvimento deste artigo, procurou-se um referencial teórico que possibilite entender sobre o tema em índices e estatísticas sobre a população de rua e quais as principais políticas que auxiliam essa população.

A criação de um centro de acolhimento e apoio a moradores de rua busca não apenas suprir as demandas imediatas dessas pessoas, como abrigo e alimentação, mas também oferecer um suporte abrangente, contemplando serviços de saúde, assistência social, capacitação profissional, inserção no mercado de trabalho e atividades de lazer. O centro será concebido como um local inclusivo e seguro, onde os moradores de rua possam reconstruir suas vidas e encontrar oportunidades para superar sua situação atual. A experiência da pobreza é um aspecto importante da falta de moradia. Rosa, Bezerra e Vieira (1994) argumentam que o aumento da pobreza expõe a população à insegurança econômica e ao desemprego e aumenta o uso do espaço público para moradia e subsistência. Costa et al (2015), concordam que as pessoas que dependem das ruas para sobreviver acabam por apresentar condições de miséria, abandono e vulnerabilidade social que refletem a pobreza.

De acordo com dados do IPEA (2020) havia mais de 222 mil pessoas no Brasil morando nas ruas, levadas pelos mais variados motivos e que não se pode submeter ao julgamento. Na cidade de São Luís tem se tornado comum encontrar pessoas nessa situação, independentemente de faixa etária, ou sexo, sejam crianças, adultos, com problemas psicológicos ou econômicos (IPEA, 2020).

Em 2009 foi promulgado a Resolução do Conselho Nacional De Assistência Social- CNAS N° 109, de 11 de novembro de 2009, que exemplifica cada tipo de serviço oferecido aos usuários como centros de acolhimento institucionais, casas de passagem e ainda define seus usuários como pessoas em situação e vulnerabilidade social em razão de pobreza, com vínculos familiares rompidos e baixo ou nulo acesso a serviços públicos básicos. Essa política visa entender melhor as necessidades dessa população e estabelecer medidas legais que as beneficiem, o principal objetivo desta lei foi dar apoio e assistência social e garantido direitos básicos com acesso à saúde, moradia, trabalho e educação, também promovendo a inclusão social, buscando soluções efetivas para enfrentar os desafios que estão diante deste grupo. Esta iniciativa demonstra o compromisso do governo em promover a inclusão social, assegurar direitos e combater a marginalização enfrentada pelas pessoas em situação de rua.

Em suma, através da metodologia, este trabalho será desenvolvido através de uma abordagem multidisciplinar, envolvendo estudos sobre as condições sociais e felicidade dos moradores de rua em São Luís, bem como análises de projetos arquitetônicos semelhantes em outras partes do país e do mundo. Serão realizadas pesquisas de campo para



coleta de dados relevantes sobre as necessidades e demandas dessa população específica.

Com base nessas informações, serão elaborados estudos preliminares e conceituais, levando em consideração critérios como acessibilidade, sustentabilidade, funcionalidade e estética. Será dada ênfase à criação de espaços flexíveis, adaptáveis e acolhedores, capazes de promover a proteção e o bem-estar dos moradores de rua.

Espera-se que este estudo contribua para a compreensão das necessidades específicas dos moradores de rua em São Luís, auxiliando na formulação de diretrizes para projetos futuros de centros de acolhimento, e inspirando a criação de espaços que favoreçam a reinserção social dessas pessoas, respeitando a marginalização e promoção da igualdade e da dignidade humana.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Primeiros abrigos

Segundo a definição de abrigo pelo dicionário Aurélio, (2020) é um lugar de refúgio contra intempéries. O abrigo é o nome dado a um lugar natural ou artificial, que serve de refúgio contra o mau tempo, pode ser entendido como amparo ou ajuda, pode-se ver que este não está relacionado como proteção somente ao clima, o abrigo pode estabelecer uma disposição social e emocional.

O entendimento de abrigo se origina de tempos remotos atrás, desde a Pré-história onde nossos antepassados utilizavam lugares ou objetos como peles de animais, folhas, troncos de árvores para se esconder de intempéries climáticas ou até mesmo de perigos selvagens daquela época. (PEREIRA, 2010)

2.2 População de rua, quem são?

Segundo a Política Nacional para a População em Situação de Rua-NPSR (2009), ela caracteriza essas pessoas como;

“População em situação de rua o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória” (BRASIL, 2009 p.8).

Pode se ver que há inúmeros fatores que propiciam esse cenário, a população de rua sempre existiu diante da sociedade, além disso essa população é bastante diversificada em relação ao gênero e idade pois são homens, mulheres crianças, transexuais e como se percebe há pessoas de outras nacionalidades, e que abrange quase dignidade e igualdade todas as camadas da rua como Silva (2006) mostra:

Em todas as épocas e lugares sempre se presenciou discriminações negativas relacionadas às pessoas em situação de rua. As diversas denominações pejorativamente utilizadas pela sociedade para designá-las, são exemplos do preconceito social existente: “mendigos”, “maloqueiros”, “náufragos da vida”,

“rejeitados”, “indesejáveis”, “pedintes”, “encortiçados”, “toxicômanos”, “maltrapilhos”, “psicopatas”, “carentes”, “doentes mentais”, entre outros (SILVA, 2006, p.92-93).

Há vários fatores que estão interligados entre esses grupos, que podem levar uma pessoa a viver nas ruas como problemas com álcool e outras drogas, econômico, falta de emprego, doenças mentais e vínculos familiares fragilizados, como desavenças entre familiares e até mesmo violência doméstica (BRASIL, 2014).

2.3 Pessoas em situação de rua no Brasil

De acordo com os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA (2020) o Brasil não realiza contagem oficial da população em situação de rua em nível nacional. Por conta disso, torna-se difícil incluir adequadamente esse segmento nos “cenários de atenção pública” e no planejamento governamental em geral (SCHUCH, 2015).

Tendo em vista os últimos acontecimentos globais, que contribuiu diretamente para o aumento do número dessa estimativa. IPEA, (2020). No mundo todo dados censitários tendem a captar mal populações em condições inadequadas de habitação Kothari (2005), visto que o território brasileiro é amplamente diversificado e escala de sua ocupação ainda mais uma tentativa de incluir essa população no censo de 2020 sugere que as mesmas dificuldades existem no Brasil.

Devido a esses obstáculos existem outras maneiras de estimar esse quantitativo, um deles é o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (Cadastro Único), através dele os municípios são responsáveis pela inclusão das pessoas no sistema e previamente essas informações são repassadas ao governo federal. Estas estimativas são adicionadas ao processo dos Registros Mensais de Atendimentos Socioassistenciais-RMAs este serviço é responsável pelos registros da população de rua e pela abordagem social (IPEA, 2020).

Segundo a pesquisa do IPEA (2016) a população de rua chegou ao número de 101 mil pessoas em situação de rua, essa quantidade se concentrava em parte nos municípios de grande porte, ou seja, com mais de 100 mil habitantes. E 146 mil pessoas justificaram essa circunstância no Cadastro Único. Em comparação do março de 2020, segundo IPEA (2020), a população durante a pandemia de COVID-19 chegou a 222 mil pessoas, um aumento com mais de 140% desde 2012 uma realidade muito assustadora que moralmente a sociedade

3.4 População de rua em São Luís no Maranhão e o desemprego

Um levantamento realizado pela Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social - SEMCAS, apontou uma estimativa de 627 pessoas vivendo nas ruas, o número representa quase 23% em relação a 2011, quando haviam sido identificados 510 moradores de rua (JORNAL O ESTADO, 2019).

A pandemia deixou mais evidente a vulnerabilidade em que as pessoas têm invisibilidades à margem da sociedade, contribuindo a fundo com o aumento da pobreza e a desigualdade. Outro fator que acompanha essa população é a violência (GARRIDO; RODRIGUES, 2020).

Segundo o jornal O Estado (2019) o Maranhão ocupa a 5ª posição em caso de violência

contra moradores de rua, a grande maioria é usuário de drogas que acabam levando os conflitos entre si para a violência física.

No ranking nacional, o Maranhão é a 19ª unidade da federação onde os moradores de rua são mais vulneráveis. No período pesquisado, o estado concentrou 1,3% de todas as ocorrências de agressões físicas a pessoas que vivem nessa situação no país. O ano de 2015 foi o mais violento, com 110 registros. Nos dois anos seguintes, houve queda significativa. Em 2016, foram 62 notificações e em 2017 a quantidade de casos caiu para 57 (JORNAL O ESTADO, 2019, *on-line*).

Uma pesquisa mais recente pela Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua –PNADC, IBGE (2021) mostrou que no Maranhão, o 1 trimestre de 2021 ainda no período da pandemia, o número de pessoas sem uma ocupação chegou a 448 mil durante a pandemia de covid-19 e a taxa percentual em 17,4%.

2.5 Órgãos responsáveis em São Luís – MA

A Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social – SEMCAS (2022) é o órgão da prefeitura de São Luís judicioso pela organização do Sistema Único de Assistência Social - SUAS, ela maneja as políticas públicas no interesse municipal, a fim de assegurar a proteção e os direitos sociais as populações em vulnerabilidades e riscos pessoais e sociais, sendo assim é possível analisar as ofertas de serviço e o volume de atendimentos.

O Centro de Referência em Assistência Social (CREAS) é um centro especializado em assistência social que oferece apoio e orientação a indivíduos e famílias com direitos violados. Dentre seus objetivos estão resgatar as famílias, fortalecer sua capacidade de proteção, promover a autoestima e superar situações de violação de direitos. O atendimento fica prioritário a mulheres, idosos, crianças, jovens, adultos e pessoas com deficiência em situação de risco social. O CREAS oferece uma variedade de serviços como acolhimento em abrigos, escuta escolar, visitas domiciliares, defesas dos direitos básicos e encaminhamento para outras políticas públicas e serviços sociais (SEMCAS, 2022).

Também é oferecido o serviço especializado em abordagem social e busca ativa nos espaços públicos, que, segundo a Secretaria Municipal da Criança e Assistência - SEMCAS (2022) o serviço busca atender pessoas em vulnerabilidade social que dependem desses locais abrigos e sobrevivência. Além disso o CREAS realiza busca ativa para identificar casos de trabalho infantil, exploração sexual, abandono, pessoas em situação de rua e outras formas de vulnerabilidade social em diversos territórios. O objetivo desta ação se afirmar em:

Alcançar as pessoas que estão “invisíveis”, aquelas que até o momento não foram inseridas nas ações da Política Nacional de Assistência e da rede de proteção social no município de São Luís; construir o processo de saída das ruas e possibilitar meios para superação das situações de vulnerabilidade vivenciada (SEMCAS, 2022, *on-line*).

Seu público-alvo são pessoas em vulnerabilidade social como crianças, jovens, adultos, famílias que utilizam os logradouros públicos como forma de abrigo.

2.6 Serviço Especializado para População em Situação de Rua (CENTRO POP)

Os Centros POP são considerados Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade. Este serviço serve como porta de entrada para pessoas que vivem na rua ou estejam em situação de vulnerabilidade social podendo ser incumbidos pela abordagem social em logradouros públicos, SEMCAS (2022), possui uma peculiaridade significativa pela facilidade do seu acesso desde a acolhida quanto a sua localização estratégica em lugares em que tenham maior concentração do público-alvo.

Este órgão é gerido e mantido pelo MDS, Ministério do Desenvolvimento social, os serviços promovidos pelo centro Pop, além da acolhida promovendo dignidade e amparo psicossocial, fortalecimento de vínculos, de autonomia, e de respeito e principalmente da importância como parte de um todo na sociedade. Cabe ainda destacar que é um dos principais meios para a inserção dessas pessoas ao Cadastro Único e aos programas de ajuda social oferecidos pelo governo como o bolsa família (BRASIL, 2013).



Figura 1: Centro pop (Cohab) em São Luís - MA

Fonte: Google imagens, 2022.

Seu atendimento funcional ainda é restrito a abrigo temporário, pode ser acessado de forma voluntária pelo público alvo ou ser indicado pelo serviço de Abordagem social ou por outros órgãos que identifiquem fatores de riscos ao direito à dignidade. Alguns serviços ofertados são armazenamento de pertences, higiene pessoal, alimentação, emissão de documentos e apoio psicológico com profissionais (SEMCAS, 2022).

3. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

3.1 Alexandria Homes Village Park Tiny

No mundo há algumas iniciativas para construir abrigos temporários, em Los Angeles a Prefeitura da cidade com o escritório de arquitetura Lehrer Architects desenvolveram o complexo de vila das pequenas casas, e com capacidade de acomodar 200 moradores distribuídos em 103 unidades habitacionais, variando com casas de uma ou duas camas, se tornando uma iniciativa bastante criativa utiliza terrenos baldios para construir pequena casa em paletes ou contêiner de forma simples e sustentável com cores vibrantes.



Figura 2. Conjunto de habitação Alexandria Homes Village Park Tiny

Fonte: ArchDaily, 2022.

Essas moradias além de serem uma solução de moradias em longo prazo como uma alternativa para utilização de terrenos abandonados podendo ser remanejadas para outros lugares. As *tiny House* estão sendo aperfeiçoadas com modelos pré-fabricados mais flexíveis e materiais que proporcionem uma moradia mais econômica e eficiente, reduzindo custos de montagem e desmontagem.

5. LEVANTAMENTO DE ÁREA

4.1 Terreno

O endereço escolhido encontra-se localizado em São Luís – MA no bairro do centro, especificamente na antiga Quinta das Laranjeiras, dentro de uma área aproximada de 14.180 m² o endereço encontra-se localizado, no bairro Apicum, em que fica entre as vias: Av. Alexandre de Moura e a Rua do Outeiro.



Figura 3. Mapa de Localização

Fonte: Google Earth, 2022.

Estão presentes diversos equipamentos urbanos como: igrejas, escolas, sistemas de iluminação pública, sistema de comunicação, saneamento, abastecimento de água, sistema de transporte, limpeza urbana, entre outros. Cercando o lote pode-se encontrar vários tipos de usos além do residencial e comercial como o de serviços: clínicas, laboratórios, escritórios, SET (Sindicato das Empresas de Transporte e Passageiros de São Luís), pousada, entre outros. O terreno é cercado por vias arteriais e locais, e como demonstrado no mapa algumas dessas ruas não apresentam saída. Com relação ao acesso ao transporte público, existem quatro pontos próximas ao lote, nestes passam diversas opções de ônibus/ bairros que facilitam a locomoção. No Parque do Bom menino, o fluxo de veículos é ainda maior, pelo motivo da área está ao lado de uma via importante de acesso ao centro da cidade.



Figura 4. Mapa de Gabarito

Fonte: Google adaptado pelos autores, 2022.

A predominância dos gabaritos das edificações vizinhas estão entre 1 (um) a 2 (dois) pavimentos. Apenas alguns prédios com usos institucional e de serviços possuem alturas maiores, logo, as vias aparentam ter maior amplitude, não passam a ideia de aprisionamento e não impactam as edificações uma das outras.

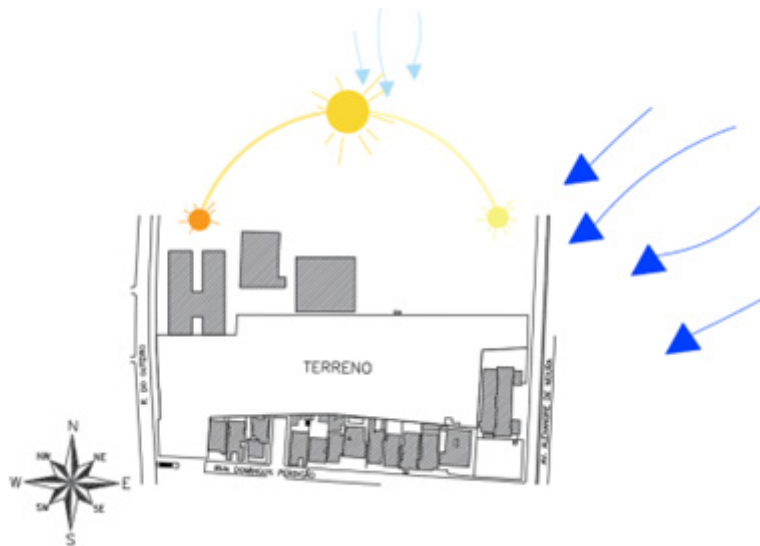


Figura 5. Estudo Bioclimático

Fonte: elaborado pelos autores, 2022.

Após realizar o estudo bioclimático do terreno na capital, percebeu-se que os ventos predominantes viriam do sentido nordeste e outros com uma velocidade menor vindo do sentido norte. Relacionando esse estudo com o mapa de gabaritos, os dois sentidos da ventilação serão aproveitados, pois as edificações do entorno são baixas, ou seja, boa parte da ventilação abrange a fachada leste do lote e não geram barreiras para impedir a circulação do vento.

O clima se constitui numa das dimensões do ambiente urbano e seu estudo tem oferecido importantes construções ao equacionamento da questão ambiental das cidades. As condições climáticas destas áreas, entendidas como clima urbano, são derivadas das alterações da paisagem natural e da sua distribuição por um ambiente construído, palco de intensa atividade humana. É neste espaço socialmente construído que o balanço de energia precedente sofre profundas mudanças, sendo que os elementos climáticos mais observados têm sido a temperatura e a umidade relativa do ar, (ilha de calor, ilha de frescor, conforto/desconforto térmico etc.)

5.2 Conceito e Partido

A ideia proposta para o conceito será a de integração e liberdade, através de uma arquitetura sustentável, levando em consideração o tempo de que uma pessoa leva morando nas ruas, muitas vezes estas criam um sentimento de liberdade, por isso os ambientes a ser construído que proporcionem a sensação com ambientes amplos e de convivência que facilitem a integração e estabeleça as relações necessárias para uma boa convivência de seus moradores, com segurança e o acolhimento que ofereça oportunidade crescimento na vida.

O partido a ser seguido foi estabelecido em dois critérios: o primeiro pelo programa de necessidades e suas conexões, em como um ambiente pode influenciar no desenvolvimento interpessoal como a criação de vínculos e relembram um lar. O segundo critério, pela metodologia construtiva, é que reforcem o conceito de sustentabilidade. Diante disso as soluções construtivas que podem ser usadas, como fachadas com jardins verticais, cobogós que permitam a ventilação, aberturas na cobertura da edificação e o uso de cores convidativas.

5.3. Metodologias Construtivas

As estratégias a serem utilizadas levam em conta a mão de obra especializada local, de fácil manejo, o uso de alvenaria convencional e aço. Outras propostas a serem inseridas é o uso de fachadas de vidro com painéis vazados como brisas, uso de cobogós, como fechamento de áreas abertas, permitindo a iluminação natural e a ventilação.

5.4 Programa de Necessidade

O programa proposto é uma etapa fundamental no processo de concepção de um centro de acolhimento e apoio a moradores de rua. Por meio dele, é possível identificar as demandas e necessidades específicas dos indivíduos, visando criar um espaço que atenda de forma eficiente e humanizada suas condições. O centro de acolhimento e apoio a moradores de rua tem como objetivo oferecer um ambiente seguro, acolhedor e promotor de autonomia, visando resgatar a dignidade e reintegrar socialmente essas pessoas.

	AMBIENTE	QUANTIDADE	DIMENSÃO	TOTAL		AMBIENTE	QUANTIDADE	DIMENSÃO	TOTAL		
		AMBIENTE	QUANTIDADE	DIMENSÃO		TOTAL		AMBIENTE	QUANTIDADE	DIMENSÃO	TOTAL
SERVIÇOS	COZINHA	01	30,23 M²	30,23	ACOLHIMENTO	ALOJAMENTO FEMININO	06	24,38 M²	146,28 M²		
	LAVAGEM DE LOUÇAS	01	16,22	16,22		ALOJAMENTO MASCULINO	06	24,38 M²	146,28 M²		
	DESPENSA	01	10,37 M²	10,37 M		ALOJAMENTO FAMILIAR	06	26,90 M²	161,4M²		
	REFEITORIO	01	121,48M²	121,48		ALOJAMENTO PCD	02	32 m²	64 m²		
	SANITARIOS FUNCIONARIOS FEM/MASC	01	8,42 M²	16,84 M		AREA TOTAL			517,96 M²		
	LAVANDERIA	01	26,6 M²	26,6 M²		ADMINISTRATIVO	AMBIENTE	02	10,23 M²	20,46 M²	
	LIXEIRA	01	5,53 M²	5,53 M²			RECEPCÃO	01	91,62 M²	91,62 M²	
	AREA TOTAL			227,27M²			SALA ADMINISTRATIVA	01	15,40 M²	15,40 M²	
	APOIO	SALA INFORMATICA	01	27,51 M²			27,51	SALA REUNIAO	01	15,40M²	15,40M²
		OFICINA DE COSTURA	01	19,86M²			19,86	SALA DE ARQUIVOS	01	18,85 M²	18,85 M²
OFICINA DE ARTESANATO		01	16,68 M²	16,68	SALA DE DOAÇÕES		01	13,47²	13,47M²		
OFICINA		01	16,68M²	16,68	COPA		01	11,55 M²	11,55 M²		
AREA DE CONVIVIO		01	75 M²	75	DEPOSITO		01	16,37 M²	16,37M²		
OFICINA CORTE DE CABELO		01	19,86 M²	19,86	TRIAGEM		01	6M²	6M²		
BIBLIOTECA		01	27,50 M²	27,50	SALA DE ODONTOLOGIA		01	16 M²	16 M²		
SALA DE TV		01	30,25	30,25	SALA MEDICA		01	12 M²	12 M²		
BRINQUEDOTECA		01	24,74	24,72	SALA CURATIVOS		01	12M²	12M²		
QUADRA POLIESPORTIVA		01	484,26M²	484,2	SALA VACINAÇÃO		01	12 M²	12M²		
PLAYGROUND		01	461,3	461	FARMACIA		01	12 M²	12M²		
SANITARIOS PUBLICO		02	12,79M²	25,58	SALA PSICOLOGO		01	12 M²	12 M²		
CANIL		02	46,75M²	46,75	ASSISTENCIA SOCIAL	01	6,5 M²	6,5 M²			
AREA TOTAL				1275,4	QUARTO PLANTAO	01	42,40 M²	42,40			
					SANITARIOS FUNCIONARIOS	02	9,72	19,44M²			
				SANITARIO PCD	02	4 M²	16 M²				
				SANITARIOS PUBLICO	02	10,86M²	21,72M²				
				AREA TOTAL			416,75 M²				

Tabela 01. Programa de necessidades

Fonte: Adaptado pelos autores, 2023.

Nele se engloba diversas áreas e serviços essenciais para suprir as demandas imediatas e a longo prazo desses indivíduos, buscando promover sua recuperação e inclusão na sociedade. Em termos de infraestrutura, o programa de necessidades abrange áreas como abrigo, alimentação, serviços de higiene pessoal, saúde, assistência social, capacitação profissional, atividades de lazer e recreação, além de espaços administrativos e de convivência. É fundamental considerar a diversidade de necessidades e perfis dos moradores de rua, garantindo espaços adaptados para diferentes faixas etárias, gêneros e condições físicas e mentais. Por fim, o projeto arquitetônico, buscando criar um espaço funcional, seguro e inclusivo. Através da análise das demandas e necessidades dos moradores de rua, é possível projetar um centro que atenda efetivamente essas pessoas, promovendo a sua reintegração social e a construção de uma sociedade mais solidária e justa.

5.5 Anteprojeto

O centro de acolhimento e apoio é composto por dois blocos principais, cada um com funções específicas. O primeiro bloco é o bloco principal, onde estão localizados os principais serviços oferecidos. Esse bloco foi projetado levando em consideração a facilidade de acesso e a circulação eficiente entre os diferentes espaços. A disposição dos serviços foi planejada de forma a garantir que os moradores de rua tenham fácil acesso a tudo o que precisam.

Além disso, com a presença de um pátio aberto no bloco principal, esse espaço foi projetado para aproveitar ao máximo a iluminação natural e a ventilação, criando um ambiente agradável e acolhedor para os usuários. O pátio aberto também pode funcionar

como uma área de convivência, proporcionando um local onde os moradores de rua possam interagir e se relacionar.

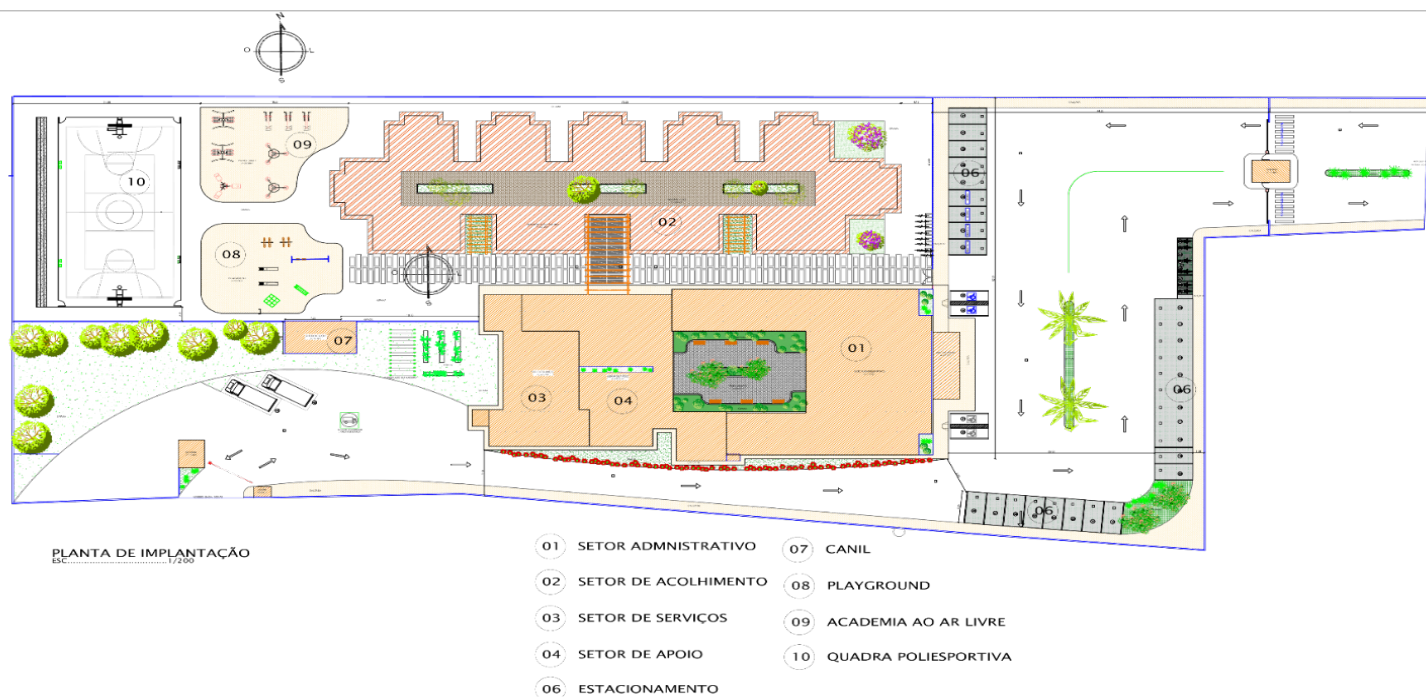


Figura 6. Planta Implantação do Centro De Atendimento e Apoio a Moradores de Rua

Fonte: adaptado pelos autores (2023)

O segundo bloco é o bloco de acolhimento, que abriga os apartamentos. Aqui, os moradores de rua terão um espaço individual para descanso e privacidade. Além dos apartamentos, esse bloco também conta com um pátio principal, que serve como uma área de convivência adicional. Esse espaço permite que os moradores desfrutem de momentos ao ar livre, interajam com outros moradores e tenham um ambiente agradável para passar o tempo.

É importante ressaltar que a integração dos dois blocos é um aspecto fundamental do projeto. A interligação entre o bloco principal e o bloco de acolhimento facilita a circulação dos moradores e promove uma sensação de comunidade. Essa conexão entre os espaços também pode contribuir para a eficácia dos serviços oferecidos, permitindo uma melhor coordenação das atividades e ações de apoio. No geral, o projeto de arquitetura para o centro de acolhimento e apoio a moradores de rua demonstra sensibilidade e preocupação com as necessidades e o bem-estar dos usuários. A disposição dos espaços, a utilização de pátios abertos e a integração entre os blocos proporcionam um ambiente acolhedor, funcional e adaptado às necessidades específicas desse grupo social.



PLANTA BAIXA- BLOCO DE ACOLHIMENTO

Figura 7. Planta Baixa – ACOLHIMENTO do Centro de Atendimento e Apoio a Moradores de Rua

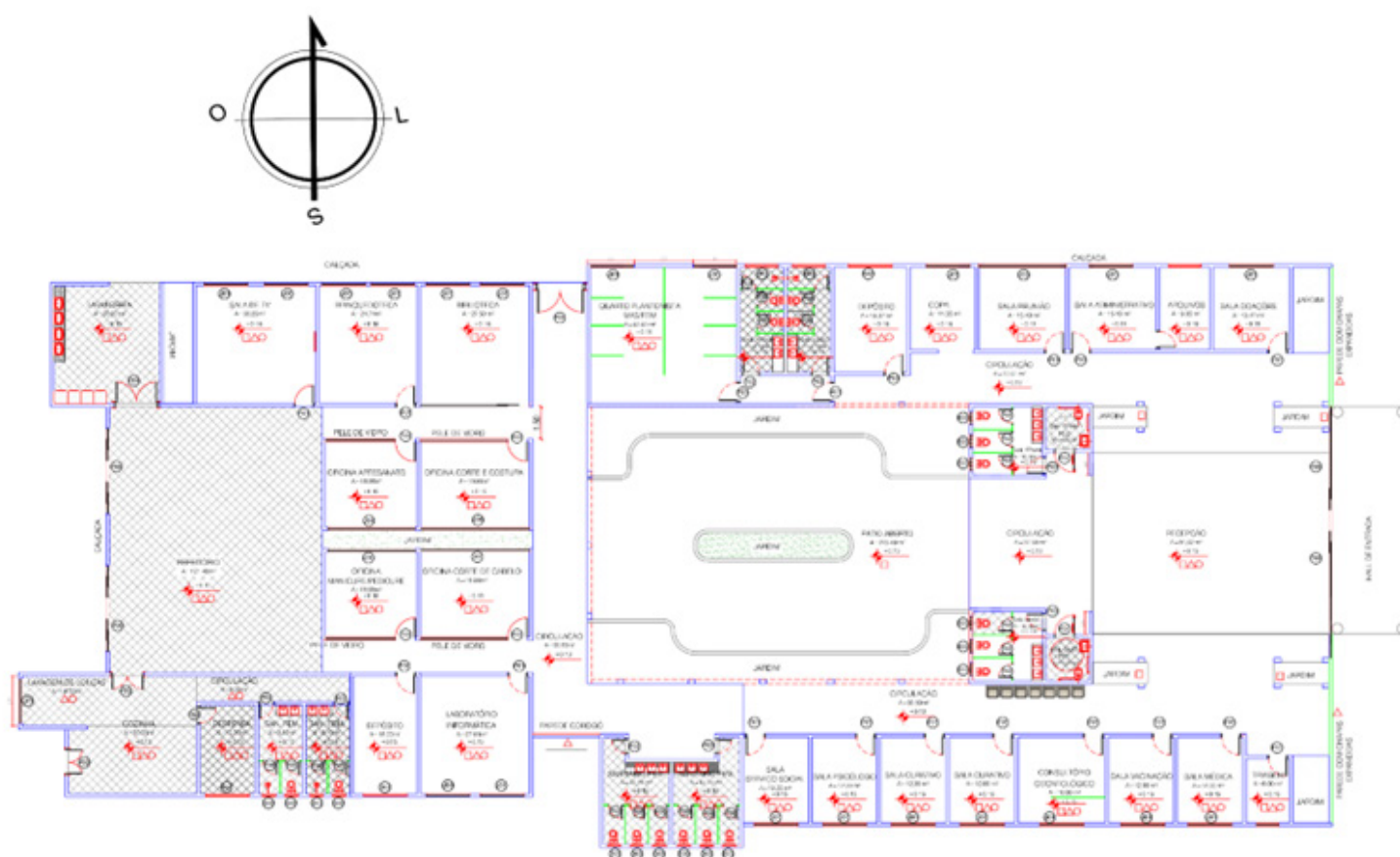
Fonte: adaptado pelos autores (2023)

O bloco de acolhimento do centro é dividido em apartamentos para diferentes grupos: feminino, masculino, familiar e para pessoas com deficiência (PCD). Cada um desses grupos terá seu próprio espaço de moradia dentro do bloco.

Além dos apartamentos, há um pátio central de convivência. Esse pátio é um espaço aberto onde os moradores podem se encontrar, interagir e passar tempo juntos. Ele foi projetado para proporcionar um ambiente agradável, promovendo a convivência e o bem-estar dos moradores.

O projeto foi concebido para atender às necessidades dos moradores de rua, com foco principal no bloco de acesso principal. Nesse bloco, estão concentrados os serviços relacionados à saúde física e mental, visando oferecer cuidados médicos e psicológicos aos usuários. Além disso, são disponibilizados serviços de capacitação profissional, com o objetivo de fornecer habilidades e oportunidades de emprego para os moradores. Outro elemento importante do bloco de acesso principal é o refeitório próprio. Essa área é destinada à alimentação dos moradores de rua, oferecendo refeições diárias. Além disso, o projeto prevê o acesso a uma horta, permitindo o cultivo de alimentos frescos e saudáveis. Essa iniciativa pode trazer benefícios adicionais, como a promoção da sustentabilidade e o estímulo à interação social por meio do envolvimento dos moradores no cuidado da horta. Também estão incluídas atividades ocupacionais, que podem abranger desde treinamentos, proporcionando ocupação e desenvolvimento pessoal.

Portanto, criar um ambiente abrangente, oferecendo tanto serviços de saúde quanto oportunidades de capacitação e ocupação. Ao integrar um refeitório próprio e uma horta,



PLANTA BAIXA- BLOCO PRINCIPAL

Figura 8. Planta Baixa - PRINCIPAL do Centro de Atendimento e Apoio a Moradores de Rua

Fonte: adaptado pelos autores (2023)

também se promove a autonomia e a sustentabilidade dentro do centro de acolhimento. Essas características visam não apenas atender às necessidades básicas dos moradores de rua, mas também fornece ferramentas e recursos para ajudá-los a reconstruir suas vidas e se reintegrarem à sociedade de forma mais independente e saudável

No geral, o projeto possui vários aspectos, anteriormente citados, que auxiliam o acolhimento de forma mais humanizada, e com áreas de lazer, de fácil acesso para todas as dependências.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crescente população em situação de rua requer medidas efetivas para enfrentar os desafios socioeconômicos e proporcionar um ambiente seguro e acolhedor para aqueles que se encontram nessa situação vulnerável. Pode-se ver o quão complexa é a relação da sociedade com os moradores de rua, onde muitos são discriminados e marginalizados.

As pesquisas fornecidas até aqui, explanam uma visão sobre o assunto sobre as raízes das desigualdades sociais, mostrando que embora seja pelas circunstâncias econômicas, não fica limitada somente a isso. O projeto arquitetônico desse centro deve ser orientado pelo princípio da dignidade humana.

Os moradores de rua merecem um espaço que os respeite como indivíduos, oferecendo privacidade, segurança e conforto. É fundamental proporcionar um ambiente inclu-

sivo, que promova a integração social e oportunidades para a reconstrução de suas vidas. É importante ressaltar que um centro de acolhimento e apoio a moradores de rua não deve ser apenas um local de abrigo temporário, mas também um espaço que ofereça programas de capacitação e reinserção no mercado de trabalho.

O apoio psicossocial também desempenha um papel fundamental no processo de recuperação e resgate da dignidade dessas pessoas. A proposta, aliada a programas sociais abrangentes, serve de subsídio para oferecer suporte e oportunidades para que essas pessoas possam reconstruir suas vidas e se reintegrar plenamente à sociedade.

Espera-se que este artigo forneça uma base sólida para a reflexão e ações futuras no sentido de criar um ambiente mais justo e acolhedor. A arquitetura, aliada a políticas públicas eficientes, tem o potencial de transformar vidas e promover a igualdade social.

Referências

BRASIL. **Guia Ministerial** - Ação nacional em defesa dos direitos fundamentais, Defesa dos direitos das pessoas em situação de rua. Brasília, 2015.

_____. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. **Saúde da população em situação de rua: um direito humano**. Brasília, 2014.

_____. MINISTÉRIO DA CIDADANIA. **Centro Pop** - Centro de Referência para Pessoas em Situação de Rua. Disponível em <<https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acesso-a-informacao/carta-de-servicos/desenvolvimento-social/assistencia-social/centro-pop-2013-centro-de-referencia-especializado-para-populacao-em-situacao-de-rua-1#>> acessado em: 11 abril de 2023

_____. MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA. <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/populacao-em-situacao-de-rua/publicacoes/sumario>> acessado em: 26 de abril de 2023

CENSO DO SISTEMA ÚNICO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL (Suas). Bases e Resultados, 2022. Disponível em :<<http://aplicacoes.mds.gov.br/snas/vigilancia/index2.php>> acessado em: 28 de abril de 2022.

COSTA, S. L. et al. Gestantes em situação de rua no município de Santos, SP: Reflexões e desafios para as políticas públicas. **Saúde e Sociedade**, v. 24, n. 3, 2015.

DICIONÁRIO AURÉLIO DA LÍNGUA PORTUGUESA. **Significado de Abrigo**. Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/>> acessado em: 26 de abril de 2022.

GARRIDO, R. G.; RODRIGUES, R. C. Restrição de contato social e saúde mental na pandemia: possíveis impactos das condicionantes sociais. **Journal of Health & Biological Sciences**, v. 8, n. 1, p. 1-9, 2020.

IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Disponível em: <https://painel.ibge.gov.br/pnadc/> > acessado em: 10 de abril de 2022.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Estimativa da População em Situação de rua no Brasil. Brasília: Ipea, 2020.

KOTHARI, M. Report. of the special rapporteur on adequate housing as a component of the right to an adequate standard of living. Economic and Social Council. **Commission on Human Rights, Sixty-first session**. United Nations, 2005

PEREIRA, J. A.L. **Introdução à história da arquitetura: das origens ao século XXI**. Bookman Editora-1, jan. 2010

SCHUCH, P. A legibilidade como gestão e inscrição política de populações: notas etnográficas sobre a política para pessoas em situação de rua no Brasil. In: FONSECA, C.; MACHADO, H. (Orgs.). **Ciência, identificação e tecnologias de governo**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/Cegov, p. 121-145, 2015.

SEMCAS. Serviço Especializado para População em Situação de Rua (Centro Pop). Secretaria Municipal da Criança e Assistência Social de São Luís - SEMCAS. Disponível em <<https://saoluis.ma.gov.br/semcas/conteudo/1776>> acesso em: 21 outubro de 2022.

SILVA, M. L. L. **Trabalho e população em situação de rua no Brasil**. São Paulo. Cortez, 2006.

VIEIRA, M. da C.; BEZERRA, E. M. R.; ROSA, C. M. M. (Orgs.). **Como vive? Como é vista População de rua: quem é??** São Paulo: Hucitec, 1994.

VIOLÊNCIA CONTRA MORADORES DE RUA. Disponível em: <<https://oestadoma.com/noticias/2019/07/17/maranhao-tem-5o-maior-indice-de-violencia-contra-populacao-de-rua-no-nordeste/>> acessado em: 22 de abril de 2022.



capítulo 4

ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA: ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UMA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PARA ADOLESCENTES DO SEXO FEMININO EM CONFLITO COM A LEI

SOCIO-EDUCATIONAL ARCHITECTURE: ARCHITECTURAL PROJECT OF AN INTERNATION UNIT FOR FEMALE ADOLESCENTS IN CONFLICT WITH THE LAW

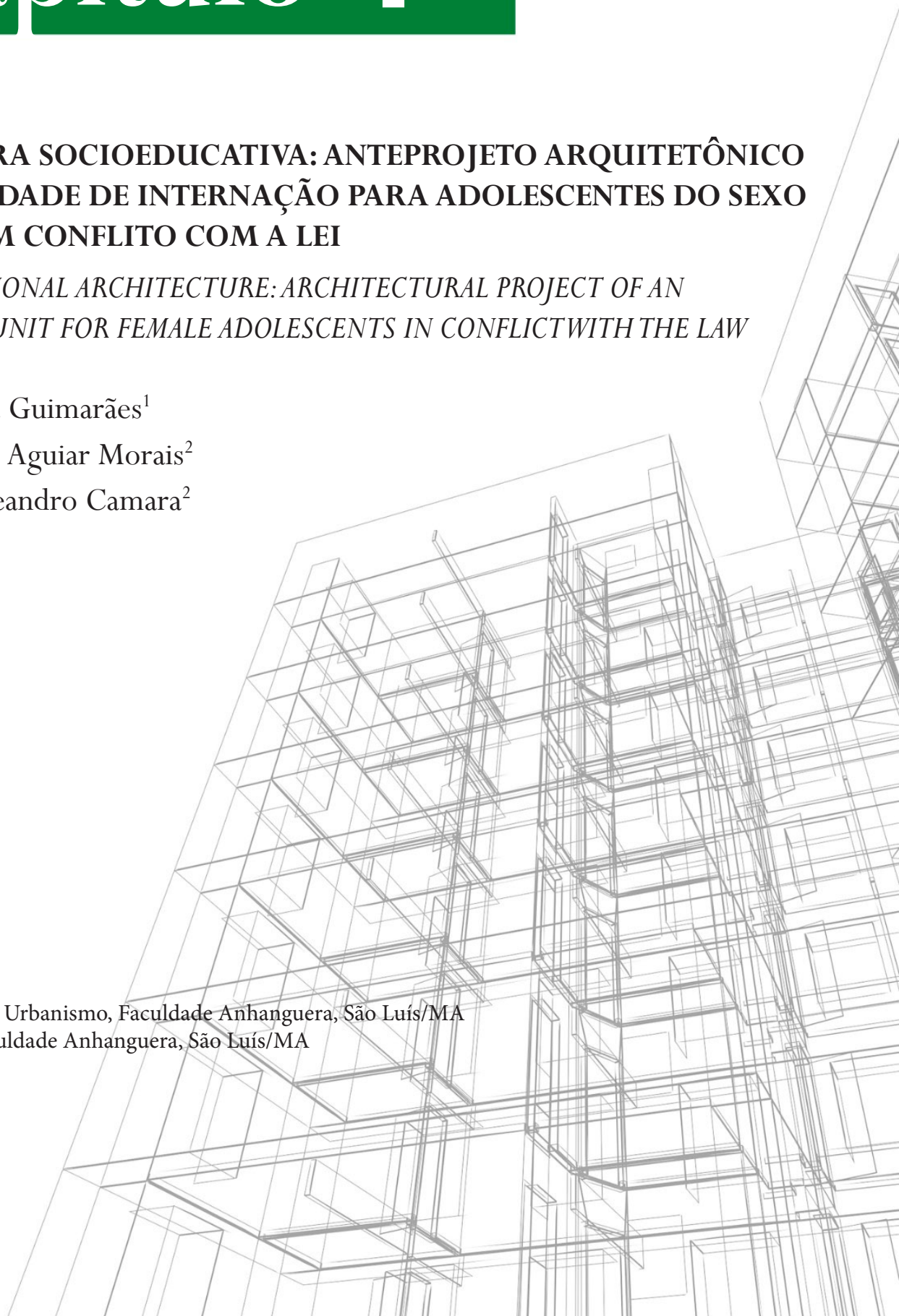
Jonathan Rocha Guimarães¹

Cíntia Maria de Aguiar Morais²

Andreia Jane Leandro Camara²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

A preocupação com jovens em situação de vulnerabilidade acompanha a história de nosso país. Mas, foi somente no século XIX quando se vislumbrou a construção de uma identidade nacional, que estes se tornaram um problema político. De lá pra cá, uma série de debates se tornaram recorrentes sobre os modelos e tipos de instituições que deveriam receber aqueles que não se enquadravam na moral e legislações de cada período histórico. Com a promulgação da lei 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA e posteriormente do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE (2006), se estabelece um novo paradigma, onde se reconhece, inclusive, a importância do espaço físico para a promoção do desenvolvimento pessoal, social, relacional e emocional dos adolescentes ali inseridos. Adota-se como referencial teórico as ideias e conceitos produzidos pela Psicologia Ambiental, que se complementa com a análise de um referencial empírico implementado na Dinamarca e que mantém relação direta com nosso objeto de estudo. Nesse sentido, o presente artigo se propõe a elaboração de um anteprojeto de unidade socioeducativa de internação para quarenta adolescentes do sexo feminino que estão em conflito com a lei, na cidade de São Luís, capital maranhense. A Arquitetura Socioeducativa ainda é um tema incipiente e este estudo busca sobretudo, favorecer e ampliar as discussões. É evidente que a eficácia das medidas socioeducativas perpassa pela convergência de várias ações, onde o espaço físico tem grande relevância. Assim, espera-se que esta vertente de pesquisa se consolide e traga novas questões para esse debate.

Palavras-chave: Arquitetura socioeducativa, Atendimento socioeducativo, adolescentes.

Abstract

The concern with young people in vulnerable situations follows the history of our country. But it was only in the 19th century, when the construction of a national identity was envisioned, that these became a political problem. Since then, a series of debates have become recurrent about the models and types of institutions that should receive those who do not fit the morals and legislation of each historical period. With the enactment of law 8069/90, Statute of Children and Adolescents - ECA and later of the National System of Socio-Educational Assistance – SINASE (2006), a new paradigm is established, where the importance of physical space for the promotion of the personal, social, relational and emotional development of the adolescents inserted there. The ideas and concepts produced by Environmental Psychology are adopted as a theoretical framework, which are complemented with the analysis of an empirical framework implemented in Denmark and which maintains a direct relationship with our object of study. In this sense, this article proposes the elaboration of a preliminary project of a socio-educational unit of internment for forty female adolescents who are in conflict with the law, in the city of São Luís, capital of Maranhão. Socio-educational Architecture is still an incipient theme and this study seeks, above all, to favor and expand discussions. It is evident that the effectiveness of socio-educational measures involves the convergence of various actions, where the physical space is of great importance. Thus, it is expected that this strand of research will consolidate and bring new questions to this debate.

Keywords: Socio-educational architecture, internment unit, adolescents.



1. INTRODUÇÃO

A preocupação com jovens em situação de vulnerabilidade acompanha a história de nosso país. Com a promulgação da Lei 8069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA, legitima-se o paradigma da Proteção Integral na concepção e execução de políticas públicas para o segmento infanto-adolescente no Brasil (BRASIL, 1990).

A partir deste novo aparato jurídico, torna-se dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar o cumprimento e efetivação dos direitos contidos nesta legislação, com absoluta prioridade no Art. 4 e no Art.6 reconhecendo sua condição peculiar de desenvolvimento (BRASIL, 1990).

Além de pautar no Art. 103 os diversos direitos que devem ser efetivados, o ECA também dispõe sobre a prática do ato infracional cometido por adolescentes, que para efeitos legais é a conduta descrita como crime ou contravenção penal. E, no Art. 112, de acordo com a gravidade, poderá ser aplicada as seguintes medidas pela autoridade competente: I – advertência; II – obrigação de reparar o dano; III – prestação de serviço à comunidade; IV – liberdade assistida; V - inserção em regime de semiliberdade; VI – internação em estabelecimento educacional (BRASIL, 1990).

O estudo aqui apresentado trata especificamente dos espaços físicos destinados ao cumprimento da medida de internação, que no Art. 121e 122 constitui-se como privativa de liberdade e é aplicada quando ato infracional é cometido mediante grave ameaça, ou violência a pessoa. Cabe enfatizar que o adolescente cumpridor de medida socioeducativa, sejam quais forem, o considera-se que este está em conflito com a lei, quando “enfrenta dificuldades para reestabelecer sua situação legal com cidadão pleno de direitos e deveres” (PIZZATO, 2016).

De acordo com o Levantamento Anual do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE/2017, o Brasil contava com 17.811 adolescentes e jovens, entre 12 a 21 anos, cumprindo em unidade educacional medida de internação. Segundo Relatório de Gestão 2015-2019, da Fundação da Criança e do Adolescente - FUNAC/MA, instituição com o foco no atendimento de adolescentes para o cumprimento de medidas socioeducativas restritivas e de internação provisória no Maranhão, havia cinco unidade para atendimento no programa de internação, sendo apenas 01 destinada ao público feminino (MARANHÃO, 2015).

O atendimento aos adolescentes nestas unidades deve prioritariamente se preocupar com o seu desenvolvimento integral, em que a educação se sobrepõe ao caráter punitivo como meio para a ressocialização. Para tanto é imprescindível que o espaço físico seja capaz de propiciar a unificação e integração para o desenvolvimento das atividades educacionais ali propostas. Esta percepção mostra uma mudança de outro paradigma, ao colocar este tipo de edifício, outrora segregador, agora na condição de facilitador do desenvolvimento e reintegração social dos adolescentes ali atendidos.

O autor Oliveira (2008), adota a Psicologia Ambiental, buscando compreender os elementos do ambiente físico que podem se relacionar diretamente com a prática pedagógica e influenciar diretamente o comportamento das internas, de modo que as ajudem a cumprirem suas penas mais breve possível e se integrem novamente à sociedade e suas famílias.

Dessa forma, o presente trabalho busca contribuir para a compreensão da importância que a arquitetura pode ter para o êxito dos programas de ressocialização para quarenta

adolescentes do sexo feminino, favorecendo a implementação de espaços de ressocialização alinhados ao ECA e ao Sinase, tema ainda incipiente e desprovido na literatura.

2. A CONDIÇÃO SOCIAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Em 2020, a lei 8069/90 o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA, completou trinta anos desde a sua promulgação. O referido dispositivo jurídico tem sua importância reconhecida não somente do viés legislativo, mas também do ponto de vista histórico-cultural.

Demasiada notabilidade representa a consolidação da percepção de que crianças e adolescentes são sujeitos de direitos e estão em condição peculiar de desenvolvimento, processo não concluso, mas que teve seu início no século XIX, quando começaram a se forjar uma nova concepção sobre a infância aqui no Brasil (BRASIL, 1990).

Para melhor compreender a real dimensão deste aparato legal e sua relação com o desenvolvimento de uma arquitetura socioeducativa, busca-se neste tópico perceber os meandros históricos que culminaram em uma nova relação entre o segmento infanto-adolescente e a sociedade como um todo, relacionando com o objeto de estudo.

2.1 Construção Social da infância e adolescência: do adulto em miniatura ao ECA.

A imagem que temos atualmente da infância e adolescência na atualidade, permeada de carinho e de que são etapa das da vida que exigem cuidados e proteção, difere de outros tempos históricos.

O historiador francês, Phillipe Áries (1981), em seu clássico estudo, História Social da Criança e da Família, busca fazer uma interpretação do lugar assumido pela criança na sociedade europeia, sobretudo a francesa, do século XI ao século XVIII.

A análise de Áries gira em torno de duas teses: a primeira refere-se ao fato de que nas sociedades tradicionais da idade média não existia uma consciência particular da infância, a criança subsistia em um anonimato, não despertando a atenção que lhe era necessária, pois sua própria permanência no seio familiar, enquanto espaço de socialização acontecia de maneira breve, já que:

“A criança se afastava logo de seus pais, e pode-se dizer que durante séculos a educação foi garantida pela aprendizagem, graças a convivência da criança ou do jovem com os adultos. A criança aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las” (ÁRIES, 1981, pág. 10).

Assim, a duração da infância era reduzida ao seu período mais frágil, em que dependia de alguém para desenvolver maioria de suas atividades, logo depois, era dispersa entre os adultos e compartilhava de seu trabalho, “de criancinha pequena, ela se transformava imediatamente em homem jovem, sem passar pelas etapas da juventude” (ÁRIES, 1981).

A segunda tese trabalhada pelo autor tenta mostrar o novo lugar assumido pela criança na sociedade industrial. Segundo ele, esta mudança se concretiza a partir do fim do século XVII e está relacionada a duas questões. Uma delas se dar através do processo de escolarização. Ela substitui a aprendizagem e a partir deste momento, os infantes deixam de ser misturados aos adultos e de se educarem por meio do contato direto com eles

(ÁRIES, 1981).

A outra questão, tem a ver com a importância que a família vai atribuir à criança. Os pais agora passam a oferecer uma atenção especial à educação de seus filhos. “A família começou então a se organizar em torno da criança e a lhe dar tal importância que a criança saiu de antigo anonimato, que se tornou impossível perdê-la ou substituí-la sem uma enorme dor” (ÁRIES, 1981).

Diferentemente da análise proposta por Phillipe Áries, que vê no século XVII o período de individualização da criança na Europa, percebe-se que no Brasil esta postura irá se dar com uma maior ênfase apenas na segunda metade do século XIX, sendo que durante todo o período colonial e parte do império havia uma indiferença grandiosa no tratamento dispensado à infância.

Com o desembocar do século XX, no bojo das discussões republicanas de construção de uma sociedade ideal, a questão infanto-juvenil ganha conotações políticas. Nesse momento ressalta-se a necessidade de intervenção do Estado na educação e/ou correção, de modo que como futuro cidadãos pudessem incorporar desde cedo a importância de seus papéis úteis e produtivos a serviço dos objetivos da nova nação.

No entanto, a preocupação não se dará na mesma medida e da mesma forma com todas as crianças. Ela recairá sobre aquelas que potencialmente representaria uma ameaça ao projeto político do Brasil: as crianças pobres ou como preferiam “menores”. A consolidação desta ideia vem em 1927, com a promulgação do primeiro Código de Menores brasileiro, fruto de uma aliança de médicos higienistas e juristas que tratava das questões relativas à assistência e proteção dos “menores” (Decreto 17.943-A, 1927).

Com base na doutrina do Direito do Menor, esse aparato jurídico possuía uma estrutura de forma centralizada, limitando a participação de diferentes atores políticos, onde o Juiz de Menor detinha poderes de execução, legislação e de aplicação da lei.

O Código Mello Mattos, como ficou conhecido o primeiro Código de Menores, estabeleceu que o menor abandonado ou delinquente, menor de dezoito anos, ficaria submetido ao regime estabelecido por este Código, eximindo o menor de catorze anos de qualquer processo penal, e submetendo o maior de catorze e menor de dezoito anos a processo especial.

Em 1979, sob influência do Regime Militar, essa legislação passa por uma reformulação, mudando sua base doutrinária baseada agora no conceito de “Situação Irregular”. Fica claro com esta mudança, a necessidade de se deixar evidente o controle que deveria ter aqueles considerados de condutas suspeitas, ou que sofriam maus-tratos da família, ou estavam em situação de abandono pela sociedade, ou seja, quaisquer pessoas até dezoito anos de idade que não se ajustassem a um padrão estabelecido visto que apresentavam uma patologia social.

Depois de viver sob um regime ditatorial, o Brasil passa então por um processo de redemocratização política e os movimentos sociais ganham força, se mobilizam e se rearticulam reivindicando maiores direitos de participação. No cerne desse movimento vários segmentos da sociedade brasileira clamam por mudanças também para o segmento infanto-juvenil, cujo aparelho jurídico não correspondia com a nova realidade por qual passava o país.

A mudança vem com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988 no seu Art. 227. O artigo, baseado na Doutrina da Proteção Integral perpassará também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA -, este por sua vez, promulgado a 13 de julho de 1990, passa a tratar a temática infanto-juvenil como prioridade absoluta na formulação e imple-

mentação das políticas públicas enquanto sujeitos de direitos e em condição peculiar de desenvolvimento, co-responsabilizando os diversos atores sociais para a garantia desses direitos (BRASIL, 1988).

2.2 Breve história da institucionalização de adolescentes em conflito com a lei no Brasil

A Organização das Nações Unidas – ONU (1995), em sua Assembleia Geral, aprova a resolução 40/33, que ficou mais conhecida como Regra de Beijing - Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça da Infância e da Juventude, que inicia um movimento internacional para que se estabelecesse condições dentro do sistema de justiça penal de seus países membros, que respeitassem a dignidade de adolescentes infratores. Segue-se a este documento outros marcos, tais como: Convenção sobre os Direitos da Criança, adotado pela Resolução n. L 44 (XLIV) da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 20 de novembro de 1989; Diretrizes de Riyadh – Princípios das Nações Unidas para Prevenção da Delinquência Juvenil (1990); JDL Rules6 – Regras das Nações Unidas para a Proteção de Jovens Privados de Liberdade (1990).

O Brasil acompanhou o debate e como já referido, em 1990 regulamentou o Art. 227 da Carta Magna, com a promulgação do ECA. No entanto, o debate sobre a institucionalização de adolescentes em conflito com a lei, tem seu marco inicial em meados do fim do século XIX, já no período republicano.

Fato que as discussões que se seguem de lá, até o presente momento mantem íntima relação com aspectos políticos, sociais e também com a percepção histórica que se tem sobre o segmento infanto-adolescente.

No caso dos menores, as mudanças de discurso e atuação são visíveis quando começam a ser criadas instituições para a sua contenção e correção, sobretudo no final do século XIX e, mais precisamente, no começo do século XX. Pela sua emergência nas contradições sociais e urbanas dessa época, o menor foi visto como abandonado, tanto em decorrência de sua orfandade, quanto nos aspectos material ou moral, precisando, portanto, ser regenerado e devolvido à sociedade apto a trabalhar e ocupar um lugar de obediência entre os demais cidadãos. Dentre as várias instituições que existiam e foram modificadas em virtude das novas demandas sociais despertadas pela menoridade, e aquelas que foram criadas, surgem colônias correccionais, institutos agrícolas, casas de correção e abrigos de abandonados (FONSECA, 2007, p.1-2).

Em São Paulo, em 1893, Paulo Egídio apresentou ao Senado do Estado, projeto de lei que previa a criação do “Asilo Industrial de São Paulo”, que seria destinado às crianças dos dois sexos encontradas mendigando, aquelas moralmente abandonadas, acompanhadas de conhecidos criminosos ou filhas de pais viciados e condenados por sentença judicial (EGÍDIO, 1896 *apud* FONSECA, 2007). O nome da instituição já sugere o valor que as atividades laborais teriam no processo de ressocialização dos internos. As discussões prosseguiram até que o deputado Cândido Motta, apresentou outro projeto de lei em 1900 na Câmara de Deputados paulista, que visava criar o “Instituto Educativo Paulista”. Depois de aprovado, tramitou no Senado e sofreu algumas modificações e em 1902 foi criado o Instituto Disciplinar.

Com a criação do Instituto Disciplinar, tem-se o primeiro espaço destinado exclusivamente para atendimento de menores de idade com o objetivo de ressocialização. Contu-

do, aqui não se trata apenas de receber aqueles que cometeram algum tipo de conduta criminosa. Para lá também eram destinados todos os que se não se enquadravam na moral republicana de “ordem e progresso”.

Souza (2011), divide a história da internação dos adolescentes em quatro períodos distintos: o 1º (1830-1893): Responsabilização dos menores de 21 anos, mas não havia lugares específicos para cumprimento de penas. O 2º (1893- 1930): A internação passa ocorrer nos reformatórios exclusivos para menores, mas sem distinção em relação ao delito cometido. O 3º (1930- 1985): Criação do SAM (Serviço de Assistência ao Menor) na Era Vargas, Criação da FUNABEM (Fundação de Amparo ao Bem Estar do Menor, na Ditadura Militar. E o 4º (1985) Promulgação do ECA (1990); Aprovação do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE, 2006).

A fase atual tem seu início recente e ainda que esforços têm sido feitos, é necessário que se democratize as ideias e práticas que façam desaparecer os resquícios do autoritarismo e negligência com os adolescentes em conflito com a lei.

2.3 Perfil das jovens em cumprimentos de medidas de internação no Brasil.

O presente tópico busca analisar a situação das adolescentes que vivenciam o cumprimento das medidas socioeducativas de internação, assim como as estruturas dos estabelecimentos em que vivenciam a realidade do processo de ressocialização.

De antemão, cabe enfatizar a dificuldade de obtenção de dados atualizados, confiáveis e acessíveis sobre a realidade *in loco* dentro destas unidades relacionado sobretudo, “em face da inexistência de um sistema nacional informatizado do “SINASE” (CNJ,2015).

Os dados contidos no Levantamento Anual do Sinase, com base no ano de 2017, mostrava que 17.811 adolescentes e jovens, entre 12 a 21 anos, cumpriam medidas socioeducativas de internação, o que correspondiam a 71,8% do total de modalidades de atendimento em meio fechado. Deste número, 643 eram de adolescentes do sexo feminino. No Maranhão, esses números eram de 203 para adolescentes do sexo masculino e 4 para o sexo feminino.

Conforme a pesquisa coordenada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ, dado ao número muito inferior de internas, em comparação aos jovens de sexo masculino, somados à visão patriarcal de sociedade, pouco tem-se buscado conhecer o universo feminino e sua realidade dentro dos centros de internação, o que dificulta à fiscalização e a política de atendimento.

Ser mulher no sistema socioeducativo ou prisional é ser invisível. Seus desejos e necessidades são vistos a partir daqueles dos homens. Essa realidade está refletida na estrutura das unidades e nas normas internas de vivência. As interações dentro do sistema permanecem marcadas pelas desigualdades de tratamento baseadas em preconceitos de gênero. Sobre as mulheres recai uma reprovação que vai além do ato infracional e perpassa a “decepção” pelo descumprimento dos papéis de mãe, irmã, filha, tão esperados, como dócil e colaborativo. A criminologia crítica vem apontando para a reprodução dessa desigualdade no âmbito da justiça criminal, o que se reproduz também, no sistema juvenil (CNJ, 2015, p. 10).

Ainda seguindo com esta pesquisa, pode-se constatar a predominância de um padrão socioeconômico no perfil das internas, onde se observou, por exemplo, que o intervalo de idade entre 15 e 17 anos, compreende o grupo etário com maior número de adolescentes que cometeram ato infracional. Nos estados em que há a informação sobre cor/

raça/etnia nos processos ou outros documentos, mais de 60% se declararam não brancas. Já em relação à escolaridade, percebe-se um grau elevado de defasagem escolar idade-série, encontrando-se a maioria das adolescentes cursando o ensino fundamental.

3. O ESTADO DA ARTE DA ARQUITETURA SOCIOEDUCATIVA

A aprovação em 2006, do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, pelo Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (CONANDA, não trouxe novas perspectivas apenas para aqueles que iriam frequentar as unidades de internação, mas também para os arquitetos envolvidos na concepção destes espaços.

O documento destaca bem a importância do ambiente físico como facilitador no processo de ressocialização e é o primeiro a se referir e definir o termo “arquitetura socioeducativa” que:

Deve ser pedagogicamente adequada ao desenvolvimento da ação socioeducativa. Essa transmite mensagem às pessoas havendo uma relação simbiótica entre espaços e pessoas. Desta forma, o espaço físico se constitui num elemento promotor do desenvolvimento pessoal, relacional, afetivo e social do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa (SINASE, 2006, pág. 67).

Desde então estudos e trabalhos acadêmicos buscaram compreender e aprofundar este novo modo de conceber projetos, com suas nuances e desafios. Como pode-se citar Oliveira (2008), a autora apresenta alguns pontos que devem ser observados nos projetos que visam oferecer este atendimento, com base no estudo de caso de três instituições de cumprimento de medida socioeducativa de internação, a partir da psicologia ambiental. Souza (2011), também se utiliza do estudo de caso de três unidades de internação para desenvolver sua pesquisa, mas a fundamenta na teoria da Sintaxe Espacial, para analisar o processo de integração/segregação dos espaços e seu potencial para o modelo socioeducativo. O livro de Pizzato (2016), publicado pelo CAU-RS, discute diversos conceitos que permeiam a socioeducação, no intuito de ampliar o debate e democratizar aspectos conceituais já recorrentes em outros campos do saber. E, por fim, Pinto (2019) analisa a representação dos usuários sobre o espaço ocupado destacando a geometria, a função e a topologia como três dimensões principais em arquitetura que o autor desenvolve sua abordagem e em seguida propor mudanças em uma unidade de internação.

Por ser um conceito recente, a arquitetura socioeducativa ainda é um campo de pesquisa incipiente e que carece de mais estudos. Este trabalho se apresenta como uma possibilidade de aprofundar o debate e favorecer as discussões em nosso estado, que por sua vez ainda está alheio a este novo contexto.

4. REFERENCIAL EMPÍRICO

Para a construção deste estudo buscou-se referências que mantem relação direta com os objetivos que aqui se propõe. Cabe destacar de início, no Art. 17, a dificuldade de obter informações em nosso país sobre projetos nesta linha de pesquisa, seja por tratar de aspectos relacionados à segurança pública, seja por tratar de um público que deve ter sua imagem preservada (ECA, 1990).



Os critérios para a escolha têm a ver com as premissas contidas no SINASE sobre o papel do espaço arquitetônico no processo de ressocialização, levando-se em conta questões conceituais, partido, programa de necessidades, sistemas construtivos, forma, volumetria, relação com o entorno e possibilidade de replicação do modelo.

Salienta-se no projeto aqui escolhido uma característica marcante: a sua desinstitucionalização. A ideia é que os espaços fujam do estereótipo de ambientes punitivos, e a experiência se aproxime cada vez mais do contexto que os internos terão quando cumprirem suas penas. No entanto, este campo de estudo da arquitetura no Brasil encontra-se limitado por falta de referências locais, pelos motivos elencados acima.

4.1 Prisão Storstrøm / C.F. Møller

Localizada na cidade de dinamarquesa Gundslev, a aproximadamente 100 km da capital Copenhague, a prisão de Storstrom foi inaugurada em 2017 com capacidade para atendimento de 250 presidiários (adultos) e construída em uma área de 32 mil m², tem o título de prisão mais humana e socializante do mundo (ver Figura 1).

Segundo os arquitetos responsáveis: “um dos maiores desafios deste projeto foi acomodar aproximadamente 250 pessoas em um regime de segurança máxima, sem trazer uma atmosfera institucional e anônima para o espaço.” (Archdaily, 2020).



Figura 1. Vista aérea da Prisão de Storstrøm

Fonte: Archdaily, 2020

Adotando o estilo escandinavo, característico do país, para atender todo o programa de necessidade proposto, buscou-se projetar utilizando a escala de uma pequena cidade, com ruas e quadras. A solução viabilizada para o partido arquitetônico, teve que levar em consideração diversos fatores, tais como: condição climática, salubridade, segurança, manutenção e durabilidade, o que acabou por optar-se pelo uso do aço galvanizado, concreto e tijolos claros.

5. ANÁLISE DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO E BIOCLIMÁTICO

Para a escolha do terreno em que será desenvolvido o projeto, seguiu-se as recomendações indicadas no SINASE (2006). Dentre estas, levou-se em consideração o relevo plano do lote; a facilidade de acesso, o aproveitamento de serviços básicos e o entorno; não ser em área de preservação e proteção ambiental, assim como em áreas cujas condições possam gerar riscos à saúde dos adolescentes

Na perspectiva aqui adotada, na tentativa de que se tenha uma integração entre o centro socioeducativo e a cidade, para que se favoreça o processo de ressocialização, optou-se por um terreno que se localiza em um bairro de uso misto, como se verá a seguir.

Levando-se em consideração as condicionantes elencadas, após levantamento para se encontrar um local que estivesse em consonância ao indicado, optou-se por um terreno localizado na Avenida 4, Cohab Anil I, São Luís - MA. O terreno tem uma de suas laterais voltados para a Avenida 02, a outra com a Rua 03 e sua parte posterior voltado para a Rua 09 (Figura 2).

O Conjunto Cohab Anil (I, II, III e IV), surgiu como fruto dos investimentos do governo federal na política de habitação social, entre o final década de 60 e ao longo de toda a década de 70, financiada pelo extinto Banco Nacional de Habitação (BNH). Frisa-se que no período o país vivia sob regime ditatorial e esta foi uma forma de se tentar obter legitimidade popular dos governos militares.

O terreno cuja forma geométrica é retangular, tem uma área total de 14.264 m² (quatorze mil e duzentos e sessenta e quatro metros quadrado), provavelmente trata-se de uma área destinada à construção de casas que não foram feitas até a entrega do conjunto, ou pode ser “sobras de terreno, que não foram incorporados à áreas verdes ou outros equipamentos dos conjuntos” (VASCONCELOS, 2014).

Desde a sua entrega, o Conjunto Cohab Anil dispôs de diversos equipamentos urbanos para a sua população, que foram ampliadas com o passar do tempo, contando atualmente com diversas escolas públicas, que juntas conseguem atender a uma demanda de ensino desde a educação infantil, até o ensino fundamental, possui uma maternidade, delegacia, estádio de futebol e um terminal de ônibus que integra várias linhas de coletivo, inclusive semiurbanos.

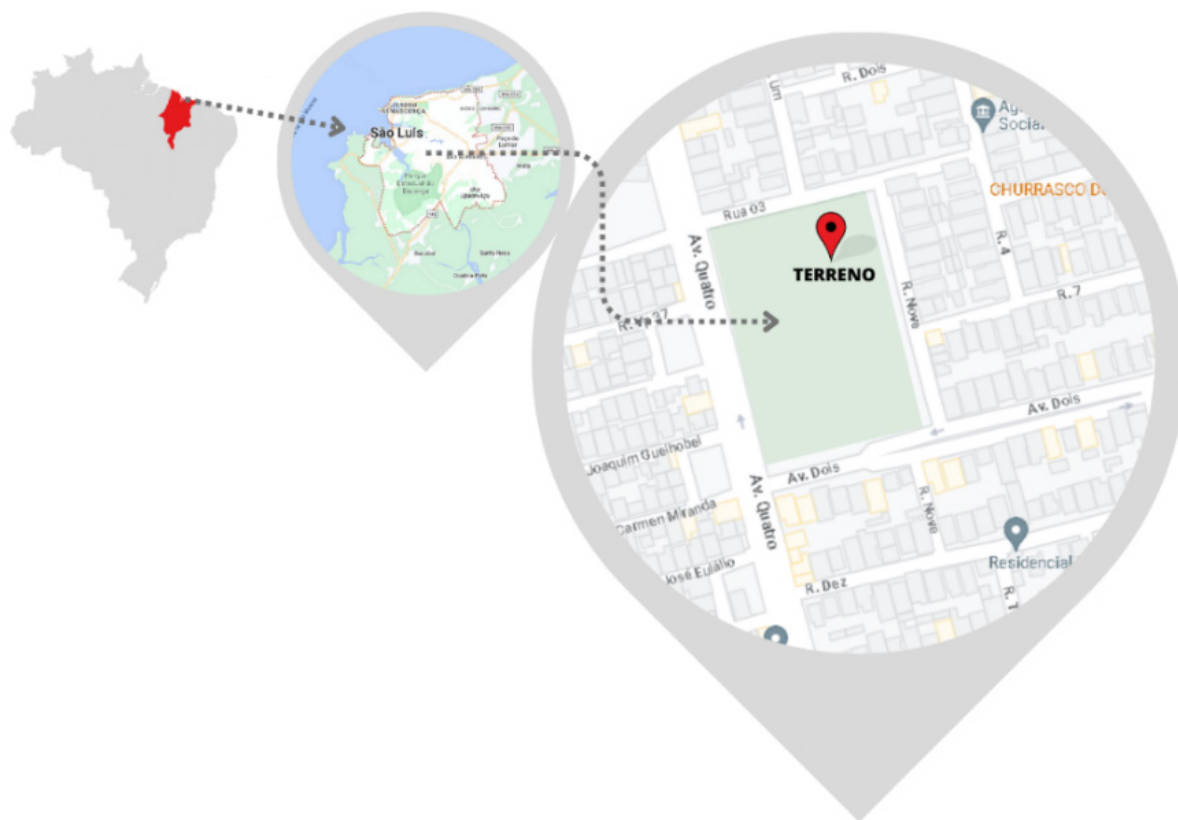


Figura 2. Mapa de Localização do terreno

Fonte: Autores, 2023

Na avenida Jerônimo de Albuquerque, uma das principais da capital maranhense e que passa pelo bairro, localiza-se a maior parte das atividades comerciais que acontece na região, onde tem-se o mercado municipal, diversas agências bancárias, lojas diversas e além da presença de trabalhadores informais.

5.1 Condicionantes legais

De acordo com a lei 3.253 de 29 de dezembro de 1992, que dispõe sobre o uso e ocupação do solo urbano de São Luís, o referido terreno adotado para o desenvolvimento do projeto, encontra-se na Zona Residencial 5 (ZR5). Já o tipo de instituição em que se enquadra, é classificada como instituição diversificada, sub categoria assistência social (E 2.4).

Além da legislação local, o presente projeto também deverá atender algumas normas estipuladas pelo SINASE (2006). Dentre estas, pode-se destacar: Considerar o “pé direito” mínimo de 3 metros e limitar a edificação a até dois pavimentos; Obedecer a distância mínima de 5,00m do edifício ao muro; Observar, nos muros ou alambrados que cercam a Unidade de atendimento socioeducativo de internação, recuo mínimo de 5,00m das divisas e alinhamentos do terreno, podendo permitir a criação de uma via perimetral restrita à circulação de veículos; e obedecer distância mínima de 5,00m entre as edificações.

5.2 Estudo Bioclimático

Compreender a dinâmica do clima local e as condicionantes ambientais, se coloca como condição primordial para que se pense estratégias que sejam capazes de oferecer um espaço que cumpra com seu papel de proporcionar dignidade, salubridade, conforto,

proteção e sobretudo, cumpra com sua finalidade social, para um segmento com laços societários fragilizados.

Conforme a ABNT NBR 15220-3 (2005), que dispõe sobre o zoneamento bioclimático brasileiro as diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social, a cidade de São Luís está inserida na Zona 8 (Z8), que abrange 53,7% do território nacional. De acordo com o referido documento, para melhor aproveitamento das condições naturais pra que se obtenha o máximo de conforto ambiental, deve-se privilegiar: aberturas superior a 40% da área total do piso; sombreamento dessas aberturas; ventilação cruzada; parede e cobertura leve e refletora; aberturas em beirais, para ventilação no ático. Ainda assim mediante a estas medidas, é recomendado o uso de resfriamento artificial para amenizar a eventual sensação de desconforto provocado pelas altas temperaturas.

Em relação ao terreno aqui proposto, a face do terreno voltada para a Avenida Quatro, recebendo a incidência solar vindo do Oeste, onde a incidência solar se dá com maior ênfase na parte após às 12h:00. Já a face voltada para a Rua 09, está direcionada para o leste, o que significa que este lado receberá mais sol pela manhã, considerado o mais saudável.

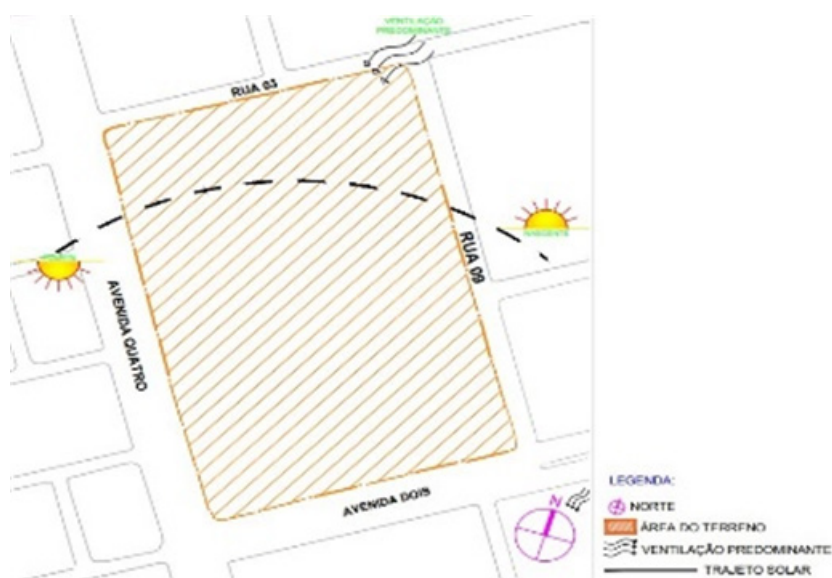


Figura 3. Mapa Bioclimático

Fonte: Autores, 2023

Com relação à ventilação, tendo em vista que na cidade ele tem sua predominância vindo do Nordeste, no terreno ele se dará no encontro entre as ruas 03 e 09.

6. ELEMENTOS PRÉ PROJETAIS

6.1 Conceito e partido arquitetônico

Embora se tenha todos os cuidados e cumpra-se todas as recomendações, o espaço a ser projetado ainda terá a privação de liberdade como sua marca, o que remete a um processo intrínseco de exclusão. Com o intuito de amenizar tal perspectiva, adota-se o conceito de “cidade”, para o desenvolvimento de uma proposta que se aproxime de um organismo urbano em pequena escala.

Para a concretização da proposta, será adotada a tipologia de “módulos independentes associados”, em que cada setor corresponderá a um módulo. A sua relevância se destaca por representar em uma escala menor, o organismo urbano, ao serem dispostos ao

longo do terreno de acordo com suas características físicas principais. Cada um destes estará voltado para uma praça de convivência e de atividades físicas ao ar livre, que serão o centro de integração entre os diversos setores.

6.2 Programa de necessidades e setorização

O programa de necessidades a que este estudo se propõe, destina-se a atender quarenta adolescentes do sexo feminino e segue as recomendações contidas no Sinase, tanto dos espaços necessários para o desenvolvimento da socioeducação, como suas respectivas medidas mínimas. Utilizou-se também do Projeto Político Pedagógico (PPP), da Fundação da Criança e do Adolescente (FUNAC), instituição responsável pelo atendimento socioeducativo privativo e restritivo de liberdade no Estado do Maranhão, para a construção deste programa.

Os setores que farão parte desta proposta são:

SETOR MORADIA	
ESPAÇO	ÁREA (M ²)
Área de convivência	23,36
Terraço	10,68
Quarto monitor	9,01
Wc monitor	4,55
Área de serviço	4,27
Cozinha	9,33
Quarto PCD	9,00
Banheiro PCD	5,16
Berçário	9,0
Sala de estudos	17,53
Quartos com wc	20,20 (cada)
SETOR CORPO DA GUARDA	
ESPAÇO	ÁREA (M ²)
Sala de estar	10,29
Comando da guarda	7,5
Wc guarda	3,90
Alojamento	11,64
Reserva de armamento	10,80
SETOR CULTURAL E RELIGIOSO	
ESPAÇO	ÁREA (M ²)
Auditório para eventos culturais	70
Auditório para celebrações religiosas	70
SETOR SERVIÇOS	
ESPAÇO	ÁREA (M ²)
Recepção	15,32
Sala de nutricionista	7,63
Cozinha industrial/refeitório	69,17

Dispensa	15,0
DML	3,22
Lixo séptico	3,22
Almoxarifado	21,94
Estar funcionários	15,0
Vestiário feminino e masculino	9,0 (cada)
Wc masculino e feminino	2,91 e 3,05 (respectivamente)
Direção	7,63
Área de serviço	15,0
SETOR ADMINISTRATIVO	
ESPAÇO	ÁREA (M²)
Recepção/espera	17,21
2 salas administrativas	7,5 (cada)
Sala de diretor geral c/ instalação sanitária	13,43
Arquivo	9,38
Reunião	25,0
Almoxarifado	6,0
2 salas atendimento individual	7,5 (cada)
Sala para equipe técnica	20,0
Secretária	6,0
Monitoramento	6,0
Vestiário feminino e masculino	6,0
Sala de atendimento jurídico	7,5
Estar/Copa	12,0
SETOR SAÚDE	
ESPAÇO	ÁREA (M²)
Recepção/espera	10,84
Consultório médico	7,5
Consultório ginecológico	10,0
Consultório odontológico	10,0
Sala de coleta	4,0
Posto de enfermagem	12,0
2 Salas de observação	9,0 (cada)
Sanitário de pacientes	3,08
Sanitário de acompanhantes	3,08
Sala de esterilização	6,60
Vestiário feminino e masculino	6,0 (cada)
Sanitário de funcionários	6,0
Lixo Séptico	2,48
SETOR EDUCACIONAL	
ESPAÇO	ÁREA (M²)
2 salas de aula	24,60 (cada)

Biblioteca	19,20
Sala de Informática	26,23
Secretaria	9,0
Sala de professores/Reunião	12,08
Sala de coordenação/direção	12,08
2 salas para oficinas	25,22 (cada)
Depósito material didático e afins	16,02
Sanitário alunas	7,5
Sanitário funcionários	6,0 (cada)
SETOR ACESSO/CONTROLE	
ESPAÇO	ÁREA (M²)
Recepção/Sala de espera	35
Guarda Volume	14,63
2 salas de revistas	3,18 cada
Sala de controle com wc	18,72

Tabela 1 - Programa de necessidades

Fonte: Autores, 2023

7. O PROJETO ARQUITETÔNICO

O processo de ressocialização não é linear e para que aconteça de maneira efetiva, necessita-se da convergência de uma série de fatores e variáveis interdependentes, do qual o projeto arquitetônico é peça fundamental.

O Centro Socioeducativo “Casa dos Sonhos” foi planejado para ser um espaço integrativo e de restabelecimentos de vínculos sociais e emocionais e sustenta sua concepção no entendimento de que é “possível alterar padrões de comportamento e de valores sociais através da modificação nas configurações espaciais vivenciadas por um grupo ou indivíduo” (OLIVEIRA, 2008).

Esta linha de pesquisa insere-se nos estudos desenvolvidos que se utilizam de conceitos produzidos pela Psicologia Ambiental dos quais alguns foram aqui explorados, tais como: apropriação e apego; habitabilidade; identidade; ambiência; emoções e afetividade ambiental; e territorialidade.

Ao levar-se em consideração o aspecto de desinstitucionalização e a adoção de uma tipologia que remete ao espaço urbano, reconhece que as adolescentes cumpridoras de medidas socioeducativas de internação embora numa condição de vulnerabilidade, seja de forma precária ou não, mantinham uma relação de apego com a cidade que residem, onde laços afetivos foram desenvolvidos e são “importantes para estruturar a sua relação com o mundo” (OLIVEIRA, 2008).

Neste aspecto, a implantação do projeto privilegiou sua disposição para favorecer diversas formas de ocupação e as internas pudessem ter a oportunidade de deslocamento dentro da unidade, conforme as atividades educativas que cada indivíduo/grupo estará submetido, diminuindo a percepção de isolamento social, tal como caso todos os setores estivessem reunidos em um grande e único bloco.



Figura 4. Implantação do projeto

Fonte: Autores, 2023

Os setores de moradia, visita íntima e corpo da guarda terão sua volumetria com características tal como uma residência unifamiliar do bairro a qual está inserido o centro socioeducativo. Já os demais setores foram adotados para sua composição formas que remetam a espaços formais, tal como nas cidades, com telhado embutido. Em ambos os modelos será usada cobertura com telhas de PVC, pra que se evitem possíveis usos como arma em situações de conflito.

Estes setores para além do cumprimento de seus papéis funcionais dentro do Centro Socioeducativo “Casa dos Sonhos”, visam sobretudo, aprofundar a percepção positiva na relação entre as adolescentes e o espaço, na medida em que se presume que terão mais autonomia para terem sua privacidade e espaço pessoal respeitados, assim como uma apropriação satisfatória. Por isso, especialmente nestes locais teve-se a devida preocupação que houvesse o mínimo de mobiliários fixos e possibilitasse novos arranjos de layout, além do que aqui foi proposto.

Quanto a ambiência, o sistema construtivo escolhido foi o de alvenaria, em que cada um dos espaços terá na fachada pintura com cores diferentes umas das outras, tornando cada módulo facilmente reconhecido dentro da unidade de ressocialização evitando a monotonia visual. Os espaços de grande permanência, como as salas de aulas, salas de oficinas e quartos tem suas janelas voltadas para o leste, onde pode se receber o sol da manhã e ventilação natural adequada.

A transformação que se busca em cada trajetória de vida que irão se encontrar pelas unidades de internação, passa proporcionalmente pela importância dada ao impacto afetivo e as emoções que ali serão suscitadas pelo ambiente físico.

A transformação que se busca em cada trajetória de vida que irão se encontrar pelas unidades de internação, passa proporcionalmente pela importância dada ao impacto afetivo e as emoções que ali serão suscitadas pelo ambiente físico.

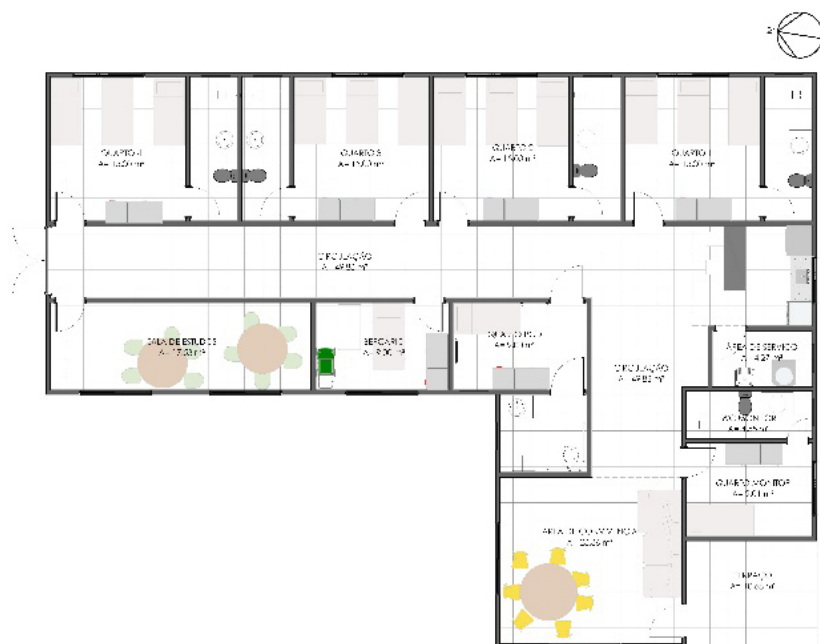


Figura 5. Layout das Moradias

Fonte: Autores, 2023

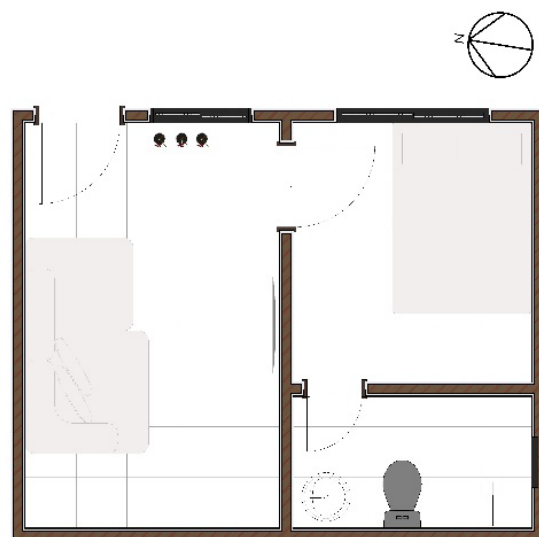


Figura 6. Layout das Visitas Intimas

Fonte: Autores, 2023

Bomfim, Delabrida e Ferreira (2018) citam em seu trabalho diversos estudos que enfatizam a importância do ambiente natural e seu efeito restaurativo. Nesta proposta privilegiou-se a predominância de áreas verdes ao longo da implantação do projeto, onde todas as salas de aulas, quartos e áreas de convivência tem aberturas para o exterior e a conexão com a natureza com várias árvores dispostas ao longo do terreno.

Aspecto de extrema relevância e que não pode ser negligenciado e deixado alheio às discussões, é sobre os mecanismos de segurança. As estratégias aqui adotadas incidem diretamente no processo construtivo de identidades, não só das adolescentes, mas da própria instituição ressocializadora. A presença excessiva de elementos que remetem a espaços prisionais, “aliadas a falta de mobilidade típica dessas instituições, dificulta a relação com o adolescente que passa a se comportar de forma mais agressiva” (OLIVEIRA, 2008).

Para tal problemática, sugeriu-se a abolição de grades e ferros que pudessem impossibilitar a passagem de um espaço para outro, ou o contato visual com o exterior. No entanto, adota-se e reforça-se mecanismos de segurança externa (entre a cidade e a unidade de internação), com a utilização de muros com 5 metros de altura e a presença de duas guaritas de segurança em lados opostos que permitem manter a observação tanto de movimentação suspeitas interna, como externamente.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A constituição de espaços para adolescentes que cumprirão medidas socioeducativas de internação, pode reforçar estigmas e solidificar uma identidade negativa do que ali irão frequentar, já envolvidos em sua maioria dentro de um contexto de vulnerabilidades. Mas, também pode ser um catalizador de potencialidades e mudanças comportamentais.

É preciso frisar que cada decisão no projeto, ela não é imparcial, está imbuída de valores e refletem uma determinada visão de mundo de quem as toma. E quando se trata do público a quem se destina este estudo, é preciso estar atento às concepções arcaicas

ainda presentes no modo de ver os adolescentes em conflito coma lei.

A Arquitetura Socioeducativa ainda é um tema incipiente e este estudo busca sobretudo, favorecer e ampliar as discussões. É evidente que a eficácia das medidas socioeducativas perpassa pela convergência de várias ações, onde o espaço físico tem grande relevância. Assim, espera-se que esta vertente de pesquisa se consolide e traga novas questões para esse debate.

Referências

- ARCHDAILY. Prisão Storstrom. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/886790/prisao-storstrom-cf-moller>. Acesso em: 03 de março 2023.
- ARIÈS, P. **História social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1981.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 15.220-3: Desempenho térmico de edificações Parte 3: Zoneamento bioclimático brasileiro e diretrizes construtivas para habitações unifamiliares de interesse social. Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.
- BRASIL. Lei 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 16 de julho de 1990a.
- _____. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE. Brasília-DF: CONANDA, 2006.
- _____. Constituição Federal de 1988. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 02 de junho de 2023.
- FONSECA, Sérgio Cezar da. **DO ABANDONO AO MENOR: o caso do Instituto Disciplinar em São Paulo (1903-1927)**. 30ª Reunião Anual da Anped, 2007. Disponível em: <https://www.anped.org.br/biblioteca/item/do-abandonado-ao-menor-o-caso-do-instituto-disciplinar-em-sao-paulo-1903-1927>. Acesso em 02 de março de 2023.
- OLIVEIRA, Elena Maria Duarte de. **Por uma arquitetura socioeducativa para adolescentes em conflito com a lei: uma abordagem simbólica da relação pessoa-ambiente**, 2008. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008).
- PINTO, Rodrigo Mendes. **ARQUITETURA E SOCIOEDUCAÇÃO: a operação como modificadora do espaço**. 2019. Dissertação de mestrado - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de Brasília, Brasília, 2019.
- PIZZATO, Charles. **Arquitetura socioeducativa: o espaço ressocializando pessoas, curando a sociedade**. Porto Alegre: Corag/CAU-RS, 2016.
- SOUZA, Danielle Gomes de Barros. **A repercussão das diretrizes pedagógicas do SINASE no projeto arquitetônico de unidades socioeducativas de internação**. Dissertação (mestrado em Dinâmicas do Espaço Habitado) – Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.
- _____. **Arquitetura socioeducativa - Os espaços de internação para adolescentes em conflito com a lei: mudanças ocorridas até o SINASE e a sua repercussão na arquitetura**. Disponível em: <https://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/11.131>. Acesso em: 03 de março de 2021.
- VASCONCELOS, Paulo Eduardo Silva de. **Política habitacional do Estado autoritário em São Luís (1964-1985)**. Dissertação (Mestrado) – Curso de Desenvolvimento Sócio Espacial e Regional, Universidade Estadual do Maranhão, 2014.

capítulo 5

CENTRO CULTURAL E ESPORTE NO MUNICÍPIO DE SÃO LUÍS

CULTURAL AND SPORT CENTER IN THE MUNICIPALITY OF SÃO LUÍS

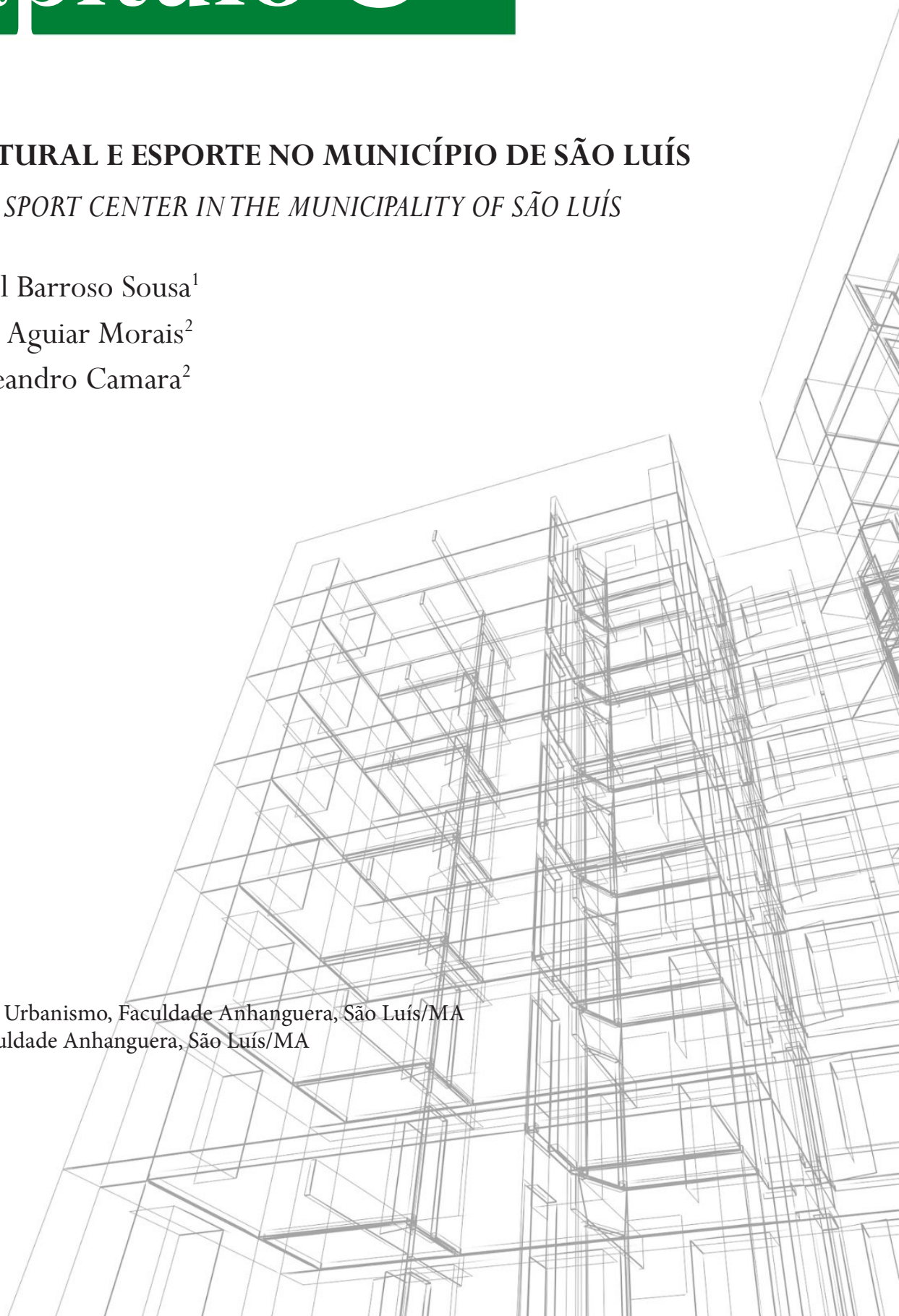
Antonio Gabriel Barroso Sousa¹

Cíntia Maria de Aguiar Moraes²

Andreia Jane Leandro Camara²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

Os centros culturais e esportivos, como museus, teatros, quadras de esportes, tendem a promover a união entre indivíduos, comunidades, proporcionando cultura, lazer e bem-estar físico e mental para diferentes grupos sociais. De acordo com o Estatuto da Cidade (2001), cabe ao município executar a distribuição adequada do pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, em prol do bem coletivo da segurança e bem-estar dos cidadãos, dando garantia ao lazer para os presentes e futuras gerações. O objetivo desse trabalho foi realizar uma proposta a nível anteprojeto de um Centro Cultural e Esportivo na cidade de São Luís – MA, no bairro Cohab, visando ressaltar a importância do mesmo para a sociedade em que está localizada. Tem como função mostrar a cultura, a história de um povo, incentivar as pessoas a praticar esporte sendo um meio de lazer e servir como instrumento de inclusão social.

Palavras-Chave: Cultura, Esporte, Inclusão.

Abstract

Cultural and Sports centers, such as museums, theaters, sports courts, tend to promote unity between individuals and communities, providing culture, leisure and physical and mental well-being for different social groups. According to the City Statute, it is up to the municipality to carry out the adequate distribution of the full development of the social functions of the city and urban property, in favor of the collective good of the security and well-being of the citizens, guaranteeing leisure for the present and future generations. The objective of this work was to carry out a proposal at the preliminary level of a Cultural and Sports Center in the city of São Luís - MA, in the Cohab neighborhood, in order to emphasize its importance for the society in which it is located. Its function is to show the culture, the history of a people, encourage people to practice sports as a means of leisure and serve as an instrument of social inclusion.

Keywords: Culture, Sport, Inclusion.



1. INTRODUÇÃO

Um centro cultural e esportivo pode ser definido como um exemplo de participação, onde são realizados diferentes tipos de atividades, como oficinas de teatro, arte, música, proporcionando momentos de valorização, descontração e prazer, ao mesmo tempo, conscientizam a população de que indiferente da classe socioeconômica, o lazer é um direito de todos (SILVA, LOPES, XAVIER, 2009).

A importância deste tema é que tem uma grande relevância em nossa atualidade pelo fato que o esporte e a cultura são um meio de trazer a sociedade um ambiente que ajuda na realização da inclusão social, divertimento, prática de atividades físicas e intelectual.

O principal ponto para o desenvolvimento deste trabalho/projeto é buscar ressaltar a importância da implementação de um centro cultural e esportivo na cidade de São Luís - MA.

Com a elaboração do projeto, tem como prioridade a melhoria na qualidade de vida dos indivíduos da localidade, agregando um espaço de lazer, cultura, esporte e conhecimento, contribuindo para formação pessoal do usuário.

2. SURGIMENTO DO LAZER

Não podemos pensar no lazer, como algo inocente, ingênuo ou que não esteja ligado aos momentos de prazer que a vida oferece, segundo Melo (2001) e Alves Júnior (2003). Pois foi por conta da industrialização que os seres humanos buscaram formas de se desvencilhar do trabalho em seu tempo livre.

Com o surgimento da industrialização no Brasil, fim de século XIX, que ocorreu a primeira greve no ano de 1901. Dentre todas as reivindicações se fez presente a redução da hora trabalhada, que era de 11 horas, porém foi somente em 1907 que se conseguiu reduzir para 10 horas trabalhadas e alguns grupos de trabalhadores foi para 9 horas ao dia (CAMARGO, 1989).

Tiveram mais avanço no governo de Getúlio Vargas, que garantiu a classe trabalhadora o direito ao lazer, medidas regulamentadoras dá aposentadoria, redução da carga de trabalho para 8 horas ao dia, compondo a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), que teve poucas alterações até os dias atuais (CAMARGO, 1989).

Somente a partir de 1988 que veio ser obrigatório no Brasil o planejamento da cidade, em que a Constituição Federal nos artigos 182 e 183 retrata a ordenação do processo de desenvolvimento de funções sociais da cidade, garantindo o bem-estar dos cidadãos. Todavia, somente no ano de 2001, por meio da Lei Federal 10.257 - Estatuto da Cidade- é que foi estabelecida as principais diretrizes de execução das políticas urbanas.

O Estatuto da Cidade em sua primeira diretriz ressalta o lazer como direito a ser garantido no planejamento da cidade. De acordo com o Estatuto, o planejamento deve proporcionar:

Garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações (Lei nº 10.257, 2001, p. 1)."

3. CONTEXTUALIZANDO O TEMA

Para melhor compreender o tema proposto a esse TFG, foi iniciada uma pesquisa desses dois segmentos importantes para atividade humana, o levantamento de dados tanto da cultura e do esporte separadamente. Além de buscar formas de incentivo para esse determinado setor no Brasil, isso poderá facilitar a questão financeira na implementação deste Centro Cultural e Esportivo na cidade de São Luís- MA.

3.1 Centro Cultural

A cultura desenvolve um papel muito importante na formação do cidadão, visto que apresentam em seus acontecimentos costumes, expressões artísticas e culturais, tradições. Logo, agregam a população conhecimento, lazer e identificação pessoal e social, enriquecendo a educação pessoal e intelectual.

Um espaço de cultura, além de exercer atividades culturais diversificadas, deve possuir no programa de necessidades atributos ambientais essenciais para o seu bom funcionamento e qualidade de bem-estar do usuário. Esses atributos estão relacionados à democratização do espaço, acessos, integração do público, com as atividades exercidas, dentre outros, por meio das salas de aula, praça e áreas de convivência, iluminação adequada etc. (NEVES, 2013, p.2).

A cultura está relacionada a geração de conhecimento e ao pensamento que o indivíduo exerce, visto que é de valor essencial para a formação da sociedade. Desta forma compreende que a cultura é construída por ações e a interação social.

A implementação de um Centro cultural na sociedade traz consigo um perfil de inclusão social e acessibilidade, já que promove eventos culturais onde se encontra pessoas de qualquer classe social, etnia, gênero, entre outros. Esse contato com a cultura que o indivíduo possui o estimula a sonhar, a acreditar, aumenta sua criatividade e um ponto importante que possa ser ressaltado e que possibilita ele abrir sua mente para adversidade da sociedade.

No Brasil temos casos comprobatórios na anexação de Bibliotecas Parque, área de convivência, na favela da Rocinha e Manguinhos, por terem dado locais de lazer e valorização ao local que são implantadas.

O setor Cultural tem incentivo financeiro pelo Programa Nacional Apoio à Cultura-PRONAC, conhecido como Lei Rouanet 8.313, o grande destaque dela e justamente os incentivos fiscais pelas pessoas físicas e jurídicas que tem a opção de destinarem uma porcentagem de seu imposta de renda em ações culturais.

3.2 Centro Esportivo

O Esporte possui um potencial de socialização grande, entre indivíduos de diferentes classes, religiões, gêneros e afins. Por meio de uma partida de futebol, de basquete, de uma partida de vôlei na escola, pessoas fortalecem amizades, criam vínculos. A importância da prática esportiva vai além dos benefícios a saúde “É possível perceber-se o desenvolvimento das relações socioafetivas, a comunicabilidade, a sociabilidade, ajustando socialmente esse homem ao meio que vive” (BURITI, 2001).

A sociabilidade enriquece nossas vidas, faz nós olhar para além de nós mesmo. Ter



companheirismos, desfiar nossos limites, são elementos vivenciados na prática dos esportes. Nos dias atuais está ocorrendo com menos frequência a utilização do esporte no lazer das pessoas, por falta de locais adequados ou acesso a eles, o trabalho infantil e o crescimento de materiais virtuais, jogos e redes sociais, que faz as pessoas de modo geral não buscar o esporte na hora do lazer. “Nos tempos de crises culturais a imagem do homem é a primeira a ficar abalada. O homem sente-se perdido e em perigo” (SANTIN, 1993).

Assim como na cultura, os centros esportivos contam com um incentivo do governo pela Lei nº 11.438/06 – Lei de Incentivo ao Esporte (LIE), por doações de patrocínio, pessoas jurídicas e físicas podendo direcionar uma porcentagem de seu Imposto de Renda (IR), no apoio direto a projetos desportivos e paradesportivos previamente aprovados pelo Ministério do Esporte.

4. REFERENCIAS PROJETUAIS

4.1 Centros de Artes e Esportes Unificados-CEUs

Os Centros de Artes e Esportes Unificados, foram criados em 2010 pelo governo federal e idealizados através da união de cinco ministérios com o intuito de desenvolver um projeto que integrasse em um único equipamento “atividades e serviços culturais, práticas esportivas e de lazer, formação e qualificação para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais, políticas de prevenção à violência e inclusão digital” (BRASIL, 2013).



Figura 1. Logo do CEUs

Fonte: Google imagens, 2023.

Conhecido também como praças PAC, é parte de um programa do governo federal brasileiro, com o intuito de integrar, em um mesmo edifício, programas e espaços culturais, esporte e lazer, com a função de qualificação profissional para o mercado de trabalho, serviços socioassistenciais e laboratórios de informática.

Conta com infraestrutura e espaços para o desenvolvimento de atividades esportivas, artísticas e social em comunidades com uma população superior a 50 mil habitantes, nas áreas de alta vulnerabilidade social.

4.2 Centro Cultural e Esportivo ZHOUSHI

O Centro Cultural Esportivo ZHOUSHI está localizado na cidade de Zhoushi, que está ao norte do estado de Kunshan, China. Se trata de um centro cultura e esporte integrado e compreensivo, separado por pavilhões relativamente independentes, o da cultura, o do esporte, além de uma rua comercial e de lazer.



Figura 2. Fachada Centro cultural e Esportivo ZHOUSHI
Fonte: Site Goood, 2013.

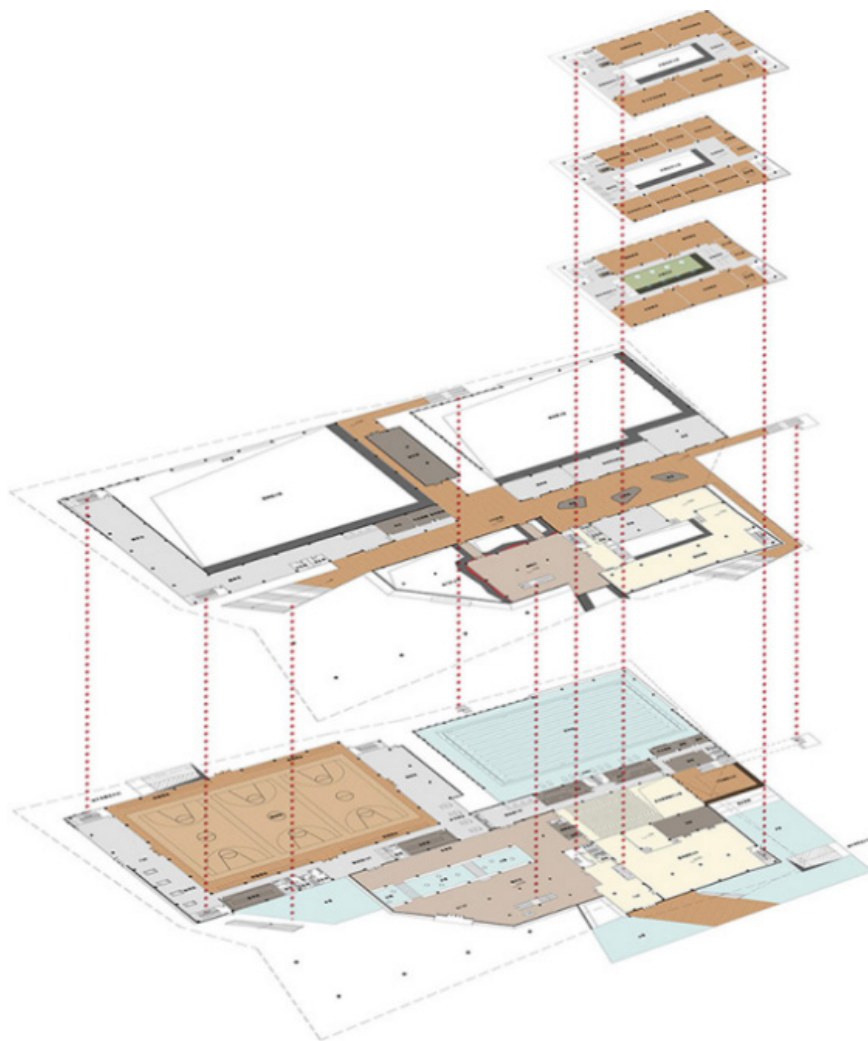


Figura 3. Planta do Centro Cultural Esportivo ZHOUSHI
Fonte: Site Goood, 2013.

Com os diferentes seguimentos dentro do edifício, tiveram a ideia de fazer uma cobertura dinâmica para cobrir os pavilhões, por meio de dobras, ondulação e angulação, para garantir as alturas necessárias em cada ambiente. Ao se observado por usuários e visitantes se deparam com um volume escultórico que causa um impacto visual.



Figura 4. Vista do Centro Cultural e Esportivo ZHOUSHI

Fonte: site Gooood, 2013.

O centro cultural esportivo de ZHOUSHI serviu para remodelar o espaço urbano e inspirar a vitalidade urbana, como uma barca que vai carregar e disseminar a cultura da cidade de Zhoushi.

5. CULTURA NO MUNICÍPIO SÃO LUÍS

Na cidade de São Luís temos 33 casas de cultura, sendo igrejas, museus e construções históricas.

São Luís tem manifestações culturais muito fortes com o bumba-meu-boi, tambor de crioula e o cacuriá, mais presentes no período festival junino. Eleita a décima terceira Capital Americana da Cultura para o ano de 2012, uma iniciativa cultural, de cooperação e de promoção nos países da América, respeitando a sua diversidade nacional e regional e destacando o seu patrimônio cultural.

No município temos o segundo mais antigo teatro do Brasil, fundado em 1817 por dois comerciantes portugueses, o Teatro da união, conhecido por Teatro Artur Azevedo depois de ser reconstruído em 1989 seguindo o projeto inicial (Figura 5).



Figura 5. Teatro Artur Azevedo
Google imagens, 2023.

5.1 Esportes no município de São Luís

Em 1981 foi construído o Estádio Governador João Castelo (Figura 6) que é um dos maiores estádios de toda a Região Nordeste. Como 32 km de praia, esportes como, futebol de areia, futevôlei, vôlei de praia e kitesurf, são comuns de serem visto na cidade. A cidade de São Luís conta com 3 principais clubes de futebol, o Sampaio Corrêa fundado em 1923, o Moto Club fundado em 1937e o Maranhão Atlético Clube fundado em 1932.



Figura 6. Estádio Governador João Castelo
Fonte: Kamaleao, 2023.

6. BAIRRO DE IMPLEMENTAÇÃO DO CENTRO CULTURAL E ESPORTIVO

Um bairro do município de São Luís - MA, Cohab Anil I, construído pela companhia de Habitação Popular do Maranhão (COHAB) que foi instituído pela Lei nº 2.637, de 1º de abril de 1966, através de incentivos do Sistema Federal de Habitação (SFH) e do Banco Nacional de Habitação (BNH). É um bairro importante na cidade, conta com uma infraestrutura bem completa, o que acaba gerando um fluxo de pessoas grande no bairro, fazendo com que ele vire um núcleo de prestação de serviços e comércios diversificado.

6.1 Informações sobre o Terreno

A escolha do terreno se deu pelo fato de ser uma zona residencial de auto fluxo e por não ter um edifício dessa tipologia implementado nesta zona ou nas demais próximas. Ele está inserido na ZR5, contém 13mil m². Atualmente o terreno se encontra vazio, com muito mato, sem utilidade para o bairro no momento, como mostra na figura 8.



Figura 7. localização do terreno

Fonte: Google Earth, 2023.



Figura 8. Imagem do Frontal do Terreno

Fonte: Google Earth, 2023.

Os índices do terreno são determinados na Lei de Zoneamento- Lei 3.253 do município de São Luís. De acordo com o Art. 27 - As ocupações dos lotes pelas edificações ficam disciplinadas pelas seguintes normas: Área total máxima de edificação tem que ser igual a 150% da área do terreno; Área livre mínima do lote igual a 40% da área do lote; Tendo os afastamentos de no mínimo 3,00m; Permitido no máximo 3 pavimentos.

Na realização do estudo de entorno do terreno, foi possível perceber que o uso de ocupação do solo do bairro é predominante o residencial, como mostra a figura 9 presente neste trabalho.

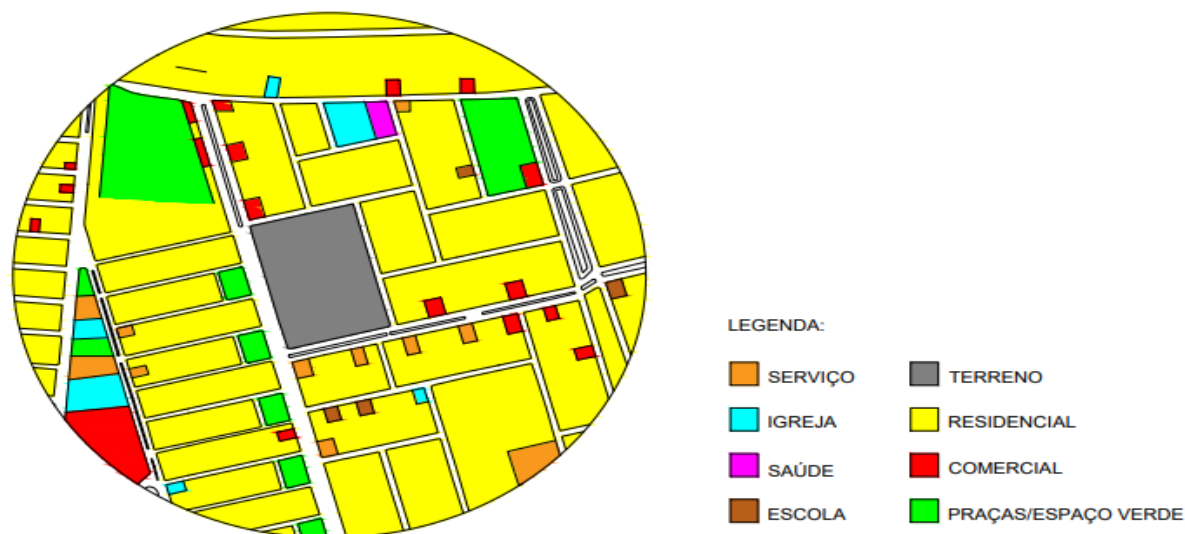


Figura 9. Mapa de uso e ocupação do solo

Fonte: Autores, 2023.

7. Projeto Arquitetônico

Antes de iniciar o desenvolvimento do projeto foi realizado pesquisas para auxiliar e complementar as demais pesquisas empíricas. Com o objetivo de levantar quais setores e atividades entraria no programa de necessidades, trazendo consigo um programa completo e compatível com a realidade local, fazendo com que a edificação seja capaz de desenvolver o seu papel e tenha a utilização esperada.

7.1 Programa de Necessidades

Após a realização das pesquisas, foi definido o seguinte programa baseado nas intenções do projeto.

PROGRAMA DE NESECIDADES		
SETOR	AMBIENTE	QUANTIDADE
CULTURA	Auditório (100 p.)	01
	Salas Educacionais	04
	Centro de Exposição	
	Sala de Dança	01
	Sala de Arte	02
	Espaço aberto para apresentações	
ESPORTE	Quadra poliesportiva	01
	Piscina Semiolímpica	01
	Vestiário	02
	Pista de Skate	01
SERVIÇO	Lanchonete	03
	Restaurante	01
	Cafeteria	01
	Áreas técnicas e de Serviço	02
	Vestiário para Funcionários	02
	Banheiros	03
	Estacionamentos	(QNT. DE VAGAS A DEFINIR)
	Área para carga e descarga	-
	Refeitório para funcionários	
	Recepção	02

Tabela 01. Estudo de Ventilação

Fonte: Autores, 2023.

7.2 Estudo de Ventilação e Setorização

Com a elaboração do programa de necessidades e com o estudo de ventilação, como visto na figura 10 presente neste trabalho, foi possível executar a setorização das principais atividades da edificação no terreno. Com a utilização de um fluxograma foi definido a distribuição das atividades no terreno e na edificação (Figura 11).

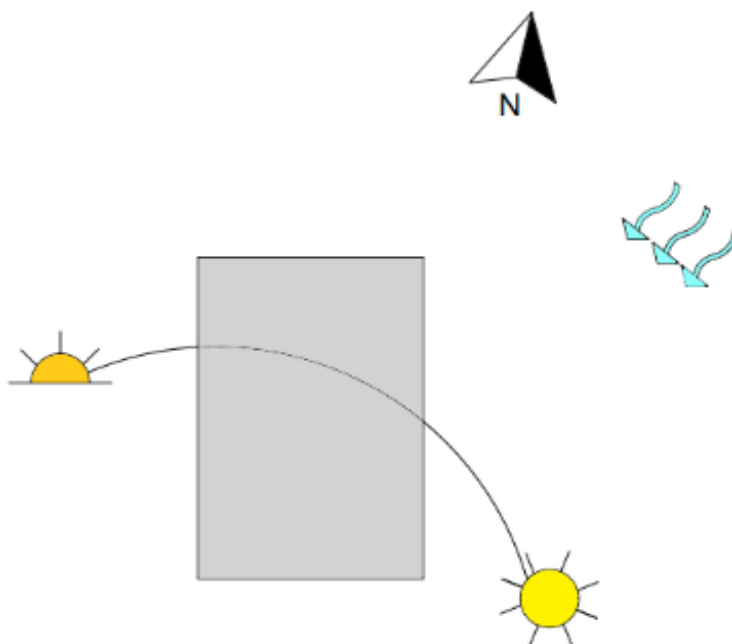


Figura 10: Estudo de Ventilação

Fonte: Autores, 2023.



Figura 11: Fluxograma Geral

Fonte: Autores, 2023.

8. PARTIDO ARQUITETÔNICO

A ideia para o partido do projeto se resume a permeabilidade visual, ter um projeto acessível e uma circulação livre. A implantação dos blocos será desenvolvida em formas ortogonais simples, com característica moderna, de modo com que as mesmas se interliquem.

A fim de garanti uma edificação mais limpa esteticamente, simples e iluminada, a escolha dos materiais tem como inspiração o estilo moderno, o concreto armado, o vidro e o aço. A fim de buscar a permeabilidade desejada, tanto para o interno quanto externo.



Figura 12. Planta de Implantação

Fonte: Autores, 2023.

A área localizada no pavimento térreo (Figura 13) conta com uma recepção, um auditório com capacidade de 100 pessoas, uma área destinada a exposição, a rampa para acesso ao pavimento superior, conta também com lanchonetes e cafeteria. No pavimento superior (Figura 14) estão localizado o setor administrativo e o setor educacional, além de uma área de exposição para obras permanentes.

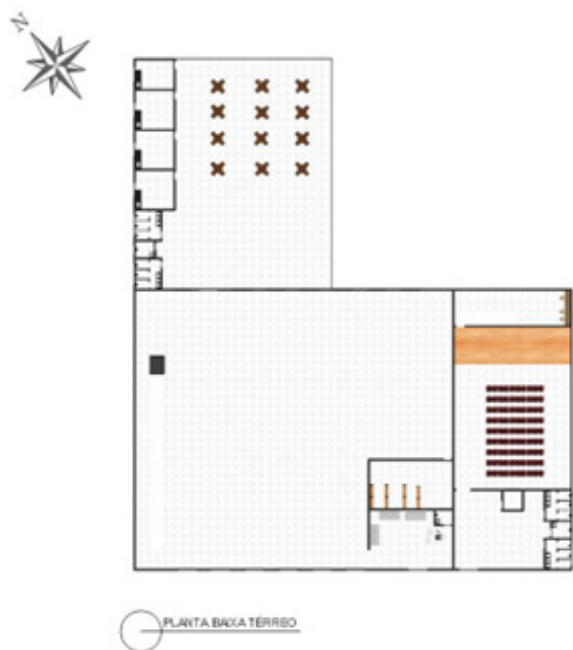


Figura 13. Planta Baixa Superior
 Fonte: Autores, 2023

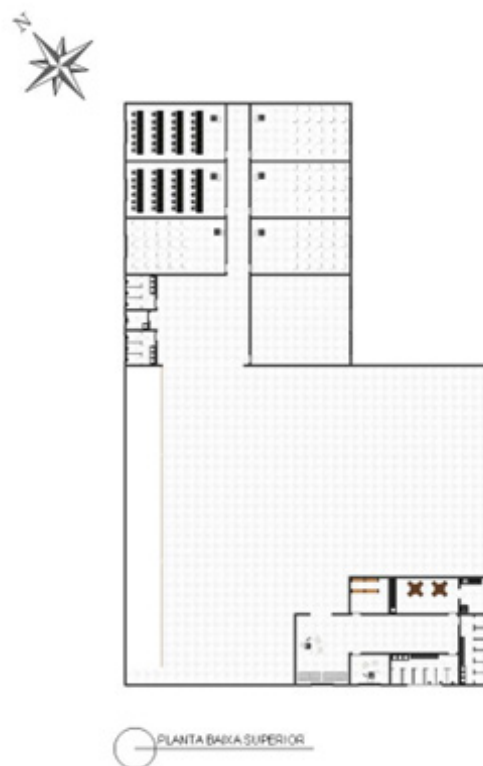


Figura 14. Planta Baixa Superior
 Fonte: Autores, 2023

A elaboração da fachada foi pensada na incidência solar que ela iria receber, já que está voltada para o lado oeste. A utilização do branco para não ter tanta absorção da luz solar, na colocação de brise em um formato diferente, para servi como um elemento de beleza na fachada, árvores de copa grande gerando sombra.



Figura 15. Fachada
 Fonte: Autores, 2023.



Figura 16: Perspectiva Frontal
Fonte: Autores, 2023.



Figura 17: Perspectiva do Fundo
Fonte: Autores, 2023.

Referências

ALVES JUNIOR, E. D. **Introdução ao lazer**. Barueri: Manole, 2003

ARCHDAILY. **Centro Cultural e Esportivo ZHOUSHI / UDG YangZheng Studio**. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/624395/centro-cultural-e-esportivo-zhoushi-udg-yangzheng-studio> gZheng Studio | ArchDaily Brasil

BURITI, Maria do Socorro Leite. Variáveis que influenciam o comportamento agressivo de adolescentes nos esportes. In BURITI, Marcelo de Almeida (Org.). **Psicologia do Esporte**. Campinas: Editora Alínea, 2ª Edição, 2001.

CAMARGO, Luiz Otávio de Lima. **O que é Lazer**. São Paulo: Brasiliense, 1989. Disponível em: <https://docplayer.com.br/11115918-Centro-cultural-a-cultura-a-promocao-da-arquitetura.html>.

GOOOD. **ZHOUSHI Culture & Sports Center / UDG**. Disponível em: <https://www.goood.cn/zhoushi-culture-sports-center.htm>. Acesso em: 25 de março de 2023.

BRASIL. **Lei nº 11.438/06 - Lei de Incentivo ao Esporte**. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/lei-de-incentivo-ao-esporte/legislacao-lei-de-incentivo-ao-esporte>. Acesso em: 25 de março de 2023.

_____. **Lei Rouanet 8.313 - Programa Nacional de Apoio à Cultura**. Disponível em: <https://www.gov.br/iphan/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/programas/programa-nacional-de-apoio-a-cultura-pronac>. Acesso em: 25 de março de 2023.

MELO, V. A. Lazer e camadas populares: reflexões a partir da obra de Edward Palmer Thompson. **Revista Movimento**, Porto Alegre, v. 7, n. 14, p. 4-19, 2001.

NEVES, Renata Ribeiro. **Centro Cultura: a cultura à promoção da arquitetura**.

SANTIN, Silvino. **Educação Física outros caminhos**. Porto Alegre: EST / ESEF - Escola Superior de Educação Física – UFRGS, 2ª Edição, 1993.

SILVA, M. J.V.; LOPES, P.W.; XAVIER, S.H.V. **Acesso a Lazer nas Cidades do Interior: um Olhar Sobre Projeto CINE SESI Cultural**. VI Seminário 2009 ANPTUR: São Paulo, 2009.

capítulo 6

TINY HOUSE: MODELO DE HABITAÇÃO MÍNIMA EM SÃO LUÍS

TINY HOUSE: MINIMUM HOUSING MODEL IN SÃO LUÍS

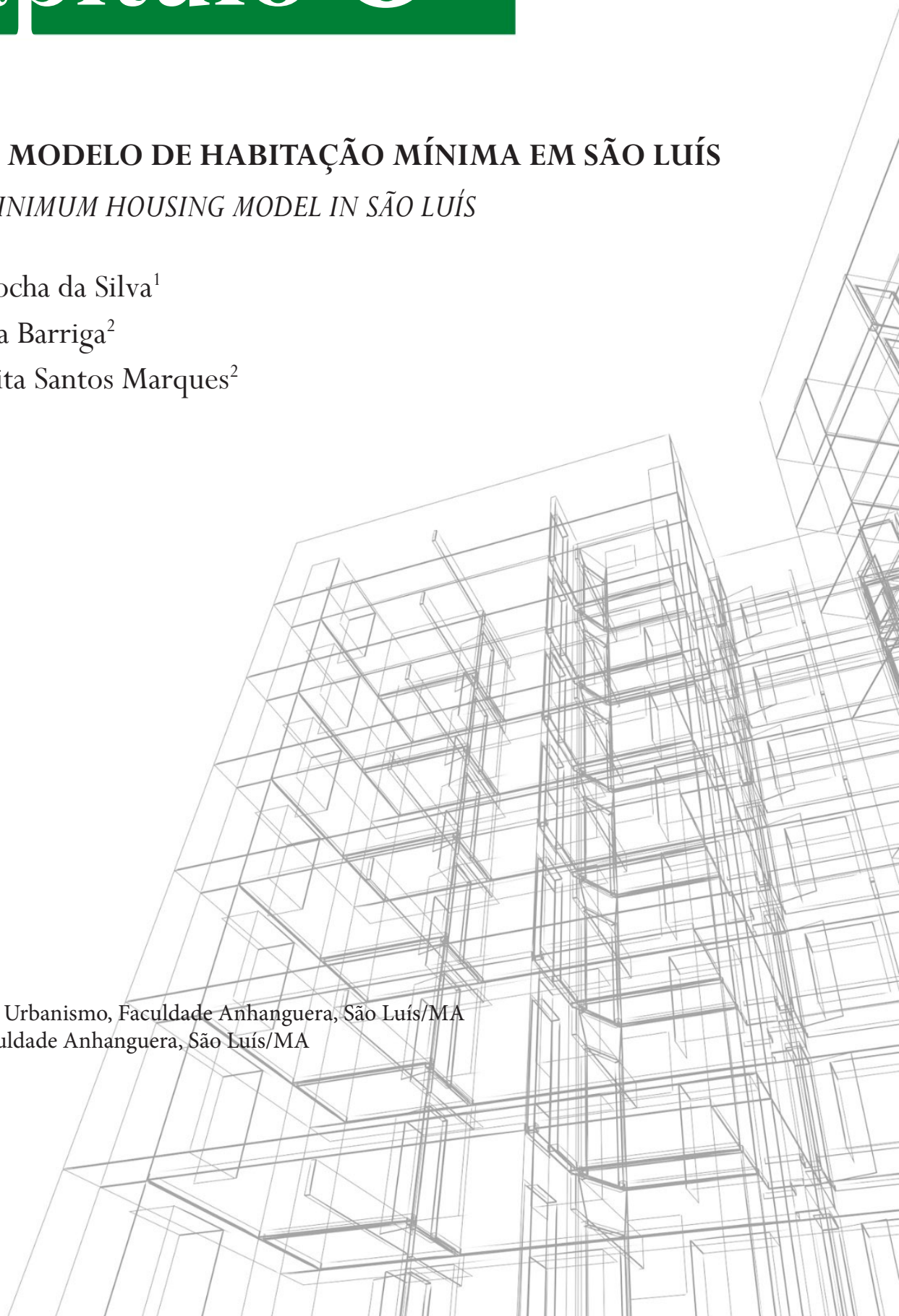
Paula Isabele Rocha da Silva¹

Nairama Pereira Barriga²

Andréia Mesquita Santos Marques²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

A história da moradia humana evoluiu ao longo do tempo em todo o mundo, com mudanças nas tipologias e processos construtivos das casas. São Luís, uma cidade com rica herança arquitetônica, apresenta tipologias mistas de paredes mestras estruturais em pedra argamassada com cal e paredes divisórias de pau-a-pique, cruz de Santo André e tabique, estas mescladas com a tipologia contemporânea. Com a evolução da sociedade, o homem mudou sua forma de pensar sobre moradia e a paisagem da cidade mudou, surgiu necessidade de habitação para acomodar cada vez mais pessoas em um espaço limitado levou à necessidade de habitações mínimas. Este estudo analisa a evolução da habitação e propõe um projeto de habitação mínima funcional, aplicada dentro da regionalidade atual da cidade de São Luís. O projeto busca atender às novas necessidades do modo de pensar do homem sobre habitação e espaços, explorando a evolução da moradia humana ao longo do tempo, como foco na cidade de São Luís, Maranhão, Brasil.

Palavras-chave: São Luís, Habitação mínima, arquitetura.

Abstract

The history of human housing has evolved over time around the world, with changes in the typologies and construction processes of houses. São Luís, a city with a rich architectural heritage, presents mixed typologies of structural master walls in mortared stone with lime and partition walls of pau-a-pique, cross of Santo André and tabique, these mixed with the contemporary typology. With the evolution of society, man changed his way of thinking about housing and the landscape of the city changed, the need for housing to accommodate more and more people in a limited space led to the need for minimal housing. This study analyzes the evolution of housing and proposes a minimum functional housing project, applied within the current regionality of the city of São Luís. The project seeks to meet the new needs of man's way of thinking about housing and spaces, exploring the evolution of human housing over time, as a focus on the city of São Luís, Maranhão, Brazil.

Key-words: São Luís, Minimum housing, Architecture.

1. INTRODUÇÃO

O modo de viver e a moradia da atualidade são fruto de inúmeras causas e efeitos que foram criadas pela natureza e pelo próprio homem ao longo da jornada da civilização. A nossa história, a história do homem como sociedade se mistura a história da evolução de nossas habitações. Tais transformações modificaram também o espaço físico destas paisagens e construções, levando ao homem cada vez mais a necessidade de caber mais em menos, ou somente caber.

As constantes crises globais, que forçam a comunidade a se readaptar a novos padrões estilo de vida. Como resultado dessa soma, tem-se uma população com uma “equação formulada”, onde os “vários imprescindíveis” (majoritariamente) são a praticidade, a versatilidade e a mobilidade, terminando assim, não somente seu estilo de vida, mas também seu espaço habitável (CAVALCANTI, 2018, p.10).

Este estudo tem como proposta, analisar esta passagem de tempo na história das habitações e propor um novo projeto de habitação mínima para a cidade de São Luís. Por fim, esta pesquisa também visa estabelecer um conjunto de dados para informar projetos futuros e contribuir para um conjunto de conhecimentos em que se considera a intenção da aplicação da Tiny House.

Para a realização deste estudo contamos com o desenvolvimento de um contexto histórico de arquitetura residencial, abordando desde a ideia de abrigo para os primeiros homens em 12.000 A.C. até a Revolução Industrial observando o movimento na Europa e no Brasil.

Visitamos o crescimento do movimento das habitações mínimas e seu contexto político, observando o poder do Estado na mudança da habitação e modo de vida do homem. Saindo da Revolução Industrial e entrando no contemporâneo até a chegada dos conjuntos habitacionais, que até o presente momento é o contexto em que vivem nos dias atuais.

São Luís sendo a cidade de implantação deste estudo será abordada em seu período colonial trazendo características de sua tipologia, em seguida temos a metodologia aplicada e resultados que serão usados na discussão proposto para a conclusão.

2. CONTEXTO DA ARQUITETURA RESIDENCIAL E ESPAÇO

2.1 Abrigo

O abrigo é a espinha dorsal da civilização, ele é o andaime que sustenta nosso mundo moderno. Construimos ordem para o caos, nós sonhamos e imaginamos, nossas casas edifícios e cidades moldam basicamente a existência humana, elas esculpem nossa visão de mundo e nos unem como espécie, unidos, construimos um mundo projetado por nós mesmos. O abrigo inspirou a tecnologia e a sociedade como o mundo moderno, a história do abrigo é a história do aprender a viver juntos e medida que esculpimos nosso espaço pessoal, dentro da natureza descobrimos nosso lugar no mundo.

O abrigo conta a história de como mudamos o mundo ao nosso redor e de como este mundo nos moldou também, o abrigo nos aproximou, mas também nos separou e nos dividiu, somos uma só espécie com bilhões de indivíduos, o resultado final foi a civilização.

Mas no início, nós criamos o abrigo apenas para nos manter em segurança.

Começaram a levantar coberturas utilizando ramos de árvores, a cavar grutas nos montes e a fazer, imitando os ninhos dos pássaros, com barro e ramos, recintos onde pudessem guarnecer-se (SOARES, 2014, p.9.).

Quando os cientistas encontraram aqueles ossos, eles acharam que fossem locais de assassinatos, mas na realidade, eram locais de reuniões e isto é fundamental para a arquitetura por que a arquitetura é um ato social. Como diz o autor Soares (2014, p.11).

De acordo com a teoria Vitruviana, o aparecimento da cabana primitiva foi uma solução para a necessidade intuitiva de proteção e preservação da vida humana, resolvida pela utilização de materiais que a natureza oferecia, criando uma relação íntima entre Homem e Natureza.



Figura 1. Barraca de ossos de mamute exposta no sítio arqueológico próximo ao vilarejo ucraniano de Mezhyrich

Fonte Reprodução/Dons Maps.

2.2 Revolução Industrial

A Revolução Industrial foi responsável pelo processo de passagem do capitalismo comercial para o industrial no século XVIII. Com esta, movimentos como a Independência dos Estados Unidos em 1776, e a Revolução Francesa em 1789 iniciaram mudanças em tudo que o homem achava que necessitava para viver até então. [...] pois onde quer que houvesse um pedacinho de espaço entre as construções da época precedente, continuou-se a construir e a remendar, até tirar de entre as casas a última polegada de terra livre ainda suscetível de ser utilizada”. (BENEVOLO, 2003, op. cit., p. 566). Segundo Kopp (1990) a situação das habitações na Alemanha era precária antes da Guerra, assim como na maioria dos países que viveram a revolução industrial e sofreram com o grande êxodo rural em um curto espaço de tempo. “O habitat operário(...) não é produto do acaso, mas fruto de estudos aprofundados sobre a maneira mais rentável de alojar o maior número de trabalhadores em um espaço tão reduzido quanto possível”

“[...] em consequência do aumento demográfico e das transformações da produção. Os camponeses cultivadores diretos se tornaram assalariados, ou operários da indústria, e se transferem para onde existe disponibilidade de força motriz para os estabelecimentos industriais, isto é, nas proximidades dos cursos d'água. [...] Deste modo as cidades cresceram mais rapidamente que o restante do país, porque acolhem seja o aumento natural da população, seja o fluxo migratório dos campos” (BENEVOLO, 2003, p.551).

Em Paris, e boa parte da Europa eram criadas diferentes tipologias habitacionais, advindas da exigência criada pela demanda de moradia e a falta de espaço para a mesma. Está problemática era o resultado do êxodo rural causado pela maior demanda de produção das fábricas que começaram a se aproximar mais dos centros urbanos que já se encontravam estabelecidos, aumentando também a demanda de consumo remetendo a um ciclo autoalimentado. Nas figuras seguintes, podemos ver exemplos de residências mínimas construídas pelo homem, nesta época.



Figura 2. La ville, art et Architecture em Europe, Paris.

Fonte Arqtextos 2021.

Ainda no século XIX foram construídas as vilas operárias, constituídas por edifícios ou por casas de sobrados. A grande referência foi Saltaire, concebida por Sir Titus Salt, industrial do setor têxtil, entre 1851 e 1876. Salt contratou os arquitetos Lockwood e Mawson para construir o que seria o primeiro conjunto residencial do mundo, para abrigar os 400 operários de sua fábrica de fiação, construído em uma área dominada pela fábrica (PEVSNER, 2001, p.194).

“[...] as condições de habitação são nefastas pela falta de espaço suficiente destinado à moradia, pela falta de superfícies verdes disponíveis, [...]. Estado de coisas ainda agravado pela presença de uma população com padrão de vida muito baixo, incapaz de adotar, por si mesma, medidas defensivas [...] (CARTA DE ATENAS, 1993).

Os problemas habitacionais disseminaram-se, a indústria procurou soluções criando novas vilas operárias e ferroviárias, fábricas modelos, edifícios tipo casa-quartel e fábrica-internato, muitos destes projetados por vários pavimentos de dormitórios e por refeitórios comunitários. A Iniciativa da Sociedade para a Melhoria das Condições na Classe Operária em Londres inspirou a criação dos primeiros apartamentos em 1844, com a composição

de dois andares e quatro apartamentos. Na França foi criada Société de Ouvriers de Paris, este, construindo diversos complexos, o primeiro sendo a Cit  de La Rue Rochechouart, ou Cit  Napoléon.

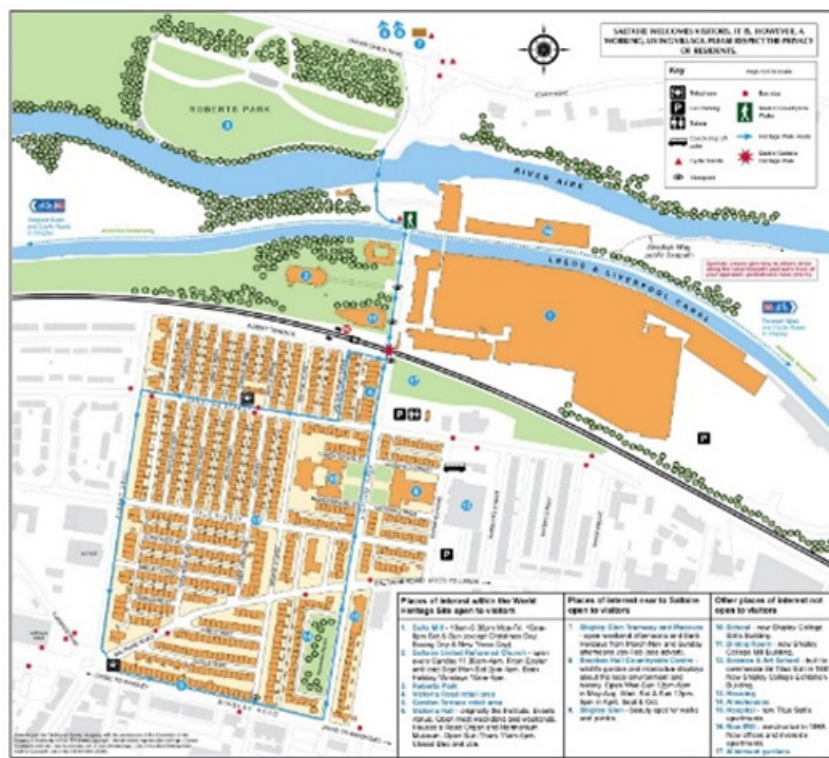


Figura 3. Implanta o do complexo saltaire disponível em <<http://saltairedailyphoto.blogspot.com.br/>> . Acesso em Abril de 2023.

O período colonial corresponde ao espaço de tempo que vai de 1500 até 1822, no entanto, arquitetonicamente, define arquitetura colonial, como aquela realizada no território brasileiro desde 1500 até 1850. A mesma reflete a influência do padrão urbanístico português, com adapta oes ao clima tropical; além de ser totalmente dependente do modelo socioecon mico vigente da época, o escravocrata, refletindo um contexto arquitetônico primitivo, com técnicas construtivas simplistas (GOULART, 2002 apud CAVALCANTI, 2018, p.16).

Essas habita oes tinham diferentes tipologias dependendo dos diferentes estados, a exemplo do Recife que apresentava uma tipologia estreita, já caracterizando aspectos das construçoes mínimas. Segundo Jurema (1952), o território ocupado pelos holandeses no Recife era ainda escasso, assim como nos Países Baixos, cercado por fortifica oes e mura-lhas, o que os levou a adotar a tipologia dos sobrados altos com áreas residenciais ex guas.

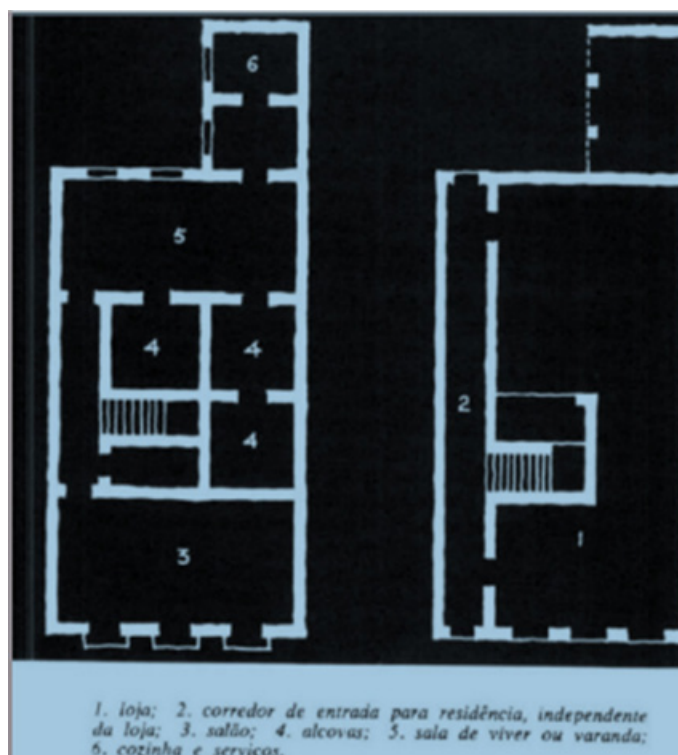


Figura 4. Configuração do padrão da planta baixa das casas coloniais. Fonte CAVALCANTTI, 2018, p.18

A casa esguia é alta por excelência a solução habitacional sempre que verifica a necessidade ou a conveniência do adensamento da população num espaço limitado, e isto, dá-se especialmente nas zonas portuárias em geral, onde tem lugar um tráfego comercial intenso; ora em país algum a limitação do espaço era mais angustiosa do que nas cidades talássicas da Holanda [...] (OLIVEIRA E GALHANO, 1992, p.13).

Os cortiços surgiram na transição do século XIX para o XX, seguindo a mesma premissa da Europa, a alta demanda por habitações próximas do local de trabalho e neste caso a imigração para trabalho. Tais fatores asseguraram a proliferação desse tipo de moradia, a superutilização dos lotes urbanos, a maior divisão possível de cômodos, e sua consequente subdivisão em vários cubículos (ROLINK, 1997).

2.3 Movimentos das habitações mínimas

2.3.1 Brasil

O Brasil foi inserido no contexto mundial no cenário da arquitetura moderna em 1939 na “Feira Mundial de Nova York”. Porém ainda “De acordo com Puttini e Ribeiro (apud Cavalcanti, 2010, p.10), predominava um contexto em que existia a valorização da arquitetura luso-brasileira e no qual as preferências pelas influências francesas estavam sendo substituídas pelas americanas”. Outra questão é no fato de que a modernidade destas habitações se diferenciava da Europa por vários contextos, diferentes classes sociais muito destacadas na época e o fato do Brasil não ter sofrido destruições com a guerra. Utilizando-se das características brasileiras Gregori Warchavchil e Lúcio Costa construíram as vilas operárias no Rio de Janeiro em 1920.

Para a classe dominante, evidentemente, era mais fácil conviver com as vilas operárias do que com os cortiços. A única restrição feita pela legislação era que as vilas não

fossem construídas em locais nobres ou potencialmente nobres. As intenções segregacionistas que visavam mantê-las afastadas dos locais de interesse da burguesia ficam claras, por exemplo, no código Sanitário do Estado de São Paulo de 1844. Apesar das vilas serem consideradas, na época modelos de “habitação higiênica”, esse código determinava que elas “... seriam estabelecidas fora da aglomeração urbana”. A lei Municipal nº 413 de 1901 isentava de impostos das vilas operárias construídas “...fora do perímetro central” (VILLAÇA, 1986, p.17).

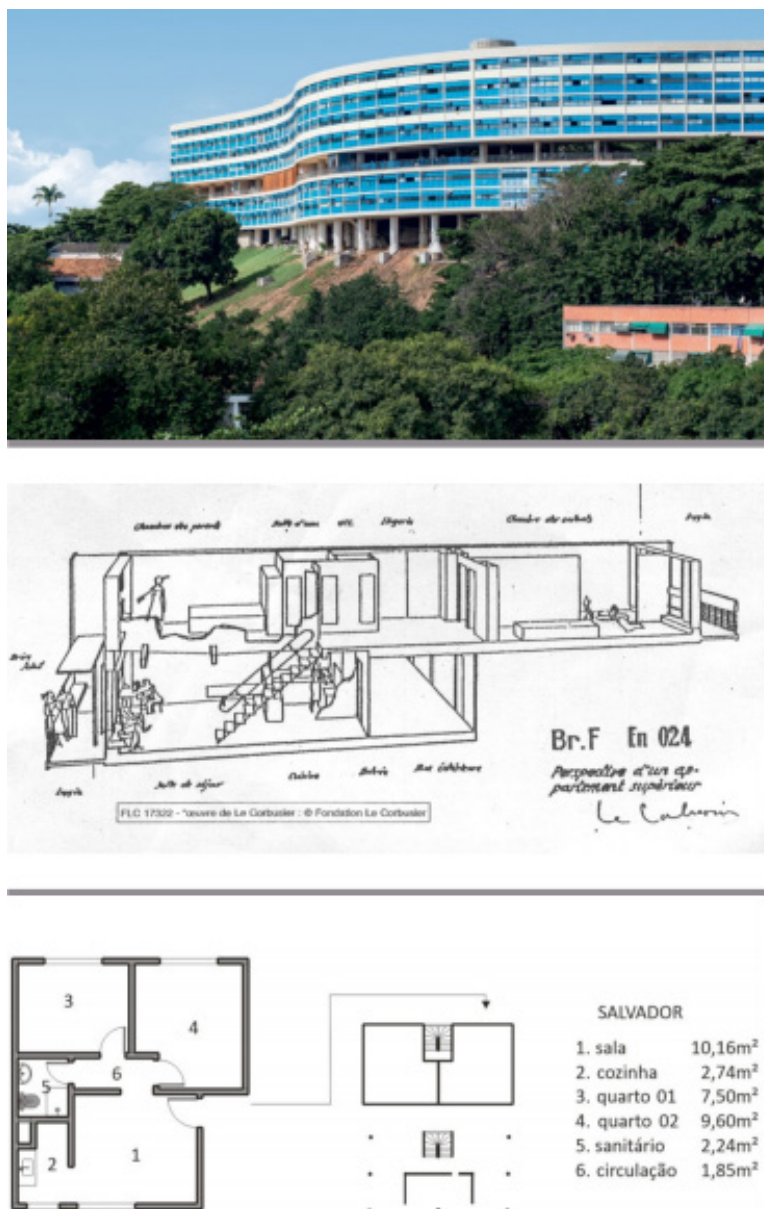


Figura 5. Conjunto Habitacional Pedregulho – Rio de Janeiro Fonte Archadaily, 2021. “Ceuvre de Le Corbusier” - 1957 Fonte Arquitectos, vitruvius, 2021. Conjunto Habitacional Salvador Fonte Junior e Costa, 2019 p.4.

Partindo da implantação das vilas operárias e todos os desafios encarados pelo estado e pelo povo nesta caminhada vieram as políticas habitacionais para o proletariado e para o povo como um todo, após as medidas de deslocamento da população de baixa renda para as grandes cidades surgiu uma nova problemática, assim trouxeram como solução a criação de leis higienistas e novos códigos de obras para a melhoria no desenvolvimento da sociedade.

A questão habitacional adquiriu papel fundamental nos planos e realizações do Estado Novo. Passou a ser símbolo de valorização do trabalhador e afir-

mação de que a política de auxílio aos brasileiros dava resultados efetivos. A aquisição da casa própria e as alternativas de torná-la acessível eram questões comuns. O objetivo era viabilizar a casa própria para o trabalhador de baixa renda. Além disso, a crise de moradia atingiu também a classe média e houve a necessidade de novas soluções para os problemas habitacionais já existentes (RUBIN E BOLFE, 2014 p.204).

2.3.2 Conjuntos habitacionais

Uma mistura de regionalidade e padronização com influência europeia, criadas pelo Estado com recursos advindos de vários setores públicos, sua criação foi impulsionada pela criação do Banco Nacional de Habitação (BNH). Observamos na figura o modelo de habitação vertical de interesse social de Le Corbusier, habitação mínima como produto de solução para os problemas sociais apresentados no país.

Assim, iniciam-se os projetos e construções dos grandes conjuntos habitacionais, unidades coletivas produzidas em série, seguindo os preceitos da Arquitetura Moderna, com equipamentos públicos e serviços próximos as moradias (RUBIN; BOLFE, 2014 p, 207).

As altas taxas monetárias, inflação, trouxeram o fim de muitos programas habitacionais com o BNH e outros órgãos do Estado. Assim foram criados órgãos como COHAB (Companhia de Habitação Popular), projeto em parceria com a Caixa Econômica Federal que é detentora dos fundos de investimento, e COHAB de cada estado (setor municipal), possibilitando o uso do FGTS do trabalhador facilitando o financiamento e o surgimento do PNH (Política Nacional de Habitação).

No período entre os anos 1974 e 1984, as políticas urbanas propostas tiveram a finalidade de solucionar problemas interurbanos e atender objetivos de ordenação do território. Em 1988, no período de redemocratização do Brasil, a Constituição Federal dá competência à União para formular planos nacionais e regionais de ordenação do território. Durante os anos seguintes, a urbanização brasileira encontrou-se dependente dos resultados dos processos econômicos globais para a estrutura e espacialização da economia local (CHAFFUN, 1997).

A Política Nacional de Habitação (PNH), aprovada em 2004 pelo Conselho das Cidades, propõe a criação do Sistema Nacional de Habitação (SNH), sendo o planejamento habitacional um dos componentes mais importantes, assim formulou-se uma estratégia para diminuir o problema habitacional no país elaborando planos habitacionais nacional, estaduais e municipais, dimensionando o déficit habitacional, as metas a serem atingidas e o necessário para alcançá-las. (RUBIN e BOLFE, 2014, p.211).

Seguindo a linha dos Programas Habitacionais de Interesse Social, fora criado o MCMV (Minha Casa Minha Vida) também como uma iniciativa privada.

No ano de 2009, o governo Lula lançou o programa MCMV, cuja intenção era construir um milhão de moradias, pretendia-se com o programa promover o crescimento econômico do país. Porém o programa recebeu diversas críticas devido à sua forma de operação e por estar fora do Sistema/Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS/FNHIS), que promove o controle e participação social (VALENÇA; BONATES, 2010).

Pudemos contemplar mais uma evolução e a ampliação em massa da habitação mí-

nima desde as vilas operárias aos conjuntos habitacionais, as medidas que foram tomadas e os métodos utilizados para a realização dessa mudança na moradia, como os programas habitacionais construídos através de políticas urbanas que ainda fazem parte da nossa realidade, e em como isso modifica no modo de viver do homem, o quanto o Estado frente a todas estas questões influencia, determina e delimita, no modo de pensar, agir e de viver de uma sociedade.

2.3.3 São Luís

2.3.3.1 Contexto histórico, tipologia e técnicas construtivas

Entre os séculos XVI e XVIII a economia do Maranhão era basicamente de subsistência, consistindo em lavouras de mandioca e algodão, sendo nesta época a colônia portuguesa mais pobre do Brasil. Já em 1755 foi criada a Companhia Geral do Grão-Pará e Maranhão, impulsionando a economia do Estado sendo colocado no circuito de exportação de produtos agrícolas, principalmente arroz e algodão. Com a economia impulsionada, a cidade de São Luís e Alcântara, principais cidades do Estado, onde viviam a burguesia e os comerciantes, foram impactadas de forma física em seu espaço e paisagem.

Ainda um ano depois da independência do Brasil existia um estreito laço entre a cidade, principalmente pelo seu porto, com Lisboa, o que favoreceu a vinda de matéria prima importada, adaptando-as ao clima tropical e tonando a paisagem da colônia mais próxima de Portugal, outro que contribuiu para tal processo foi que em 1755 após o terremoto que assolou Lisboa, a mesma precisou ser reconstruída surgindo então a ideia da tipologia pombalina.

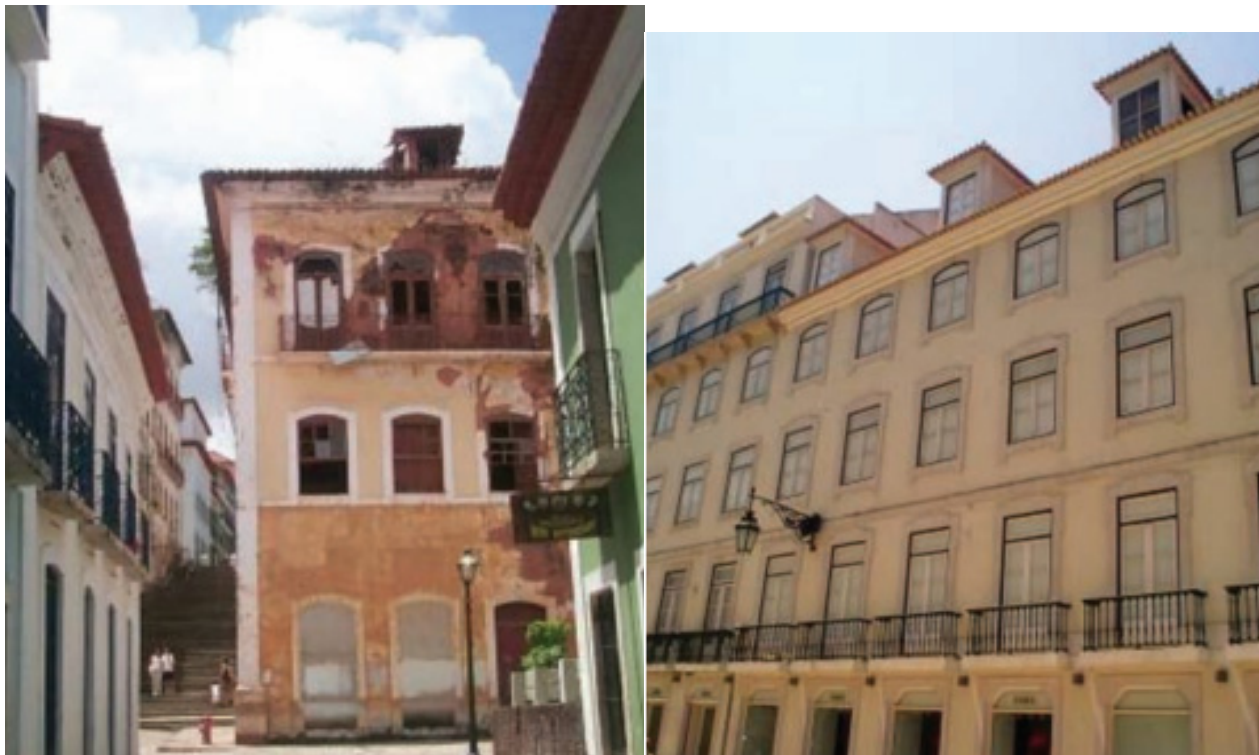


Figura 6. à esquerda sobrados do centro histórico de São Luís, à direita conjunto arquitetônico da Baixa Pombalina.

Fonte direita e esquerda Foto: Margareth Figueiredo.

A tipologia adotada seria a pombalina, proposta pelo engenheiro-mor Manuel Maia,

designado para a reconstrução de Lisboa, aqui foi aproveitado o traçado da época que havia sido concebido em 1615 pelo engenheiro militar português Francisco Frias de Mesquita, traçado com malha ortogonal.

Grande parte das edificações eram construídas de dois ou três pavimentos, contabilizando apenas dois sobrados com quatro pavimentos, não sendo padronizado. A baixa Pombalina é do tipo gaiola, composto por um esqueleto de madeira, formando por peças verticais e horizontais e de peças em diagonal, formando várias cruces de Santo André.

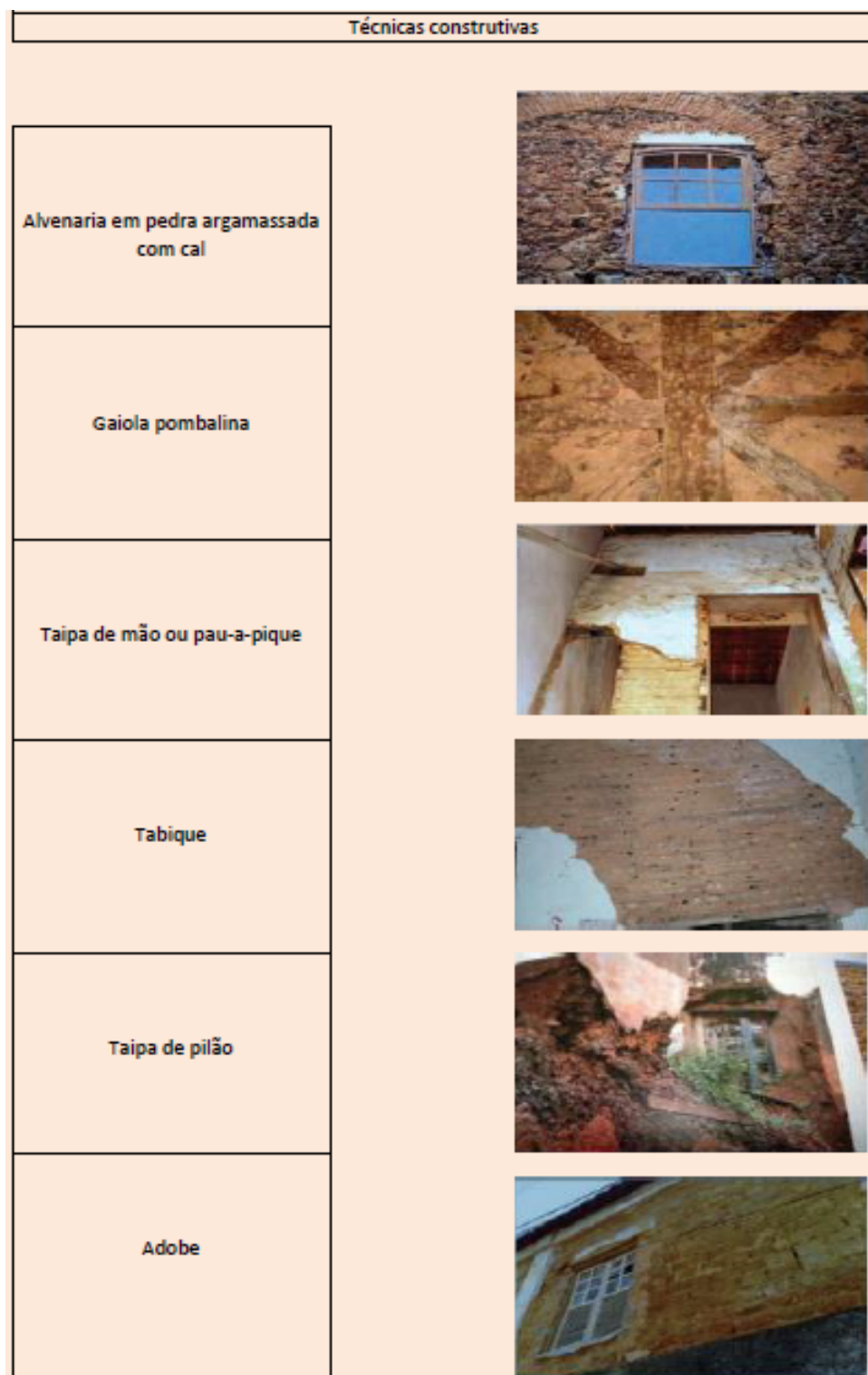


Figura 7. Técnicas construtivas dos séculos XVIII e XIX em São Luís.

Fonte do autor

3. METODOLOGIA

De acordo com o IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua também aponta que São Luís é a quinta capital do país com maior taxa de domicílios precários, com 28,2% dos domicílios em São Luís possuindo algum tipo de inadequação habitacional, esse número ultrapassam mais de 100 mil habitações, como a falta de moradias apropriadas e acessíveis, o que inclui falta de banheiro, água encanada, esgoto, eletricidade e que contribui para o crescimento das favelas e assentamentos informais.



Figura 8. Bairro Coroadinho

Fonte < São Luís é a 5ª capital brasileira com maior percentual de habitação em aglomerados | Maranhão | G1 (globo.com)> Acesso em Maio 2023

Há diversos fatores que influencia o déficit habitacional em São Luís, incluindo a falta de políticas governamentais eficazes no setor habitacional, o desenvolvimento urbano desordenado e a especulação imobiliária. Ademais, a desigualdade social e a concentração de renda na cidade também têm impacto significativo na questão habitacional.



Figura 9. Casas e situação de risco

Fonte < São Luís é a capital brasileira com quinto maior percentual do país de domicílios em aglomerados | Maranhão Hoje (maranhaohoje.com)> Acesso em Maio 2023.

Algumas ações têm sido implementadas para enfrentar o déficit habitacional em São Luís, como a construção de moradias populares e a regularização de assentamentos in-

formais. Contudo é necessário um esforço coletivo das autoridades governamentais, da sociedade civil e do setor privado para promover o acesso à moradia digna e lutar para promover a precariedade habitacional na cidade.

TÍTULO VI DA POLÍTICA DE HABITAÇÃO

Art. 78 O Poder Público Municipal, seja na condição de agente executor ou fiscalizador, será responsável pela questão habitacional, com a persecução dos seguintes objetivos:

Av. Pedro II, s/nº - Centro - Palácio de La Ravardière - CEP: 65010-904 - São Luís/MA
Fones: (98) 3212-8000 / 8035



PREFEITURA DE SÃO LUÍS

LEI Nº 7.122, DE 12 DE ABRIL DE 2023.

I – democratizar o acesso da população a terra regularizada, urbanizada e a moradia, respeitando os princípios constitucionais que instituem a moradia digna como de direito de todos, neste caso através de duas linhas de atuação básicas:

- a) intervenção nos assentamentos sejam eles normais ou subnormais existentes visando criar permanentemente melhores condições de vida e elevar o padrão de habitabilidade destas populações;
- b) produção de novos assentamentos regulares e/ou unidades habitacionais, com atendimento prioritário às famílias em situação de vulnerabilidade socioambiental, sobretudo, demandas coletivas.

Figura 10. Novo plano diretor de São Luís

Fonte < Novo Plano Diretor de São Luís | Instituto da Cidade, Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (sao-luis.ma.gov.br)> Acesso em Maio 2023.

Será utilizada metodologia de caráter exploratória por meio de dados bibliográficos e documental, fazendo uso de livros, artigos, materiais relacionados ao tema. Também de natureza qualitativa, na concepção das informações com análises de estudos de casos, todo em volta da cidade de São Luís, local de aplicação deste estudo.

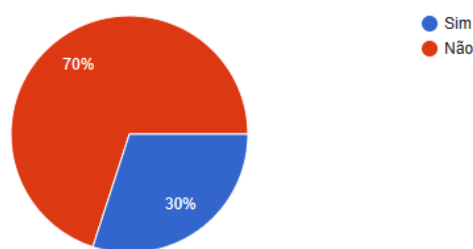
Serão feitas entrevistas através de questionários com o público em geral para melhores resultados, sendo seus dados mantidos em sigilo, sendo dispensado o uso de TCLE (Termo De Consentimento Livre e Esclarecido), sendo feito um segundo questionário, online. Nas análises serão apontados os pontos fortes e onde poderiam ser feitas intervenções para a melhoria do ambiente, aplicando os resultados no projeto que será proposto.

4. RESULTADOS

Seguem alguns dados obtidos através de pesquisa de satisfação de habitação, a fim de compreender, confirmar fatos questionados neste estudo sobre habitação, foram fornecidos cinquenta respostas válidas sobre perguntas como, “você vive em moradia própria ou alugada?”, “sua moradia é satisfatória?”, “você utiliza todos os cômodos da sua casa com frequência?”

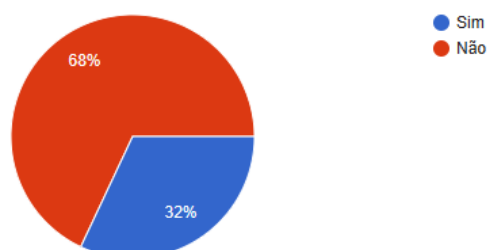
Você utiliza todos os cômodos da sua casa com frequência?

50 respostas



Sua moradia é satisfatória?

50 respostas



Você vive em moradia própria ou alugada?

50 respostas

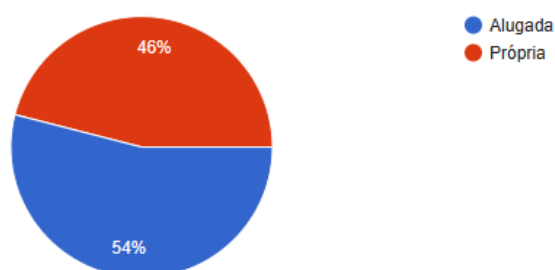


Figura 11. Gráficos

Fonte Google Forms 2023

Estas imagens de gráficos foram retiradas de resultado da pesquisa aplicada com um grupo de 50 pessoas para o desenvolvimento deste estudo, foram destacados estes resultados para impactar o pensamento do leitor e observar fatos que constataam afirmações aqui encontradas, por exemplo, quando afirmado que reduzir não é um problema, já que na imagem acima consta que 70% dos entrevistados afirmam que não utilizam todos os cômodos da casa com frequência. Questões como, satisfação com as moradias convencionais tiveram como resultado 68% de insatisfação, abrindo brecha para validade deste estudo, uma vez que notadamente podemos construir algo novo e que dê a população viabilidade para construções em terrenos menores, amenizando a questão de falta de espaço, gerando mais residências e assim começando a tratar das problemáticas abordadas neste estudo.

No apêndice podemos observar imagens computadorizadas de um modelo de *tiny house* desenvolvida para este estudo, resultado de pesquisas, revisões bibliográficas e questionário aplicado a este estudo, este foi um modelo que se adequou a mão de obra especializada do local, recursos encontrados com facilidade, praticidade e baixo custo.

5. CONCLUSÃO

O objetivo deste estudo foi compreender a evolução da habitação mínima, em particular, das habitações sociais e populares no Brasil, e como elas se tornaram um modelo de referência em termos de dimensões para esse tipo de moradia. Também foi importante compreender como as habitações populares se desenvolveram no Brasil ao longo do tempo. Além disso, foi necessário compreender como o movimento da *tiny house* vem crescendo na atualidade. Encarando fatos, o projeto para São Luís relacionado as referências da *tiny house* com características locais da região, utilizando métodos construtivos já conhecidos na área mostra-se viável. Essa iniciativa está disponível para uma demanda de informação atualizada em favor do assunto abordado.

Referências

- ABIKO, Alex Kenia. **Introdução à gestão habitacional**. São Paulo: EPUSP-USP, 1995.
- ABREU FILHO, Silvio Belmonte de **Casa e cidade: o projeto de habitação coletiva e a construção da cidade brasileira**. Trabalho apresentado no Encontro Nacional sobre Ensino de Projeto Arquitetônico. Porto Alegre: UFRGS, Faculdade de Arquitetura, 1985.
- ACKEL, Luis Gonzaga Montans. Atílio Corrêa Lima: **uma trajetória para a modernidade**. São Paulo. Tese (Doutorado em Projeto de Arquitetura) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo.
- ARTGET, E. Arqtextos, **Primórdios da habitação social: as experiências do entre guerras na Europa e Estados Unidos (1)**. Texto Luís Octavio da Silva. Disponível em: <https://vitriivius.com.br/revistas/read/arqtextos/09.097/136>. Acesso em 20 abril. 2023.
- BEN CLOWICZ, Carla M. **Prelúdio Modernista: construindo a habitação operária em São Paulo**, 1989. Dissertação de Mestrado – FAU-USP, São Paulo, 1989.
- BENEVELO, Leonardo. **A cidade na história da Europa**. Lisboa: Editora Presença, 1995.
- BERNARDINO, Alisson José Emídio. **Tiny House: um modelo para micro residência no Recife**. Recife, 2021.
- BOKUDI, N, **Habitat: As práticas bem-sucedidas em habitação, meio ambiente e gestão urbana nas cidades brasileiras**. São Paulo, Studio Novel, 1997.
- BONDUKI, Nabil G; KOURY, Ana Paula. **Os pioneiros da habitação social no Brasil: volume 02, 1ª ed.** – São Paulo: Editora Unesp: Edições Sesc – São Paulo, 2014.
- BRITO, M. **A vida cotidiana no Brasil moderno: a energia elétrica e a sociedade brasileira (1880-1930)**. Rio de Janeiro, Editora Centro de Memorial da Eletricidade no Brasil, 2001.
- CASELLI, C. **100 ANOS de habitação mínima. Ênfase na Europa e Japão**. São Paulo, 2007.
- CAVALCANTI, M. **ANTEPROJETO ARQUITETÔNICO DE UM CONDOMÍNIO DE RESIDÊNCIAS ESTUDANTIS NO FORMATO “TINY HOUSE”**: Pequena morada, grande solução. Maceió/AL, 2018.
- CHAFFUN, N. **Dinâmica global e desafio urbano. In RUBIN G.; S. O desenvolvimento habitação social no Brasil**. Passo Fundo/Rio Grande do Sul, 2014.
- CORONA, E.; LEMOS., C..1972. Dicionário da arquitetura brasileira. São Paulo, Edart, 472 p.
- FIGUEIREDO, M.; VENÂNCIO, L. 2008. **A influência pombalina nas edificações dos centros históricos de São Luís e Alcântara: um estudo a partir dos sistemas construtivos**. In: SEMINÁRIO TERRA BRASIL, São Luís, 2008. Anais... São Luís, CD-ROM.
- GOMES FIGUEIREDO, M.; VARUM, H.; COSTA A. **Caracterização das técnicas construtivas em terra edificadas no século XVIII e XIX no centro histórico de São Luís(MA, Brasil)**. Brasil, 2010.
- ICOMOS. 2004. **Recomendações para a análise, conservação e restauro estrutural do patrimônio arquitetônico. Universidade do Minho, Dep. Engenharia Civil, 42p.**
- JUREMA, A. **Para a caracterização da “casa portuguesa”**. Lisboa/Portugal, 1992.
- MASCARENHAS, J. 2005. **Sistema de Construção – V: O Edifício de rendimento da baixa pombalina de Lis-**

boa. 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 302 p.

MEIRELES, M. 1980. **História do Maranhão**. 2ª ed., São Luís, FUNC/SIOGE, 430 p.

MORRISON, A. MORRISON, G. **Tiny House Designing, Building, & Living. Indianapolis**. Penguin Random House, 2017.

NASCIMENTO, A. **Minha Casa, Minha Vida piorou cidades e alimentou especulação imobiliária**, diz ex-secretária do governo Lula. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44205520>. Acesso em 20 Abril. 2023.

OLIVEIRA, E.; GALHANO, F. **Arquitetura tradicional portuguesa**. Lisboa/Portugal, 1992.

Santos, H.R. 2005. **A baixa Pombalina: passado e futuro**. 2ª ed., Lisboa, Livros Horizonte, 246 p.

SILVA FILHO, O.P. 1998. **Arquitetura luso-brasileira no Maranhão**. 2ª ed., Belo Horizonte, Formato, 251 p.

TIMM, Juliane Aimé. **Habitações Operárias no Brasil**. Porto Alegre, 2015.

UNESCO. [s.d.]. **Monumentos Patrimônio Mundial**. Disponível em: <http://www.unesco.org/pt/brasil/culture/world-heritage/list-of-world-heritage-in-portuguese>. Acesso em: 18/03/2010.

VASCONCELLOS, S. 1979. **Arquitetura no Brasil: sistemas construtivos**. Belo Horizonte, UFMG, 186 p.



APÊNDICE A

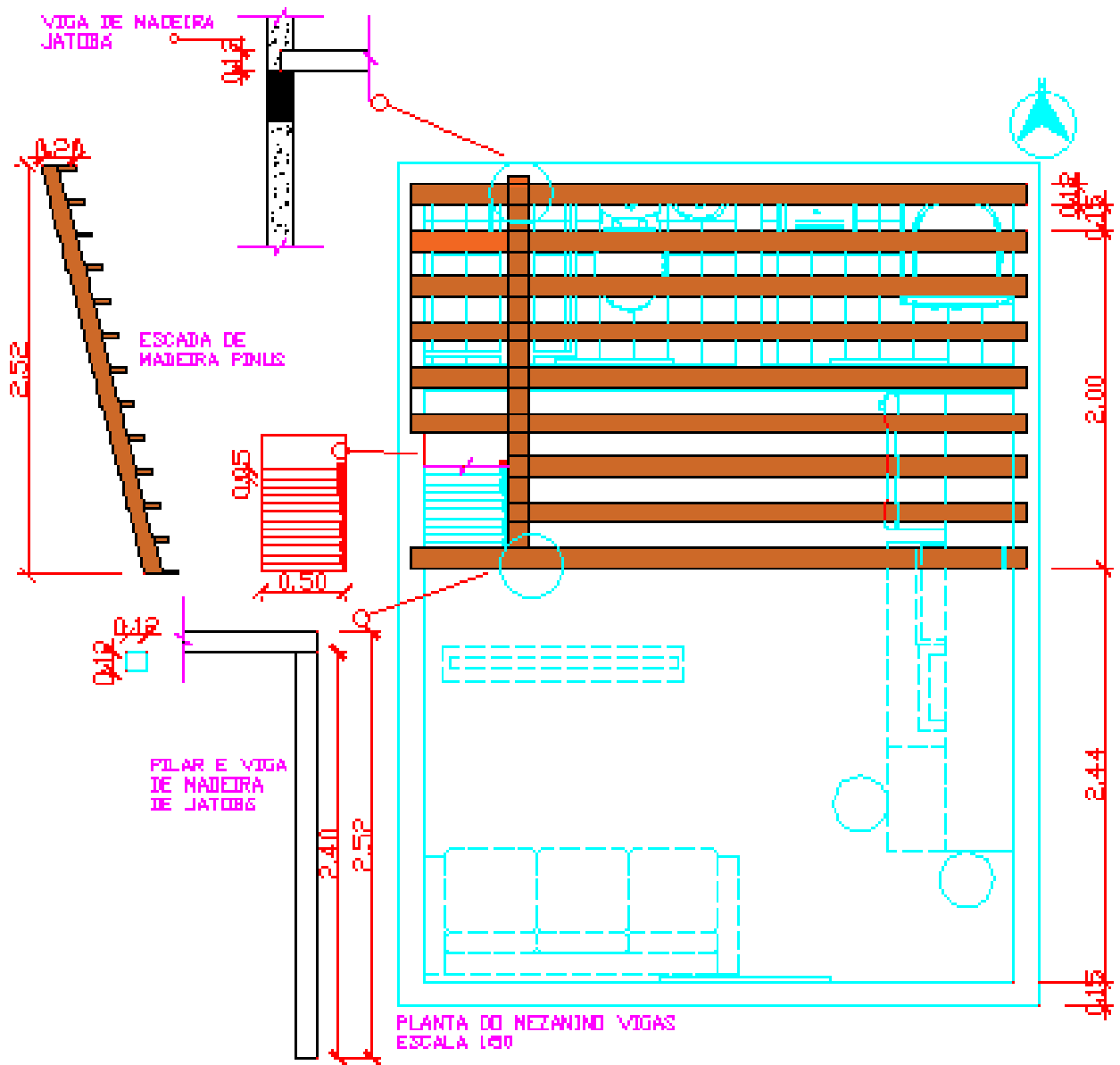


Imagem do autor Planta das vigas do mezanino

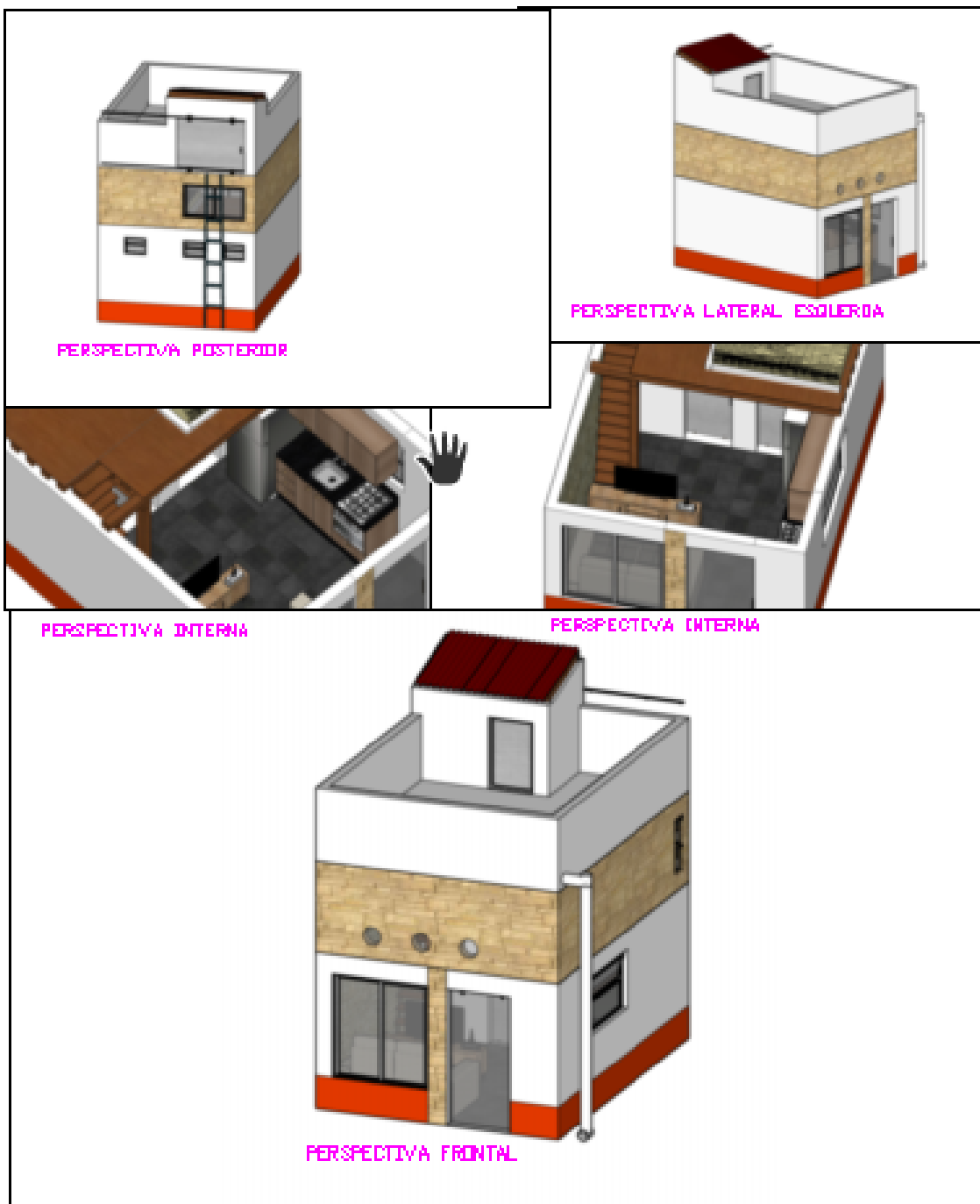


Imagem do autor Perspectivas

capítulo 7

CAPS: O PODER DA NEUROARQUITETURA EM FAVOR DA SAÚDE MENTAL

CAPS: THE POWER OF NEUROARCHITECTURE IN FAVOR OF MENTAL HEALTH

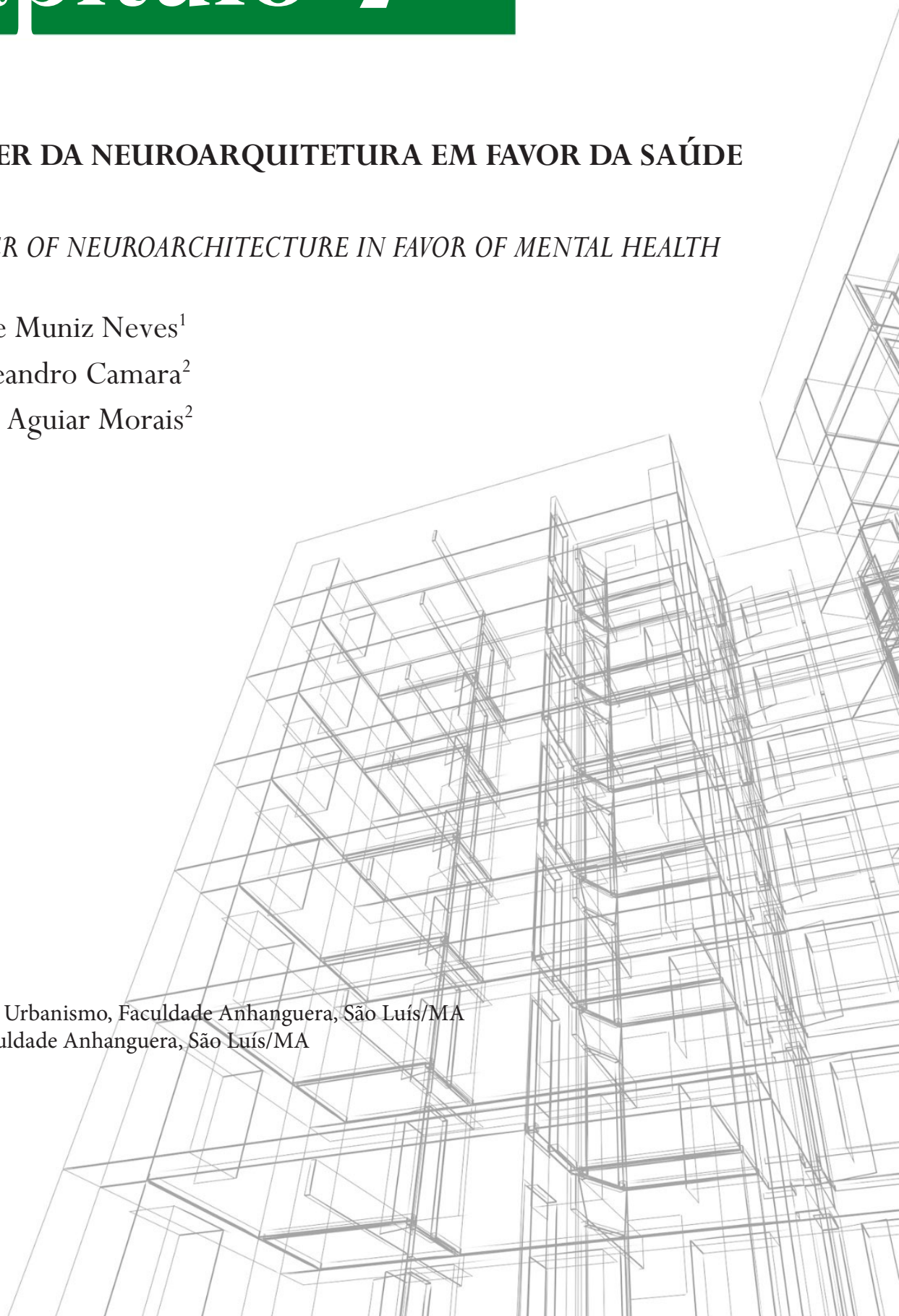
Pedro Henrique Muniz Neves¹

Andreia Jane Leandro Camara²

Cintia Maria de Aguiar Morais²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

Este trabalho foi desenvolvido a partir de pesquisas e estudos com o objetivo da elaboração de um método que ajude no tratamento de pessoas com doenças psicossomáticas juntamente com a criação de uma clínica de atenção psicossocial. Busca-se a inserção em meio a comunidade e meios de tratamentos complementares que ajudam o paciente a se expressar como em casos de esquizofrenia. Procura-se propor espaços de convivência, espaços abertos, unindo técnicas construtivas inteligentes para o conforto e bem-estar do paciente.

Palavras-chave: Doenças, Tratamento, Psicossomáticas.

Abstract

This work was developed from research and studies with the objective of developing a method that helps in the treatment of people with psychosomatic illnesses together with the creation of a psychosocial care clinic. Insertion into the community and means of complementary treatments that help the patient to express himself as in cases of schizophrenia are sought. We seek to propose living spaces, open spaces, combining intelligent constructive techniques for the comfort and well-being of the patient.

Keywords: Diseases, Treatment, Psychosomatics.

1. INTRODUÇÃO

A humanização dos ambientes de saúde é um assunto discutido a muitos anos. É de extrema importância de se ter um espaço capaz de acolher todos os usuários com as máximas condições de conforto, funcionalidade e segurança. O que também já se sabe, é que o cérebro é frequentemente influenciado pelo ambiente físico. Os arquitetos e urbanistas tem um grande papel em projetar estabelecimentos de saúde que contribuam ainda mais com os processos de cura e que estimulem sensações positivas aos pacientes.

E é neste sentido que surge a neuroarquitetura, um termo que uni duas ciências: neurociência e arquitetura. Em muitos desses locais o paciente se encontra em situação de fragilidade devido ao seu estado debilitado e por este motivo, é crucial que o ambiente possa proporcionar as melhores condições de bem-estar.

Neste contexto, este trabalho pretende compreender os conceitos acerca da neurociência aplicada à arquitetura com foco em projetos de estabelecimentos de saúde.

A metodologia adotada consiste em uma pesquisa exploratória com delineamento bibliográfico, baseado em estudos e dados publicados em caráter científico e acadêmico, realizando a partir disso uma revisão que resulte nas discussões necessárias. A aplicação dos estudos de neuroarquitetura é extremamente importante para futuras práticas projetuais, pois, permite pensar nos projetos com maior precisão e objetividade. Vejamos:

Além disso, a arquitetura pode também ser usada para reforçar nossas habilidades cognitivas, estimular nossa memória e diminuir o estresse e os efeitos negativos do ambiente sobre nossas emoções (GONÇALVES; PAIVA, p. 445, 2018).

Neste capítulo serão apresentados fundamentos arquitetônicos demonstrados de forma sucinta que possam sustentar a presente pesquisa.

2. O QUE SÃO DOENÇAS PSICOSSOMÁTICAS?

Com o aumento crescente dos casos de doenças psicossomáticas no Brasil e no mundo, principalmente depois da pandemia da Covid-19. Como consequência, foi realizado estudos e análises para real necessidade de um CAPS como meio de atendimento e tratamento de pessoas desenvolvem essas doenças. (FEDERAL, 2023).

O Brasil é o país com a maior taxa de pessoas com transtornos de ansiedade no mundo e o quinto em casos de depressão. Segundo estimativas da Organização Mundial da Saúde (OMS), 9,3% dos brasileiros têm algum transtorno de ansiedade e a depressão afeta 5,8% da população. Pesam nesse cenário, dizem especialistas, fatores socioeconômicos, como pobreza e desemprego, e ambientais, como o estilo de vida em grandes cidades. (SINDJUSTIÇA, 2021).

O termo “psicossomático” é empregado para se referir às patologias que pertencem tanto ao físico quanto ao psíquico. Dessa forma, são doenças que afetam diretamente a saúde mental e fisiológica. Nesse contexto, os sintomas físicos acabam se tornando uma consequência dos sintomas emocionais e psicológicos (COGNITIVA, 2023).

Pessoas depressivas têm problemas no trabalho, em casa ou na escola. Tratamentos

com multiprofissionais ou atividades físicas podem ajudar na recuperação.

A criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) foi um importante passo da reforma psiquiátrica no Brasil, que aconteceu em 2001 (SAÚDE, 2022).

Os CAPs substituíram o antigo modelo hospitalocêntrico e manicomial e seguem os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) de universalidade, equidade e integralidade. O papel dos CAPs é o de oferecer assistência, cuidados e tratamentos para a saúde mental da população brasileira. Além do atendimento às pessoas com transtornos mentais como depressão, ansiedade, esquizofrenia e outros, os CAPs também têm um grande foco aos dependentes de substâncias psicoativas, principalmente o crack, que é uma preocupante realidade entre a população vulnerável no Brasil (SAÚDE, 2022).

2.1 Neuroarquitetura

A neuroarquitetura é o uso dos conceitos da neurociência aplicados à arquitetura. Demonstra como o espaço físico impacta em nosso cérebro. Vários aspectos influenciam a percepção do meio por parte dos indivíduos. As cores aplicadas a um ambiente, a textura dos materiais utilizados, iluminação, som, entre outros.

Ao estarem presentes em um ambiente, as pessoas, através dos sentidos, absorvem os estímulos concedidos pelo espaço. Então, apresentam uma sensação a esse estímulo, tomando consciência da existência do mesmo, e conseqüentemente, interpretando a sensação provocada de forma racional. (ESTÊVÃO, 2021).

Espaços mal projetados, escuros ou sem vida afetam diretamente o nosso comportamento, isso é fato! E a razão disso é óbvia, nosso cérebro tem relação direta com os estímulos do ambiente. No entanto, o que talvez muitos não saibam, é que essas relações são cientificamente comprovadas, e têm um nome: neuroarquitetura. Como o nome sugere, o método reúne princípios da neurologia e também da arquitetura para analisar o comportamento humano. O objetivo da neuroarquitetura é avaliar como o ambiente físico, ao interferir na atividade cerebral, pode impactar na saúde física e emocional das pessoas (ATEC, 2020).

A importância desse estudo é fundamental para os profissionais do ramo. Uma vez que os ambientes influenciam aspectos físicos e psicológicos, logo, devem ser projetados levando em consideração o bem-estar de seus usuários (ATEC, 2020).

Nos ambientes corporativos, por exemplo, seu impacto positivo é sentido na concentração, motivação e produtividade. Além, é claro, do aconchego e comodidade que proporciona a todos os que dividem o espaço (ATEC, 2020).

Agora, veja 4 ideias do que fazer em um projeto e quais são os impactos na vida das pessoas:

Usar elementos da natureza

- Usar plantas, ilustrações de paisagens e madeira nos ambientes é uma forte tendência e uma das melhores formas de relaxar quem está no local.

Organizar os ambientes

- Pode parecer meio óbvio essa dica, mas é importante entender alguns detalhes. A gente sabe como um ambiente bagunçado pode tirar a nossa paz.
- Por isso, é importante organizar o ambiente para que tudo esteja no lugar. Isso vai trazer tranquilidade e, até mesmo, ajuda a controlar a ansiedade.



Ventilação natural e luz solar

- Ambientes que utilizam a luz solar e a circulação de ar livre podem estimular o relaxamento.
- Por isso, é importante criar um espaço que permita a entrada de luz solar e que contenha janelas grandes, permitindo a circulação do vento (VAZ, 2022).

Iluminação artificial

- As lâmpadas brancas, também chamadas de frias, estimulam a concentração. Por isso, são indicadas para espaços como salas de reunião, treinamentos e quaisquer outros ambientes que demandem foco e atenção. (ATEC, 2020).
- Já as de tons amarelados, ou quentes, transmitem ao nosso cérebro sensações de aconchego e relaxamento. Dessa maneira, elas são ótimas para salas de espera e de reuniões menos formais, proporcionando a sensação de acolhimento (ATEC, 2020).
- O fato de que a luz solar faz bem para o ambiente não anula a utilização de luz artificial. Um dos exemplos para a utilização de luz artificial é investir em luz amarela nos ambientes íntimos (VAZ, 2022).
- As luzes ajudam a produção de melatonina, que pode melhorar a qualidade do sono. Já as luzes brancas podem ser usadas em áreas que precisam de foco e concentração, como cozinha e escritório (VAZ, 2022).

Cores

- São bem populares os escritórios com cores bem chocantes para sair do padrão dos escritórios tradicionais de paredes brancas ou cinzas, mas é preciso tomar cuidado pois cada cor atinge uma área do cérebro de forma diferente.
- Cores quentes nos deixam mais ativos, enquanto as cores frias dão sensação de maior tranquilidade (GILVAN NETO, 2019).

2.2 Neuroarquitetura Hospitalar

“Os avanços da medicina e as descobertas da ciência trazem grandes conquistas na busca por qualidade de vida nas instituições, sejam na área de saúde, educacional, corporativa, cultural ou residencial. A saúde física, emocional e mental tem sido cada vez mais valorizada como parte do programa desejado nos espaços destinados às atividades humanas. A arquitetura de ambientes de saúde foi a precursora de uma abordagem mais humanística, que relacionasse a qualidade ambiental à melhoria das condições de saúde e recuperação de pacientes em tratamento (HOSPITAIS, 2021).

Nesse contexto, olhares se voltam a novos campos e conhecimentos fora das disciplinas clássicas da arquitetura. A contribuição da neurociência na arquitetura, denominada neuroarquitetura, tem demonstrado fundamental importância para garantir ambientes que promovam bem-estar, além de saúde física e mental a pacientes e colaboradores (HOSPITAIS, 2021).

Aplicar a neuroarquitetura de forma eficiente em qualquer edificação requer conhecimento e atenção na relação entre os diversos componentes do espaço e os reflexos provocados no corpo humano (HOSPITAIS, 2021).

Cores, luzes, conexão com o exterior, orientação espacial, texturas, imagens, sons,

cheiros, dimensões, formas etc. são captados a todo momento pelo usuário de um espaço. Essa percepção provoca reações positivas ou negativas e desencadeiam reflexos físicos e mentais, como alteração do batimento cardíaco, alteração do ritmo respiratório, stress, transpiração, além de sentimentos como medo, conforto, atenção, nervosismo, relaxamento ou diversos outros (HOSPITAIS, 2021).

A neuroarquitetura se baseia nos estudos científicos que investigam a percepção e os reflexos do ambiente no cérebro humano. Um estudo de caso realizado pela Unicamp (Universidade Estadual de Campinas) sobre humanização em unidades de quimioterapia ambulatorial pediátrica apontou como estratégias de humanização o uso de paisagismo, ampla entrada de luz natural, disponibilização de janelas voltadas ao ambiente externo, iluminação suave em departamentos assistenciais e atenção à família (HOSPITAIS, 2021).

O conforto assegurado pelo uso bem-sucedido desta ferramenta da neurociência traz aos pacientes uma sensação de acolhimento como se estivessem hospedados, e não apenas internados por problemas de saúde (HOSPITAIS, 2021).

Confirmando os benefícios da neuroarquitetura, podemos destacar a adoção da biofilia, que consiste na conexão instintiva do usuário com a natureza, seja por meio de plantas, texturas ou imagens que remetam ao mundo natural” (HOSPITAIS, 2021).

As janelas proporcionam iluminação e ventilação natural que auxiliam na saúde e nos momentos de descanso. Além do conforto emocional, a luminosidade natural regula o ciclo circadiano do corpo. Assim, ajuda o corpo a regular o relógio biológico, o que se reflete em diversos aspectos da saúde, como qualidade do sono e memória”, explica Denise Moraes, diretora da AKMX (HOSPITAIS, 2021).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa está fundamentada em retomar as disciplinas estudadas ao longo do curso de Arquitetura e Urbanismo. O estudo se inicia como uma pesquisa teórica de caráter documental e bibliográfico que visa fazer um panorama geral sobre doenças psicossomáticas, a necessidade de implementação de Centros de Assistência Psicossociais estruturados para dar um melhor conforto aos pacientes, juntamente com estratégias de neuroarquitetura, pensando em como o meio ambiente e as edificações são de extrema importância no auxílio a cura de doenças.

3.1 Coleta de dados

Para elaboração da fundamentação foi utilizada a pesquisa bibliográfica utilizando fontes constituídas por material já elaborado, composto basicamente por livros, artigos científicos, revistas eletrônicas e sites na internet.

3.2 Análise do terreno

O terreno escolhido para a implantação do CAPS está localizado no estado do Maranhão, no município de São Luís, no bairro do São Raimundo, e possui fácil acesso por ser um terreno que abrange um quarteirão todo, logo, tem sua fachada para a Avenida São Raimundo, paralela a Rua das Parreiras, sua fachada lateral direita voltada para a Rua do Cedro e sua fachada lateral esquerda voltada para a Rua Andiroba.

Para a escolha deste terreno levou-se em consideração fato dele atender as atribuições legais necessárias para a execução de um projeto hospitalar estando situado na Zona de Segurança ao Aeroporto (ZSA2), além de encontrar-se em uma região tranquila e de fácil acesso. O terreno escolhido possui uma área de 3419,18 m², que se enquadra no perfil deste projeto, devido ao amplo espaço que facilita a horizontalidade da edificação.



Figura 1. Localização do terreno

Fonte: RESEARCHGATE, 2007 (ADAPTADO).

3.3 Condicionantes legais

3.1 Legislação

O terreno pertence a Zona de Segurança Aeroportuária 2 (ZSA2), admite-se que sejam atendidas as normas referentes ao zoneamento, como abaixo citados:

- Área Mínima do Lote: 250m².
- Testada Mínima: 10m.
- Área Total Máxima da Edificação: 240% da área do terreno.
- Área Mínima Livre do Lote: 40% da área do terreno.
- Recuo Frontal Mínimo: 3m.
- Gabarito Máximo: 3 Pavimentos.

3.2 Orientação solar e de ventilação

O estudo da figura 2 aponta a orientação do sol nascente e do sol em relação a terreno, e o estudo ilustrado pela figura indica o sentido do vento dominante na cidade de São

Luís, que é na direção nordeste.



Figura 2. Mapa do terreno com orientação solar e do vento dominante

Fonte: GOOGLE EARTH, 2023 (ADAPTADO).

3.3 Entorno

Neste estudo são analisados os usos do entorno imediato ao terreno. A Figura 3 aponta a partir das manchas que esta região é predominantemente residencial, contendo poucos pontos comerciais. Portanto é uma região tranquila e favorável para a construção de uma clínica.



Legenda:
■ Terreno
■ Residencial
■ Comercial



Figura 3. Mapa de uso do entorno

Fonte: GOOGLE EARTH, 2023 (ADAPTADO).

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Projetar estabelecimentos de saúde não é uma tarefa simples. São muitos os condicionantes no momento de se projetar esses ambientes, como por exemplo, programa de necessidades, acessos, fluxos, funcionalidade, biossegurança, entre outros. Os arquitetos e urbanistas precisam, além de se atentar para os condicionantes citados, desenvolver projetos voltados para os pacientes e funcionários do local. É necessário esquecer a ideia de que ambientes hospitalares precisam ser frios e inóspitos para aderir a uma nova realidade pautada em espaços confortáveis, acolhedores e seguros, visando a melhor experiência para os pacientes.

Os espaços podem fazer as pessoas mais felizes e o bem-estar social, físico e espiritual do ser humano, deve ser o resultado final de qualquer projeto. Neste trabalho propôs-se compreender os conceitos acerca da neurociência aplicada à arquitetura com foco em um projeto de um CAPS para a maior qualidade de tratamento de uma pessoa com doenças mentais e diante das pesquisas realizadas e apresentadas é evidente a importância dessa ciência para um novo modo de projetar pautado no ser humano.

5. PROGRAMA DE NECESSIDADES E DIMENSIONAMENTO

Para o bom desenvolvimento de qualquer projeto arquitetônico, é necessário um planejamento prévio delimitado pelo seu programa de necessidades. No caso de Estabelecimentos de Assistência à Saúde não é diferente, principalmente pela quantidade de itens que devem ser atendidos com obrigatoriedade como é estabelecido na RDC nº 50, de 21 de Fevereiro de 2002, e pela flexibilidade que estes empreendimentos devem ter no que diz respeito a futuras ampliações e adaptabilidade de seus espaços conforme o desenvolvimento da tecnologia da medicina. Justamente com as normas adotadas como complementares NBR 6492 (Representação de Projetos de Arquitetura) e NBR 13532 (Elaboração de Projetos de Edificações – Arquitetura), além da Legislação Urbanística de São Luís.

Tabela 1. Ambientes e áreas do projeto

SETOR	AMBIENTE	QTDE.	ÁREA UNIT. MIN. (m ²)
CHEGADA	Área de embarque e desembarque	1	20
ACOLHIMENTO	Espaço de acolhimento/Recepção	1	30
	Arquivo	1	4
	Sanitário PNE de uso comum	2	12
ADMINISTRAÇÃO/ FUNCIONÁRIOS	Sala administrativa	1	12
	Sala de reunião	1	16
	Sanitário com vestiário para funcionários	2	9
	Almoxarifado	1	4
	Sala de repouso profissional	1	9,5
	Sanitário contíguo à sala de repouso profissional	1	3

CUIDADO CLÍNICO	Sala de atividades coletivas	3	24
	Sala de utilidades	1	2,5
	Posto de enfermagem	1	6
	Sala de atendimento individualizado	3	9
	Farmácia	1	7
	Quarto coletivo com acomodações	3	12
	Sanitário contíguo ao quarto duplo	3	3
	Sala de aplicação de medicamentos	1	6
SERVIÇO	Rouparia	1	4
	DML	1	2
	Cozinha	1	35
	Área de serviço	1	4
	Abrigo GLP	1	1
	Depósito de resíduos comuns	1	1,5
VIVÊNCIA	Convivência externa	1	50
	Refeitório	1	50
	Convivência interna	1	50
ÁREA CONSTRUIDA TOTAL			386,5

Fonte: Do Autor, 2023.

6. FLUXOGRAMA E ORGANOGRAMA

O fluxograma auxiliará na compreensão do fluxo entre setores em seus respectivos pavimentos, fazendo assim um estudo de sentidos e conexões dos serviços e dos usuários de acordo com suas unidades funcionais.

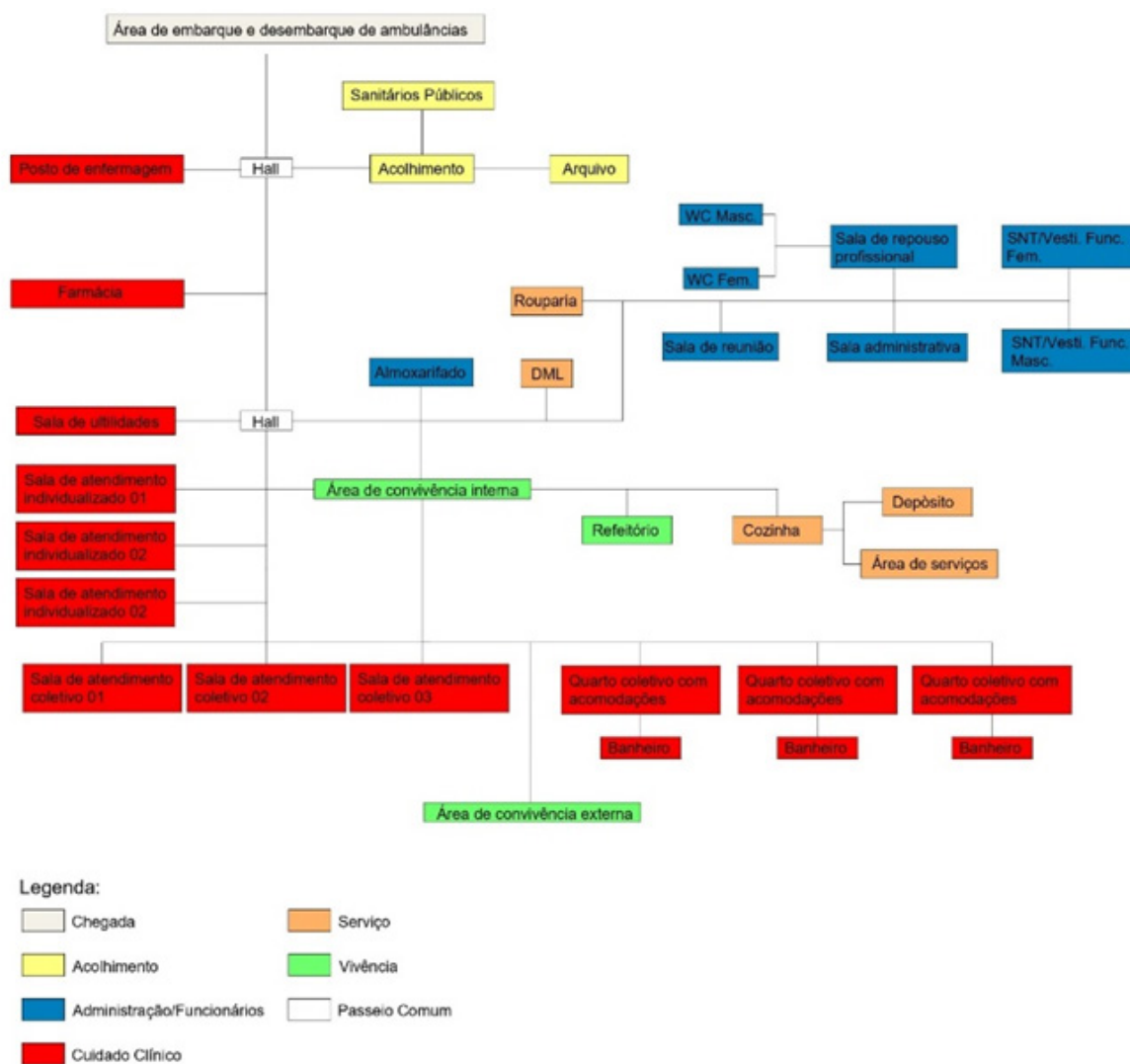


Figura 4. Fluxograma e organograma
 Fonte: Do Autor, 2023.

7. IMPLANTAÇÃO

A proposta de implantação foi pensada de um modo que buscasse a integração do paciente com o exterior, que ele não se sinta preso e que possa confiar nos métodos de tratamento e nos responsáveis que irão auxiliar e ajudá-lo. O paciente tem o direito de ir e vir quando quiser, sem impedimento algum, claro que tem os casos extremos que necessitam de um cuidado restrito, mas assim que o paciente esteja melhor ele pode sair quando quiser. O intuito deste projeto é a busca do conforto e harmonia do paciente. O elemento mais predominante em toda a proposta é a natureza, ela é fundamental no quesito bem-estar de todo ser humano.



LEGENDA:

- | | | | |
|----|----------------------------------------------|----|---------------------------------------|
| 1 | ÁREA DE EMBARQUE E DESEMBARQUE DE AMBULÂNCIA | 21 | FARMÁCIA |
| 2 | ACOLHIMENTO | 22 | SALA DE UTILIDADES |
| 3 | RECEPÇÃO | 23 | SALA DE ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO 1 |
| 4 | SANITÁRIO PCD MASCULINO | 24 | SALA DE ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO 2 |
| 5 | SANITÁRIO PCD FEMININO | 25 | SALA DE ATENDIMENTO INDIVIDUALIZADO 3 |
| 6 | SANITÁRIO MASCULINO | 26 | SALA DE ATENDIMENTO COLETIVO 1 |
| 7 | SANITÁRIO FEMININO | 27 | SALA DE ATENDIMENTO COLETIVO 2 |
| 8 | ARQUIVO | 28 | SALA DE ATENDIMENTO COLETIVO 3 |
| 9 | ALMOXARIFADO | 29 | ÁREA DE CONVIVÊNCIA INTERNA |
| 10 | SALA DE REUNIÃO | 30 | REFEITÓRIO |
| 11 | ADMINISTRAÇÃO | 31 | COZINHA |
| 12 | DML | 32 | DEPÓSITO |
| 13 | ROUPARIA | 33 | ÁREA DE SERVIÇOS |
| 14 | REPOUSO PROFISSIONAL | 34 | QUARTO COM BANHEIRO 1 |
| 15 | BANHEIRO MASCULINO REPOUSO PROFISSIONAL | 35 | QUARTO COM BANHEIRO 2 |
| 16 | BANHEIRO FEMININO REPOUSO PROFISSIONAL | 36 | QUARTO COM BANHEIRO 3 |
| 17 | BANHEIRO MASCULINO USO PROFISSIONAL | 37 | ÁREA DE CONVIVÊNCIA EXTERNA |
| 18 | BANHEIRO FEMININO USO PROFISSIONAL | 38 | ABRIGO GLP |
| 19 | POSTO DE ENFERMAGEM | 39 | ABRIGO DE RESÍDUOS |
| 20 | SALA DE MEDICAÇÃO | | |

Figura 5. Implantação

Fonte: Do Autor, 2023.

8. PLANTA BAIXA

A planta baixa foi desenvolvida pensando nos fluxos e na funcionalidade de cada ambiente. A ideia é criar um espaço de interação onde, tanto pacientes como funcionários, consigam desempenhar as suas tarefas da melhor maneira possível. Assim como, uma área de convivência com deck de madeira e um espelho d'água, bastante vegetação em todo o entorno, iluminação pelo teto aberto e pelas laterais em vidro e cobogó. Ademais, todos os espaços clínicos possuem visão para o paisagismo exterior a edificação, na busca constante de conforto e paz interior aos pacientes e profissionais.



Figura 6. Planta Baixa

Fonte: Do Autor, 2023.

9. VISTAS E PERSPECTIVAS DO PROJETO

O conceito do projeto vem da união de três palavras: FELICIDADE – BEM-ESTAR – ACONCHEGO. Essas palavras são fatores de suma importância em um projeto de um Centro de Atenção Psicossocial, pois, todo o paciente que necessita desse serviço busca por felicidade, um lugar aconchegante e que lhe proporcione bem-estar.

A partir do conceito adotado para o projeto, surgiu a ideia do partido arquitetônico, o qual adota o uso de bastante contato com meio exterior/interior, para isso, foram utilizados espelhos d'água dentro e fora da edificação, chafariz na área de convivência externa, uso de árvores para quebrar o impacto da luz solar e melhorar o conforto térmico e um grande pergolado que serve de cobertura para a área de embarque e desembarque de ambulância, sendo estas as principais ideias desse partido e do projeto.



Figura 7. Vista frontal para a área de embarque e desembarque de ambulância.

Fonte: Do Autor, 2023.

Há uma preocupação com a incidência solar, pois a fachada principal recebe grande porção de iluminação do sol e a estratégia usada para amenizar os efeitos foram o uso de brises metálicos, além das árvores e um jardim vertical na entrada do prédio.



Figura 8. Vista lateral esquerda

Fonte: Do Autor, 2023.

A área de convivência interna consegue se integrar com o ambiente externo. Os vidros são pivotantes e por conta da abertura no teto a ventilação natural se torna a grande prioridade; já os espelhos d'água tem a possibilidade da criação de peixes ornamentais, o que possibilita uma interação com os pacientes.



Figura 9. Vista da área de convivência interna

Fonte: Do Autor, 2023.

6. CONCLUSÃO

O desenvolvimento da pesquisa possibilitou uma aproximação com o tema escolhido, e também resgatar conhecimentos adquiridos no decorrer do curso de arquitetura e urbanismo. Ademais, é possível compreender a transformação provocada pelo momento pós-covid 19 no Brasil e no mundo, e identificar que estas mudanças e sequelas ecoam até os dias atuais.

Com o estudo e pesquisas para o referencial teórico foi possível conhecer toda história para a compreensão das doenças psicossomáticas e a importância de ter estabelecimentos de saúde capacitados e alinhados a métodos arquitetônicos como a neuroarquitetura.

Este conjunto de experiências possibilitou o entendimento e a aplicação de normas e diretrizes coerentes para o desenvolvimento da proposta, onde pôde ser trabalhado com base em situações reais e problemáticas que fazem parte da rotina de quem está neste meio. Durante o desenvolvimento do projeto foram considerados tópicos estudados ao longo do trabalho, os fatores envolvidos para a implantação do CAPS, uso da humanização tratando como algo indispensável e primordial para um projeto deste porte e elementos visuais e que podem auxiliar o tratamento daqueles que precisam, facilitando de forma antes inimaginada.

Referências

ATEC. **Neuroarquitetura:** o que é e como impacta os ambientes corporativos? Atec Original Design, Taboão da Serra, 15 out. 2020. Disponível em: <https://www.atec.com.br/blog/escritorio/neuroarquitetura-o-que-e-e-como-impacta-os-ambientes-corporativos/#:~:text=Espa%C3%A7os%20mal%20projetados%2C%20escuros%20ou,e%20t%C3%AAm%20um%20nome%3A%20neuroarquitetura..> Acesso em: 16 maio, 2023.

COGNITIVA, Iptc - Instituto Paranaense de Terapia. **O que é Doença Psicossomática?: entenda o que é e como se desenvolve!. Entenda O Que É e Como Se Desenvolve!.** 2023. Disponível em: <https://iptc.net.br/o-que-e-doenca-psicossomatica/#:~:text=O%20termo%20%E2%80%9Cpsicossom%C3%AItico%E2%80%9D%20C3%A9%20empregado,dos%20sintomas%20emocionais%20e%20psicol%C3%B3gicos..>

Acesso em: 16 maio, 2023.

EARTH, Google. MAPAS. 2023. Disponível em: <https://earth.google.com/web/@-2.59801827,-44.22596863,47.71855051a,582.91323997d,35y,90.65570222h,0t,0r>. Acesso em: 16 maio, 2023.

ESTÊVÃO, Camila. **Neuroarquitetura: o que é e como aplicar aos projetos**. Projetou, [s. l], 1 jan. 2021. Disponível em: <https://www.projetou.com.br/posts/neuroarquitetura-o-que-e-como-aplicar/>. Acesso em: 16 maio, 2023.

FEDERAL, Secretaria de Saúde do Distrito. Saúde Mental. 2023. Disponível em: <https://www.saude.df.gov.br/pt/diretoria-saude-mental>. Acesso em: 16 maio, 2023.

GILVAN NETO,. **Neuroarquitetura: como os ambientes impactam seu time?** Gtrigueiro, Natal, 11 set. 2019. Disponível em: <https://gtrigueiro.com.br/blog/neuroarquitetura-ambientes/>. Acesso em: 16 maio, 2023.

GONÇALVES, R; PAIVA, A. **Triuno: Neurobusiness e qualidade de vida**. 3. ed. Clube de autores, 2018.

HOSPITAIS, Federação Brasileira de. **Arquitetura hospitalar: neuroarquitetura otimiza espaços, auxilia na medicina preventiva e é importante aliada na cura dos pacientes**. 2021. Disponível em: <https://revistavisaohospitalar.com.br/arquitetura-hospitalar-neuroarquitetura-otimiza-espacos-auxilia-na-medicina-preventiva-e-e-importante-aliada-na-cura-dos-pacientes/>. Acesso em: 16 maio, 2023.

MAPS,Google.MAPAS.2023.Disponível em:<https://www.google.com.br/maps/@-2.5981259,-44.2262659,263m/data=!3m1!1e3>. Acesso em: 16 maio, 2023.

RESEARCHGATE. **Mapa da Ilha de São Luís**. 2007. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Mapa-da-Ilha-de-Sao-Luis-com-a-localizacao-do-Parque-Estadual-do-Bacanga-PEB_fig1_262591316. Acesso em: 16 jun. 2023.

SAÚDE, Conexa. **Saúde mental no Brasil: entenda o que é, impactos e como prevenir**. Conexa, Rio de Janeiro, 30 maio 2022. Disponível em: <https://www.conexasaude.com.br/blog/saude-mental-no-brasil/#:~:text=Especialistas%20da%20USP%20apontam%20que,devido%20%C3%A0%20pandemia%20de%20coronav%C3%A-Drus..> Acesso em: 16 maio, 2023.

SINDJUSTIÇA. **Brasil tem maior taxa de transtorno de ansiedade do mundo, diz OMS**. 2021. Disponível em: <https://sindjustica.com/2020/05/27/brasil-tem-maior-taxa-de-transtorno-de-ansiedade-do-mundo-diz-oms/>. Acesso em: 16 maio, 2023.

SOUZA, Ludmilla. **Estudo diz que pandemia fez crescer casos de doenças psicossomáticas: de causa emocional, sintomas podem agravar quadros de saúde**. Agência Brasil, Brasília, 12 dez. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2020-12/estudo-diz-que-pandemia-fez-crescer-casos-de-doencas-psicossomaticas>. Acesso em: 16 maio, 2023.

VAZ, Barros. **Neuroarquitetura: como os ambientes impactam na qualidade de vida**. Barros Vaz Empreendimentos Imobiliários, Goiânia, 21 jan. 2022. Disponível em: <https://barrosvaz.com.br/2022/01/21/neuroarquitetura-como-os-ambientes-impactam-na-qualidade-de-vida/>. Acesso em: 16 maio, 2023.

capítulo 8

PROJETO DE DESENVOLVIMENTO DE UM PARQUE URBANO EDUCATIVO: ARQUITETURA LÚDICA NO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E CULTURAL DA CIDADE

DEVELOPMENT PROJECT FOR AN EDUCATIONAL URBAN PARK: PLAYFUL ARCHITECTURE IN THE CITY'S SOCIAL AND CULTURAL DEVELOPMENT

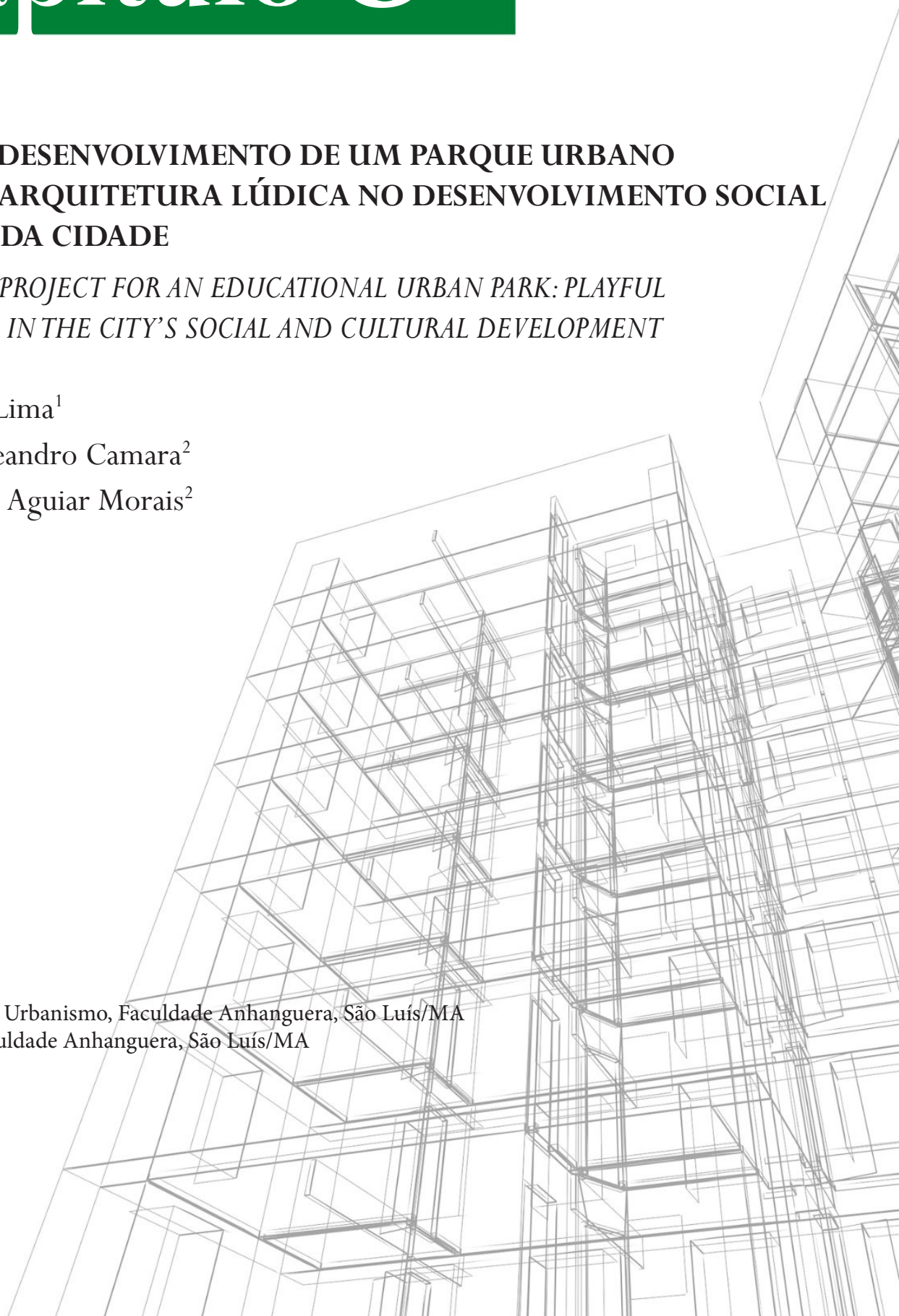
Priscilla Souza Lima¹

Andreia Jane Leandro Camara²

Cintia Maria de Aguiar Morais²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

O presente estudo tem a finalidade de desenvolver um parque urbano educativo com arquitetura lúdica com vistas ao desenvolvimento social e cultural na cidade de São José de Ribamar-MA. O projeto é voltado para a população local e pretende promover conhecimentos sociais e culturais que possam beneficiar a comunidade. Por se tratar de uma comunidade desprovida de recursos e sem lazer para a população, a criação do Parque Urbano Educativo com Arquitetura Lúdica é um projeto viável para a população. O objetivo do estudo é criar um parque urbano educativo com arquitetura lúdica social e cultural na cidade de São José de Ribamar para a comunidade. Trata-se do desenvolvimento de um projeto de Parque Urbano Educativo na cidade de São José de Ribamar, dividido em duas etapas. A primeira se refere ao referencial teórico como forma de compreender a importância de um espaço educativo lúdico para a comunidade e a segunda etapa se refere ao estudo do local onde será desenvolvido o parque. Portanto, a primeira etapa trata-se de um desenvolvimento de uma revisão bibliográfica com busca realizada na base de dados do Google Acadêmico, Scielo e repositórios virtuais que abordassem sobre parques urbanos lúdicos para população. Para tanto, foram selecionados livros e artigos que pudessem contribuir com o objetivo do estudo com aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

Palavras-Chave: Parque educativo; Arquitetura Lúdica; Social; Cultural.

Abstract

The present study aims to develop an educational urban park with playful architecture with a view to social and cultural development in the city of São José de Ribamar-MA. The project is aimed at the local population and aims to promote social and cultural knowledge that can benefit the community. Because it is a community devoid of resources and without leisure for the population, the creation of the Educational Urban Park with Ludic Architecture is a viable project for the population. The objective of the study is to create an educational urban park with social and cultural ludic architecture in the city of São José de Ribamar for the community. This is the development of an Educational Urban Park project in the city of São José de Ribamar, divided into two stages. The first refers to the theoretical framework as a way of understanding the importance of a playful educational space for the community and, in a second stage, the study of the place where the park will be developed. Therefore, the first step is the development of a bibliographic review with a search carried out in the database of Google Scholar, Scielo and virtual repositories that addressed recreational urban parks for the population. For this purpose, books and articles were selected that could contribute to the objective of the study with theoretical support for the development of the research.

Keywords: Educational park; Ludic Architecture; Social; Cultural.



1. INTRODUÇÃO

Até o século XIX, a rua era o espaço de socialização e brincadeira por excelência, tanto de crianças como de adultos. Com o crescimento das cidades e a consequente inibição da brincadeira na rua, tornou-se necessária a criação de espaços exclusivos de lazer infantil. Os parques públicos infantis foram criados no fim do século XIX, pós-Revolução Industrial, tornando-se o espaço urbano de lazer da família da classe trabalhadora (BORGES, 2018, p. 17).

Nos últimos 50 anos, contudo, mudanças sociais e econômicas vêm restringindo o acesso das pessoas aos espaços urbanos. Os grandes centros são os que mais sofrem com o adensamento populacional e excesso de veículos, com a redução das dimensões espaciais e de áreas verdes e com o aumento da criminalidade (OLIVEIRA, 2017, p. 18).

A rua, considerada lugar de socialização e lazer, tornou-se via de circulação e lugar de perigo, sobretudo para as crianças. As praças públicas e os parques infantis também sofrem com o abandono do poder público e, muitas vezes, são utilizados para fins ilícitos como o tráfico de drogas e o vandalismo (CUTRIM, 2019, p. 21).

O parque urbano lúdico pode ser um dos primeiros espaços onde a criança tem oportunidade de se relacionar com outras crianças e adultos não integrantes de sua família, estimulando o contato com a diversidade cultural, étnica e social e ajudando a construir o sentido de cidadania. Além disso, propicia o contato com a natureza e a variedade de materiais, cores, texturas e relevos, promovendo o desenvolvimento motor, cognitivo, sensorial e emocional, através da atividade do brincar (DIAS, 2021, p. 16).

Em razão da importância que os espaços urbanos desempenham no desenvolvimento físico, social e psicológico do ser humano, a falta desses espaços ou a sua subutilização são apontadas como prejudiciais à saúde e maturação infantil, sobretudo pela redução de mobilidade e atividade física das crianças, tornando-se não apenas um problema social e espacial, mas também uma questão de saúde física e psicológica (ARAGÃO, 2017, p. 19).

Pesquisas sobre parques urbanos lúdicos para crianças são pouco documentadas e analisadas, principalmente no que se refere a projetos implantados em território brasileiro. O presente projeto tem como finalidade desenvolver um parque urbano educativo: arquitetura lúdica no desenvolvimento social e cultural da cidade (COELHO, 2018, p. 22).

O objetivo do estudo é criar um parque urbano educativo com arquitetura lúdica social e cultural na cidade de São José de Ribamar para a comunidade.

Trata-se do desenvolvimento de um projeto de Parque Urbano Educativo na cidade de São José de Ribamar, dividido em duas etapas. A primeira se refere ao referencial teórico como forma de compreender a importância de um espaço educativo lúdico para a comunidade e, em uma segunda etapa, estudo do local onde será desenvolvido o parque. Portanto, a primeira etapa trata-se de um desenvolvimento de uma revisão bibliográfica com busca realizada na base de dados do Google Acadêmico, Scielo e repositórios virtuais que abordassem sobre parques urbanos lúdicos para a população. Para tanto, foram selecionados livros e artigos que pudessem contribuir com o objetivo do estudo com aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa.

A segunda etapa se trata do projeto urbanístico do Parque educativo em si, onde será apresentado o estudo do local onde o Parque Urbano Educativo será desenvolvido na cidade de São José de Ribamar, mediante levantamento fotográfico, fotos georreferenciadas. Para o desenvolvimento do projeto urbanístico, foram feitos estudos pré-projetuais,

tais como: elaboração de um programa de necessidades, estudo de manchas, estudo bioclimático, estudo de fluxos e do entorno, levantamento da legislação urbanística e desenvolvimento das peças gráficas.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Os seres humanos possuem habilidades e potencialidades que são características próprias da infância. Uma nova visão da infância aplicada à área da pedagogia no período logo após a segunda guerra mundial demonstra que a criança deve se encontrar em espaço social e individual que a escola deve oferecer (ARAGÃO, 2017, p. 21).

A brincadeira é uma das principais atividades do início do desenvolvimento do homem. Brincando, as pessoas aprendem a se comunicar, desenvolvem a imaginação e diversos tipos de habilidades, inclusive motoras. O brincar na primeira infância tem um papel central no desenvolvimento infantil, como uma porta de entrada para desvendar sensações e sentimentos, inclusive na relação com seus cuidadores (CORREIA, 2014, p. 24).

Brincar é toda atividade que traduz comportamentos imaginativos e que ajuda no desenvolvimento do ser humano. Quando se está brincando, é possível conduzir a atividade de acordo com os interesses de quem realiza a atividade, sejam eles relacionados a tempo, organização, limites ou regras (COELHO, 2018, p. 25).

A atividade favorece a junção social do ser humano, que pode trocar ideias, experiências e recursos de imaginação (a importância da imaginação no desenvolvimento infantil). Quando pais e outros cuidadores brincam com seus bebês, eles os ajudam a construir um cérebro saudável e programado para aprender e interagir com os outros. Estudos mostram que um cuidado afetuoso, estimulante e responsivo é um dos melhores indicadores de que essas crianças serão bem-sucedidas na escola e adultos mais felizes e mais saudáveis (BERNARDES, 2018, p. 31).

É possível afirmar, segundo Friedmann (2014, p. 33), que o brincar é uma atividade essencial para as crianças. Inclusive, isso está previsto na Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, mais precisamente em seu Artigo 31.

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança ao descanso e ao lazer, ao divertimento e às atividades recreativas próprias da idade, bem como à livre participação na vida cultural e artística. Os Estados Partes respeitarão e promoverão o direito da criança de participar plenamente da vida cultural e artística e encorajarão a criação de oportunidades adequadas, em condições de igualdade, para que participem da vida cultural, artística, recreativa e de lazer (FRIEDMANN, 2014, p. 33).

A grande importância de brincar na primeira infância tem relação com o desenvolvimento cerebral, pois uma criança que conta com estimulações cerebrais na infância acaba se desenvolvendo melhor. Além disso, as sinapses são muito rápidas na primeira infância, o que faz com que a criança possa aproveitar esse momento de interação com as brincadeiras para aprender mais e fazer conexões que formam a base para as suas habilidades cognitivas (DIAS, 2021, p. 26).

Desde o início, é grande a importância do espaço, considerando ser ele o “terceiro educador”, aquele que deve promover a interação social, a exploração para a aprendizagem e a comunicação das crianças. Consideram ainda que as demais áreas que cercam a escola - como praças, ruas, parques, monumentos, jardins etc. - devem ser entendidos



como extensões do espaço da sala de aula. Isso significa que o espaço urbano deve se tornar familiar e promover a convivência das crianças com a sua comunidade, sendo, portanto, palco e tema de atividades e de exploração infantil (ARAGÃO, 2017, p. 24).

2.1 O desenvolvimento humano

Para a compreensão do desenvolvimento humano, não cabe, neste momento, desenvolver um trabalho específico, mas sim apresentar um referencial, como o de Adriana Friedmann (2014, p. 30).

Segundo Friedmann (2014, p. 35), “o desenvolvimento cognitivo é o resultado de uma interação entre o sujeito, sua principal fonte e o meio em que ele vive”, ainda esclarece que, de acordo com essa autora, a assimilação de informações pelas crianças está associada e só se torna possível em certo nível de desenvolvimento.

Ainda sobre a questão cognitiva, Friedmann (2014, p. 35), citando Vygotsky (2002, p. 14), diz que “o desenvolvimento intelectual e cognitivo das crianças se dá em decorrência das interações sociais e das condições de vida delas”. Assinala também que uma das principais diferenças entre as duas teorias do desenvolvimento da criança é que Piaget estudou inicialmente o indivíduo para, posteriormente, estudar o coletivo, e Vygotsky partiu do coletivo para o individual.

2.2 O desenvolvimento através das interações sociais e da influência do contexto sociocultural

Ao refletir sobre o processo de construção do conhecimento, Friedmann (2014, p. 37) apresenta a importância das interações e experiências sociais. Segundo a autora, “a partir da análise do jogo infantil, Vygotsky afirma que as crianças transformam, graças à imaginação, os objetos produzidos socialmente”. E é dessa maneira que as crianças internalizam conceitos do mundo e da sua cultura, experimentando e dando significados diversos aos objetos à sua volta.

Sobre as atividades lúdicas no contexto da interação social do ser humano, elas “poderão [ajudá-lo] no desenvolvimento de uma compreensão positiva da sociedade e na aquisição de habilidades” (FRIEDMANN, 2014, p. 39)

Sendo assim, a linguagem é vista como uma forma de comunicação e expressão, uma habilidade básica no processo de desenvolvimento. E complementa dizendo que “a linguagem permite desenvolver a memória, a imaginação e a criatividade, bem como, e muito especialmente, passar do pensamento concreto ao abstrato” (DIAS, 2021, p 38).

Sobre a afetividade, Friedmann (2014, p. 41) assinala que é na interação com o meio e com o grupo que a criança desenvolve sua identidade, autoimagem e personalidade. E que esta irá influenciar profundamente nas suas escolhas e objetivos futuros. Nos primeiros anos de vida, a atividade lúdica espelha e melhora o processo das crianças; na idade escolar, mediante a autoafirmação, essa atividade vai ajudá-las na tarefa de consolidação do eu.

É por intermédio da ludicidade que se pode comprovar a importância dos intercâmbios afetivos das crianças entre si ou com os adultos significativos, como pais, professores e família. O desenvolvimento físico-motor ocorre por meio da exploração do corpo e do espaço. “A interação do homem ainda na infância e em ações motoras, visuais, táteis e auditivas sobre os objetos do seu meio é essencial para o desenvolvimento integral”, e

complementa dizendo que é especialmente importante para o desenvolvimento dos conceitos espaciais (ARAGÃO, 2017, p. 12).

A atividade lúdica é o meio básico mediante o qual se dá o desenvolvimento físico-motor. O equipamento utilizado e os espaços pensados para a brincadeira são fundamentais para a motivação de diferentes tipos de jogos motores (FRIEDMANN, 2014, p. 43).

2.3 A importância do espaço, do lúdico e do interativo para o ser humano

O espaço urbano influencia o desenvolvimento de todos os habitantes da cidade, desde a infância até as vivências da faixa etária idosa. Se brincar é tão importante para o desenvolvimento humano, fica claro que as cidades também devem ter um papel importante, já que são os espaços, além da casa, em que o ser humano habita e se desenvolve por meio das brincadeiras (AMARAL, 2017, p. 28).

As cidades devem oferecer lugares seguros para brincar e garantir que os cuidadores possam se deslocar até esses espaços com conforto e custos acessíveis. Para tal, é importante pensar em parques e praças de bairro, caminhos lúdicos e interativos entre serviços oferecidos nas cidades e outras ideias inovadoras para transformar o espaço urbano em um ambiente agradável para os bebês e crianças pequenas (OLIVEIRA, 2017, p. 24).

Brincar na primeira infância, especialmente em espaços adequados à faixa etária e próximos das residências das famílias, proporciona diversos benefícios. O primeiro deles é a possibilidade de estar ao ar livre, em contato com a natureza e podendo explorar os espaços do bairro e fortalecer relações de vizinhança (DIAS, 2021, p. 29).

Essas possibilidades ajudam a criança a melhorar suas habilidades físicas e sociais, aumenta a capacidade de observação e, principalmente, permite que a criança possa aprender a interagir com seus pares desde a infância. Para isso, no entanto, os parques devem ser projetados com a finalidade de despertar a imaginação das crianças, estimular a interação com seus cuidadores, apoiar o desenvolvimento humano e ser um espaço seguro para crianças e confortável para suas famílias (COSTA, 2018, p. 22).

Sendo assim, o espaço lúdico como aquele em que é possível brincar com um alto nível de interatividade. Um espaço em que os objetos e as instalações – os brinquedos –, já de início, suscitem na criança um forte interesse de serem tocados, manipulados, escalados, percorridos etc., ou seja, um espaço em que o ser humano é convidado a jogar, a participar de um jogo de relação. Sua concepção deve propor um elevado grau de interatividade, entre as crianças e os equipamentos que o compõem (FONTES, 2016, p. 27).

O ser humano pode interagir de forma lúdica com esse espaço ao perceber possibilidades de criar e experimentar situações e jogos de forma não impositiva ou óbvia. Busca-se estimular a imaginação, o desafio, a conquista e a descoberta; e deve-se propiciar múltiplas formas de manipulação além de estimular a iniciativa dos usuários (COELHO, 2018, p. 33).

3. MATERIAIS E MÉTODOS

3.1 Análise do terreno

A cidade de São José de Ribamar conta com uma área Territorial de 180,363 km², dividida entre áreas residenciais, comerciais, desenvolvimento social, interesse turístico,

expansão Urbana, desenvolvimento rural, zonas industriais e zonas de proteção ambiental, tornando a malha urbana variada em usos. O Bairro Moropóia (figura 01) foi o escolhido para a proposta de um parque urbano e tem um grande potencial no atendimento à população mediante um equipamento público.

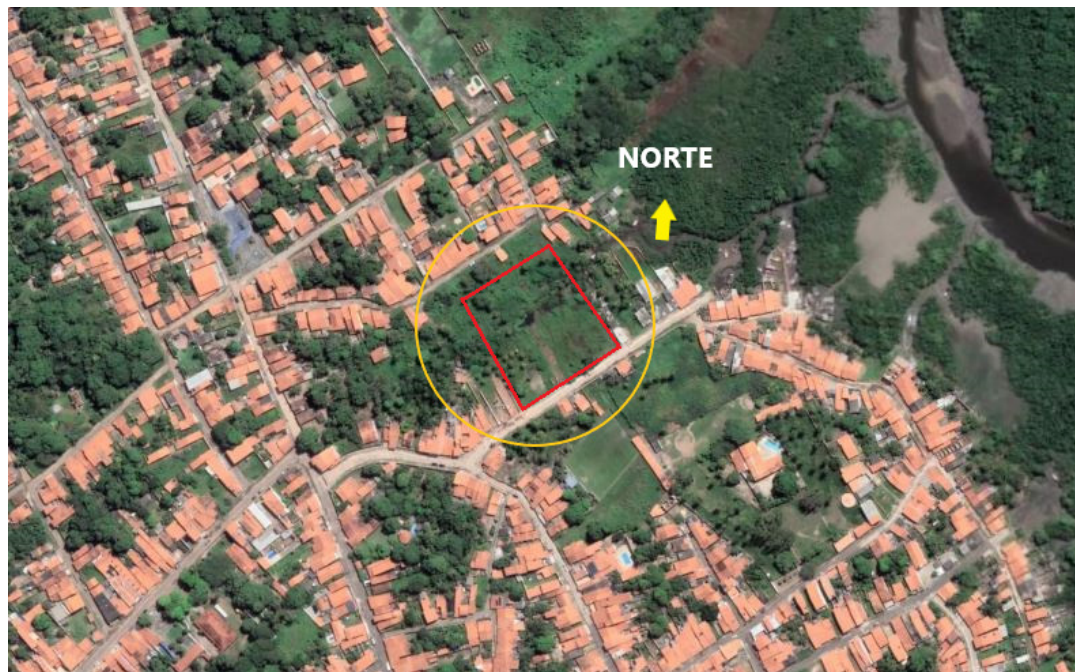


Figura 01. Área destinada ao projeto proposto

Fonte: Google Earth (2023), editada pela autora

O terreno apresenta várias edificações residenciais em seu entorno, com perfis simples e até mesmo em condições vulneráveis. Também é característico da vizinhança do terreno a presença de alguns terrenos sem nenhum tipo de edificação, contemplando apenas área livre e vegetação. Nota-se vários pontos de comércio pequenos próximos ao terreno. Quatro ruas dão acesso ao terreno escolhido, a Rua da Alegria, Rua 28 de Julho, Rua Raimundo Santos e Travessa Bom Jesus, facilitando aos usuários a localização do parque e dando acesso prático a esses moradores (figura 02). Em visita ao local, foi possível verificar que o local está sem proteção, apenas algumas cercas de arame farpado, motivo pelo qual tiveram algumas tentativas de invasão. Observamos também construções que foram interrompidas devido à ilegalidade destas. (Figura 03)

Quanto ao abastecimento de água no bairro, é feito pela BRK, concessionária responsável pelos serviços de *água e esgoto*. A energia elétrica é fornecida pela EQUATORIAL. Os sistemas de telefonia e internet são fornecidos por diversas operadoras/empresas que atuam dentro do município. A rede de transporte público é disponibilizada por intermédio da Av. Garrastazu Medici, que fica há alguns quilômetros de distância. Mas pode-se fazer o uso de automóveis. Todas as vias encontram-se pavimentadas, sem apresentação de deterioração significativa.



Figura 02. Junção das três ruas principais

Fonte: A autora 2023



Figura 03. Vias

Fonte: A autora 2023



Figura 04. Área do parque

Fonte: A autora 2023

No que diz respeito aos condicionantes legais, o terreno está localizado na zona ZPA 2, local com grande número populacional da região. O Local é rodeado de áreas residenciais, o bairro do Moropóia consente em receber o projeto, pois a zona permite o uso de Pesquisa científica, visitação pública, lazer, ciclovias, recrea o, via de pedestre, mirantes e observatórios, vias de circula o, sem prejuízo das áreas de domínio e preserva o permanente - APPs, sendo térreas todas as edifica es.

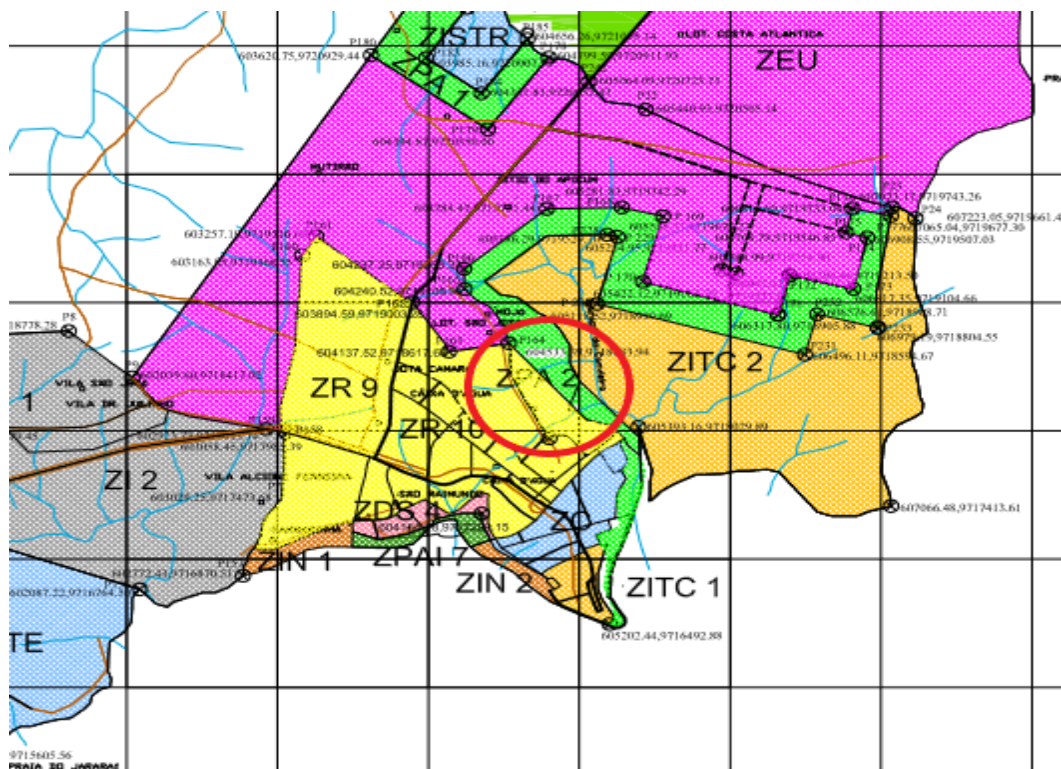


Figura 05. Plano diretor

Fonte: Plano diretor São José de Ribamar, alterado pela autora

SIGLA	ZONA	USO PERMITIDO
ZPA 2	Zona de proteção ambiental de transição 2	Pesquisa científica, visitação pública, lazer, ciclovia, recreação, via de pedestre, mirantes e observatórios.

SIGLA	ZONA	USO PERMITIDO
ZPA 2	Zona de proteção ambiental de transição 2	Vias de circulação, sem prejuízo das áreas de domínio e preservação permanente - APPs, sendo térreas todas as edificações.

Fonte: Plano diretor São José de Ribamar 2007, pag. 47

Conforme o Plano diretor de São José de Ribamar (2020, p. 12), “Art. 21. A Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo do Município de São José de Ribamar objetiva o reordenamento e disciplinamento da ocupação do território, compatibilizando o desenvolvimento sustentável do Município, protegendo os recursos naturais, em especial os cursos d’água e nascentes existentes, procurando garantir melhor qualidade de vida para a população.”

Largura do curso d’água faixa	Faixa marginal de preservação
Até 10 metros	30 metros
Entre 10 e 50 metros	50 metros

Fonte: Plano diretor de São José de Ribamar 2020, pag. 12

De acordo com as coordenadas geográfica na carta solar, a latitude da cidade situa-se a 2,55° sul. Então o posicionamento do terreno, no norte geográfico, garante diferentes insolações nos quatro lados do terreno. O lado norte recebe a maior incidência de sol durante o dia, o sol da manhã no lado leste, sol da tarde lado oeste e o lado sul fica com a sombra a maior parte do dia. A ventilação quase não tem variações, vindo entre norte e leste com predominância no sentido nordeste.



Figura 06. Terreno

Fonte: Google Earth (2023), alterado pela autora

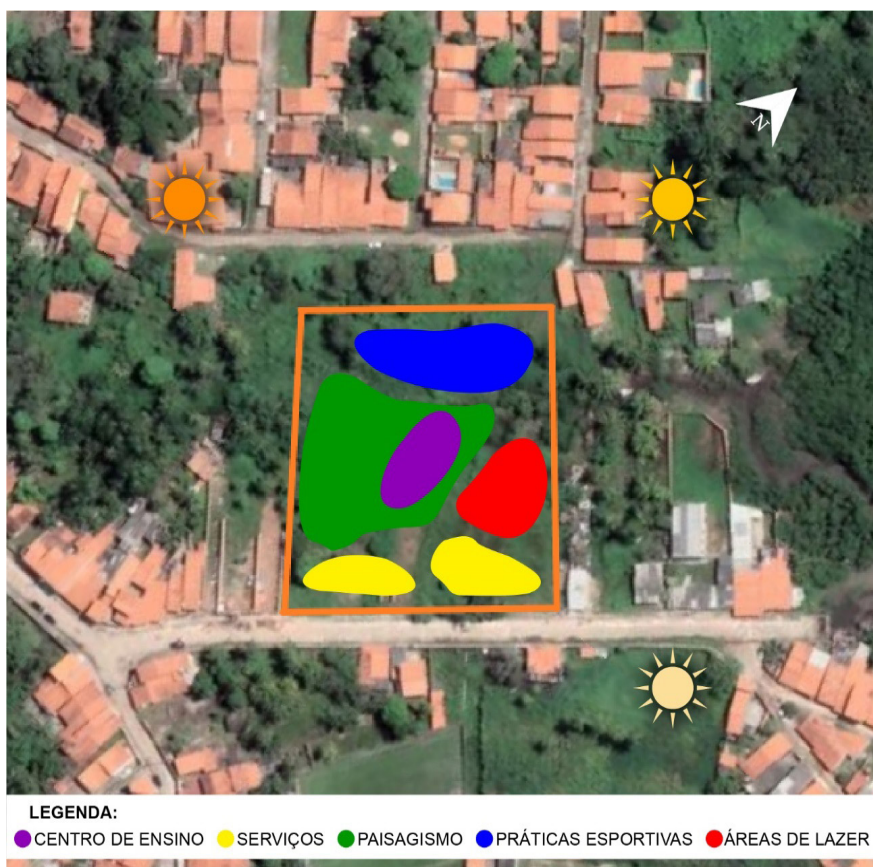


Figura 07. Plano de Manchas

Fonte: Google Earth (2023), alterado pela autora

O plano de manchas demonstra a proposta de delimitação de cada atividade no parque, ressaltando o potencial do terreno e visando um melhor aproveitamento de cada espaço do parque pelos usuários. Para isso, distribuímos os usos levando em consideração a orientação solar.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A Proposta

São José de Ribamar-MA foi a cidade escolhida para a proposta urbanística. O nome dessa cidade se deu por conta de uma lenda, onde um capitão português foi salvo de um naufrágio depois de rogar a São José, então, a partir daí, os indígenas que viviam nessa região começaram a denominar o local de São José de Ribamar, em homenagem ao Santo que salvou o capitão e pelo fato de a cidade ficar acima do nível do mar. Comprova-se, porém, que a cidade é banhada pelo mar e por muito tempo teve como principal fonte de renda a pesca e o transporte marítimo. Pensando nisso, e levando em consideração a localidade do projeto urbanístico (próximo a um porto), o conceito escolhido foi MAR.

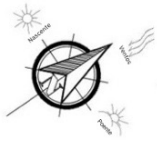
Depois de desenvolvermos uma pesquisa por meio de reunião com os moradores do bairro, descobrimos que 99% destes nunca tiveram a experiência de frequentar um parque urbano lúdico. Então, consideramos a criação de espaços que atraiam a atenção desses moradores, proporcionando ambientes limpos onde eles possam desfrutar desses espaços, conforme segue tabela 01.

PARQUE EDUCATIVO RIBA DO MAR				
SETOR	AMBIENTE	QUANT	ÁREA (M ²)	ÁREA TOTAL (M ²)
SERVIÇO	BANHEIRO MASCULINO	1	8,17	8,17
	BANHEIRO FEMININO	1	8,17	8,17
	LIXO	1	11,37	11,37
	GUARITA	1	8,46	8,46
	ESTACIONAMENTO	1	329,00	329,00
ÁREA ÚTIL TOTAL: 364,18				
CENTRO EDUCATIVO	RECEPÇÃO	1	51,47	51,47
	DIRETORIA	1	9,33	9,33
	BANHEIRO MASCULINO	1	2,26	2,26
	BANHEIRO FEMININO	1	3,06	3,06
	BANHEIRO PNE	2	6,68	6,68
	SALA DE AULA 1	1	16,11	16,11
	SALA DE AULA 2	1	13,37	13,37
	SALA DE AULA 3	1	29,57	29,57
	SALA DE SEGURANÇA	1	9,85	9,85
	DML	1	3,67	3,67
	COPA	1	7,26	7,26
	CORREDOR	1	31,03	31,03
ÁREA ÚTIL TOTAL: 183,66				
ESPORTES	ACADEMIA	1	314,15	314,15
	CAMINHADA	1	2.444	2.444
ÁREA ÚTIL TOTAL: 2.752				
PAISAGISMO	ÁREA VERDE	1	2.758,15	2.758,15
ÁREA ÚTIL TOTAL: 2.652,78				
LAZER	PLAYGROUND	1	343,27	343,27
ÁREA ÚTIL TOTAL: 343,27				

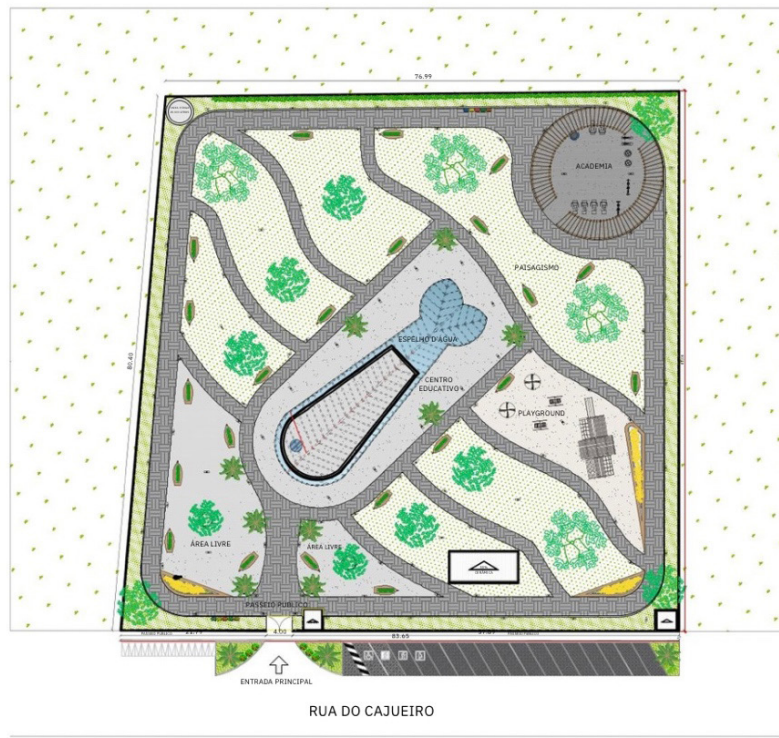
Tabela 01. Plano de Necessidade do Parque Riba do Mar

Fonte: produzido pela autora 2023

O projeto urbanístico refere-se à criação de um Parque Urbano Educativo que permita a interação com elementos relacionados ao mar, visando o bem-estar social e educativo de crianças, adolescentes e jovens que residem próximo ao parque. Sendo assim, foi proposta como parte desse projeto, a arquitetura lúdica adicionada de elementos do conceito apresentado: mar, peixe, vegetação, ondas, sol e outros. A arquitetura lúdica apresenta uma grande imersão na exploração sensorial dos usuários, estimulando-os a participarem dos espaços que compõem todo o parque, visto que o projeto se adequa ao contexto social, natural da região habitada predominantemente por famílias que têm ou tiveram seu sustento ligado ao mar, como, por exemplo, a pesca. Por isso o elemento arquitetônico principal do parque é um grande peixe, que funcionará como centro de ensino comunitário, principalmente para crianças e adolescentes do bairro do Moropóia e entorno.



RUA SÃO JOSÉ



01 PLANTA DE IMPLANTAÇÃO
ESCALA: 1/500

Figura 08: Planta de Implantação

Fonte: A autora 2023



Figura 09. Fachada do centro educativo

Fonte: A autora 2023

De forma estratégica, o centro educativo foi implantado para ser protagonista do parque, pensando na posição que melhor acolheria a luz e a ventilação natural. Sua fachada está para o lado sul, onde tem menos incidência de luz solar, visto que ela foi projetada toda em vidro e ainda conta com uma claraboia na recepção.



Figura 10. Vista panorâmica

Fonte: A autora 2023

O parque foi pensando em fornecer uma experiência educativa combinada com a beleza natural, por isso tem tudo que a população precisa para se desenvolver socialmente e culturalmente em um único ambiente, que tem áreas livres para caminhada, paisagismo, playground e academia.



Figura 11. Lado posterior do Parque

Fonte: A autora 2023

5. CONCLUSÃO

Com o projeto de desenvolvimento de um parque urbano educativo com arquitetura lúdica no desenvolvimento social e cultural da cidade, considera-se que os objetivos propostos para o projeto foram alcançados. Dessa forma, compreende-se que o referido projeto prevê um parque público e condições estratégicas que contribuirão com o desenvolvimento social e cultural da população que reside na referida cidade.

Os resultados alcançados foram possíveis devido aos recursos obtidos por meio de estudos teóricos, os quais foram fundamentais para o desenvolvimento do projeto e, conseqüentemente, para o alcance dos objetivos do trabalho.

Elencar os condicionantes do projeto, que surgem a partir do referencial teórico, empírico e dos estudos metodológicos realizados por meio de visitas no local, torna-se uma ferramenta relevante para a percepção das necessidades do local.

De todos os estudos realizados, nota-se que o local, por não contar com projeto arquitetônico social e cultural, poderá, a partir do presente projeto, trazer benefícios para a sociedade, em especial no que se refere aos aspectos socioculturais.

Do ponto de vista prático, o desenvolvimento do projeto traz reflexões satisfatórias, não apenas por ter atingido um resultado coerente, como também em poder aliar o fazer profissional a uma causa relevante, mantendo-se ainda pertinentes as justificativas apontadas para a definição deste tema.

Referências

- AMARAL, E.O. **O Educar através do lúdico**: uma revisão de literatura. Rio de Janeiro, 2017.
- ARAGÃO, D. O. **Parque infantil lúdico e sua importância para as crianças de um bairro da cidade de São Paulo**. Tese (Doutorado em Design e Arquitetura). Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/16/16134/tde-01092016-154117/pt-br.php>. Acesso: 20/04/2023.
- BERNARDES, C. S. C. **Contribuição do lúdico no desenvolvimento cultural**. Florianópolis: UFSC. 2018.
- BORGES, C. P. R. **Parque Alfredo Volpi**: o projeto paisagístico e o planejamento urbano na conservação ambiental de um fragmento florestal no município de São Paulo (SP). TCC (Graduação em Geografia), Universidade de São Paulo – USP. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://bdta.abcd.usp.br/item/003034180>. Acesso: 17/06/2023.
- COELHO, L. F. S. **Parques urbanos**: um projeto educativo. TCC (Graduação em Arquitetura e Urbanismo), Unifor, Fortaleza, 2018. Disponível em: <http://www.unifor.com.br/arquiteturaeurbanismo>. Acesso: 20/04/2023.
- CORREIA, A. S. O brincar é a importância do lúdico na sociedade. **Revista Educar**. Vol 2, n 3. São Paulo, 2014.
- CUTRIM, R. O. Parque Urbano das Estações. **AnimaEducação**. 2019. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/16015>. Acesso: 20/04/2023.
- DIAS, G.K.P. Parques Urbanos contemporâneos: uma análise dos imaginários socioespaciais na cidade de Montes Claros/MG. **Geografia, Ensino e Pesquisa**, Santa Maria, v. 25, e.19, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/geografia/article/view/43562/html>. Acesso: 17/06/2023.
- FRIEDMANN, A. **Linguagens e culturas infantis na sociedade**. vol. 2. São Paulo: Cortez, 2014.
- OLIVEIRA, B. C. **Projeto e desenvolvimento de Parque Urbano**. Campinas: Unicamp, 2017.

capítulo 9

CRECHE ESCOLA ESTRELA DA MANHÃ: A ARQUITETURA COMO VIÉS, PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INFANTIL DE QUALIDADE

*ESTRELA DA MANHÃ DAY CARE SCHOOL: ARCHITECTURE AS A BIAS, FOR THE
CONSTRUCTION OF A QUALITY EARLY CHILDHOOD EDUCATION*

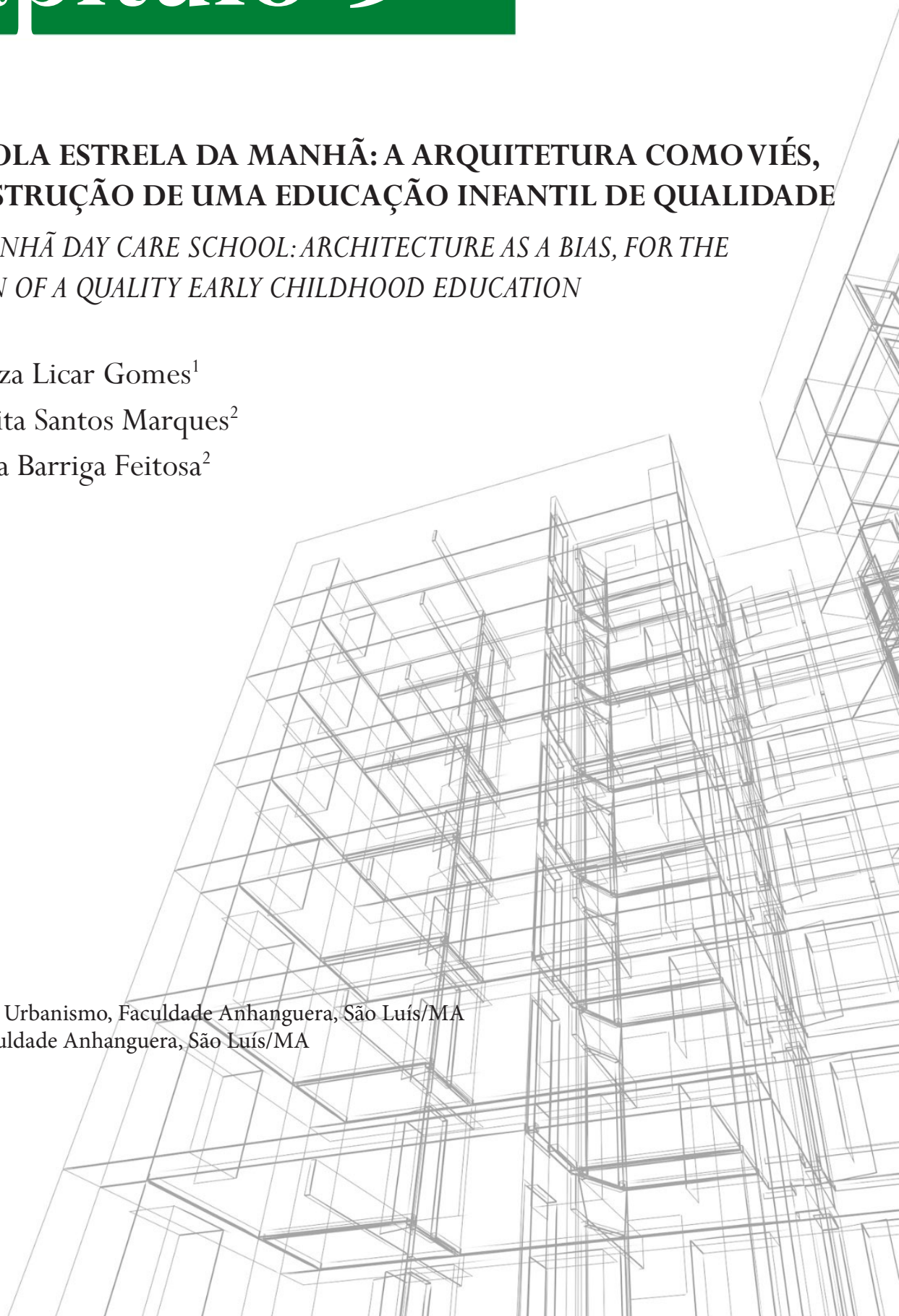
Danyela de Souza Licar Gomes¹

Andreia Mesquita Santos Marques²

Nairama Pereira Barriga Feitosa²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

Usando a teoria de ensino Montessori e ferramentas como jogos, diversão, cores e acessibilidade, estude a importância da arquitetura escolar no processo de ensino. O objetivo é ilustrar como a arquitetura Montessori e os métodos de ensino podem proporcionar uma educação de qualidade. A importância desta pesquisa se justifica porque este é o estímulo que a educação Montessori pode proporcionar às crianças para aprender, tornando a educação uma ferramenta para incentivá-las a aprender de forma prazerosa. Os métodos utilizados neste trabalho são estudos bibliográficos sobre o assunto, bem como estudos de caso que aliam teoria e prática. Os resultados deste trabalho evidenciam a necessidade de as edificações escolares auxiliarem o processo de ensino por meio da utilização de estruturas físicas que ampliem os mecanismos que auxiliam o desenvolvimento cognitivo dos alunos. Concluiu-se que as principais características das instituições de ensino baseadas no método Montessori e como elas funcionam, além de fornecer recursos que demonstram como a arquitetura pode beneficiar o processo de ensino, proporcionam um ambiente educacional planejado e prazeroso que torna essencial que uma criança cresça.

Palavras-chave: Arquitetura Escolar, Educação Infantil, Ensino montessoriano, Ludicidade.

Abstract

The use of Montessori teaching theory and the use of tools such as game, playfulness, color and auxiliary functions to study the importance of school architecture in the teaching process. The objective was to illustrate how Montessori architecture and teaching methods provide quality education. The importance of this research is justified, because this is the stimulus that Montessori education can provide for children to learn, making education a tool that encourages them to learn in a pleasant way. The methodology used in this work is bibliographic research on the subject, and a case study articulating theory with practice. The results of this work emphasize the need for school buildings that help the teaching process through the use of physical structures, which will expand the mechanisms that contribute to the cognitive development of students. It is concluded that the main characteristics of educational institutions based on the Montessori Method and how they operate, in addition to providing resources that show how architecture is beneficial to the teaching process, also present a planned, pleasant environment that benefits education, making it essential for children's growth.

Keywords: School Architecture, Child education, Montessori teaching, playfulness.

1. INTRODUÇÃO

A educação infantil é essencial no desenvolvimento infantil no que diz respeito a aquisição de novos saberes lúdico e pedagógicos, no desenvolvimento psicomotor, na evolução da fala e no convívio social. Um edifício escolar é mais do que um espaço físico no qual o ensino acontece. Pelo contrário, por meio dela, podem-se pensar inúmeras possibilidades de ensino, aprendizagem, convivência, interação e pertencimento aos espaços em que os alunos vivem. A qualidade do espaço físico é uma das principais variáveis, tendo em conta que, dependendo do projeto da edificação, podem ser obtidos diferentes níveis de interação com o ambiente construído, que proporcionam diferentes níveis de aprendizagem, desde que os alunos estejam em espaços agradáveis e utilizar a estrutura física como ferramenta de aprendizagem para melhor absorção do conteúdo.

Sabendo que a função da arquitetura Montessori é estimular a autonomia das crianças, a próxima pergunta é nortear a questão: como estimular a independência das crianças por meio da arquitetura? Quando falamos de arquitetura em um ambiente escolar, mencionamos o quanto o espaço físico afeta o aprendizado, especialmente durante a pandemia, quando as experiências de ensino mudam e se adaptam para manter o aprendizado estimulante. Em consonância com a relevância deste trabalho para o ensino, o método de ensino tradicional é a comunicação oral baseada em conteúdo, que não permite que professores e alunos interajam e transmitam seus próprios conhecimentos, enquanto os alunos buscam maiores ganhos, ou seja, o professor ensina apenas seu conhecimento, e os alunos não. Buscando uma compreensão mais profunda do assunto, visto que ele é visto apenas como um ouvinte, ele só precisa lembrar do que foi apresentado.

Os métodos da médica e educadora italiana Maria Montessori são reconhecidos nacional e internacionalmente. A partir de suas experiências em uma escola em um bairro pobre da Itália, Montessori desenvolveu sua metodologia, com foco na autonomia das crianças. Os ensinamentos e teorias que ela desenvolveu foram estudados e aplicados em muitas escolas ao longo dos anos.

Com base no método Montessori, muitos problemas precisam ser estudados: Levando em conta os registros do cotidiano da sala de aula da educação infantil, com foco nas crianças, a compreensão prática atual da pedagogia montessoriana é atribuída à definição científica do método.

Segundo Vera Lucia Costa Hank (2006), todos os ambientes construídos para crianças devem cumprir cinco funções relacionadas ao desenvolvimento infantil para promover: identidade pessoal, desenvolvimento de habilidades, oportunidades de crescimento, sentimentos de segurança e confiança e oportunidades de conexão, social e privacidade.

Em uma época em que a estimulação é onipresente, as crianças usam a tecnologia desde cedo para torná-la parte essencial do seu dia a dia, pesquisas sobre o uso da arquitetura em ambientes escolares mostram o quanto ela impacta e motiva o aprendizado infantil e as novas linhas de ensino inovador ensino pode ser proporcionado, potencialmente transformando a educação em uma ferramenta que proporcione mais interesse e diversão aos usuários.

Portanto, este artigo tenta analisar a arquitetura escolar em combinação com o método de ensino Montessoriano.



2. HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Segundo Santos e Gonçalves (2012), desde a antiguidade as sociedades já se preocupavam com a formação dos seus indivíduos, seja no repasse de fundamentos, na preservação da cultura, de suas linguagens ou seus hábitos. Através dessas práticas que se constituíram inúmeras civilizações.

Logo no início a educação era restrita aos mais privilegiados, a maioria das pessoas não tinham acesso ao saber e educação formal.

Santos (2021), relata que entre as principais civilizações que desenvolveram sistemas de ensino temos a grega. Nessa sociedade eram considerados cidadãos apenas homens nascidos na cidade de Atenas e de pais atenienses, os quais eram dotados do privilégio do acesso ao saber. Dentro desse ambiente, ocorreu o surgimento de diversas linhas de pensamento e de uma vasta discussão. Dentre essas correntes tinham as dos sofistas defensores do relativismo e dos ensinamentos de argumentação e persuasão. Temos também os pensamentos dos filósofos Sócrates, Platão e Aristóteles.

2.1 História da educação no Brasil

Segundo Santos (2021), para compreender a instituição educacional no Brasil temos que nos aprofundar na história do país. Pois a sociedade brasileira se formou através da colonização europeia, de quem herdamos uma tradição predominantemente cristã, que na Idade Média foi constituída como um modelo ideológico e educacional. Esse ponto de vista do mundo foi trazido para o Brasil como parte do projeto de colonização portuguesa. E ainda hoje se encontra presente na cultura brasileira.

Santos (2021), aborda que dentre as fases da educação brasileira temos a primeira que é a catequista, permeando pelo império e as primeiras sugestões de formações de ensino público no país e se chegando até a República Velha, com o ensino positivista. Em 1930 foi criado o Ministério da Educação e Saúde, nessa época o país já contava com uma classe de educadores, considerados pioneiros da educação, que defendiam a criação de uma educação pública. A partir desses acontecimentos, se constituíram algumas leis que sistematizavam um ensino fundamental universal. A homologação da Lei de Diretrizes e bases (LDB) em 1961, foi um fator importantíssimo desse processo.

3. A ARQUITETURA EDUCACIONAL NAS CRECHES ESCOLAS

A creche tem sua origem no desenvolvimento industrial, impulsionado pela crescente urbanização e a carência de mais mão de obra no processo de industrialização, culminando na inserção da mulher-mãe no mercado de trabalho e a partir disso se fez necessário ter um espaço que atendesse os filhos dessas mães.

Didonet (2001, p.15) relata que

A compreensão progressivamente mais abrangente do papel da creche como apoio à mulher-mãe trabalhadora. Tendo surgido para prestar a criança o atendimento que a família, e mais especificamente a mãe, deixou de dar por causa do trabalho extradomiciliar.

Segundo Bissoli (2005), existem diferenças fundamentais na história da infância de

acordo com a sociedade em que cada criança está inserida, tendo em vista que o desenvolvimento das habilidades humanas reflete as condições de vida e educação de cada tempo e espaço.

De acordo com Andrade (2010), a creche foi criada inteiramente para fins beneficentes para ajudar viúvas e mães solteiras que não podiam cuidar de seus filhos. Observou-se que, diferentemente dos países europeus, as creches foram criadas devido à necessidade de atender crianças cujas mães trabalham em fábricas, e proporcionar às crianças melhores condições de saúde e desenvolvimento.

A primeira creche do país foi instalada no Rio de Janeiro em 1889, ao lado de uma fábrica têxtil. Em 1918, foi inaugurada a primeira creche em uma vila operária de São Paulo. A função das creches é simplesmente proteger as crianças, geralmente sob os cuidados de profissionais médicos, para que suas mães possam trabalhar (usar como mão de obra) enquanto estão protegidas (ANDRADE, 2010).

Baixos níveis de aprendizagem dos alunos, grandes desigualdades e trajetórias escolares irregulares são as questões mais preocupantes associadas à educação pública no Brasil, comprovando que a educação no Brasil continua instável, como evidenciado pela falta de investimentos específicos, como o orçamento educacional na região, as crianças, em especial, são profundamente afetadas pelo grave impasse no financiamento da educação básica e pela ausência de políticas públicas, vale destacar que as edificações utilizadas ao longo dos anos foram em grande parte reaproveitados espaços já existentes para atender às necessidades de crianças, ou seja, muito poucas instituições cumprem os requisitos mínimos para uma educação de qualidade.

Azevedo (2002, p.4) afirma que

É evidente a complexidade da temática, principalmente considerando-se a postura usualmente assumida por educadores e arquitetos perante o ambiente escolar. Em geral, os primeiros desconsideram a importância do espaço físico para o desenvolvimento de uma filosofia pedagógica “relegando sua condição de agente ativo no processo de construção do conhecimento” e os últimos minimizam o principal objetivo da edificação escolar, que é fornecer suporte e condição para que essa filosofia possa ser efetivada.

É preciso pensar mais amplamente sobre as ligações entre arquitetura, pedagogia e sociedade. E o uso da pedagogia Montessori, para construir uma relação de aprendizagem entre as pessoas e seu ambiente é um caminho interessante, para alcançar esse objetivo. Os mais de 100 anos desse método de ensino, são baseados no princípio de incentivar as crianças a buscar o conhecimento por si mesmas, escolhendo livremente quais materiais usar, e o que querem aprender.

Para realizar esse processo, é sempre necessária a ajuda de um educador, para orientar as crianças, realizar seu desenvolvimento de forma divertida, conviver com o meio ambiente e demais colegas, e utilizar prédios para facilitar o processo.

Azevedo (2002) acredita que o espaço físico de qualidade é uma característica básica do crescimento das crianças no processo de aprendizagem, e acredita que a importância do ambiente físico para a prática educativa, e depois para a formação e desenvolvimento das crianças, destaca o que a estrutura de sua existência reflete e sustenta, o que em parte determina as características da experiência de uma criança e o que ela pode aprender com a compreensão do ambiente.

4. O MECANISMO DIDÁTICO MONTESSORIANO

A pedagogia de Maria Montessori baseia-se no princípio da ludicidade porque produz conhecimento. Através da experiência prática, brincadeiras e observação, as crianças tornam-se impulsionadoras e formadoras da aprendizagem e contribuem para o seu desenvolvimento de forma divertida (PESSOA, 2017).

Maria Montessori, fundadora deste método e educadora italiana, nasceu em Chiaravalle, Itália, em 1870 e morreu na Holanda em 1952, aos 81 anos. Ela entrou na Faculdade de Medicina da Universidade de Roma e foi a primeira mulher na Itália a receber um MD. Após o treinamento, ele passou a se concentrar em crianças com necessidades especiais, analisando as novas ideias dessas crianças, apontando que seus problemas eram mais educacionais do que médicos. Em 1907, ele fez pesquisas, descobriu as falhas das escolas comuns, criou as primeiras moradias infantis e, então, começou a experimentar seu conceito de criança “normal” para se preparar para a educação e para a vida, com boas notas (MILASKI, 2007).

Rossi (2015, p.3) aborda que

Um dos pilares da pedagogia montessoriana é a autoeducação: a criança é livre para escolher as suas atividades conforme suas necessidades (de desenvolvimento) e, assim, educar-se a si mesma na prática das atividades. O que não quer dizer que seja um processo anárquico e desordenado, já que o educador continuará presente, mas será ele o ser passivo frente à atividade desenvolvida de seu aluno.

Para Montessori, o papel do educador é de mediador, através da observação, ele saberá interagir com a criança, aprofundar seus sentidos, guiá-la para as atividades mais adequadas e interessantes, oportunizando o progresso e melhoramento de suas aprendizagens.

Em Montessori, descobrimos os fundamentos que fazem nos preocupar em usar cadeiras e mesas proporcionais ao tamanho do corpo da criança para organizar o ambiente escolar e a altura em que os materiais didáticos são colocados nas prateleiras, assim como pias, pias, fogões e mais. Itens de tamanho menor para que possam brincar, mimetizando assim um ambiente doméstico (PESSOA, 2017).

De acordo com a pesquisa de Pessoa (2017), Montessori elaborou seu método de ensino observando e analisando o comportamento das crianças e encarando a ludicidade como uma atividade independente da aprendizagem e do espaço de educação.

De acordo com Antoniosi (2020) para Montessori, a evolução ocorre em fases, definidas de planos de desenvolvimento. As crianças alcançam um novo nível de independência em cada plano, sendo divididos em:

a) Primeiro plano (0 a 6 anos): nesse elementar fase, as crianças têm dois importantes objetivos: entender como funciona o mundo e alcançar a independência física.

Entender o funcionamento do mundo requer a absorção do mundo, seja, através de suas imagens, regras, linguagem e culturas, suas leis físicas, biológicas e químicas. Através da observação Montessori notou que as crianças possuíam um tipo de mente especial, que ela chamou de mente absorvente, explicando como uma criança sai do nada e alcança a construção de um ser forte e competente em apenas 6 anos de vida.

Cada vez que as crianças realizam coisas mais difíceis, dominam o mundo ao seu redor e anseiam por descobrir o desconhecido e alcançam a próxima fase.

b) Segundo plano (6 a 12 anos):

As crianças desse plano já têm uma dominação maior do mundo ao seu redor. Já sabem zelar por si e até mesmo capazes de cuidar do outro e de seu ambiente. Já tem uma independência física desenvolvida o suficiente e a partir daí almejam conquistar outros mundos, que não estão ao seu alcance. Como por exemplo: o universo, outros continentes, a época em que a Terra se formou e a história dos animais em sua evolução.

A imaginação é o instrumento da inteligência nessa fase, é o que instiga a criança a investigar, e entender os mundos longínquos e inalcançáveis. Através da leitura, do ouvir, da imaginação e dos estudos, as crianças alcançam a independência intelectual. Formando seus próprios pensamentos.

E por meio da convivência entre elas conseguem desenvolver um melhor trabalho.

Com a convivência surgem os problemas morais. E para compreender o mundo elas necessitam realizar perguntas, contar e escutar histórias, para entender as questões morais e de convivência, se faz crucial fornecer espaço para observação. Não se deve resolver os problemas delas e nem diminuir a relevância do que falam, mesmo quando questionam as atitudes dos adultos. A função do adulto nesse plano é fornecer elementos para o entendimento e logo após possibilitar a reflexão livre. Socializar tem um papel cada vez mais necessário na vida delas.

c) Terceiro plano (12 a 18 anos):

O momento mais significativo do dia a dia de um adolescente é conviver com outros adolescentes. A independência que buscam é social, para eles resolver seus problemas sem seguir a opinião de um adulto é uma forma de serem livres. Todavia representa de forma mais complexa a compreensão do funcionamento da sociedade.

Participar de um grupo é importante para o adolescente, a sensação de pertencimento e de aceitação é muito valorizado. Então o papel do adulto é oferecer ambientes que encorajem a constituição de círculos de convivência saudáveis.

d) Quarto plano (18 a 24 anos):

Para Montessori o início da vida adulta ainda é importante no desenvolvimento. Aqui o indivíduo já se encontra fora do ambiente escolar e pode estar cursando uma faculdade ou decidindo o rumo que sua vida profissional irá tomar, nessa fase ocorre a busca para compreender o seu caminho e o motivo da tua existência.

Montessori defendia que os indivíduos logo no início de sua vida adulta ingressassem no mercado de trabalho como aprendizes ou assistentes, assim tornam-se aptos em suas profissões, pois um adulto que identifica sua contribuição no mundo e se torna-se apto nessa contribuição, sem cair nas armadilhas da posse e do poder, encontra o caminho em direção a um mundo rico e puro.

Segundo Dummer (2021), os pilares da educação montessoriana são:

- a) Autoeducação: Que se considera primeiramente a capacidade natural de aprender da criança, proporcionando a ela a possibilidade de compreender o mundo ao re-

dor através da exploração, pesquisa e investigação. Tendo a liberdade de aprendizagem, podendo repetir um exercício quantas vezes lhe for necessária.

- b) Esse método viabiliza a ambiente e materiais apropriado para a evolução natural da criança, oportunizando a ela a possibilidade de identificar seus erros, podendo assim se desenvolver através de seu esforço e ritmo.
- c) Educação Cósmica: As crianças têm o instinto primário de descobrir as coisas e mundo ao seu redor, se faz importante manter esse interesse ativo por toda a infância. Para que isso aconteça o método montessoriano defende a ideia da educação de crianças de 6 a 12 anos seja baseada em perguntas, histórias e pesquisas que acompanhem o interesse da criança. Alimentando o entendimento de que tudo pode ser entendido e descoberto, de que tudo é interessante, basta apenas olhar do ângulo correto.
- d) A educação cósmica tem por objetivo ofertar a criança a Visão Cósmica do mundo. Cosmos (oposto de caos), é a ordem do universo.
- e) Educação como ciência: A educação das crianças em sua maioria é fundamentada em experiências e crenças individuais. A estrutura escolar que temos hoje provém de uma série de crenças e modos do século XVIII.
- f) Montessori no início de seus trabalhos com crianças já tinha em mente que essa abordagem antiquada não era a melhor. Em vez de criar uma pedagogia de acordo com suas crenças ela preferiu deixar uma turma de crianças em liberdade, dentro de um local semiestruturado e observou o comportamento delas, e a partir disso pensou em uma educação voltada para a evolução natural das crianças.
- g) Ambiente Preparado: A liberdade é essencial no método Montessori. A criança precisa ter uma liberdade que caracteriza biológica, porque proporciona o desenvolvimento da vida. Tal uma árvore que é livre estando em um local fértil, profundo e úmido, a criança deve ter um espaço seguro, preparado com suportes físicos, mentais, sociais e emocionais para se desenvolver livremente.
- h) Para proporcionar esse local de liberdade, é necessário que tudo que seja importante esteja acessível. O básico como: beber água, comer, dormir, fazer suas necessidades fisiológicas sem necessitar da ajuda do adulto. É preciso que a criança viva sem autorização ou ajuda de um adulto. Tudo deve ser preparado para a criança.
- i) O espaço também não pode ser hiper estimulante. O ambiente deve ser tranquilo, com cores neutras e claras, a mobília deve seguir o mesmo parâmetro. Não é positivo brinquedos em excesso, eles devem ser poucos e bons. Tudo dentro do ambiente tem que ser disposto para a atividades.
- j) Adulto Preparado: Todos os outros pilares só funcionam se o adulto se esforçar para transformar seu interior. Montessori defendia que devemos deixar o nosso orgulho de ser adulto e a raiva contra o comportamento da criança que não age de acordo com o que é melhor para nós lidarmos, é preciso respeitar a criança como indivíduo que ela é.
- k) O adulto preparado é o observador que acredita na criança e enxerga em suas atitudes as suas necessidades. Por meio dessa observação o adulto deve ofertar meios para a criança satisfazer o que é importante e superar o que ainda é um desafio. O adulto jamais deve ajudar mais do que o necessário, se abster de ajudar sempre que a criança estiver confiante de que pode fazer sozinha.
- l) Criança Equilibrada: As crianças muito pequenas suas ações e pensamentos an-

dam juntos. Ou seja, vontade e ação, mente e corpo. À medida que elas vão crescendo, vão sendo polidas de fazerem o que pensam separando a vontade da ação.

Essa separação provoca variadas instabilidades no desenvolvimento infantil. Como por exemplo: desinteresses, agitação, submissão etc. os caminhos a serem tomados para uma evolução mais equilibrada as crianças devem desenvolver atividades desafiadoras que lhe proporcionem movimento do corpo e melhoria inteligente de suas ações executadas.

Moraes (2009), Montessori concebeu um material didático para o ensino sensorial através de objetos táteis de diferentes cores, tamanhos, formas e cheiros, e criou uma gama de materiais com usos específicos como: a) toque, textura, peso, temperatura, estéreo; b) visão, forma, cor, tamanho; c) audição, som; d) olfato, olfato e; e) paladar, paladar.

Desde que as crianças tenham todas as ferramentas de ensino à sua disposição, há oportunidades para que elas ganhem conhecimento e experiência pessoal, possam demonstrar suas habilidades e, assim, ganhar mais liberdade e engajamento em seu aprendizado. Além de melhorar suas habilidades cognitivas, esse processo também ajuda na coordenação motora, independência, respeito, organização e domínio do movimento.

O método Montessori é considerado uma forma de educação para a vida, e suas contribuições são importantes em vários aspectos, pois contribui para o desenvolvimento natural do ser humano, estimula o caráter e a personalidade das crianças e proporciona um sentimento de respeito. , apoia o desenvolvimento do senso de responsabilidade e auto-disciplina de um aluno, ajuda-o a alcançar independência e liberdade, nutre a capacidade de participação da criança, permite que ela seja aceita, orienta a formação mental e intelectual da criança e reconhece que a criança constrói (PESSOA, 2017).

5. METODOLOGIA

A metodologia utilizada nesta pesquisa consistiu primeiramente na definição do que seria estudado, então se partiu para levantamento bibliográfico e documental, através de livros, revistas, jornais, redes eletrônicas, artigos científicos, teses e dissertações. Realizou-se busca pelo Google por projetos de referências arquitetônicas relacionadas ao tema deste trabalho, e desenvolvido a análise deles.

Após as leituras serem analisadas e interpretadas, no que diz respeito a comparação dos materiais entre si e a problemática a ser resolvida com a pesquisa, estabelecendo as considerações e as argumentações baseadas em dados bem definidos. Sendo assim, o mecanismo a ser empregado à pesquisa bibliográfica através da leitura dos apontamentos e dados escolhidos se originará da estruturação fundamentada do tema, assegurando que a escrita textual ocorra de forma gradual e ponderada, para portanto se alcançar o formato definitivo do texto, mediante ao aprofundamento das pesquisas, das modificações de alguns padrões e, essencialmente, de um amplo conhecimento no que diz respeito ao objeto de estudo.

6. REFERENCIAL EMPÍRICO

6.1 Escola Montessori de Waalsdorp

A Escola Waalsdorp encontra-se localizada na cidade de Haia, terceira em quantidade populacional da Holanda. Teve sua construção finalizada em 2014 e ocupa uma área de

230 m². O escritório de arquitetura que assina a obra é o holandês Zwarte Hond.

A escola é integrante de um triângulo de escolas do distrito de Benoordenhout e foi implantada no extremo norte de um triangular terreno. O bairro que a escola se localiza numa área com predominância residencial, o entorno é formado por áreas arborizadas e construções de até três pavimentos. As ruas próximas têm por características serem estreitas e baixo fluxo de automóveis (ARCHDAILY, 2015).

A escola abrange as classes da educação infantil e do ensino fundamental, possui alunos com faixa etária de até 11 anos. As características do Método Montessori são evidentes na edificação, foram projetados ambientes espaçosos, de acesso fácil aos materiais didáticos e projetados ergonomicamente para os alunos (ARCHDAILY, 2015).

A escola detém 12 salas de aula, que se agrupam em diferentes setores da construção, pois são voltadas as diversas faixas etárias. Cada grupo de salas possuem entrada e espaços com seus próprios multifuncionais (ARCHDAILY, 2015).

O pavimento superior possui salas de variadas faixas etárias que ficam separadas por uma quadra esportiva. A principal entrada oferece acesso a um pátio, que também tem utilização como auditório, tem um grupo de ambientes que oferecem apoio às salas de aula, como sala de estudos, refeitório e brinquedoteca (ARCHDAILY, 2015).

Seguindo os princípios da pedagogia montessoriana, todas as características da escola estão conectadas por uma grande “rua” multifuncional que atua como um lugar de encontro em que as crianças podem brincar e trabalharem juntas. Nesse corredor destinado a socialização, que ficam os materiais, livros e jogos dispostos para os alunos. Três vazios conectam os dois pavimentos permitindo a entrada de luz solar no interior da construção (ARCHDAILY, 2015).

6.2 Escola Montessori de Delft

Localizada na Holanda a Escola de Delft, foi a primeira a ser projetada por Herman Hertzberger em 1960, sendo uma pioneira na forma como atende as soluções espaciais entre as salas de aulas e os espaços de recreação.

De acordo com Hertzberger (1991 apud Gonçalves, 2009) a planta tem um conceito modular, que viabiliza a ampliação do edifício sem que altere sua linguagem arquitetônica, as salas de aula são unidades independentes, todas localizadas no decorrer do hall da escola, hall que funciona como uma rua comunitária. O docente de cada sala decide com os alunos, qual a aparência de sua sala, ou seja, que atmosfera o ambiente terá.

A arquitetura estimula as crianças a terem senso de responsabilidade, proporcionando um ambiente em que elas possam efetuar atividades de cuidado no mesmo. Cada sala tem um mural que funciona como uma vitrine, a parede que fica de frente para o hall, espaço destinado a exibição dos trabalhos dos alunos, onde é exposto para toda a escola (GONÇALVES, 2009).

O edifício escolar apresenta uma riqueza espacial e sensibilidade nos detalhes, o arquiteto se preocupou em não deixar espaços sem utilidades, possibilitando a utilização do ambiente pelos alunos de acordo com sua imaginação e vontade (GONÇALVES, 2009).

7. VIABILIDADE PROJETOAL

7.1 Localização

O terreno escolhido para implantação da proposta do projeto encontra-se localizado no município de São José de Ribamar, município da Região Metropolitana da Grande São Luís, Estado do Maranhão, Nordeste do Brasil, no bairro Parque Araçagy, próximo aos bairros Alonso Costa, Vila Luizão e Araçagy.



Figura 1. Localização

Fonte: Google Earth. Acesso: julho/2023

O terreno está localizado na Av. Itaúna, esquina com a Av. Três. O terreno possui uma área de 2014,69 m², com fachada frontal de 45,40 metros; a fachada lateral direita tem 45,16 metros; a fachada lateral esquerda é de 44,18 metros e a fachada posterior com 44,81 metros, será usado todo o terreno no projeto, seguindo a lei de zoneamento e diretrizes do plano diretor de São José de Ribamar.

7.2 Características do entorno

O terreno tem acesso por duas vias, sendo a Av. Itaúna com asfaltamento e a Av. Três de chão batido, não há sinalização, com distribuição adequada de energia elétrica, coleta de lixo regular, com abastecimento de água e acesso fácil a transporte público.



Figura 2. Fachadas do terreno

Fonte: Autoras (2023)

8. PROPOSTA ARQUITETÔNICA

8.1 Partido e Conceito

O conceito do projeto é autonomia e integração, inspirado no estudo da metodologia Montessoriana, a principal ideia é conceber um projeto que promova o desenvolvimento dos alunos e ao mesmo tempo possibilite a integração deles com o ambiente que os rodeiam.

O partido é o desenvolvimento de ambientes que facilite a movimentação e autonomia dos alunos que os utilizarão, dispor de móveis e brinquedos que estimulem o desenvolvimento das crianças. Criar um espaço que instigue seus usuários a explorar e observar o ambiente que os cerca e os estimulem a descobertas saudáveis, o uso de diversas aberturas acessíveis a todos é uma solução a ser adotada.

8.2 Programa de necessidades

O programa de necessidades do referente projeto foi elaborado a partir de todo o estudo e análise de dados da área a receber o projeto, considerando os futuros usuários do espaço e seguindo as normas legais.

O programa de necessidades da Creche Escola Estrela Da Manhã é composto pelos seguintes setores: administrativo, serviço, pedagógico, alimentação, repouso, ambiente externo e higiene. Entre seus principais ambientes estão as salas de aula, sanitários, playground, solários, cozinha, pátio e refeitório.

Fez-se imprescindível a realização de um estudo bioclimático do terreno escolhido para a implantação do projeto, através desse estudo é possível a compreensão do impacto dos ventos e do sol sobre conforto térmico dos usuários do espaço da creche.

Considerando o resultado do estudo bioclimático do terreno, foi desenvolvido o estudo de manchas de forma que os ambientes estejam bem distribuídos levando em conta a insolação e ventilação que incidirá sobre a construção. Dessa forma criando um ambiente confortável e funcional.

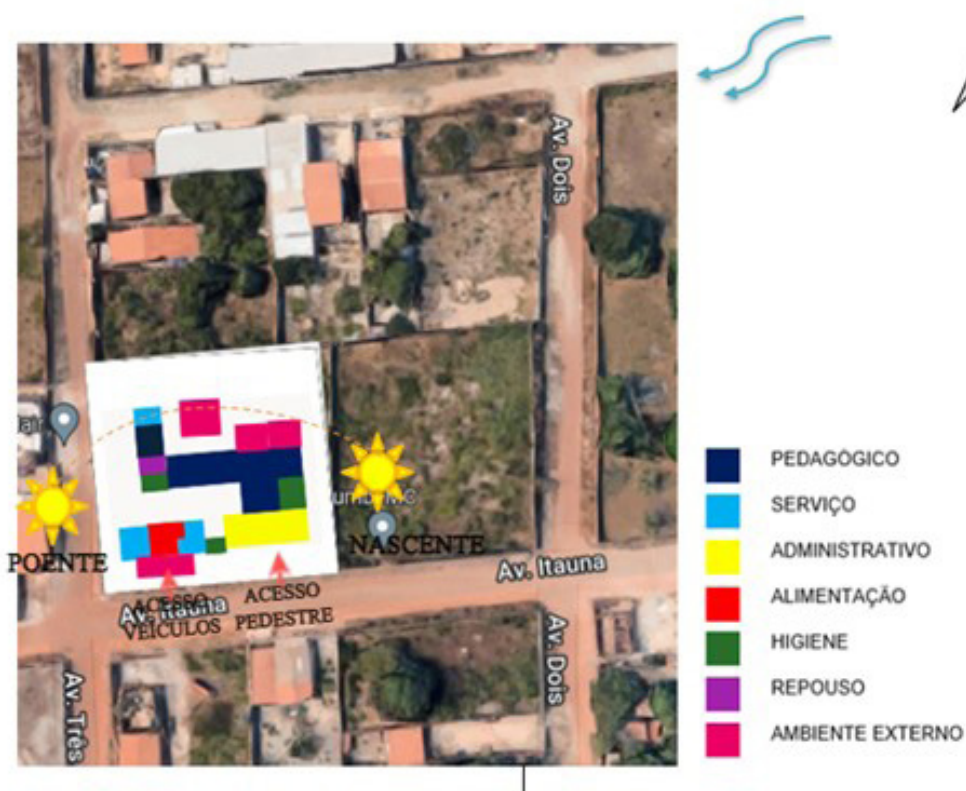


Figura 3. Mapa de estudo de manchas

Fonte: Dados de pesquisa. Adaptado pelas autoras. (2023)

8.3 Anteprojeto

A elaboração do projeto levou em consideração a construção de um ambiente que facilita a movimentação dos usuários entre os ambientes, com variadas aberturas para a circulação da ventilação e interação com o ambiente que cerca a construção.

A distribuição dos ambientes foi planejada de maneira que proporcione fácil ligação entre setores e compartimentos e a consideração dos fatores bioclimáticos, a partir dessa conclusão, foi elaborado o projeto.

Na parte frontal do edifício ficará o setor administrativo, serviço e alimentação. Na parte posterior, onde ocorre a maior incidência de ventilação, ficará os setores pedagógico e de repouso.

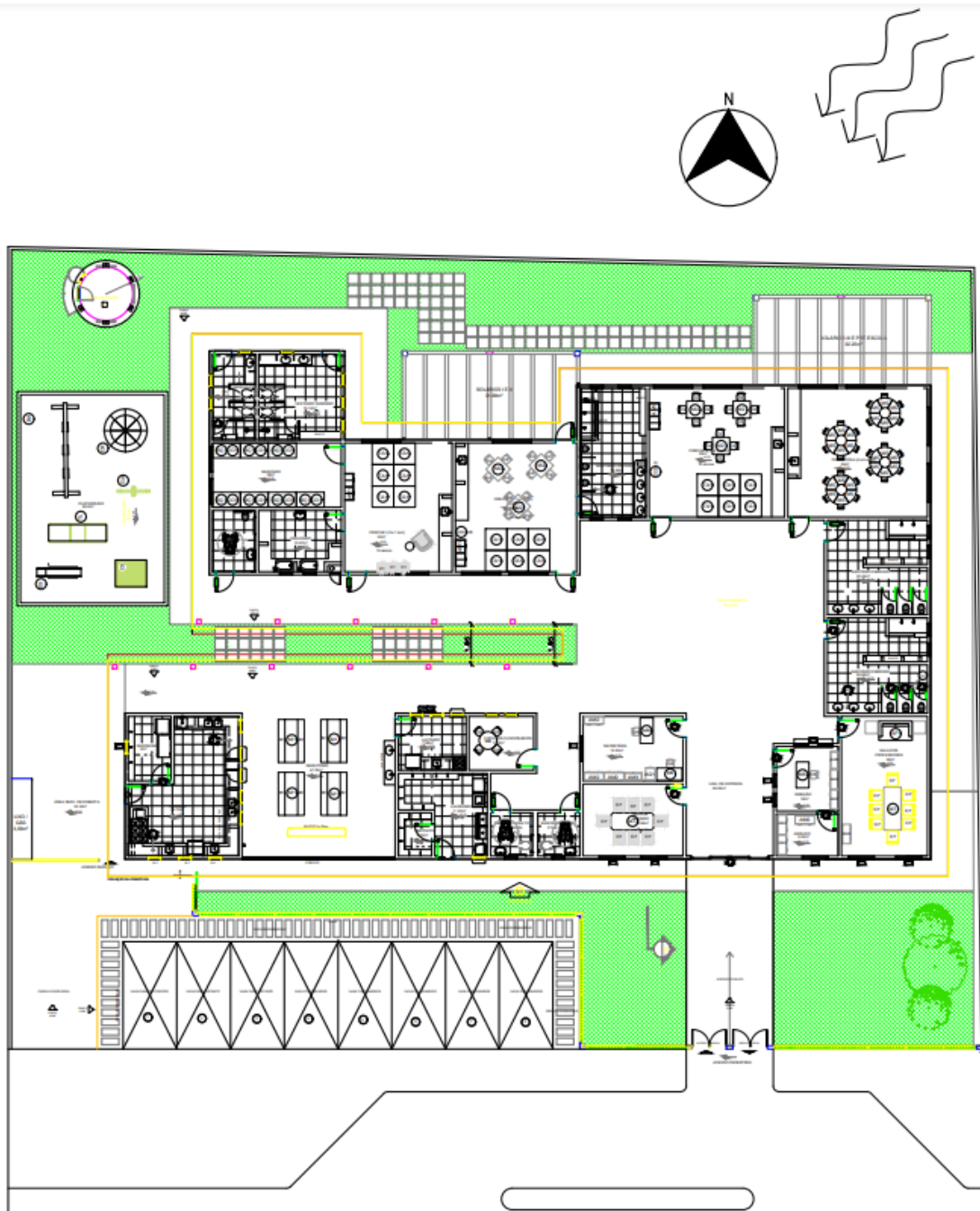


Figura 4. Planta de implantação e layout

Fonte: Autoras. (2023)

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após interpretação e pesquisa deste trabalho, concluiu-se que a arquitetura afeta o desempenho das crianças na escola, pois os espaços físicos estimulam e facilitam o ensino e proporcionam às crianças interações que lhes são benéficas, além de oportunidades, priorizando a convivência e o respeito. Aprenda em um ambiente único. Nesse sentido, em uma sala de aula com estrutura padronizada, a forma tradicional de educação infantil sem interação entre ensino e aprendizagem não consegue mais atender às necessidades da sociedade atual. Diante disso, novas teorias de ensino, como o método de ensino Montessori, foram difundidas.

Referências

- ANDRADE, LBP. **Educação infantil: discurso, legislação e práticas institucionais** [online]. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010. 193 p. ISBN 978-85-7983-085-3. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>. Acesso em 20 de fevereiro de 2023.
- ANTONIOSI, S. de F. **A pedagogia montessoriana, uma análise sobre a metodologia e suas contribuições no processo de ensino aprendizagem**. 2020. Disponível em: <https://www.webartigos.com/artigos/a-pedagogia-montessoriana-uma-analise-sobre-a-metodologia-e-suas-contribuicoes-no-processo-de-ensino-aprendizagem/166969>. Acesso em 15 de março de 2022.
- ARCHDAILY. Escola Montessoriana Waalsdorp / De Zwarte Hond. Disponível em: <https://www.archdaily.com.br/br/759921/escola-montessoriana-waalsdorp-dezwarte-hond>. Acesso em 13 de março de 2023.
- AZEVEDO, G. A. N. **Arquitetura escolar e educação: um modelo conceitual de abordagem interacionista**. 2002. Tese (Doutorado) – Curso de Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2002.
- BISSOLI, Michelle de Freitas. **Educação e desenvolvimento da personalidade da criança: contribuições da teoria histórico-cultural**. 2005. 281 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Filosofia e Ciências de Marília, 2005. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/11449/102230>>.
- DIDONET, Vital. **Creche: a que veio, para onde vai. In: Educação Infantil: a creche, um bom começo**. Em Aberto/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. v 18, n. 73. Brasília, 2001. p.11-28.
- DUMMER, L. M. E. ; CAMOZZATO, V. C. O método Montessori na formação do currículo para o Ensino de Ciências na Educação Infantil. **Revista Educar Mais**, [S. l.], v. 5, n. 3, p. 500–514, 2021. DOI: 10.15536/reducar-mais.5.2021.2180. Disponível em: <https://periodicos.ifsul.edu.br/index.php/educarmais/article/view/2180>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2023.
- GONÇALVES, P.A. **Herman Hertzberger – Edifícios escolares. Teoria e crítica da arquitetura**. 2009. Disponível em: <https://hertzbergertca.blogspot.com/2009/10/montessori-school-delf.html>. Acesso em: 10 de janeiro de 2023.
- HANK, V.L.C. **O Espaço Físico E Sua Relação no Desenvolvimento e Aprendizagem da Criança**. Trabalho de Monografia. Indaial/SC: UNIASSELVI, 2006. Disponível em: <https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/educacao/o-espaco-fisico-sua-relacao-no-desenvolvimento-aprendizagem-.htm> Acesso em 30 de novembro de 2022.
- MILARSKI, L. M. **O método Montessori: uma adaptação do Colégio Nossa Senhora de Sion**. 2007. 41 f. Monografia de especialização – Faculdade de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2007.
- MORAES, M. S. L. **Escola montessori: um espaço de conquistas e redescobertas**. 2009. 129 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro Universitário La Salle - UNILASALLE, Canoas, 2009.
- PESSOA, A. F. Método pedagógico montessoriano contemporâneo e suas implicações na educação infantil. **Revista de Pesquisa Interdisciplinar**, Cajazeiras, n. 2, suplementar, p. 320-332, setembro. 2017.
- ROSSI, A. dos S. **Diálogos de uma educação libertadora: de Montessori a Paulo Freire**. 2015. Disponível em: http://acervo.paulofreire.org:8080/jspui/bitstream/7891/4293/1/FPF_PTPF_01_0942.pdf. Acesso em: 20 de novembro de 2022.
- SANTOS, A. M. dos; GONÇALVES, S. de F. INTRODUÇÃO À ABORDAGEM HISTÓRICO EDUCACIONAL. **Professare**, [S. l.], v. 1, n. 1, p. 67–84, 2012. DOI: 10.33362/professare.v1i1.18. Disponível em: <https://periodicos.uniarp.edu.br/index.php/professare/article/view/18>. Acesso em: 30 novembro de 2023.
- SANTOS, C.R.S. **História da educação**. São paulo: Editora Senac, 2021.

capítulo 10

PROPOSTA DE VIABILIDADE PARA PROJETO DE REVITALIZAÇÃO URBANA: PARQUE ÁREA VERDE EM SÃO LUÍS – MA

FEASIBILITY PROPOSAL FOR URBAN REVITALIZATION PROJECT: GREEN AREA PARK IN SÃO LUÍS – MA

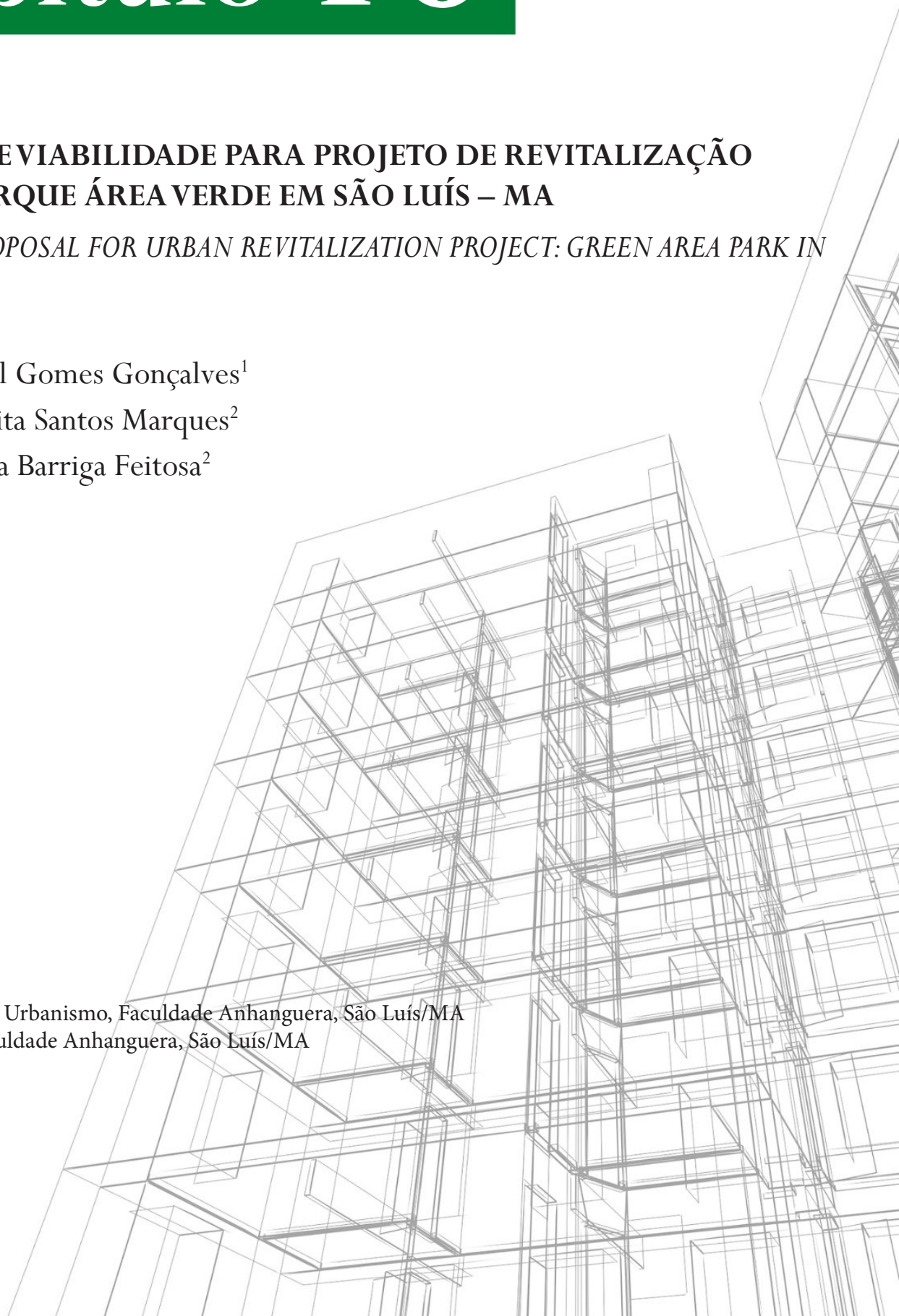
Robson Raphael Gomes Gonçalves¹

Andreia Mesquita Santos Marques²

Nairama Pereira Barriga Feitosa²

1 Arquitetura e Urbanismo, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA

2 Docente, Faculdade Anhanguera, São Luís/MA



Resumo

O processo de esvaziamento das áreas centrais, é um fenômeno que tem sido notado em médias e grandes cidades brasileiras. Este estudo tem como objetivo geral promover a requalificação da praça (área verde) no bairro Vivendas do Turu, localizado entre os bairros Turu e Santa Rosa, como uma solução efetiva para amenizar o processo de esvaziamento das áreas centrais e a falta de planejamento urbano em médias e grandes cidades brasileiras. Através dessa intervenção, busca-se melhorar o espaço urbano, fortalecer a relação dos usuários com a natureza e proporcionar mais segurança, renovação e reestruturação dos espaços. Além disso, a requalificação irá impactar positivamente as esferas ambientais, culturais e sociais, contribuindo para uma maior qualidade de vida e promovendo melhorias significativas para a comunidade.

Palavras-chave: Requalificação, Reestruturação, Culturais, Sociais e Ambientais.

Abstract

The process of emptying the central areas is a phenomenon that has been noticed in the media and in large Brazilian cities. This study has the general objective of promoting the requalification of the square (green area) in the Vivendas do Turu neighborhood, located between the Turu and Santa Rosa neighborhoods, as an effective solution to ease the process of emptying the central areas and the lack of urban planning in medium and large Brazilian cities. Through this intervention, the aim is to improve the urban space, strengthen the relationship between users and nature and provide more security, renewal and restructuring of spaces. In addition, the requalification will positively impact the environmental, cultural and social spheres, contributing to a better quality of life and promoting significant improvements for the community.

Keywords: Requalification, Restructuring, Cultural, Social and Environmental.



1. INTRODUÇÃO

A exploração dos recursos naturais e o desenvolvimento das sociedades humanas tiveram um impacto significativo no meio ambiente, resultando em profundas consequências ambientais. Essa relação entre as sociedades humanas e a natureza é um fenômeno histórico, marcado por transformações tanto na natureza quanto na sociedade.

As mudanças nas paisagens naturais e urbanas representam o ápice das interações sociais e do processo de humanização do ambiente, permitindo a interferência em ecossistemas tanto naturais quanto artificiais. No entanto, essa consolidação das sociedades humanas também resultou no surgimento de áreas degradadas, que afetam a saúde humana, o ambiente e, conseqüentemente, a qualidade de vida.

É compreensível que ninguém queira viver próximo a uma área poluída, degradada e que possa causar danos à saúde. Mesmo que os poluentes presentes na água, no solo e no ar estejam a quilômetros de distância, os efeitos ambientais muitas vezes se estendem para outras regiões do planeta. Portanto, é importante considerar os impactos ambientais globais resultantes dessas áreas degradadas e promover ações que visem à preservação e restauração do meio ambiente. (KOHLRAUSCH, JUNG, 2015).

De acordo com Denaldi (2002, p.55), a arborização também engloba “o fornecimento de infraestrutura completa e execução de obras voltadas para a eliminação de riscos, melhoria do sistema viário e qualidade de vida das pessoas”.

Além da degradação ambiental, a área encontra-se coberta por vegetação e resíduos sólidos descartados a céu aberto, o que contribui para a proliferação de doenças, gera poluição visual e causa transtornos aos usuários do local. No entanto, o objetivo é utilizar a área para o bem-estar da população.

O projeto proposto busca viabilizar o acesso de todos à área, com medidas de acessibilidade, iluminação adequada, presença de áreas verdes permanentes, ventilação adequada, mobilidade urbana para pedestres e uma estrutura que não represente riscos à saúde.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Relação do Homem com o Meio Ambiente

A industrialização trouxe avanços significativos em vários setores em todo o mundo, mas também resultou em problemas, sendo um deles a preocupante e acelerada “degradação ambiental”.

Com o êxodo rural e a migração de pessoas do campo para áreas urbanas, surgiu a necessidade de novos conjuntos habitacionais. No entanto, muitas dessas comunidades e cidades emergiram de forma desordenada, levando ao desmatamento e à poluição de rios e oceanos, causando um grande impacto ambiental.

A ocupação irregular é uma das alternativas habitacionais utilizadas pelas pessoas, mas que resulta em danos significativos à natureza, uma vez que essas áreas geralmente são manguezais ou encostas que não possuem infraestrutura adequada para o uso humano.

Diante do acelerado processo de degradação, que tem causado alterações ambientais e ameaçado as fontes naturais de alimentos e energia para os seres humanos, surge a

necessidade de promover formas alternativas de desenvolvimento que integrem a preservação da natureza e dos recursos naturais. Para buscar melhores estratégias, vários países se uniram para estabelecer objetivos e ações ambientais. Assim, em 1972, ocorreu a primeira reunião organizada pelas Nações Unidas, a Conferência de Estocolmo, na Suécia. Desde então, o assunto tem sido continuamente discutido

Apesar das aglomerações e dos estudos sobre a degradação ambiental, constatou-se que não surtiram os efeitos desejados, o que levou à necessidade de implementar metas como estratégia de atuação em cada país. Um exemplo disso são as Metas Aichi, estabelecidas no Plano Estratégico para a Biodiversidade discutido durante a COP-10 realizada em Nagoya, província de Aichi, no Japão, em 2010. Essas metas têm como objetivo a redução da perda da biodiversidade em escala global.

Nesse encontro, participaram 193 países, incluindo o Brasil, que se comprometeram a trabalhar em conjunto para alcançar as metas estabelecidas até 2020. Essas propostas discutidas e acordadas visam abordar os desafios e promover a conservação da biodiversidade em nível global.

Ao refletirmos sobre o uso dos espaços urbanos, percebemos a importância da qualidade de vida que esses espaços proporcionam à sociedade, sendo fundamental para estabelecer uma conexão ecológica e social entre a humanidade e o meio ambiente. O espaço público, nesse contexto, pode ser definido como um território de acesso livre, destinado ao uso comum dos cidadãos, promovendo a circulação, o lazer e a recreação (DENARDIN, SILVA, 2011).

Nesse sentido, o processo de revitalização em áreas urbanas, conforme destacado por Gaspar et al. (2017), envolve a identificação do cenário a ser aprimorado, com uma visão clara dos objetivos a serem alcançados, e busca estratégias para atingir essas metas. Essas etapas são realizadas ao longo de prazos distintos, abrangendo curto, médio e longo prazo. Nessa perspectiva, quando alinhadas e direcionadas às estratégias adequadas, a revitalização urbana traz benefícios significativos para a população, melhorando a qualidade de vida, proporcionando lazer e contribuindo para a saúde (LUIZ, 2018).

2.2 Revitalização de Espaços Urbanos

A revitalização é a maneira de readaptar um espaço degradado, proporcionando uma nova funcionalidade à área. No entanto, a revitalização de uma paisagem urbana vai além disso e busca melhorar a qualidade do ambiente urbano como um todo, criando condições de vida melhores para os moradores e para o bairro.

O termo revitalização urbano, como forma de intervenção no espaço, surgiu na terminologia urbanística desde o final da década de 1990, um período marcado por contradições ideológicas. Por um lado, havia a busca pela transformação da estrutura urbana por meio de projetos de renovação urbana, e por outro lado, era necessário preservar o patrimônio histórico, ambiental e social da cidade.

O espaço urbano é caracterizado por ser simultaneamente fragmentado e articulado, uma vez que suas diferentes partes estão interligadas entre si. Essa interação pode ser observada no fluxo de veículos e de pessoas envolvidas em diversas atividades, assim como nos deslocamentos entre áreas (CORRÊA, 1993 apud CORRÊA, 2015).

Segundo Carlos (2001), o espaço urbano é resultado de um processo de produção que ocorre em um determinado momento histórico, envolvendo não apenas aspectos econômicos, como produção, distribuição, circulação e troca, mas também fatores sociais, polí-

ticos, ideológicos e jurídicos. Além de ser um espaço de produção, o ambiente urbano é também um modo de consumo, um modo de pensar, sentir e viver.

Essas diferentes dimensões do espaço urbano refletem a complexidade das relações humanas e sociais que se desenvolvem nesse ambiente. Compreender essas dinâmicas é fundamental para uma análise mais completa e abrangente do espaço urbano, possibilitando intervenções e planejamentos que considerem não apenas os aspectos físicos e funcionais, mas também as questões sociais, culturais e históricas que o permeiam.

A revitalização urbana vai além de simples intervenções em forma de projetos para a cidade. Trata-se de um processo abrangente de reconstrução e transformação da convivência da população em relação ao ambiente urbano. Um exemplo de sucesso nesse sentido é o projeto *High Line*, concluído em *Nova York*, nos Estados Unidos. Ele transformou uma antiga linha ferroviária em um parque elevado, integrando novos usos e incentivando a participação popular em uma área abandonada, sem negligenciar a história da ferrovia.

2.3 Requalificação Urbana

Assim como outros termos relacionados ao urbano, a revitalização é utilizada para ações que visam reorganizar, proteger e recuperar centros urbanos, integrando preocupações econômicas, ambientais e socioculturais para melhorar a qualidade de vida.

Para facilitar a introdução ou reintrodução de atividades urbanas, a revitalização propõe ações de proteção de áreas degradadas, com foco em uma abordagem contemporânea que traz uma nova centralidade para a região. Com essas características, a revitalização também pode ser considerada uma política de centralização urbana.

Podemos concluir que a requalificação urbana abrange ações voltadas para o espaço público e intervenções de grande escala na reestruturação do ambiente urbano, reconhecendo a importância do patrimônio construído como elemento essencial na composição das áreas urbanas.

É responsabilidade dessa abordagem intervir de forma abrangente para melhorar a qualidade do ambiente urbano, as condições socioeconômicas e a habitação em um determinado território, atuando de maneira integrada e articulando várias áreas e dimensões de intervenção.

As manifestações da requalificação urbana não são fixas, mas adaptadas às realidades territoriais, com o objetivo de coordenar e alinhar os recursos públicos e privados existentes e potenciais, convocando a população e as entidades representativas para serem coautores nesse processo.

O processo da requalificação de áreas urbanas, é crucial seguir as normas legais e atender às legislações vigentes, a fim de atender às necessidades da população e garantir a proteção do meio ambiente é de suma importância as normas da ABNT, programas diretos de arborização, etc. As principais normas deste processo são:

1. **Código Florestal, inscrito pela Lei de N° 12.651:** Estabelece normas gerais sobre a proteção da vegetação, áreas de Preservação Permanente e as áreas de Reserva Legal a exploração florestal, o suprimento de matéria-prima florestal, o controle da origem dos produtos florestais e o controle e prevenção dos incêndios florestais, e prevê instrumentos econômicos e financeiros para o alcance de seus objetivos (CÓDIGO FLORESTAL, 2012).
2. **NBR – 9050 (2015):** Estabelece critérios e parâmetros técnicos a serem observados

quanto ao projeto, construção, instalação e adaptação do meio urbano e rural e de edificações às condições de acessibilidade. No estabelecimento desses critérios e parâmetros técnicos foram consideradas diversas condições de mobilidade e de percepção do ambiente, com ou sem a ajuda de aparelhos específicos, como próteses, aparelhos de apoio, cadeiras de rodas, bengalas de rastreamento, sistemas acessivos de audição ou qualquer outro que venha a complementar necessidades individuais (ABNT-NBR 9050, 2015).

A Constituição Federal explicita, em seu artigo 220, a garantia do direito de toda pessoa a um meio ambiente ecologicamente equilibrado, aos bens de uso comum do povo e à defesa para as presentes e futuras gerações. Isso impõe aos poderes públicos e às comunidades a responsabilidade de assegurar a qualidade de vida e protegê-lo.

Essa preocupação das autoridades competentes com os danos causados pela degradação dos espaços verdes e pelo desenvolvimento urbano inadequado resultou na criação de normas e leis que devem ser aplicadas pelos governos e pelos responsáveis. Essas normas têm como objetivo manter e proteger essas áreas, buscando conciliar o desenvolvimento urbano com a preservação do meio ambiente e o bem-estar das pessoas

Dessa forma, fica evidente a necessidade de promover ações e políticas que considerem a proteção ambiental e a qualidade de vida, garantindo que o crescimento urbano seja realizado de maneira sustentável e equilibrada, em conformidade com as disposições legais e constitucionais.

3. ÁREA DE ESTUDO

3.1 Perfil Populacional

Uma das questões problemáticas que afetam o espaço em questão diz respeito à presença de uma galeria que, durante períodos chuvosos, resulta em um acúmulo significativo de água, causando alagamentos tanto no parque quanto nas áreas ao redor. Além disso, essa galeria é utilizada como um local de descarte de lixo por carroceiros, que depositam entulhos e resíduos diversos nesse local. Essa situação gera dificuldades na mobilidade dos moradores que residem nas proximidades do parque, uma vez que o acesso pode ser comprometido. Essas circunstâncias evidenciam a necessidade de intervenção e requalificação do espaço, visando solucionar os problemas relacionados ao acúmulo de água e ao descarte inadequado de lixo, além de melhorar a mobilidade e a qualidade de vida dos moradores da região.

A praça enfrenta diversos problemas relacionados à sua estrutura e à falta de cuidado com o meio ambiente. Primeiramente, a deterioração da estrutura física da praça, como bancos quebrados e falta de iluminação adequada, compromete a segurança e o conforto dos frequentadores. Esses problemas estruturais podem afastar as pessoas e diminuir o uso e aproveitamento do espaço público.





Figura 1. Praça do Bairro Vivendas do Turu
Fonte: elaboração própria



Figura 2. Praça do Bairro Vivendas do Turu
Fonte: elaboração própria

Além disso, um dos problemas mais preocupantes é o despejo de lixo no córrego do rio por carroceiros. A prática inadequada de descarte de resíduos sólidos prejudica significativamente o meio ambiente e a saúde pública. O acúmulo de lixo no córrego não apenas polui a água, mas também causa obstrução do fluxo natural do rio, contribuindo para enchentes e deterioração do ecossistema local. Essa situação compromete a beleza e a qualidade ambiental da praça, afetando negativamente a experiência dos visitantes.

Esses problemas de estrutura e despejo de lixo representam um desafio para a administração e a comunidade local. É necessário um esforço conjunto para promover a revitalização da praça, investindo na recuperação das áreas danificadas, no reforço da infraestrutura e na implementação de medidas para prevenir o despejo irregular de lixo. A conscientização ambiental e a educação da população sobre a importância da preservação do espaço público são essenciais para promover uma mudança de comportamento e garantir a sustentabilidade e o bem-estar de todos os envolvidos. A adoção de práticas de gestão adequadas, como coleta seletiva de lixo, monitoramento regular do córrego e incentivos à participação da comunidade na conservação da praça, pode ser uma solução eficaz para enfrentar esses problemas e transformar a praça em um ambiente saudável, atraente e seguro para todos.



Figura 3. Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

Com relação aos usos, foram identificados usos diversos, entretanto se trata de uma área predominantemente residencial. Dentre os usos observados temos escolas, comércios de diferentes gêneros dentre outros conforme figura 1. Quando comparados ao entorno imediato ao terreno observamos a mesma dinâmica, residências unifamiliar, escolas, áreas institucionais e alguns terrenos com solo exposto, não possuindo áreas verdes significativas o que evidencia a grande necessidade de arborização do bairro.

3.2 Localização do Terreno

À área do projeto tem cerca de 1.598 m² e está localizado no Bairro Vivendas do Turu, situado no município de São Luís – Maranhão e que contém uma população com cerca de 1 milhão de habitantes. O bairro do local, possui 36 anos de existência, e está aproximadamente 13Km de distância do centro do município de São Luís.



Figura 4. Localização da Praça e do Bairro Vivendas do Turu



Figura 5. Localização do Bairro e da Praça

Fonte: Google Maps

3.3 Características Urbanísticas e Arquitetônicas

O local em questão possui três características fundamentais: identitárias, relacionais e históricas, que proporcionam a interação social entre os habitantes da cidade. A intervenção planejada visa transformar esse local degradado em um espaço público de qualidade, com um desenho urbano bem estruturado, áreas harmoniosas e arborizadas, além de infraestrutura adequada. A prioridade será dada à circulação de pedestres e à criação de um ambiente propício para vivenciar o lugar.

A requalificação urbanística destaca a importância tanto da funcionalidade quanto da estética das novas praças e alamedas. Serão realizadas melhorias no piso, com a colocação de pavimento em blocos intertravados e o plantio de grama nos canteiros. Além disso, serão instalados novos mobiliários para garantir o conforto dos usuários e melhorar o sistema de iluminação pública. Dessa forma, o objetivo é incentivar a utilização desse espaço também durante o período noturno, proporcionando um ambiente seguro e agradável para as atividades da comunidade.

4. PROPOSTA PROJETUAL DE REVITALIZAÇÃO

A revitalização de uma praça pode trazer diversas melhorias no âmbito socioambiental e econômico. Algumas das principais melhorias incluem:

1. Aspecto socioambiental:

- Criação de espaços de convivência e interação social, promovendo um senso de comunidade e fortalecendo os vínculos entre os moradores.
- Estímulo à prática de atividades físicas e ao lazer, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população.
- Integração entre o ser humano e a natureza, com a incorporação de áreas verdes, arborização e preservação de elementos naturais.
- Promoção da educação ambiental, por meio de placas informativas, projetos de conscientização e atividades educativas relacionadas à preservação ambiental.

2. Aspecto econômico:

- Valorização imobiliária nas áreas próximas à praça, o que pode estimular investimentos e empreendimentos comerciais.
- Geração de empregos diretos e indiretos durante o processo de revitalização e manutenção da praça.
- Estímulo ao turismo e ao comércio local, atraindo visitantes e consumidores para a região.
- Melhoria da imagem do bairro ou da cidade, o que pode atrair novos investimentos e empreendimentos.

Em resumo, a revitalização de uma praça terá um impacto positivo tanto na qualidade de vida e bem-estar da população, como também na dinâmica econômica da região. Ao criar espaços agradáveis, sustentáveis e inclusivos, a revitalização contribui para o desenvolvimento social, ambiental e econômico do local.

Essas intervenções visam não apenas aprimorar as condições físicas e funcionais do espaço, mas também considerar aspectos estéticos, socioeconômicos e ambientais, buscando uma integração harmoniosa entre o projeto arquitetônico e o contexto em que ele



se insere.

Com base nas simulações computacionais e no diagnóstico aprofundado do local, essas melhorias são fundamentadas em uma abordagem proativa e sustentável, visando criar ambientes que atendam às necessidades dos usuários e contribuam para a qualidade de vida da comunidade em questão. Nas últimas décadas, houve um crescimento no qual os arquitetos, como tentaram basear suas propostas através do diagnóstico do local de estudo. Isso não significa simplesmente reproduzir recursos encontrados, mas que os revise, reconcilie ou conteste, tendo plena consciência das consequências do ato. Nesse sentido, simulações computacionais podem contribuir muito, pois a visualização de plantas arquitetônicas é essencial para o entendimento adequado do projeto (FORO, 2005). Desse modo, é proposto as seguintes melhorias para o local de estudo:

- Melhorar a iluminação do parque, visto que pode ser utilizado no horário noturno para atividades de lazer como: caminhadas, aulas de ginásticas e danças;
- Criação de uma passarela no local da galeria, para melhorar a acessibilidade de pessoas com deficiência, uma vez que o trajeto requer que seja percorrido uma grande distância de uma rua para a outra do parque;
- Recolocação de Grama para um maior conforto e harmonização do espaço;
- Realizar manutenção da arborização do parque, uma vez que a mesma também impede que recursos com a iluminação cumpram com seu desempenho, uma vez que sem a correta podagem os galhos das árvores acabam por vedar o alcance de iluminação do local projetado;
- Realização de passarelas para pessoas com mobilidade reduzida, promovendo uma área acessível e segura para as pessoas com dificuldades de locomoção.

A proposta de revitalização visa adequar o local para promover uma maior inclusão social, tornando-o acessível a todos os habitantes, inclusive às pessoas com mobilidade reduzida. Isso será alcançado por meio da criação de passarelas dentro do parque e em seus arredores, facilitando o acesso de toda a população ao local. Além disso, a revitalização tem como objetivo oferecer uma área de lazer que proporcione diversos tipos de recreação e atividades, incentivando a prática de exercícios físicos. Serão aproveitadas vegetações específicas para criar pontos de sombreamento e haverá uma composição paisagística cuidadosa, valorizando o local e trazendo beleza ao ambiente.



Figura 6. Projeto modelo para Revitalização da Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

Após a revitalização da área, é crucial implementar um ambiente de lazer e entretenimento para a população, baseado na legislação pertinente para a área. O objetivo não é apenas criar um espaço agradável, mas também promover a conscientização da população sobre a importância de cuidar e preservar o parque.



Figura 7. Projeto modelo para Revitalização da Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

Muitos espaços de lazer encontram-se subutilizados ou abandonados, assim como ocorre com os condicionantes desse projeto. Nesse sentido, todo o fluxo da área delimitada foi cuidadosamente estudado e considerado para definir a circulação do espaço. Em se-

guida, a localização da vegetação e dos espaços de estar e lazer foi estabelecida, ocupando as áreas remanescentes.



Figura 8. Projeto modelo para Revitalização da Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

É importante ressaltar que esses espaços não são isolados, o que permite que os moradores da região possam percorrer facilmente toda a praça, aproveitando os diferentes pontos de interesse, como a academia, a administração e as áreas de alimentação. O objetivo central é assegurar que esse local não se torne apenas mais uma praça abandonada em meio a um bairro de natureza comercial, resultando em um vazio urbano. Pelo contrário, busca-se criar um espaço vivo, que contribua positivamente para solucionar as problemáticas da área e traga vida para a região.



Figura 9. Projeto modelo para Revitalização da Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

Para isso, serão desenvolvidas Políticas Públicas Ambientais com o propósito de preservar o meio ambiente e garantir a sustentabilidade.



Figura 10. Projeto modelo para Revitalização da Praça do Bairro Vivendas do Turu

Fonte: elaboração própria

É essencial engajar a população não apenas na proteção, mas também no cuidado contínuo do parque, incentivando-os a mantê-lo bem conservado. Essa abordagem busca criar uma relação de responsabilidade compartilhada, onde a comunidade se torna parte ativa na preservação desse espaço revitalizado.

5. METODOLOGIA

Este trabalho será realizado utilizando uma metodologia de pesquisa explanatória, mista, aplicada e de campo, com foco principal no estudo do Parque Área Verde. A pesquisa foi organizada da seguinte forma: em relação à finalidade, trata-se de uma pesquisa aplicada, pois busca gerar conhecimento para ser aplicado na solução de problemas existentes na área em estudo. Quanto aos objetivos, a pesquisa possui caráter exploratório, visando proporcionar maior familiaridade com um problema real por meio do estudo de casos de parques lineares e similares implantados em outras localidades. Em relação à abordagem, trata-se de uma pesquisa mista (quali-quantitativa), utilizando-se de métodos como observação, entrevistas, levantamento bibliográfico-documental, bem como a coleta de opiniões e informações que podem ser utilizadas para a análise dos dados obtidos.

No trabalho de campo, serão realizadas visitas ao Parque Área Verde, onde serão feitas observações e entrevistas com os frequentadores e responsáveis pelo local. Além disso, será feito um levantamento bibliográfico-documental para embasar teoricamente o estudo. A coleta de dados será realizada por meio de questionários e registros fotográficos, buscando capturar informações relevantes sobre o parque, sua infraestrutura, utilização e percepção dos usuários. Em seguida, os dados serão analisados de forma qualitativa e quantitativa, com o objetivo de identificar os principais problemas e potenciais soluções para aprimorar o Parque Área Verde.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 9050: **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, p. 162. 2015.
- BASSO, Jussara Maria; CORRÊA, Rodrigo Studart. Arborização urbana e qualificação da paisagem. **Paisagem e Ambiente**, n. 34, p. 129-148, 2014.
- BRITIS, Cleane Fernandes. **Centro Universitário de Belo Horizonte- UNIBH Educação Ambiental: biodiversidade e urbanização do Parque Aggeo pPo Sobrinho/Buritis, Belo Horizonte/MG**. 2014. Disponível em: <https://docplayer.com.br/14646292-Centro-universitario-de-belo-horizonte-unibh-educacaoambiental-biodiversidade-e-urbanizacao-do-parque-aggeo-pio-sobrinho-buritis-belo-horizonte-mg.html>. Acesso em: 12 maio 2023.
- CORRÊA, Diego Fernando et al. **Espaço urbano, bens públicos e cooperação: um estudo de caso da revitalização de praças em Florianópolis pela empresa WOA Empreendimentos Imobiliários**. 2014. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/128106?show=full>> Acesso em: 10 mai 2023.
- CORREA, M. **Análise geoespacial da Cidade Operária: a dinâmica de ocupação como um dos eixos de expansão urbana do município de São Luís – MA**. Revista Brasileira de Planejamento e Desenvolvimento, v.2, n.2, p. 69-79, jul./dez. 2013. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rbpd/article/view/3077/2095>> Acesso em: 10 mai 2023.
- DENARDIN, Vanessa Cibele Cauzzo; SILVA, Adriana Pisoni da. **Praças urbanas como espaço para o turismo e lazer um estudo preliminar na praça General Osório na cidade Santa Maria/RS**. II Encontro Semintur Jr. 11 e 12 de novembro de 2011. Disponível em:< <https://www.escavador.com/sobre/2888952/adriana-pisoni-da-silva> >Acesso em: 10 mai 2023.
- FÓRIO, W. **Visualização e análise de projetos de arquitetura no contexto urbano**. 2005. Disponível em: Acesso em 05/05/2022.
- GASPAR, Jadhi Vincki et al. A revitalização de espaços urbanos: O case do Centro Sapiens em Florianópolis. **Revista Livre de Sustentabilidade e Empreendedorismo**, v. 2, n. 4, p. 183-205, 2017.
- GEHL, J. **Cidades para pessoas**. São Paulo: Perspectiva; 2013. Disponível em: https://www.academia.edu/28505069/Livro_Cidade_para_pessoas_Jan_Gehl. Acesso em 05/05/2022.
- JANUZZI, Denise de Cássia Rossetto; RAZENTE, Nestor. Intervenções urbanas em áreas deterioradas. **Semina: Ciências Sociais e Humanas**, v. 28, n. 2, p. 147-154, 2007.
- LUIZ, Letícia Sousa Resende. **Proposta urbanística de um parque urbano para a revitalização da área do cristo em Cláudio-MG**. 2018. Disponível em: https://repositorioinstitucional.uniformg.edu.br:21015/xmlui/bitstream/handle/123456789/752/TCC_Let%c3%adciaSousaResendeLuiz.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 05/05/2022.
- LYNCH, K. **A imagem da cidade**. Estados Unidos, Editora Martins Fontes, São Paulo, 2011.
- MACEDO, Silvio Soares et al. **Os sistemas de espaços livres na constituição da forma urbana contemporânea no Brasil: produção e apropriação** (QUAPÁSEL II). Paisagem e Ambiente, n. 30, p. 137-172, 2012.
- MOURA, Dulce et al. A revitalização urbana: contributos para a definição de um conceito operativo. **Cidades, Comunidades e Territórios**, n. 12-13, 2006.
- SILVA, E. A. P.C. ET AL. Percepção da qualidade do ambiente e vivências em espaços públicos de lazer. Rev. Bras. Ciênc. Esporte vol.38 no.3 Porto Alegre July/Sept. 2016 SCIELO. Disponível em: Acessado em 05/05/2022.
- SILVA, M. C. **Arborização urbana de quatro cidades do leste de Mato Grosso do Sul**. 2013. 66 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Goiás – Campus de Jataí-GO, 2013.
- TABORDA, Simone Pancotte. **Reviva Marau: revitalização do Parque Municipal de Marau-RS**. 2020.
- TEIXEIRA, Carla Fernanda Barbosa; MONTEIRO, Marcela Marçal Maciel; DE ARAUJO, Andrea Nazaré Barata. Avaliação bioclimática urbana–estudo de caso em praças em Santana do Araguaia-PA e Laranjeiras-SE. **The Journal of Engineering and Exact Sciences**, v. 7, n. 1, p. 12097-01-14e, 2021.

O livro apresenta vários estudos que incentiva a pesquisa na área da Arquitetura e Urbanismo e corrobora com a necessidade crescente de projetar de forma mais abrangente. A composição do livro é através de capítulos que abordam temas diversos. Assumimos que ainda temos muito caminho a percorrer, no âmbito da atuação profissional no que tange a compreensão, investigação e contextualização de projetos arquitetônicos e urbanísticos.

ISBN: 978-65-6068-017-3

BR

